



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 029

SEXTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1988

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item III, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 5, DE 1988

**Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de março de 1988 e 28 de fevereiro de 1989.**

Art. 1º É o Senhor Presidente da República, José Sarney, autorizado a ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de março de 1988 e 28 de fevereiro de 1989.

Art. 2º O Senhor Presidente da República comunicará, previamente, ao Congresso Nacional, os países que irá visitar, assim como a data de sua partida e a duração da viagem.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 7ª SESSÃO, EM 17 DE MARÇO DE 1988

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discurso do Expediente

*SENADOR IRAPUAN COSTA JÚNIOR* —  
Concessão da medalha da Ordem do Congresso Nacional a Jair Meneguelli.

#### 1.2.2 — Requerimento

Nº 23/88, de autoria dos Líderes Carlos Chiarelli, Jarbas Passarinho e Mauro Benevides, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 4/88, que "altera dispositivo da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1988 (nº 8/88, na Câmara dos Deputados), que au-

toriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no período compreendido entre 1º de março de 1988 e 28 de fevereiro de 1989. (Em regime de urgência. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2/88 (nº 8/88 na Câmara dos Deputados.) **Aprovada.** À promulgação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1988 (nº 9/87, na Câmara dos Deputados), que

## EXPEDIENTE

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**PASSOS, PÔRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo

**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Administrativo

**JOSECLER GOMES MOREIRA**  
Diretor Industrial

**LINDOMAR PEREIRA DA SILVA**  
Diretor Adjunto

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

Scemstral ..... Cz\$ 950,00

Exemplar Avulso ..... Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

aprova o texto do Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, assinado em Lima a 16 de novembro de 1987. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/88 (nº 9/87 na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho — OIT, que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1988 (nº 6/87, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho — OIT, que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1988, de autoria do Senador Nabor Júnior, que dispõe sobre benefícios fiscais do Imposto de Renda relativos às doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas às vítimas das enchentes nos Estados do Acre e Rio de Janeiro, em 1988. **Votação adiada por falta de quorum.**

Requerimento nº 20, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos editoriais intitulados "Escolas de Ditadores" e "Curva da História", publicados, respectivamente, nos últimos dias 7 e 8 de março, no **Jornal do Brasil**. **Votação adiada por falta de quorum.**

Requerimento nº 21, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro Aluizio Alves, da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República — SEDAP, a fim de que, perante o Plenário do Senado, preste informações sobre estudos que estariam sendo feitos visando alterar a política salarial do Governo. **Votação adiada por falta de quorum.**

Requerimento nº 22, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, a fim de prestar, perante o Plenário do Senado, informações sobre estudos que estariam sendo feitos visando alterar

a política salarial do Governo. **Votação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 97, de 1988 (nº 119/88, na origem), de 25 de fevereiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Ernes Pedro Pedrassani, titular do cargo de Juiz Togado do Colendo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), para o cargo de Ministro Togado do egrégio Tribunal Superior do Trabalho. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Mensagem nº 100, de 1988 (nº 125/88, na origem), de 14 de março de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marcos Vinicius Rodrigues Vilça para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho. (Dependendo de parecer.) **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Requerimento nº 20, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos editoriais intitulados "Escola de Ditadores" e "Curva da História", publicados, respectivamente nos últimos dias 7 e 8 de março, no **Jornal do Brasil**. **Aprovado.**

Requerimento nº 21, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro Aluizio Alves, da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República — SEDAP, a fim de que, perante o Plenário do Senado, preste informações sobre estudos que estariam sendo feitos visando alterar a política salarial do Governo. **Aprovado** após usar da palavra o Sr. Senador Leite Chaves.

Requerimento nº 22, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro Mailson da Nóbrega,

da Fazenda, a fim de prestar, perante o Plenário do Senado, informações sobre estudos que estariam sendo feitos visando alterar a política salarial do Governo. **Aprovado.**

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 97, de 1988 (nº 119/88, na origem), de 25 de fevereiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Ernes Pedro Pedrassani, titular do cargo de Juiz Togado do Colendo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), para o cargo de Ministro Togado do egrégio Tribunal Superior do Trabalho. **Apreciado** em sessão secreta.

Mensagem nº 100, de 1988 (nº 125/88, na origem), de 14 de março de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marcos Vinicius Rodrigues Vilça para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho. (Dependendo de parecer.) **Apreciada** em sessão secreta.

### 1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

**SENADOR MÁRIO MAIA** — 4º aniversário do comício pelas eleições diretas, realizado na Candelária, RJ. Soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

### 1.3.2 — Questão de ordem

**SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Solicitando da Presidência o retorno à apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia, tendo em vista a existência de número para deliberação.

**O SR. PRESIDENTE** — Registra a presença na Casa do ex-Chanceler chileno Gabriel Valdez, e retorno à apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

### 1.3.3 — Ordem do Dia (continuação)

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1988 (nº 6/87, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho — OIT, que especifica. **Aprovado nos**

termos do substitutivo constante do parecer de plenário, após usar da palavra o Sr. Senador Ruy Bacelar.

Projeto de Decreto Legislativo nº 3/88 (nº 6/87 na Câmara dos Deputados. **Aprovado** em turno suplementar. À Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1988, de autoria do Senador Nabor Júnior, que dispõe sobre benefícios fiscais do Imposto de Renda relativos às doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas às vítimas das enchentes nos Estados do Acre e Rio de Janeiro, em 1988. **Aprovado** em primeiro e segundo turnos.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 9/88. **Aprovada**. À Câmara dos Deputados.

### 1.3.4 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Projeto de Lei da Câmara nº 4/88, em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 23/88, lido no Expediente. **Aprovado**, após parecer proferido pelo Senador Ronaldo Aragão. À sanção.

### 1.3.5 — Discurso após a Ordem do Dia (continuação)

**SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA**, (pe-la ordem) — Solicitando seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para exame, as considerações que faz sobre a apreciação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, de autorização para que o Presidente e o Vice-Presidente da República possam ausentar-se do País.

**O SR. PRESIDENTE** — Resposta à questão de ordem suscitada pelo Senador José Ignácio Ferreira.

**SENADOR RONAN TITO** — Considerações sobre a aprovação, na presente sessão, de licença ao Presidente da República para ausentar-se do País.

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Renegociação da dívida externa brasileira.

**SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG** — 180 anos da implantação do ensino médico no País.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Conversão da dívida externa brasileira.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Inauguração de centro comunitário e abertura da 1ª Feira Industrial de Sergipe.

### 1.3.6 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária, a realizar-se dia 21 às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

### 1.4 — ENCERRAMENTO

## 2 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 35 e 36, de 1988

## 3 — DIRETORIA GERAL DO SENADO FEDERAL

— Extrato de contrato assinado pelo Senado Federal

### 4 — ATAS DE COMISSÕES

## 5 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

— Ata de Reunião

## 6 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convocação

### 7 — MESA DIRETORA

## 8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

## 9 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

# Ata da 7ª Sessão, em 17 de março de 1988

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

### — EXTRAORDINÁRIA —

### Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Lourival Baptista e Dirceu Carneiro

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mario Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Sal-

danha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Irapuan Costa Júnior.

**O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR** (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero me reportar, inicialmente, a um trecho do discurso que o nosso ilustre Colega Senador Jarbas Passarinho, pronunciou nesta Casa no dia 23 de fevereiro. Dizia o Senador Jarbas Passarinho: "Enquanto a autoridade do Executivo é desafiada e atingida, o Parlamento não tem melhor sorte. Arruaceiros ligados a uma central de trabalhadores, à testa seu próprio presidente, invadem

as galerias da Constituinte, ofendem com palavras em coro a instituição, cospem sobre o Plenário e nele jogam cédulas do desvalorizado cruzado. Em toda a minha vida parlamentar, nunca vi nada igual! Esses desordeiros e seus líderes, que chegaram à tentativa da agressão física a Constituinte que não são de seu agrado, foram devidamente identificados. Igualmente, como nos casos de desordem pública citados, nada aconteceu, ninguém foi responsabilizado."

Mas aconteceu alguma coisa, Sr. Presidente. O próprio presidente dessa organização é condecorado pelo Congresso Nacional, mas não recebe sua comenda porque, mais uma vez, demonstra o seu menoscabo por esta Casa, e sequer aqui comparece, o que torna ainda mais grave o fato.

Quero, também, manifestar a minha estranheza quanto a isso. Aliás, mais do que estranheza, quero manifestar o inconformismo, porque julgo que nessa concessão existe uma auto — agressão, uma autodiminuição do próprio Congresso Nacional.

Essa autodiminuição ainda é agravada pelo fato bastante estranho. Tenho certeza de que os componentes, pelo menos em grande parte, deste Conselho da Ordem, não conhecem ou não conheceram, previamente, esse fato. A começar pe-

lo próprio Senador Jarbas Passarinho, de quem peço o testemunho, e que, tenho certeza, não endossaria, pelas suas próprias palavras, aqui pronunciadas no dia 23 do mês passado, uma concessão dessa ordem.

Eu diria além: o próprio Presidente, Senador Lourival Baptista, que também faz parte desse Conselho, desconhecia esta honraria que foi concedida ao Sr. Jair Meneguelli. O Deputado Amaral Netto também a desconhecia. Os três integrantes do Conselho da Ordem, com quem tivemos a oportunidade de manter contato, a desconheciam.

Então, é um fato bastante estranhável e que vem a ser mais uma pedra colocada sobre o muro de desmoralização que se tenta erguer em relação ao Congresso Nacional.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR** — Com todo o prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> a honra que me dá de transcrever, no seu discurso, uma parte daquilo que eu disse aqui em fevereiro. O episódio que causou uma verdadeira indignação, ontem, na sala da Constituinte, precisa ser explicado e V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando nos chama à colação, nós membros do Conselho. O Conselho da Ordem, ordem instituída aqui por iniciativa do saudoso Presidente Petrônio Portella, é ainda decorrente do sistema do bipartidarismo, de modo que nele só têm assento os Líderes do PMDB e do PDS, e não dos outros Partidos; depois que acabou o bipartidarismo no Brasil, e em data de julho do ano passado de 1987, o Congresso se reuniu — eu não estava presente, nem o Deputado Amaral Netto, apesar de convocado, mas são tantas as convocações que, muitas vezes, nós não podemos ir a todas — e estive lendo, ontem, a ata. E, repito, em julho de 1987, foi feita uma reunião — era Líder do PMDB na ocasião, o hoje Ministro Luiz Henrique — e quando foram indicados para a Ordem várias personalidades inclusive da área patronal, o então Líder do PMDB achou que, para haver uma natural articulação das forças diversas que atuam na democracia brasileira, seria interessante indicar também os Líderes das centrais de trabalhadores. Então, foram indicados o Sr. Joaquim da CGT, o Sr. Jair Meneguelli da CUT, e o Sr. Luiz Antônio de Medeiros que preside o maior sindicato da América Latina, o Sindicato dos Metalúrgicos da capital de São Paulo. Isso foi em julho de 1987. Por falta de medalhas que o Presidente Humberto Lucena não tinha para distribuir — S. Ex<sup>a</sup> que é Grão-Mestre da Ordem, como o Deputado Ulysses Guimarães é o Chanceler da mesma — por falta de medalhas não foi feita a cerimônia em 1987 e ficou para 1988. Portanto, a indicação desse cavalheiro foi feita anteriormente à agressão que nós todos testemunhamos da qual ele participou direta e pessoalmente. O erro fundamental, que acho resultou no episódio de ontem, foi não se ter feito uma reavaliação dessa indicação depois desta ata de 1987; pelo que sabemos, foi feita em relação a um determinado Ministro de Estado cujo nome foi retirado em tempo oportuno porque está hoje sob suspeita e investigação da Polícia Federal e da própria CPI do Senado da República. Aí o erro principal. Eu estava feliz ou

infelizmente, no Plenário da Constituinte quando essas pessoas invadiram — creio que V. Ex<sup>a</sup> lá se encontrava — a Casa, passaram pela segurança, não respeitaram a quota de senhas e, ao contrário, empurraram abusivamente os seguranças que lá se encontravam, ocuparam as galerias, e lá estavam três presidentes de organizações sindicais. À frente deles, o Sr. Meneguelli, da CUT. Mas também estava o Sr. Joaquim dos Santos Andrade, se não me engano. E estava também o Sr. José Francisco, da Contag. Acabou de procurar o Sr. Joaquim dos Santos Andrade, cumprimentei-o pela condecoração, e disse: "Acho que agora o senhor terá uma responsabilidade maior de defender o Congresso, que o senhor, passivamente, assistiu ser envilecido e enovalhado, naquele dia, pelo pessoal da CUT". Procurei o Presidente da Contag, e este já não se encontrava mais aqui, a quem eu ia dar o mesmo recado. Então, o fato de nós desconhecemos foi baseado na nossa ausência da reunião. Mas, provavelmente, Senador Irapuan Costa Junior, devo ter a dignidade de dizer que se estivéssemos presentes naquela altura, provavelmente, repito, teríamos concordado com a indicação, já que eram líderes patronais e líderes sindicais, apresentados pelo líder do PMDB na Câmara. O erro, repito, foi não, amos esperando que seja entregue, hoje, ao Presidente Humberto Lucena, um abaixo assinado, que sei que ontem começou a ser feito, por iniciativa do Deputado José Lourenço, pedindo o cancelamento dessa condecoração ao Sr. Meneguelli, a que naturalmente, eu, como membro da Ordem já me dispus a fazer o encaminhamento, porque acho, realmente, que V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão: é um ato de autoflagelação, de autopunição, nós aceitamos condecorar quem nos envileceu, nos ofendeu, e ainda depois prosseguiu na mesma atitude, fazendo distribuições de cartazes chamando de "traidores do trabalhador", todos aqueles que não votaram de acordo com o seu pensamento. Então, era esta a contribuição que eu gostaria de dar a V. Ex<sup>a</sup>, agradecendo, mais uma vez, a V. Ex<sup>a</sup> a iniciativa que tomou de citar parte do meu discurso.

**O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR** — O aparte de V. Ex<sup>a</sup> é uma demonstração do senso de responsabilidade que V. Ex<sup>a</sup> tem, que é, aliás, de todos conhecido nesta Casa, e que demonstra que até como membro do Conselho V. Ex<sup>a</sup> já tinha se preocupado com este problema que reputo grave para esta Casa e para o Congresso Nacional.

Eu aduziria que fui participante até de algo que não é tão conhecido quanto aqueles fatos de se jogarem coisas, de se xingarem os Congressistas naquele dia, que foi uma tentativa de agressão física. Eu próprio, quando saía do Plenário, me encontrei com um grupo de manifestantes, alguns até do meu Estado, e quase houve agressão física: tive que usar de certa habilidade para que isto não acontecesse. Os fatos poderiam ter sido mais graves. Muito obrigado, Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. João Menezes** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. João Menezes** — Senador Irapuan Costa Junior, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um pronunciamento com a melhor oportunidade. E o aparte esclarecedor do Senador Jarbas Passarinho foi também muito interessante, porque S. Ex<sup>a</sup> explica que essas concessões foram feitas já há algum tempo. E o que é mais importante, também, é que essa Ordem — e não sei como é que funciona — precisa ou deve ter um número de pessoas com representatividade, e essas pessoas, na época, seriam os dois Líderes das duas Casas. Vejo que não compareceram, porque ontem contactei vários e não tinham eles o menor conhecimento. Também fui pego de surpresa, ontem, por volta de 19 horas, pois não sabia do fato, não havia recebido ainda o convite do Congresso para a cerimônia de hoje. Fiz o que foi possível, no sentido de evitar que a sessão se realizasse: procurei o Presidente Humberto Lucena, expliquei que achava estranho que nesta oportunidade fosse dada uma condecoração, sobretudo numa hora difícil para o Congresso, em que a Constituinte atravessa dificuldades e controvérsias, e tivéssemos tirando um tempo para dar medalhas e condecorações.

Procurei, também, ontem, na Mesa, o Presidente Ulysses Guimarães que me pediu para entrar em contato com o Presidente Humberto Lucena, porque desejava-lhe falar. Assim que falei, o Presidente Humberto Lucena foi à Mesa, porque eu pleiteava que adiassem a cerimônia de hoje. Mas foram embora, com todo aquele tumulto. Foi, realmente, uma falta de habilidade total realizar essa cerimônia hoje, porque se criava quase um confronto, não só com o Congresso mas até com os que foram agraciados. Em face dessa situação, achei por bem não comparecer hoje à cerimônia, porque o Congresso foi demasiadamente agravado, e verifiquei, também, pelos contatos que tive, que a concessão dessa Ordem parece-me que não obedeceu a um trâmite normal e necessário. De maneira que quero aqui solidarizar-me com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo depois do esclarecimento do Senador Jarbas Passarinho; acho que foi oportuno e imprescindível que V. Ex<sup>a</sup> agisse assim, porque a defesa do Congresso é a defesa de nós todos, sob pena de amanhã estarmos sujeitos ainda ao fato de um agraciado passar um telegrama dizendo que não quer a medalha. E aí quero ver como vai ficar a Ordem do Mérito do Congresso. Quero ver o que vai acontecer. De maneira que receba V. Ex<sup>a</sup> minha solidariedade, e também aqui ratifico o protesto que fiz ontem durante a sessão do Congresso. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR** — Muito obrigado, Senador João Menezes.

Sr. Presidente, o que tínhamos a dizer era apenas isto: que, em sequência aquele 4 de dezembro de 1987, aquela noite infeliz, tivemos o desprazer de manifestar o nosso inconformismo de ver aqui agraciado quem se encontrava à frente daquela manifestação tão hostil. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

## REQUERIMENTO Nº 23, de 1988

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1988, que "altera dispositivo da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971".

Sala das Sessões, 17 de março de 1988. — **Carlos Chiarelli — Jarbas Passarinho — Mauro Benevides.**

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 375, item II, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Estão presentes na Casa 70 senhores Senadores. Há número para deliberação.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

(Em regime de urgência — art. 388, II, a, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1988 (nº 8/88, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no período compreendido entre 1º de março de 1988 e 28 de fevereiro de 1989, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, proferidos em plenário, das Comissões:

- de Constituição e Justiça; e
- de Relações Exteriores.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão extraordinária anterior, tendo a votação sido adiada por falta de quorum.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Sobre a mesa, a redação final da matéria, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1988 (nº 8/88, na Casa de origem).**

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1988 (nº 8/88, na Casa de origem), que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de março de 1988 e 28 de fevereiro de 1989.

Sala das Sessões, 17 de março de 1988. — **Cid Sabóia de Carvalho, Relator.**

### ANEXO AO PARECER

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item III, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1988

**Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de março de 1988 e 28 de fevereiro de 1989.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Senhor Presidente da República, José Sarney, autorizado a ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de março de 1988 e 28 de fevereiro de 1989.

Art. 2º O Senhor Presidente da República comunicará, previamente, ao Congresso Nacional, os países que irá visitar, assim como a data de sua partida e a duração da viagem.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Em discussão a redação final. (Pausa.)  
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1988 (nº 9/87, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, assinado em Lima, a 16 de novembro de 1987, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em plenário.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão extraordinária anterior, tendo a votação sido adiada por falta de quorum.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Sobre a mesa, redação final da matéria, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1988 (nº 9/88, na Câmara dos Deputados).**

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1988 (nº 9/88, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, assinado em Lima, a 16 de novembro de 1987.

Sala das Sessões, 17 de março de 1988. — **Nelson Carneiro, Relator.**

### ANEXO AO PARECER

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº , de 1988

**Aprova o texto do Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, assinado em Lima, a 16 de novembro de 1987.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, assinado em Lima, a 16 de novembro de 1987.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1988 (nº 6/87, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho — OIT que especifica, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário nos termos do substitutivo que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo sido a sua votação adiada por falta de quorum.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O Sr. Ruy Bacelar** — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lourival Baptista) — Será feita a verificação solicitada.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos, acionando as campainhas para a chamada dos Srs. Senadores.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 11 horas e 56 minutos, a sessão é reaberta às 12 horas e 15 minutos.)

O Sr. Lourival Baptista, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Está reaberta a sessão.

Vamos proceder à verificação requerida pelo nobre Senador Ruy Bacelar.

Solicito aos Srs. Senadores ocupem os seus lugares.

Para esclarecimento do Plenário, trata-se de uma verificação quanto ao item 3, da Ordem do Dia.

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1988 (nº 6/87, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das convenções e recomendações da

Organização Internacional do Trabalho —  
OIT que especifica, tendo

PARECER, proferido em Plenário, nos termos do substitutivo que oferece.

A Presidência vai solicitar o voto dos Srs. Líderes, para orientação do Plenário.

Como vota o Líder do PMDB?

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE) — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder PFL?

**O SR. CARLOS CHIARELLI** (PFL — RS) — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder do PDS?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (PDS — PA) — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder do PTB?

**O SR. AFFONSO CAMARGO** (PTB — PR) — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder do PDT?

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** (PDT — DF) — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder do PMDB?

**O SR. ANTONIO FARIAS** (PMDB — PE) — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder do PDC? (Pausa.)

Como vota o Líder do PSB? (Pausa.)

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação*)

**VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:**

Albano Franco  
Alexandre Costa  
Alfredo Campos  
Alvaro Pacheco  
Antonio Farias  
Carlos Chiarelli  
Carlos De'Carli  
Cid Carvalho  
Divaldo Suruagy  
Edison Lobão  
Francisco Rollemberg  
Gerson Camata  
Guilherme Palmeira  
Iram Saraiva  
Irapuan Junior  
Jarbas Passarinho  
João Calmon  
João Menezes  
Jorge Bornhausen  
José Agripino  
Leopoldo Perez  
Louremberg Rocha  
Lourival Baptista  
Marco Maciel  
Marcondes Gadelha  
Mário Maia  
Maurício Corrêa  
Mauro Benevides  
Meira Filho

Nabor Júnior  
Paulo Bisol  
Rachid Derzi  
Raimundo Lira

**ABSTÉM-SE DE VOTAR O SR. SENADOR:**

Ruy Bacelar

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou proclamar o resultado. (Pausa.)

Votaram SIM 33 Senadores. Houve 1 abstenção, com o Presidente 35.

Não houve número. O projeto fica com a votação adiada, bem como as demais matérias constantes da Ordem do Dia.

São as seguintes matérias que têm sua apreciação adiada:

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1988, de autoria do Senador Nabor Júnior, que dispõe sobre benefícios fiscais do Imposto de Renda relativos às doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas às vítimas das enchentes nos Estados do Acre e do Rio de Janeiro, em 1988, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos editoriais intitulados "Escola de Ditadores" e "Curva da História", publicados, respectivamente, nos últimos dias 7 e 8 de março, no **Jornal do Brasil**.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 21, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro Aluizio Alves, da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República — Sedap, a fim de que, perante o Plenário do Senado, preste informações sobre estudos que estariam sendo feitos visando alterar a política salarial do Governo.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, a fim de prestar, perante o Plenário do Senado, informações sobre estudos que estariam sendo feitos visando alterar a política salarial do Governo.

8

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 97, de 1988 (nº 119/88, na origem), de 25 de fevereiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Ermes Pedro Pedrassani, titular do cargo de Juiz Togado do colendo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), para o cargo de Ministro Togado do egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

9

Mensagem nº 100, de 1988 (nº 125/88, na origem), de 14 de março de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marcos Vinícius

Rodrigues Vilaça para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho. (Dependendo de parecer.)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Volta-se à lista de oradores. Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Mário Maia.

**O SR. MÁRIO MAIA** (PDT — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Agora, no próximo dia 10 de abril, estaremos marcando quatro anos de um memorável início pelas eleições diretas, realizado no Rio de Janeiro, chamado o Início da Candelária.

Se todos estão lembrados, àquela época o povo brasileiro, em todas as paragens, nas ruas e nas praças, manifestava-se ansioso pela mudança do regime, da obtusa maneira de se escolher o Presidente da República através de um restrito e espúrio Colégio Eleitoral. Então, o povo, na Candelária, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, em Goiânia, em Porto Alegre, em Rio Branco, no Acre, em todas as Capitais de nossos Estados, acorreu às ruas para, num clamor uníssono, pedir eleições diretas, já para Presidente da República.

Infelizmente, as forças políticas que constituíam o Congresso Nacional, à época, lideradas pelo então Presidente do PDS, o Sr. José Sarney, não deixou que, no Congresso Nacional, a Emenda chamada Dante de Oliveira fosse aprovada, para que a vontade do povo brasileiro se tornasse manifesta através do voto livre, direto e secreto, na expressão soberana da sua vontade. O povo se sentiu frustrado, recolheu-se à sua perplexidade e à sua frustração e esperou uma nova oportunidade. Ela veio quando as lideranças políticas do País, principalmente do PMDB, procuraram a fórmula conciliatória, através da qual pudesse contornar-se e sair-se daquele fosso em que nos encontrávamos, mercê do golpe de 1964.

O PDS dividiu-se em PDS, propriamente dito, e Frente Liberal; e esta, juntando-se ao PMDB, propiciou que, mesmo através de um Colégio Eleitoral ilegítimo, num Colégio Eleitoral, chamado espúrio pelo próprio candidato que fora apresentado por essas forças políticas compuseram-se para, repito, mesmo através deste Colégio Eleitoral eleger o Presidente da República, o nosso saudoso, ilustre, inesquecível, Líder Presidente Tancredo Neves.

A tragédia que se abateu sobre a Nação, em virtude da doença, da **via crucis** e da morte trágica, podemos assim dizer, do Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, e que traduzia naquele momento uma espécie de lenitivo, ou de substituto das ansiedades que foram soterradas pelo Congresso Nacional, quando rejeitou a Emenda Dante de Oliveira, essa tragédia que se abateu sobre a Nação brasileira, que parecia ser uma compensação daquela frustração, infelizmente veio mais uma vez trazer a perplexidade, a frustração e o desencanto ao povo brasileiro, pois, em lugar do Presidente que a vontade unânime, nas praças públicas, elegera, assumia a Presidência da República o Vice-Presidente Senhor José Sarney.

Comprometera-se Sua Excelência, como fizera o Presidente titular, em administrar uma transição que seria a ponte entre o sistema discricionário e autoritário em que vivíamos há 20 e poucos anos para a democracia plena. Essa transição

teria um período determinado, que fora estabelecido pelas promessas, nas praças públicas, das forças que propiciaram a transformação, o qual seria de 4 anos, no máximo.

Ao fim desse período, o povo brasileiro, depois de tantos anos, e aqueles brasileiros que já estariam com mais de 40 anos de idade e que nunca tiveram o prazer de votar para um Presidente da República, viriam a ter esse direito. Essa promessa foi feita por todas as Lideranças que se conjuraram na grande campanha pelas diretas, e confirmada pelo Presidente Tancredo Neves, eleito, afirmada e confirmada pelo seu Vice-Presidente da República, o Dr. José Sarney.

Entretanto, depois de assumido ao Governo, as forças de sustentação, do Governo, no Palácio do Planalto, começaram a maquinar uma nova fórmula, aos poucos, a silenciar as promessas e, através de subterfúgios, procurar argumentos da legitimidade de o mandato do Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência da República, não mais ter a duração de quatro, mas agora de seis anos, que a Constituição, ou melhor, a Emenda Constitucional, com o nome de Constituição de 1969, estipulava o mandato de seis anos. E o Presidente da República, para não ser tanto incoerente com a sua promessa e ser também fiel à letra da Constituição dos três Generais que a impuseram a esta Nação, tirou a média e disse que o seu mandato era de cinco anos. Estabeleceu-se, então, a polêmica. E hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os Parlamentares, os Congressistas, que se compõem em Constituinte, formando a Assembleia Nacional Constituinte, encontram-se diante da dúvida de decidir se o mandato do atual Presidente da República terá validade por 4, 5 ou 6 anos, ou de menos, ou de mais anos. Então, estabeleceu-se uma verdadeira ambiguidade na interpretação dos fatos, e uma indecisão nos atos que se devem praticar através da Assembleia Nacional Constituinte. Assim, hoje, estamos às vésperas de tomar grandes decisões, e não sabemos — por que as forças se dividem quase que igualmente — se vamos decidir se o mandato do Presidente da República será de 4, de 5 ou de 6 anos; não sabemos se o regime que deve ser adotado pela Nação brasileira, a partir da promulgação da Constituição que ora estamos elaborando, será o parlamentarismo ou o presidencialismo. Discute-se ainda mais a soberania da Assembleia Nacional Constituinte, se terá soberania absoluta, se terá um poder originário, ou se terá um poder derivado. E o Palácio do Planalto, através de seus áulicos, defende a tese de que a Assembleia Nacional Constituinte tem os poderes limitados e definidos na Emenda Constitucional que foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, determinando a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Ora, Sr. Presidente, se assim for, o que estamos fazendo na Casa do Congresso Nacional todos os dias, na tentativa, no trabalho urgente de elaborar a Carta Magna do País? Se ela é uma proposição derivada, está sendo derivada de quê? Derivada da Carta Constitucional outorgada pelos militares, da Carta Constitucional homologada por parte do Congresso Nacional, em 1967, e emendada, em 1969, pelos Ministros Militares.

Se ela é um poder derivado não é uma Constituição, não é uma Carta Magna, não é um novo

contrato social; é mais uma emenda constitucional. Seria a Emenda Constitucional nº 27 ou 28 e não a Constituição que os brasileiros querem, e que estão fazendo, através da convocação dos seus representantes, pelo voto livre, direto, secreto e soberano do povo brasileiro.

Vejo os itens da perplexidade em que nos encontramos: a legitimidade da sua soberania, a decisão sobre o regime de governo que havemos de adotar, se presidencialismo ou parlamentarismo, e a decisão sobre o tempo de mandato do atual Presidente da República, se de 4, 5 ou 6 anos.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Concedo o aparte ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Senador Mário Maia, o discurso de V. Exª é dos mais interessantes pelo tema que traz, nesta manhã, ao Senado Federal principalmente neste aspecto. Até hoje tenta-se, de qualquer maneira, questionar a Constituinte quanto à sua soberania, através de algo que nada tem a ver com isso, ou seja, se a Constituição que será feita nasce de uma Assembleia Nacional Constituinte cujo poder seria originário ou derivado. Na verdade, a soberania da Assembleia Nacional Constituinte não se prende nem a um aspecto nem a outro; a sua soberania ocorre, seja ela derivada ou originária. Sabe V. Exª que a Constituinte funciona numa transição chamada de democrática, ou numa transição democrática realmente. Como tal, não tendo havido a ruptura total, não tendo havido o caos institucional, não tinha por que a Constituinte ser originária; ela teria que se iniciar derivadamente através de uma convocação, a qual houve e onde se destaca bem o aspecto de sua soberania. A Constituinte é soberana para toda e qualquer deliberação, muito embora não deva, Excelência, essa Constituição guardar, por seu poder, por sua soberania, contradições não recomendáveis, o entretchoque de dissonância, por exemplo, o entretchoque de dispositivos da parte permanente da Constituição com as suas Disposições Transitórias. As disposições transitórias, em nenhum momento, poderão entretchocar-se ou ir de encontro às disposições de caráter permanente. Isso é inquestionável. A Constituinte poderá adotar, essa ou aquela tese para a solução desse ou daquele problema. Legítimo será o parlamentarismo como legítimo será o presidencialismo. Legítimo será o parlamentarismo híbrido à brasileira e legítimo será o presidencialismo autêntico ou o presidencialismo atenuado em favor do fortalecimento do Poder Legislativo. Tudo será legítimo, porque a Constituinte nasceu de um Colegiado confirmado pela vontade popular que, inclusive, elegeu os seus integrantes. Não chega nem a ter peso, Senador Mário Maia, aquela questão levantada no primeiro dia de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, a respeito da participação dos Srs. Senadores eleitos em 1982. Naquela oportunidade, lembra o Senador Mário Maia, o Presidente da sessão, que era o Presidente do Supremo Tribunal Federal, passou a solução da questão para o Plenário, o que veio tão-somente confirmar essa soberania através do próprio Supremo Tribunal Federal, com a sua melhor representação ou o seu melhor represen-

tante, exatamente a pessoa do seu Presidente, no exercício de sua maior atribuição, a de instalar a Assembleia Nacional Constituinte. Não podemos ter a menor dúvida sobre a soberania da Constituinte, nem medo de deliberar. Só um medo deve-nos assaltar: que sejamos contraditórios, que não respeitemos os dispositivos já votados, que criemos disposições transitórias que se entretchoquem com o texto definitivo ou que, dentro do texto definitivo, criemos situações que dificultem a sua futura aplicação. Louvo em V. Exª a coragem e a oportunidade de abordar um tema tão interessante e, de certo modo, de tanto interesse nacional.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Agradeço a V. Exª de vir em socorro aos nossos pálidos argumentos, nessa matéria tão polêmica que tem mobilizado a consciência política e jurídica da Nação. Não poderia ser outro o entendimento, assim pensamos, porque o poder originário vem do voto, principalmente quando o voto é livre, direto e secreto, o voto do povo. E quando o povo foi às urnas e escolheu os seus representantes, através do voto livre, direto e secreto, para se constituir em Assembleia Nacional Constituinte, ele estava dando o atestado de sua soberania absoluta sobre a qual ninguém, nem o Presidente da República, nem seus intérpretes, nem o Sr. Saulo Ramos, Consultor-Geral, nem os Srs. Ministros Militares, que se têm manifestado sobre o assunto, ninguém tem o direito de contestar. Embora tenha ela sido convocada por um artifício de convocação de iniciativa do Poder Executivo, desde quando passou à apreciação da soberania absoluta do povo através do voto, perdeu a Assembleia Nacional Constituinte esse cordão umbilical da providência da sua convocação de iniciativa do Presidente da República, passando a ser autônoma e ter soberania absoluta sobre todos os Poderes. Portanto, é do nosso entendimento que todos os atos da Assembleia Nacional Constituinte se sobrepõem a quaisquer outras disposições legais ou levantadas como legais.

**O Sr. Fernando Henrique Cardoso** — Senador Mário Maia, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Com prazer, Senador e Líder Fernando Henrique Cardoso.

**O Sr. Fernando Henrique Cardoso** — Ouço o discurso de V. Exª e concordo com o que diz sobre o poder originário da Constituinte. V. Exª vem, mais uma vez, enriquecer os nossos debates esta manhã aqui. Aproveito também para pedir ao Presidente Humberto Lucena que tome em consideração que há, em plenário, número suficiente para prosseguirmos, depois, a votação. Pelo art. 340 do Regimento Interno, é possível retomar as votações uma vez que se verifique a presença dos Parlamentares. Pediria, também, ao Senador Mário Maia permissão para, neste aparte que estou dando, comunicar ao Plenário que estivemos ausentes no início da sessão, porque estávamos na Comissão de Relações Exteriores do Senado, assistindo à exposição do Dr. Gabriel Valdez, ex-Chanceler do Chile e ex-Parlamentar chileno, que se encontra presente no Senado. Peço ao Presidente Humberto Lucena que registre este fato auspicioso para todos nós. (Palmas.)

**O SR. MÁRIO MAIA** — Agradeço a V. Exª a solidariedade à nossa exposição e também me



atenção às considerações que a Mesa naturalmente irá fazer sobre a possibilidade de se retomarem os trabalhos no regime de votação. Pediu-se a verificação de votação e não houve *quorum*. Não sei se o Regimento permite, mas tenho o entendimento de que pelo menos deveria passar uma hora até que se pedisse nova verificação de *quorum*. Confesso, porém, que não estou inteirado a respeito do que diz o Regimento, de forma que estarei de acordo como que a Mesa decidir.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Permite o ilustre Colega um aparte?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Concedo o aparte ao nobre conterrâneo, Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Espero que seja realmente um aparte, não um discurso paralelo ao de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MÁRIO MAIA** — Espero igualmente que seja breve, porque também quero abreviar o meu discurso, para dar continuidade ao processo de votação no Senado.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Eu vi V. Ex<sup>a</sup> fazer, se não estou equivocado, uma crítica à manifestação dos ministros militares, não é verdade?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Não. Fiz uma referência aos ministros militares que outorgaram a Constituição...

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Ah! Aqueles anteriores. Pensei que fosse em relação aos atuais.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Não. E aos atuais também fiz uma referência, não fiz uma crítica. Fiz uma referência dizendo que o nosso pensamento é que a soberania da Assembleia Nacional Constituinte se sobrepõe a todas as providências legais atuais e às opiniões contrárias, quer seja do Presidente da República, quer seja do seu Procurador-Geral, quer seja, mesmo dos ministros militares, porque alguns têm-se manifestado pondo em dúvida esta soberania.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Sobre o passado, naturalmente é uma questão histórica que será julgada oportunamente, quando as paixões serenarem. Uns compreendem — é um ponto de vista — que alguém achou que era seu dever, até patriótico, proceder deste modo; outros acham que isso seria uma violência. Então, o julgamento ficará para depois. No caso atual, só gostaria de chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para o fato de que os Ministros que têm falado, eles têm sempre caracterizado isso que V. Ex<sup>a</sup> acabou de salientar. Eles dão uma opinião, mas submetem-se exatamente à soberania da decisão da Constituinte, o que a Constituinte decidir será respeitado. Agora, acho que é justo que dêem uma opinião, a partir de um determinado momento, do seu ângulo visual da questão que está sendo debatida na Constituinte, como o próprio Sr. Presidente da República tem o direito de fazê-lo. S. Ex<sup>a</sup> não tem o direito de sobrepor-se à Constituinte, e V. Ex<sup>a</sup> deixou muito bem marcada a posição.

**O SR. MÁRIO MAIA** — É este o nosso pensamento, também estamos de acordo. Somos daqueles que pensam dessa forma também, que os cidadãos têm, como cidadãos, o direito de opinar sobre as mais diversas situações, principal-

mente políticas, aquelas que dizem respeito aos nossos destinos, que imprimem nas nossas vidas, no nosso comportamento social, familiar, particular e público. De modo que, como pessoa, não vejo impedimento para que, ocupando um cargo de destaque, de Ministro, não possa exarar a sua opinião como pessoa. Penso que não pode falar como Ministro, porque aí estaria falando em nome da sua seção, o Ministro das Forças Armadas estaria falando em nome das Forças Armadas, do Exército, da Aeronáutica ou da Marinha e tenho interpretado que os pronunciamentos desses militares são opiniões pessoais e não correspondem à voz da sua corporação.

Então, Sr. Presidente, prosseguindo, para encerrar, quero fechar aqui as minhas considerações...

**O Sr. José Ignácio Ferreira** — Senador Mário Maia, V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Com prazer, ouço o nobre Senador José Ignácio Ferreira.

**O Sr. José Ignácio Ferreira** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Quero apenas incursionar em seu discurso, tendo esta oportunidade que me deu, para deixar claro, pela minha ótica, essa questão de poder constituinte originário e derivado. Quer dizer, na verdade, a Constituinte que está aí atuando nasceu do voto, foi convocada, nasceu do voto e, afinal, essa ruptura da ordem jurídica, que se pretende para que o poder constituinte seja originário, é uma pretensão muito temerária. Na verdade, esta Constituinte que está aí é uma Constituinte que tem poderes originários no voto e, na verdade, a Constituinte que eu diria originária é aquela que, sem limitações ao seu trabalho constituinte, pelos poderes constituídos, realiza o seu trabalho e dá origem ao Direito novo. Ela tem; portanto, um poder constituinte originário, muito diverso daquele poder constituinte derivado que é deixado como resíduo no texto constitucional para que os legisladores ordinários o exerçam. O poder constituinte derivado é o poder constituinte residualmente deixado pelos Constituintes originários, que somos nós, para que nós, no futuro, já como Congressistas, atuando num Congresso regular, poder constituído, possamos exercer esse direito que, residualmente, nos foi permitido no texto da Constituição. De maneira que me parece que a situação é de uma clareza solar. Era apenas isto.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, como grande jurista que é, que enriqueceu os nossos argumentos. Realmente, houve a ruptura, e quando ela se deu? Foi quando o povo foi às urnas e votou nas teses que estavam sendo expostas naquele momento e que eram as de estabelecer princípios para a elaboração de um novo contrato social entre o Estado e a Nação brasileira.

Portanto, não houve aquela ruptura traumática através de armas ou derramamento de sangue. Mas houve a ruptura através da manifestação, incontestada, da soberania do povo, através do seu voto.

E, assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, encerro aqui as minhas considerações, dizendo que, coerente com todo o nosso passado político, coerente com a nossa pregação como um dos integrantes da campanha pelas eleições diretas em

1984, como um dos últimos elementos a ser convencido pelo atual Presidente do Congresso Nacional e do Senado, nosso companheiro e Senador Humberto Lucena, que à época era o meu Líder, juntamente com a Liderança da Câmara àquela época e o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, convencido, dramaticamente, de que deveria ir ao Colégio Eleitoral para nunca mais termos um Presidente da República eleito através do espúrio Colégio Eleitoral. Fomos e acreditamos que o tempo ia ser breve, no máximo de quatro anos, e é por isso que continuamos aqui, na trincheira, defendendo os quatro anos para o Presidente da República.

Para amenizar um pouco a nossa tese, apresentamos uma emenda à Comissão de Sistematização, que deve ser apreciada nos próximos dias, para que não houvesse uma discriminação do tempo do mandato do atual Presidente da República. E para os futuros mandatos dos Presidentes que não de ser eleitos, apresentamos uma emenda constitucional para o período de quatro anos, com direito à reeleição por mais um período subsequente.

Espero que os Srs. Senadores apreciem a nossa emenda e acatem-na, como uma solução para esse impasse entre os quatro e os cinco anos que estaremos decidindo dentro em breve.

Portanto, nesta oportunidade, aqui da tribuna do Senado da República, quero reafirmar o meu passado, dizendo, neste presente, que votarei pelos quatro anos para o mandato do atual Presidente da República e, se possível, dos demais Presidentes que não de sucedê-lo. Votarei também pelo presidencialismo, porque acho inoportuno que se implante agora, nesse momento tumultuado de dificuldades por que atravessa o Brasil, o parlamentarismo como uma forma de Governo, que viria como um paliativo, como uma panacéia para resolver todos os problemas que estamos atravessando. Não vai resolver e será mais uma oportunidade de se descaracterizar a tese parlamentarista, como em 1962 o foi, porque, embora eu respeite profundamente a opinião dos Srs. Parlamentaristas que defendem, por convicção, as vantagens desse sistema de governo, nós compreendemos que no atual momento tornou-se semelhante — este momento histórico atual — àquele de 1962, quando foi implantado o parlamentarismo, sem se consultar previamente o povo e, quando o povo foi consultado, rejeitou-o fragorosamente.

E agora, Srs. Senadores, se repetirmos, irá acontecer a mesma coisa, porque o povo não foi consultado previamente. Se implantarmos agora o parlamentarismo, o povo vai exigir um plebiscito e, nesse plebiscito, o povo vai rejeitar o sistema parlamentarista como uma forma de governo capaz de resolver todos os problemas do Brasil.

Era o que tinha a considerar, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** (PMDB — SP) — Sr. Presidente, reitero a questão que coloquei há pouco. Há número suficiente para que nós retomemos a votação da Ordem do Dia. Portanto, peço a V. Ex<sup>a</sup> que retome a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Antes de decidir a questão de ordem suscitada



por V. Ex<sup>a</sup>, nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, a Mesa acolhe com muita honra o registro feito por V. Ex<sup>a</sup> à recente presença neste Plenário do grande Líder político e democrático Gabriel Váldes.

Realmente, o Regimento Interno, no seu art. 340, § 2º, diz, textualmente:

"Sobrevindo, posteriormente, a existência de número, voltar-se-á à matéria em votação, interrompendo-se o orador que estiver na tribuna, salvo se estiver discutindo proposição em regime de urgência e a matéria a votar estiver em tramitação normal."

Por conseguinte, a Mesa acolhe a questão de ordem do nobre Líder do PMDB e volta à matéria em votação na Ordem do Dia, anunciando o item 3

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1988 (nº 6/87, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho — OIT, que especifica, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário, nos termos do substitutivo que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão extraordinária anterior, tendo sido a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O Sr. Ruy Bacelar** — Peço verificação de quorum, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Vai-se proceder à verificação requerida pelo nobre Senador Ruy Bacelar.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

**O Sr. Ruy Bacelar** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena)

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. RUY BACELAR** (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o artigo que V. Ex<sup>a</sup> acaba de citar, o art. 340, — se não ouvi mal, diz claramente que é necessário haver o número suficiente de Senadores presentes no Plenário.

V. Ex<sup>a</sup> seria obrigado, no meu entender, a colocar a matéria em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Foi isso que fiz, nobre Senador.

**O SR. RUY BACELAR** — Mas tendo a certeza de que haveria no Plenário 37 Srs. Senadores. V. Ex<sup>a</sup> assim não o fez, e colocou em votação. Se houvesse 15 Srs. Senadores e se nenhum Senador pedisse verificação, a matéria seria aprovada. No meu entendimento, V. Ex<sup>a</sup> deveria, primeiro, verificar se estão em plenário 37 Srs. Senadores. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que fizesse, primeiro, esta verificação, para, após, colocar a matéria em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Nobre Senador Ruy Bacelar, a Mesa, evidentemente, não tomaria esta decisão sem os cuidados necessários.

A Assessoria verificou plenamente e está aí visual a presença de número no Plenário. Daí o procedimento da Mesa, atendendo a uma questão de ordem do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

Anunciada a votação, vai-se proceder à verificação requerida por V. Ex<sup>a</sup>, nos termos regimentais.

**O SR. RUY BACELAR** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Os Líderes já se manifestaram a respeito da matéria.

Como vota o Líder do PMDB.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** (PMDB — SP) — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — O Líder do PMDB vota favoravelmente. Os demais Líderes já se pronunciaram favoravelmente, na votação anterior.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)  
(*Procede-se à votação.*)

**VOTAM SIM OS SRS. SENADORES:**

Afonso Arinos  
Albano Franco  
Alfredo Campos  
Almir Gabriel  
Aureo Mello  
Carlos Chiarelli  
Chagas Rodrigues  
Cid Carvalho  
Dirceu Carneiro  
Divaldo Suruagy  
Edson Lobão  
Francisco Rollemberg  
Fernando Cardoso  
Guilherme Palmeira  
Jarbas Passarinho  
José Agripino  
José Ignácio  
José Richa  
Leite Chaves  
Leopoldo Perez  
Lourival Baptista  
Luiz Viana  
Marcondes Gadelha  
Mário Maia  
Mauro Benevides  
Meira Filho  
Nelson Carneiro  
Nelson Wedekin  
Olavo Pires  
Pompeu de Souza  
Rachid Derzi  
Raimundo Lira  
Ronaldo Aragão  
Ronan Tito  
Severo Gomes  
Wilson Martins.

**ABSTÉM-SE DE VOTAR O SENADOR:**

Ruy Bacelar.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Vai-se proclamar o resultado. (Pausa.)  
Votaram Sim 36 Srs. Senadores. Houve 1 abstenção. Com o Presidente 38.

O substitutivo foi aprovado.

Aprovado o substitutivo fica prejudicado o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

**Redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1988 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados.)**

O relator apresenta a redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1988 (nº 6/87, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Convenções da Organização Internacional do Trabalho — OIT que especifica. Sala das Sessões, 17 de março de 1988. — Nelson Carneiro, Relator.

#### ANEXO AO PARECER

**Aprova os textos das Convenções da Organização Internacional do Trabalho — OIT, que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos das seguintes Convenções da Organização Internacional do Trabalho — OIT:

I — Convenção nº 159, adotada durante a 69ª Sessão, realizada em 1º de junho de 1983;

II — Convenção nº 160, adotada durante a 71ª Sessão, realizada em 7 de junho de 1985: aprovação parcial, abrangendo apenas as obrigações derivadas dos artigos 7º, 8º, 9º, 10, 12, 13, e 15 da parte II;

III — Convenção nº 162, adotada durante a 72ª Sessão, realizada em 4 de junho de 1986.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas, a matéria é dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos regimentais. A matéria voltará à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Item 4:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1988, de autoria do Senador Nabor Júnior, que dispõe sobre benefícios fiscais do Imposto de Renda relativos às doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas às vítimas das enchentes nos estados do Acre e Rio de Janeiro, em 1988, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**. Proferido em Plenário.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão extraordinária anterior, tendo sido a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o projeto, em primeiro turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O Sr. Ruy Bacelar** — Peço verificação de quorum, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Vai ser feita a verificação solicitada pelo nobre Senador Ruy Bacelar.

Solicito o voto de Liderança.  
Como vota o Líder do PMDB?

**O Sr. Fernando Henrique Cardoso** — O PMDB vota "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder do PFL?

**O Sr. Carlos Chiarelli** — O PFL vota "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder do PDS?

**O Sr. Jarbas Passarinho** — O PDS vota "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Como vota o Líder do PDT?  
(Pausa.)

Como vota o Líder do PDC? (Pausa.)

Como vota o Líder do PMB? (Pausa.)

Como vota o Líder do PSB? (Pausa.)

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

#### VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Afonso Arinos  
Albano Franco  
Alfredo Campos  
Almir Gabriel  
Aureo Mello  
Carlos Chiarelli  
Chagas Lobrigues  
Cid Carvalho  
Dirceu Carneiro  
Divaldo Suruagy  
Edison Lobão  
Francisco Rollemberg  
Fernando Cardoso  
Guilherme Palmeira  
Jarbas Passarinho  
José Agripino  
José Ignácio  
José Richa  
Leite Chaves  
Leopoldo Perez  
Lourival Baptista  
Luiz Viana  
Marco Maciel  
Mário Maia  
Mauro Benevides  
Meira Filho  
Nelson Carneiro  
Nelson Wedekin  
Olavo Pires  
Pompeu de Sousa  
Rachid Derzi  
Raimundo Lira  
Ronaldo Aragão  
Ronan Tito  
Severo Gomes  
Wilson Martins

**ABSTÉM-SE DE VOTAR O SR. SENADOR:**  
*Ruy Bacelar*

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Vai ser proclamado o resultado. (Pausa.)

Votaram Sim 36 Senadores. Houve 1 abstenção, com o Presidente 38.

O projeto foi aprovado em primeiro turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Passa-se à apreciação do projeto, em segundo turno.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas, o projeto é definitivamente aprovado, nos termos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, a redação final, elaborada pelo Relator, Senador Leopoldo Peres, a ser lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

#### Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1988.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1988, de autoria dos Senhores Senadores Nabor Júnior e Alfredo Campos, que dispõe sobre benefícios fiscais do Imposto de Renda relativos às doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas às vítimas das enchentes ocorridas nos Estados do Acre e Rio de Janeiro, em 1988.

Sala das Sessões, 17 de março de 1988. — **Leopoldo Peres**, Relator.

#### ANEXO AO PARECER

**Dispõe sobre benefícios fiscais do Imposto de Renda relativos às doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas às vítimas das enchentes ocorridas nos Estados do Acre e Rio de Janeiro, em 1988.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Poderão ser abatidas da renda bruta ou admitidas como despesa operacional as doações e contribuições, em dinheiro, comprovadamente feitas pelos contribuintes do Imposto de Renda às vítimas das enchentes e inundações ocorridas nos Estados do Acre e Rio de Janeiro, em 1988.

Art. 2º Os valores das doações e contribuições a serem considerados como abatimento da renda bruta ou despesa operacional dos doadores não poderão exceder o limite de 20% (vinte por cento) da renda bruta, no caso de pessoas físicas, e de 10% (dez por cento) do lucro operacional, antes de computada essa dedução, no caso de pessoas jurídicas.

Art. 3º Esta lei se aplica às doações e contribuições efetuadas no ano de 1988.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — **Item 5:**

Votação em turno único, do Requerimento nº 20, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos editoriais intitulados "Escola de Ditadores" e "Curva da História", publicados, respectivamente, nos últimos dias 7 e 8 de março, no **Jornal do Brasil**.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será atendida a solicitação.

São os seguintes os editoriais cuja transcrição foi aprovada.

#### ESCOLA DE DITADORES

Está a caminho uma segunda rodada sobre a conveniência de adotar o parlamentarismo no Brasil. A preferência revelada pela Constituinte, na fase da sistematização das emendas, só chegou a ser surpresa para os candidatos a presidente. A opinião pública há tempos vem emitindo sinais de que o sistema parlamentar de governo se oferece como alternativa consagrada pela experiência universal. A crise política brasileira se confundiu com o presidencialismo.

O esgotamento do autoritarismo implicou a condenação do sistema presidencialista de governo: o excesso de poderes se revelou incapaz de gerar soluções à altura social, econômica e política do Brasil moderno. Se a solução não pode mais estar em mãos de um único homem, também não é mais admissível fazer o país viver à espera de uma figura carismática. Todas as soluções que se afastam do padrão democrático já foram tentadas sem resultados. Portanto, a alternativa universal e natural que se apresenta é o parlamentarismo.

Os brasileiros rapidamente se converteram ao sistema colegiado de governo, pela natural desilusão crítica com o presidencialismo. O longo período autoritário não deixou margem para qualquer ilusão democrática. Os presidencialistas sustentavam-se com o argumento de que o sistema parlamentar de governo equivaleria à institucionalização da crise política. Pois o argumento se voltou contra o próprio presidencialismo, que se identificou diretamente com a impotência administrativa, crise de governo e o imobilismo político.

Os cidadãos abriram os olhos para uma diferença clara: só uma nação adota com sucesso o presidencialismo — os Estados Unidos. A Europa fez toda a sua evolução política, desde o fim das monarquias absolutas, aperfeiçoando o sistema parlamentar de governo. A conversão das monarquias absolutas aos regimes constitucionais consagrou os governos de gabinete, que o Brasil conheceu antes de se tornar república. O saldo histórico do parlamentarismo brasileiro, no segundo império, não pode ser depreciado pelo reparo de que éramos uma nação de economia limitada e população reduzida. A estabilidade política, num período de enormes dificuldades, tem

um valor que não pode ser negado apenas com retórica.

Nem o presidencialismo e nem o federalismo reproduziram, no Brasil, o sucesso de origem: atenderam às condições peculiares dos Estados Unidos, mas aqui não corresponderam. Apenas nominalmente somos uma federação. E o nosso presidencialismo foi uma escola de autoritarismo, com alguns ditadores diplomados pelo excesso de poderes, e outros aspirantes que se atrapalharam com o seu uso. A crise se tornou a sombra do presidencialismo brasileiro.

Era inevitável que um eleitorado numeroso e qualificado pelo desenvolvimento social, depois de um longo período autoritário, amadurecesse a conclusão de que a transição recomenda o parlamentarismo como a solução mais adequada. Primeiro, pelos antecedentes históricos: o governo de gabinete já foi aprovado, enquanto vigorou, no século passado, como o mais produtivo e estável período político que a nação conheceu. Em segundo lugar, a República tem o direito de experimentar em condições normais, sem estar a serviço de interesses personalistas e sem os híbridos que invalidaram a solução de 1961.

O parlamentarismo é um sistema de governo que se caracteriza pela despersonalização do poder, que o presidencialismo acentua até o autoritarismo. O governo colegiado — argumentam os adversários do parlamentarismo — pressupõe a existência de partidos formadores de quadros políticos. Ora, nesse caso a falta de partidos bem estruturados entre nós é uma denúncia frontal da falência do presidencialismo. A república já vai completar cem anos, e nunca teve partidos modernos. A chamada primeira república, que desmoronou em 1930, serviu-se de partidos regionais que sobreviveram à monarquia, por um bipartidarismo instintivo. Os partidos oligárquicos mantinham o rigor seletivo no recrutamento e na formação de quadros dirigentes.

Se o presidencialismo não criou partidos nacionais, de organização moderna, para gerir uma nação industrializada, a culpa não é do parlamentarismo. Está é mais uma razão para se fazer a sério a tentativa de encontrar soluções políticas — e criar partidos altamente qualificados — com o regime de gabinete. O presidencialismo nunca foi interessado em gerar partidos: a república só conheceu o partido do governo e o partido que, por ser excluído dos favores políticos, se chama oposicionista.

O parlamentarismo é a oportunidade histórica para se criarem partidos comprometidos com programas de governo e soluções responsáveis. Além de tornar transparentes os partidos, o parlamentarismo restringe o âmbito das divergências e circunscreve o risco de qualquer crise, que no presidencialismo se aprofunda e se alastra pelas instituições. A substituição de gabinetes parlamentares é de natureza do regime colegiado: os ocupantes dos cargos de governo (em nível ministerial) são delegados do partido ou da coalizão que estiver no poder. Enquanto contarem com sustentação parlamentar, exercerão o poder nos termos da proposta com que o gabinete foi aprovado pelo Congresso. Perdida a confiança da maioria, desfaz-se a coligação e substituem-se os ministros.

O sofisma presidencialista, entre nós, insinua que o parlamentarismo no Brasil será semestral.

Fica implícita a observação de que, a cada semestre, seria necessário mudar toda a cúpula administrativa. É engano, ou má fé, porque o parlamentarismo mantém a estrutura administrativa permanente fora das oscilações políticas. Mudam apenas os ministros e os cargos de sua estrita confiança pessoal no gabinete. Portanto, o primeiro benefício será exatamente a separação definitiva entre a administração e a política.

Os brasileiros vieram se dando conta de que as estatísticas exprimem verdades que não podem ser negadas com retórica. Os países da Europa são parlamentaristas, e nenhum deles pensa em mudar. Ao contrário, a América Latina, monoliticamente presidencialista, não é exemplo de estabilidade. Pelo contrário, é uma escola de ditadores com propensões caricatas.

A oportunidade para o Brasil é realmente histórica: já que os presidentes não correspondem às expectativas de que o paternalismo político cercou o cargo, e se desconhece qualquer contribuição democrática por parte desse sistema de governo, tudo aconselha o Brasil a aproveitar as circunstâncias históricas e tentar a sério, sem fazer concessões, o governo de gabinete.

Está suficientemente claro que não é pelo atual ocupante da presidência da República que os constituintes exprimem uma preferência nítida pelo sistema parlamentar de governo. A experiência acumulada convenceu a opinião pública e obriga os constituintes a levar em conta outros aspectos históricos, políticos e doutrinários na visão das necessidades políticas brasileiras.

Não cabe alegar a frustração da experiência parlamentar de 1961, que ficou moral e politicamente comprometida pelas razões casuísticas predominantes na sua aprovação durante uma crise militar. Não se muda um sistema de governo para evitar a posse de um vice-presidente eleito pelo voto direto. Ficou entendido, na ocasião, que se tratava de um artifício político para contornar o veto dos militares à posse de João Goulart. Entendeu-se, em consequência, que era lícito ao presidente despojado de poderes lutar para recuperar aquilo a que tinha direito.

É sintomático que, tendo recuperado os poderes presidencialistas, João Goulart tenha acelerado a crise e o desfecho que liquidou o próprio regime constitucional. Era o presidencialismo em crise, que não se salvou nem mesmo com os vinte anos de autoritarismo. E muito menos pelo exercício dos poderes personalizados na transição: o presidente da República sentiu-se induzido a confrontar os poderes da Constituinte, mesmo sem ter condições políticas e legitimidade suficientes, pois nem sequer foi eleito pelo voto direto e sua posse foi juridicamente discutível.

A visão da crise, sempre possível no presidencialismo, dadas as suas conhecidas implicações institucionais, recomenda a aprovação do parlamentarismo. **O Jornal do Brasil**, que nasceu com a convicção presidencialista, e sempre foi seu defensor, com a mesma lealdade se declara convencido da necessidade de experimentarmos a sério o sistema parlamentar de governo. Sem motivos subalternos e sem razões casuísticas, mas como lucidez histórica e certeza democrática.

#### CURVA DA HISTÓRIA

Em várias oportunidades, desde a reconstitucionalização em 1946, a sociedade brasileira sen-

tuiu a completa falência do sistema presidencialista de governo, mas não teve oportunidade de considerar objetivamente o parlamentarismo como solução para males políticos que se identificaram com a própria natureza do regime republicano. A evolução natural do pensamento político foi comprometida pela maneira traumática utilizada em 1961 para introduzir o parlamentarismo: como instrumento de restrição de política, e pela forma híbrida e inautêntica.

A idéia parlamentarista precisou esperar muito tempo no Brasil para merecer a oportunidade que se apresentou a esta Constituinte, afrontada diante de problemas que se acumulavam pela própria incapacidade do presidencialismo para resolvê-los politicamente. Há uma convergência de circunstâncias na criação desta oportunidade que transcende qualquer imediatismo.

Não é o desempenho de um presidente da República que patrocina o exame do parlamentarismo neste momento crucial da Constituinte: é o próprio presidencialismo, que concentra em si a idéia de falência como sistema de governo para gerir, com um mínimo de eficiência, uma nação com o porte do Brasil. População, extensão, diversidades regionais, desigualdades econômicas tornaram-se testemunhas da ineficiência política do presidencialismo, que, em consequência, gera a nostalgia de figuras carismáticas. Entre presidentes fracos e pretendentes a ditador, não há estabilidade política possível.

A percepção crítica do presidencialismo acelerou-se no atual governo de transição, porque a nação se deixou convencer de que seria suficiente sair do autoritarismo para tudo dar certo. O autoritarismo passou a ser visto como a exacerbação do presidencialismo e, igualmente, um modelo que se esgotou no Brasil. Nada mais têm a oferecer, exceto novos pretendentes a ditador.

Falta, no entanto, abrir a exame completo o que o parlamentarismo tem a oferecer como solução. Não se trata de utilizá-lo como recurso político, à maneira de 1961, quando foi adotado para resolver um impasse entre ministros militares e o Congresso. Não há, portanto, motivos subalternos. As condições políticas são ideais, porque isentas de qualquer suspeita. O presidente da República está devidamente informado de que o mandato presidencial será de quatro anos, e o dele não será exceção. O sistema de governo se apresenta, portanto, como um desafio à capacidade de pensar objetivamente por parte do brasileiro.

Por que teria o Brasil de se sentir aprisionado no círculo de giz do presidencialismo? Por que, então, o tabu de que, tendo a proclamação da República sido iniciativa militar, o presidencialismo é sagrado? Não foi pela proteção militar que o presidencialismo se caracterizou como uma das causas do nosso atraso político perante a opinião pública. Foi a verificação de que ele deixou de enganar os cidadãos, a partir do momento em que ninguém confia mais em milagres políticos. Uma democracia não pode sobreviver com a prestidigitação de políticos carismáticos. O padrão de assistencialismo estatal esgotou-se definitivamente. A sociedade quer participar, e tem reiterado a disposição de valer-se desse direito coletivo para o fazer presente à vida nacional.

Chegou a oportunidade. O parlamentarismo é, de uma forma genérica, e para a compreensão

mais ampla do eleitorado, o governo exercido pelo parlamento. É, portanto, o Congresso o responsável, perante a Nação, pela administração pública. E, para que possa administrar e responder pelos seus atos, o Congresso assume obrigações de que estava isento sob o presidencialismo. O mecanismo é mais ou menos o mesmo, por toda parte onde vigora o sistema parlamentar de governo: o presidente da República (ou o rei, nas monarquias) indica um membro do parlamento para organizar o gabinete. O primeiro-ministro forma, dentro do partido, o gabinete que exprime o programa que conquistou a graça de majoritário; o, quando existem vários partidos de força equivalente, compõe um ministério em torno de um programa de governo com ministros oriundos de muitos partidos. Os indicados, no parlamentarismo ortodoxo, são todos parlamentares. O gabinete é submetido então, com o programa de governo, à votação do Congresso.

Depois de aprovado, o governo. Se não for aprovado, recomeçam os entendimentos, em geral com outra indicação de primeiro-ministro. Na primeira hipótese, o gabinete governa, mas é questionado permanentemente no Congresso. A oposição lhe cobra diariamente contas pelo que faz ou deixa de fazer. Em determinadas circunstâncias, cabe a apresentação do voto de desconfiança que, se aprovado pela maioria, deruba o gabinete. É assim que funciona, em princípio, o regime sujeito a variações mínimas, que o caracterizam sempre como governo colegiado, de responsabilidade coletiva.

O teor democrático do parlamentarismo é sempre muito superior ao do presidencialismo. A começar de que não há possibilidade de que resvale para o autoritarismo. É a prática mais difundida de democracia, como responsabilidade do governo e como formação e seleção de governantes. Em primeiro lugar, porque, circunscrevendo os ministros à área parlamentar, obriga as vocações políticas a fazer uma opção: entrarem para os partidos e se elegerem. Sem essa preliminar, não se habilitam a exercer cargos de ministros, com responsabilidades políticas. Em segundo lugar, porque obriga os partidos a procurarem melhores candidatos e qualificar, por necessidade, os seus candidatos. Já é tempo de se pensar na melhor qualidade de nomes públicos para o Brasil.

O contraste com o presidencialismo é chocante. No sistema presidencialista de governo, o presidente nomeia e demite quem ele bem entende, seja ou não político. Não é por outra razão que o presidencialismo não conseguiu melhorar qualquer partido político nem formar homens públicos competentes. O próprio PSD, tido como celeiro de administradores, foi no máximo uma escola de pós-graduação no período constitucional de 1946 até 64: os seus melhores valores saíram do Estado Novo. A prova foi que, liquidada pelo tempo a geração dos pessedistas históricos, nenhuma outra se apresentou. Nem mesmo a Arena, com todo o autoritarismo, criou competência. O presidencialismo foi estéril.

Mas a experiência histórica, portanto universal, não apresenta o parlamentarismo como solução mágica e democrática, por uma espécie de dom sobrenatural, e sim pela prática da responsabilidade política: sistema distrital é insubstituível como preliminar das relações entre o candidato e o eleitor, e, em seguida, entre o eleito e o eleitor.

O Brasil tem tentado retomar o distrito eleitoral, mas o peso dos interesses fisiológicos esmaga as convicções e adia sempre o problema para outra oportunidade. Adiam-se também as soluções e mantêm-se a crise. O presidencialismo é a crise, em boa parte porque é o escoadouro de todas as impurezas geradas pelo sistema proporcional de votação. O comércio de votos, o tráfico de influência, as barganhas mais vergonhosas são do conhecimento geral.

A própria Constituinte foi eleita pelo sistema proporcional, mas não se deu conta de tudo que ele transfere para a vida pública, a começar da idéia de que o mandato deve ser um empreendimento pessoal rentável, porque os próprios candidatos são os primeiros a denunciar que custa uma fortuna a eleição de cada um. Fica no ar a dúvida: e como se arranja quem não se elege? Uma vez eleito, no entanto, o candidato esquece a denúncia que fez antes. O eleitor fica com a impressão de que o eleito se sente com o direito a se ressarcir dos custos mediante a utilização do mandato para fins que não o bem público.

O distrito eleitoral reduz drasticamente os custos de uma campanha política que o candidato a deputado desenvolve em espaço social e físico muito menor. A disputa em si também é mais autêntica: o eleitor faz uma escolha num número muito menor de candidatos. Cada partido entra com um ou dois candidatos num distrito. Os candidatos precisam conquistar a confiança e, uma vez eleitos, para mantê-la terão de procurar os eleitores e prestar-lhes contas dos seus atos.

Não há dúvida de que o Brasil sente grande falta de um processo de relacionamento direto entre candidatos e eleitores, e depois entre eleitos e eleitores.

O distrito eleitoral é o canteiro onde nascem partidos autênticos e fortes, bem como representações autênticas e legítimas. Os grandes defensores, por sinal equivocados, dessa inautenticidade que é o voto proporcional, são as esquerdas, por isso sempre suspeitas de jogar em seu futuro na crise. Os constituintes terão que examinar, com realismo e coragem, a conveniência de acabar com a prática do pires eleitoral na mão, para colher voto como esmola. O voto proporcional é o responsável pela figura do barão eleitoral, que por ser mais aquinhoado que os companheiros de chapa se sente com o direito a privilégios para se candidatar a cargos de voto majoritário, nos postos executivos.

Neste momento, os constituintes precisam ser coerentes e ver a questão política e institucional brasileira em todas as suas consequências. Será um crime perder-se o momento histórico para votar um sistema híbrido de governo. Presidencialismo é presidencialismo e parlamentarismo é parlamentarismo. Não há parlamentarismo sem a hipótese de dissolução do Congresso, e nova eleição imediata, para se estabelecer a responsabilidade clara e evitar a criação de impasses.

É preciso ficar bem claro, tendo a História como testemunha, que a idéia de se aprovar o parlamentarismo nada tem a ver com o baixo desempenho do governo Sarney e com a candidatura Leonel Brizola, ou qualquer outra. E para que não pareça a menor dúvida, os constituintes precisam ser coerentes e estabelecer a perfeita relação política dos meios com a finalidade. Não há formas intermediárias de parlamentarismo. Só com a autenti-

cidade da concepção parlamentar de governo será possível assumir a responsabilidade de encontrar soluções para este país que perdeu a confiança no presidencialismo.

O parlamentarismo se destina a trazer estabilidade política para o Brasil e devolver ao brasileiro a confiança na democracia que não pode ser eternamente adiada, como esta transição que jamais termina e que já se confundiu com a própria crise do presidencialismo.

Com o voto, pois, os constituintes.

#### O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 21, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro Aluizio Alves, da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República — Sedap, a fim de que, perante o Plenário do Senado, preste informações sobre estudos que estariam sendo feitos visando alterar a política salarial do Governo.

De acordo com o inciso II, alínea c, do art. 322, combinado com o art. 328, do Regimento Interno, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo nominal. Tendo havido, entretanto, acordo das Lideranças, a matéria será submetida ao Plenário simbolicamente.

Em votação o requerimento.

O Sr. Leite Chaves — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves, para encaminhar a votação.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Surpreendo-me em que não esteja também, na Ordem do Dia, a votação do requerimento para comparecimento a esta Casa do Sr. Ministro das Comunicações. Eram três requerimentos, para que comparecessem o Ministro Aluizio Alves, da Administração, o Ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda e o Ministro das Comunicações. Eu me surpreendo, porque o requerimento foi feito oportunamente em forma regular, e acho que, digamos, é de extrema importância o comparecimento desses Ministros ao Senado Federal.

Esta Casa hoje, está sendo um tribunal de justiça, uma instância superior, para julgar acusações contra terceiros, inclusive, de corrupções. E o Ministro, taxativamente, nominalmente, acusou pessoas desta Casa de estarem usando suas influências para concessão ou obtenção de canais de televisão e de rádio. E mais: acusou as Lideranças desta Casa. Mais ainda, acusou de que determinadas Lideranças não pediram apenas a concessão de um canal, mas de 41 canais. E isso deixa de ser apenas interferência para ser agenciamento. Esta Casa está altamente comprometida aos olhos da Nação. E o pior é que muitos destes Senadores acusados são presidentes e Relatores de Comissão.

Então, Sr. Presidente, este Ministro e os próprios Senadores têm necessidade de esclarecer à Casa

o porquê dessas concessões. Eles não têm autoridade para se arvorar em juizes, sem que antes mostrem que as suas consciências, seus comportamentos são da mais alta dignidade, como os reclamados por esta Casa.

Faço este pronunciamento, Sr. Presidente, na esperança de que V. Exª, na próxima sessão, vote a presença do Ministro em plenário e não em comissões, porque esta Casa tem que ter a serenidade e a grandeza para ver que não há, digamos, lhanhezal, grandeza e respeitabilidade, em trazer um Ministro para uma Comissão em que o Relator é um dos acusados. S. Exª terá que se pronunciar nesta Casa.

Sr. Presidente, encerro aqui, na certeza de que na próxima vez, o nome do Ministro estará aqui para se esclarecer em plenário, sob pena de esta Casa não ter qualificação nenhuma para julgar ninguém e, muito menos, os corruptos que estão sendo apontados ao País.

Sr. Presidente, V. Exª conhece meu comportamento nesta Casa, de forma que o Senado não se sairá bem se não proceder dessa forma. O Ministro terá que vir aqui, ser muito bem tratado, prestará seus esclarecimentos e será interpelado, na forma regimental. Do contrário, não teremos o respeito da Nação por nosso comportamento, quando nos arvoramos em árbitros do comportamento moral das outras pessoas.

Voto a favor, na esperança de que, na próxima sessão, V. Exª coloque o requerimento em pauta, como colocou esses dois.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Nobre Senador Leite Chaves, a Presidência cumpre o dever de esclarecer a V. Exª e à Casa que a inclusão dos requerimentos, hoje, em pauta, relacionados com a convocação dos Ministros da Administração e da Fazenda, deve-se ao fato de que têm eles uma preferência regimental, por terem sido assinados por todos os Líderes, ao passo que o de V. Exª tem apenas a sua assinatura pessoal.

Fique certo V. Exª de que, oportunamente, o seu requerimento será incluído em Ordem do Dia.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Item 7:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, a fim de prestar, perante o Plenário do Senado, informações sobre estudos que estariam sendo feitos visando alterar a política salarial do Governo.

De acordo com o inciso II, letra c, do art. 322, combinado com o art. 328 do Regimento Interno, depende, para a sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo nominal.

Tendo havido, porém, acordo entre as Lideranças, a matéria será submetida ao Plenário, simbolicamente

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro de Estado da Fazenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 97, de 1988 (nº 119/88, na origem), de 25 de fevereiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Ernes Pedro Pedrassani, titular do cargo de Juiz Togado do colendo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), para o cargo de Ministro Togado do egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

Item 9:

Mensagem nº 100, de 1988 (nº 125/88, na origem), de 14 de março de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marcos Vinícius Rodrigues Vilaça para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho. (Dependendo de parecer.)

As matérias constantes dos itens 8 e 9 da pauta, nos termos da alínea h do art. 402 do Regimento Interno deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja cumprido o disposto regimental.

*(A sessão toma-se secreta às 13 horas e 9 minutos e volta a ser pública às 13 horas e 34 minutos.)*

*O Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Dirceu Cameiro, Terceiro-Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Cameiro) — Está reaberta a sessão.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 23 de 1988 lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1988.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1988 (nº 401/88, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971.

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designa o eminente Senador Ronaldo Aragão para proferir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1988.

**O SR. RONALDO ARAGÃO** (PMDB — RO. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De iniciativa do ilustre Deputado Ailton Sandoval, vem a exame desta Casa projeto de lei alterando o dispositivo da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971.

Justificando a sua proposição, o ilustre autor esclarece: "Em conformidade com a legislação partidária vigente, os candidatos e suplentes ao Diretório Regional têm o prazo de trinta dias, anteriores à Convenção, para requererem o competente registro.

No decorrer do longo tempo em que tem vigorado tal exigência legal, a prática nos tem demonstrado, exaustivamente, que o prazo de trinta dias é por demais extenso para providência tão simples quanto a do registro dos candidatos e respectivos suplentes.

Para confirmar tal evidência basta lembrar que, para o registro de candidatos e suplentes aos Diretórios Municipais, a lei fixa o prazo de apenas dez dias anteriores à Convenção."

Assim, a proposição intenta alterar o art. 43 da Lei nº 5.682, de 1971, de forma a que o registro de candidatos e suplentes ao Diretório Regional seja requerido, por escrito, à Comissão Executiva Regional até 10 (dez) dias antes da Convenção por um grupo mínimo de 20 (vinte) convencionais para cada chapa.

Nos Territórios Federais o registro de candidatos poderá ser requerido por um grupo mínimo de 10 (dez) convencionais.

Destaque-se, de outra parte, que os grupos de convencionais que requerem registro de chapa poderão enviar cópia dela até 5 (cinco) dias antes da Convenção ao Tribunal Regional Eleitoral, que a arquivará.

Considerando que a proposição não encontra óbices de ordem jurídico-constitucional nem regimental e está vazada em observância à boa técnica legislativa, somos pela aprovação do projeto em exame.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Cameiro) — O parecer é favorável.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão e estando a matéria em regime de urgência, passa-se imediatamente à votação.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA****Nº 4, de 1988****(Nº 401/88, na origem)****Altera dispositivo da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. O registro de candidatos e suplentes, ao Diretório Regional, será requerido, por escrito, à Comissão Executiva Regional, até 10 (dez) dias antes da Convenção, por um grupo mínimo de 20 (vinte) convencionais para cada chapa.

§ 1º Nos Territórios Federais o registro de candidatos poderá ser requerido por um grupo mínimo de 10 (dez) convencionais.

§ 2º Os grupos de convencionais que quiserem registro de chapa poderão enviar cópia da mesma, até 5 (cinco) dias antes da Convenção, ao Tribunal Regional Eleitoral que a mandará arquivar."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O Sr. José Ignácio Ferreira** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** (PMDB — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É breve, mas é necessário. O item 1 da pauta, já votado, cogita da votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, no período definido aqui. Muito bem. Volta a Casa a examinar matéria dessa espécie, quando isso já foi enfocado anteriormente.

Em face do texto do art. 44 da Constituição, é da competência exclusiva do Congresso Nacional o exame desta matéria.

A meu ver, fica muito difícil para o Senado Federal examinar uma matéria destas quando a competência é exclusiva do Congresso Nacional. Dir-se-á: mas, o Congresso Nacional, quando se reúne, toma-se o voto da Câmara e toma-se o voto do Senado. Congresso é uma coisa. As duas Casas estão juntas. Senado é Senado, Câmara é Câmara. A competência privativa do Senado está no art. 42 da Constituição Federal. A competência privativa da Câmara está no art. 40 da Carta Magna. E não há referência a matérias desse tipo aqui. Pelo contrário: o art. 44 estatui que é da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País.

De maneira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no mínimo, esse assunto seja enviado pela Mesa à Comissão de Constituição e Justiça, para que possa examiná-la suficientemente, a fim de que não volte mais depois de examinada, e, se concluir, como me parece certo, em face da clareza do

inciso III do art. 44 da Constituição Federal, não volte mais para exames singularizados da Câmara e do Senado matéria dessa espécie.

É essa a solicitação que eu faço à Mesa, para que seja encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, para o exame devido.

Esta a solicitação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — A Presidência, considerando a intervenção do nobre Senador José Ignácio Ferreira, lembra que este é um procedimento que tem sido historicamente tomado nos tempos em que a minha memória é capaz de registrar e também da nossa presença no Parlamento brasileiro. De modo que, o que se fez foi apenas a praxe que se vem consagrando aqui, no Parlamento.

Por outro lado, a Presidência encaminha à Comissão de Constituição e Justiça as considerações de V. Exª sobre a questão, para que essa Comissão se pronuncie.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inscrevi-me para falar na sessão anterior, mas, atendendo a pedidos das Lideranças, como havia interesse em se votar alguns assuntos da maior importância para o nosso País, deixei para fazê-lo posteriormente.

O assunto que eu gostaria de abordar é justamente a respeito da licença para viagem do Presidente da República.

Embora julgasse — e o parecer do nobre Senador Luiz Viana também cravou isso — a medida de uma maneira, diria, *sui generis*, na tradição desta Casa — e foi invocada há pouco a tradição desta Casa —, são pedidas licenças pelo Presidente da República para cada viagem. No entanto, agora vem um pedido para um ano. Sei que o nosso Presidente pretende fazer muitas viagens. Mas também, não sei, e desconheço, se havia nesta Casa qualquer indisposição para negar a Sua Excelência o direito de viajar à hora em que fosse necessário para o interesse do nosso País.

Por isso mesmo não negáramos o seu pedido, e estranhámos por que o Presidente pediu esta licença até o dia 28 de fevereiro. Estamos vivendo o problema da Assembléia Nacional Constituinte, que deverá, entre outras coisas, fixar, inclusive, o prazo de mandato do Presidente da República.

Espero que o Presidente tenha 5 anos de mandato. Estou comprometido com esta idéia. Acontece que julguei e julgo extemporâneo que se vote até 28 de fevereiro, quando, repito, está em jogo a questão da votação do prazo do mandato do Presidente da República.

Mas tudo isso foi superado num entendimento havido entre o Líder do Governo nesta Casa, o eminente Senador Rachid Saldanha Derzi, e o Líder de meu Partido, Senador Fernando Henrique Cardoso. Depois de conversarmos entre as Bancadas, constatamos que há uma obstrução nesta Casa — e todos sabemos que há essa obstrução — e fariamos um acordo para atender a esse pedido, para que não parecesse que questões de obstruções nesta Casa tivessem qualquer coisa de animosidade contra a pessoa do Presidente da República.

A questão da obstrução nesta Casa vai muito mais longe. Ela pretende corrigir irregularidades que são pensadamente cometidas contra alguns Estados deste País. Apóia-se e se aprova financiamento a todo momento nesta Casa, ou se aprovou, para Estados que apoiavam todo o projeto pessoal do Presidente da República, ou seja, 5 anos de presidencialismo. Passou-se a fazer discriminação, que, eu diria, é insensata e odiosa contra Estados da Federação que têm, eventualmente, à frente de seu Governo, Governadores que são da opinião de que o parlamentarismo é melhor e que, auscultando a população, acham, também, que para o interesse deste País 4 anos é melhor.

Sr. Presidente, não tem nenhum Presidente da República — porque todos Presidentes são eventuais — o direito de discriminar Estados. Não tem, porque o Presidente não é dono da arrecadação. Pagam impostos os amigos do Senhor Presidente da República, os que são por 5 anos de presidencialismo, e pagam impostos aqueles que são por 4 anos e pelo parlamentarismo.

Não cabe, não é direito, nem na ditadura mais fêrrica se ouve denúncia com relação a isto: que os Presidentes, num período revolucionário, num período ditatorial, como queiram, tenham discriminado Estados, porque a opinião de um Governador eventual fosse diferente da opinião do Presidente.

Os casos são sobejos, mas, mesmo assim, concordamos, para que não parecesse que fossem picuinhas de um ou daquele Parlamentar, porque é bom que fique registrado: quando o nobre Senador Ruy Bacelar pede verificação de *quorum*, não é S. Exª que está pedindo em seu nome pessoal, mas é um grupo de Senadores, e eu diria exatamente de 19 Senadores, que, reunidos, achamos que não podíamos contestar essa discriminação em cima de governos de Estado, e que este Senado, na medida em que vai aprovando essa discriminação, está contestando está também sendo discriminatório.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. RONAN TITO** — Agora mesmo ouvirei V. Exª

Hoje de manhã, Sr. Presidente, fomos surpreendidos por uma votação de maneira bem ágil. Bem ágil! Quando se abriu a sessão, falou um Senador, e sabemos que o *quorum* inicialmente nesta Casa é sempre difícil, é sempre demorado, porque sempre nesta Casa ocorrem muitas coisas ao mesmo tempo, reúnem-se Comissões. E hoje recebíamos a visita, honrosa para esta Casa, do Ministro Gabriel Valdez, que é amigo de muitos Parlamentares desta Casa e que representa a autêntica oposição. É o mais alto dignitário da Oposição do Governo sangüinário do Pinochet. Esteve aqui, nesta Casa, e à época em que S. Exª foi Ministro das Relações Exteriores do Chile, ao tempo de Eduardo Frei, muitos brasileiros, que foram tangidos deste País pelo governo de arbítrio, foram encontrar, por parte de Gabriel Valdez, a melhor das acolhidas, a mais fraterna das acolhidas. Então, quando se reuniram Senadores do PMDB e de outros Partidos para prestarem uma homenagem a S. Exª, o ex-Ministro das Relações Exteriores do Chile, estávamos cumprindo um dever



de justiça e gratidão, porque não foi um, não foram dez, não foram mil brasileiros tangidos da sua própria terra que receberam lá a acolhida. Neste momento, digo extemporaneamente, um Presidente *ad hoc*, com 15 ou 16 Parlamentares aqui dentro, sabendo que já, adrede, havia um acordo para votar, num "golpe de esperteza" votaram, sem *quorum*, a licença do Presidente da República a que havíamos prometido dar *quorum* e votar.

É possível, Sr. Presidente, que os que urdiram isso hoje estejam muito bem com o Presidente da República, muito melhor até do que estavam ontem, e é possível até que se vão se jactar diante de Sua Excelência, dizendo: "Conseguimos dar um golpinho". Quem ganha com isto, Sr. Presidente? Quem ganha não sei, sei quem perde. Quem perde é a Casa, é o Parlamento. Nós, os Senadores, somos eventuais; o rei de plantão é eventual; as instituições não são eventuais, e espero que não o sejam, porque queremos construir uma democracia neste País e precisamos de instituições fortes, sérias, corretas. Precisamos principalmente que entre nós haja pelo menos credibilidade para acordos. Esta é a Casa do consenso, dos acordos, dos negócios. A democracia é acordado sobre um assunto, é, muitas vezes, desacordo e discussões. Para que tenhamos credibilidade, para que passemos a acreditar uns nos outros, precisamos valorizar esta Casa, assim como os Parlamentares. Corrigiu-se isso, de certa maneira, porque o Líder do Governo nesta Casa, o eminente Senador Rachid Saldanha Derzi — devo confessar —, empenhou-se para que se constituísse o *quorum* necessário à aprovação daquilo que deveria ser aprovado — a convocação dos Ministros.

Deixo este fato registrado nos Anais da Casa, a fim de que Senadores espertos não voltem a fazer isso conosco, sob pena de cair a nossa credibilidade.

Ouçó, com muito prazer, o nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, Líder do Governo nesta Casa.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Meu nobre amigo, Senador Ronan Tito, devo afirmar a V. Ex.<sup>a</sup> que não há por parte do Governo nenhuma discriminação a nenhum Estado ou Município no Brasil que possa ser interpretada como que uma vindita pelos seus Governos ou Prefeitos que não estejam de acordo com o Governo, diz V. Ex.<sup>a</sup>, na votação dos 5 anos e no regime presidencialista. O Presidente da República tem reafirmado, bem como os seus Líderes, em nome do Chefe da Nação, que Sua Excelência jamais fará uma transação em troca do seu mandato ou do regime presidencialista ou parlamentarista. Jamais! O Senhor Presidente da República diz que aceita a decisão soberana da Constituinte. É natural que Sua Excelência defenda o presidencialismo, regime no qual foi eleito, e que Sua Excelência, abrindo mão de um ano, defenda ao menos 5 anos de mandato para si, uma vez que nós, na Comissão de Sistematização, já havíamos fixado em 5 anos o mandato dos futuros presidentes da República. Então, não há nenhuma discriminação. Há inúmeros Municípios de Estados que são contrários ao Presidente da República, tanto no regime, quanto no mandato. O Estado do Mato Grosso, quanto tem recebido e todas as suas prefeituras. Todos os Estados do Nordeste

têm recebido. Ainda vou mandar fazer um levantamento, para fazer uma comunicação a esta Casa do quanto têm recebido esses Governadores do Governo Federal, e a fundo perdido, também nobre Senador Ronan Tito. Não há interesse algum do Governo em negar recursos aos que lhe são contrários nessa questão. E se houver interesse, se houver algum projeto que esteja sendo obstado em qualquer lugar, comuniquemos, que iremos, com todo nosso empenho, fazer com que os processos andem. Se bem que houve uma prefeitura, perto de Mato Grosso, que reclamou, por ser da Oposição, que não aprovamos o seu empréstimo. Não. Foi por descuido do prefeito, por incapacidade, seja lá o que for, que não complementava o seu processo para que tivesse andamento. Isso foi feito por nós. Aprovamos seu empréstimo, foi a prefeitura que recebeu mais do que todas. De forma que, estejam tranquilos, nem nós, nem o Presidente da República, nem o Governo, nenhum dos Srs. Ministros têm interesse em discriminar. Farei o possível e procurarei ter o conhecimento de alguns processos de Estados ou Municípios que lá estejam presos e farei com que venham para esta Casa. Após esse decreto, hoje, todos estão no mesmo plano, porque há uma restituição, mesmo daqueles aprovados por esta Casa e que ainda não foram contratados na Caixa Econômica. Quanto à votação, hoje, não faço injustiça ao Presidente na ocasião, que era o Vice-Presidente — e não o Presidente *ad hoc* — Senador Lourival Baptista, que colocou em votação a matéria, porque havíamos combinado, ontem, com todos os Líderes, que exatamente ao meio-dia, no máximo, estivesse quem estivesse na tribuna, fariamos começar a Ordem do Dia, para não atrapalhar a vida dos Srs. Senadores, que precisavam, logo depois, retirar-se. E isso foi feito na hora, presentes 57 Senadores na Casa.

**O SR. RONAN TITO** — Exato, 57 Senadores, quando foi aprovada a viagem do Presidente?

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Sim, 57 Senadores.

**O SR. RONAN TITO** — No Plenário?

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Na Casa.

**O SR. RONAN TITO** — A chamada verifica-se sempre no plenário, nobre Senador Saldanha Derzi?

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Na Casa. E havia 17 Senadores presentes. Naturalmente, colocado em votação, não foi, na hora, pela ausência do nobre Senador Ruy Bacelar, pedida a verificação de *quorum*. Então, prosseguiu-se normalmente, como é a praxe da Casa, continuando a votação. Assim, não houve esperteza e interesse, porque já havíamos acordado — V. Ex.<sup>a</sup> sabe disto e ajudou — que votaríamos, hoje, toda a pauta que estivesse na Ordem do Dia. Esse foi um acordo que fizemos, tanto é que cheguei aos nobres Líderes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli e lhes disse: "Embora votados os dois primeiros itens e aprovados, porque não houve verificação, cumprir os compromissos e farei todo o possível para que, realmente, limpemos a pauta" e foi isso que fiz, nobre Senador. Não houve esperteza nenhuma. Há uma injustiça de parte do meu nobre e querido amigo, Senador Ronan Tito. Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RONAN TITO** — Honra-me V. Ex.<sup>a</sup> com o meu aparte, e honra-me mais chamando-me de amigo. Também quero dizer-lhe que me agrada muito ouvir isso de V. Ex.<sup>a</sup>. Tenho feito tudo para me mostrar também amigo e admirador de V. Ex.<sup>a</sup> e para que possamos, a cada dia... a amizade é mesmo que uma planta. À medida em que a cultivamos ela pode aumentar, e a amizade é também como a planta: à medida em que se castiga, ela pode fenecer. Por isso, é que estou, com todo o respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, cobrando uma atitude, que sempre me pareceu ser a atitude de V. Ex.<sup>a</sup>, de respeito aos acordos feitos adrede. Ressalvei que V. Ex.<sup>a</sup> teve todo o empenho para o acordo.

Agora, nobre Senador, dizer-me V. Ex.<sup>a</sup> que o Presidente da República não conhece e não promoveu nenhuma discriminação, posso até aceitar. Posso até admitir que isto é verdade. Mas depois V. Ex.<sup>a</sup> vem acrescentar que nenhum ministro, nenhum membro deste Governo fez discriminação, V. Ex.<sup>a</sup> se prontifica a verificar nos ministérios esses processos e a ajudar apurar qualquer tipo de retaliação que existia. Vou, então, ajudar V. Ex.<sup>a</sup> a encaminhar algumas coisas. Por exemplo: verifique, para o Governo da Bahia, que tantos pedidos tem e precisa dos empréstimos, quantos empréstimos foram liberados por este Governo de oito meses para cá. Verifique o Governo de Pernambuco. Todos os dois capitaneados por dois colegas nossos da melhor qualidade, companheiros nossos de Partido, o extraordinário Waldir Pires, da Bahia, e o não menos extraordinário Miguel Arraes, de Pernambuco. O Estado do Rio, logo depois que parou de aprovar os cinco anos, como é que ficou? Mas a mim seria suficiente apenas um dado...

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — O Estado do Rio tem recebido muitos recursos.

**O SR. RONAN TITO** — Só em estado de calamidade. Será que vamos esperar calamidade no Estado de Pernambuco e da Bahia, Sr. Senador?

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — É bem verdade que o Estado do Rio está em uma situação...

**O SR. RONAN TITO** — Eu ouvi V. Ex.<sup>a</sup> no seu aparte brilhante. Gostaria apenas de completar o meu discurso.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Desculpe-me.

**O SR. RONAN TITO** — E diria para V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: se não houvesse nenhum desses casos, se não houvesse nenhum caso, eu teria um caso. Um caso difícil de ser explicado. O caso da minha cidade. A cidade de Uberlândia, que sofreu, no ano passado, uma chuva muito forte e, por incúria do Prefeito anterior, que construiu lá, sem projeto, uma galeria de água, num bairro de classe média-alta, a água passou por cima e matou oito pessoas. E foram só oito pessoas, Sr. Senador, porque, repito, é um bairro de classe média-alta, porque, se fosse um bairro de classe de gente pobre, morreria muita gente. Eu me desloquei daqui, como era minha obrigação, levei lá dois Ministros de Estado, o Ministro Ronaldo Costa Couto e Ministro Deni Schwartz. Constataram que tinha que se fazer uma obra com urgência. E a Prefeitura não poderia arcar com aquela obra, porque anteriormente o Ministro da Fazenda



havia baixado uma portaria que o Orçamento de 1987 fosse feito com inflação zero. E, depois, é uma obra grande, e na mesma hora os Ministros disseram que fariam isto pelo FAS, um Fundo que vem da Loteria Esportiva, que está sendo drenado do povo brasileiro, e que 30% desse Fundo deveria ser aplicado em obras sociais. O projeto foi feito. Percorreu os escaninhos todos da burocracia, foi aprovado em todas as instâncias e foi avisado pela Caixa Econômica Federal, através de seu Diretor: "Amanhã estará no Senado". Porque eu, como Senador de Minas Gerais, da cidade de Uberlândia, tinha obrigação de seguir. Não é o caso que o Prefeito de V. Ex<sup>a</sup> segue. Segui no projeto. Comuniquei ao Prefeito, comuniquei ao Governador do meu Estado: "Amanhã o projeto estará aqui". E aí — e não gosto de falar sobre as coisas em torno do azul e do cinzento — o Ministro Prisco Viana, de maneira insidiosa, pegou o projeto, jogou na gaveta e trancou. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Senador, quero dizer a esta Casa, quero registrar nos Anais desta Casa que, se outra chuva vier e se morrer mais gente, responsabilizarei criminalmente — criminalmente, Sr. Senador — o Ministro Prisco Viana. Vidas humanas não são brincadeira. Não podemos, neste momento em que estamos pretendendo construir a democracia neste País, dar deslizes de democracia. Democracia não é isso. A democracia que pretendemos construir é principalmente uma democracia de Justiça, e isso que se está fazendo aí, assenhorar-se das verbas públicas e achar-se com direito de fazer retaliação a partir de verbas públicas, Sr. Senador, me desculpe, mas não podia deixar de falar.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Um pequeno esclarecimento. Estranho que o Diretor da Caixa Econômica tenha afirmado a V. Ex<sup>a</sup> que amanhã o projeto estaria aqui, no Senado. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a tramitação depois...

**O SR. RONAN TITO** — Percorri todos os escaninhos, fui ao Ministério da Fazenda, fui à Casa Civil, estive em todos os escaninhos. São 26 departamentos que percorri, um por um.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Sabe V. Ex<sup>a</sup> que o trâmite dele era para o Ministério da Fazenda, depois a Casa Civil, e de lá o Presidente da República encaminharia, através de ofício, para esta Casa.

**O SR. RONAN TITO** — Já estava com parecer positivo do Ministro da Fazenda.

Uma informação que quero dar a V. Ex<sup>a</sup>: já há parecer favorável do Ministro da Fazenda e do Chefe da Casa Civil, com assinatura do Presidente da República.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Se já estava, o Ministro Prisco Viana, que não é um homem capaz de uma mesquinha dessas...

**O SR. RONAN TITO** — Também julgava isto.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — ...é um colega nosso que conheço há tantos anos, um homem nobre, um homem educado, fino, um homem sensível especialmente a problemas como este que V. Ex<sup>a</sup> fala e muito justamente da cidade de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. RONAN TITO** — E ficará muito mais sensível se acontecer uma catástrofe na minha cidade.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — ...ele é um homem incapaz disso. Se já estava com a assinatura do Ministro-Chefe da Casa Civil, então, já tinha passado pelo Ministro Prisco Viana...

**O SR. RONAN TITO** — Deveria!

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — ...e de lá deveria ter vindo aqui. Tenho conhecimento de que realmente há vários processos, depois daquele decreto que suspendia, por uns tempos, os empréstimos, mesmo os em andamento, que ainda não se tivessem concretizado, foram devolvidos ao Ministério da Fazenda um reestudo. Tenho conhecimento disso. É possível que esse processo tenha sido desenvolvido. Depois conversarei com V. Ex<sup>a</sup> sobre este e outros assuntos, e toda interferência que puder, para resolver, farei, pois sabe V. Ex<sup>a</sup> que sou amigo dos meus amigos, especialmente dos Senadores, que para mim são todos irmãos.

**O SR. RONAN TITO** — Nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, quando citei o caso, pretendia não fazer esgrima verbal com V. Ex<sup>a</sup>, porque acreditei naquela assertiva de que estaria disposto a sanar as irregularidades porventura existentes. Fazer esgrima verbal, V. Ex<sup>a</sup> sabe e eu também sei, somos parlamentares antigos, que não é por aí. Se V. Ex<sup>a</sup> realmente falou corretamente quando disse que quer sanar isso, estou dando o caminho.

**O Sr. Ruy Bacelar** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RONAN TITO** — Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Ruy Bacelar.

**O Sr. Ruy Bacelar** — V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão quando diz — não digo esportista — presteza, ligeirinha da Mesa, do Presidente que na ocasião presidia, quanto à aprovação do Projeto de Resolução nº 2, de 1988, proveniente da Câmara dos Deputados. O Presidente foi rápido, juntamente com o eminente Líder Rachid Saldanha Derzi, porque ambos são ligeiros, e têm que ser ligeiros mesmo para serem agradáveis ao Presidente da República. Mas V. Ex<sup>a</sup> também tem razão quando diz que há discriminações monstruosas por quase todos os Estados da Federação, principalmente aqueles Estados onde os Governadores, com altivez, defendem conscientemente a vontade de seu povo e não comungam com a ideia do Presidente da República de permanecer no poder por mais um ano, mais dois anos de mandato, como também não defendem o regime tal como Sua Excelência o Senhor Presidente da República deseja. Entretanto, essa licença concedida ao Senhor Presidente da República pelos Srs. Senadores foi aprovada quando, em verdade não havia número regimental para a sua aprovação, pois havia aproximadamente de 10 a 15 Srs. Senadores em plenário. A prova evidente é que logo de imediato solicitei verificação de **quorum** quando se pretendia aprovar o item 3 da Ordem do Dia que não logrou aprovação pela inexistência de número mínimo exigido pelo Regimento. Logo, vê V. Ex<sup>a</sup> que este assunto é complexo. Sua Excelência o Senhor Presidente da República solicita uma licença a partir de 1º de março, passado, a 28 de fevereiro de 1989. Na suposição de que continuará Presidente até aquela data, e os Srs. Senadores votaram dando essa licença. Eles votaram, no meu entender, para serem agradáveis ao Senhor Presidente da República. Haja vista que esta-

mos na Constituinte, elaborando e até estudando várias emendas que dão ao Senhor Presidente da República um mandato até 31 de dezembro do presente ano. Veja V. Ex<sup>a</sup> como foram apressados os Srs. Senadores em conceder esta licença, um cheque em branco, uma procuração em branco para o Senhor Presidente visitar vários países não só 5, porque na justificativa de seu próprio projeto o Presidente diz, mas diz claramente, conforme consta do documento que passarei a ler, que, além dos países citados, em número de cinco:

"Tendo em vista as razões que lhe levam a visitar aquelas a que acima me referi e a outros que ainda estão na dependência de entendimentos diplomáticos, submeto à apreciação de V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 44, inciso III, de 1980, da Constituição, pedido de autorização para ausentar-se do País, no período de 1º-3-88 a 28-2-89."

Esse assunto é tão complexo, Sr. Senador, que o eminente Senador, por seu Estado, Senador Itamar Franco, apresentou um projeto regulamentando o art. 80 da Constituição em vigor. Isso em 1980, projeto este que continua em tramitação e que recebeu parecer de várias comissões, entre elas da Comissão de Justiça, onde teve como Relator o Senador José Fragelli e que ofereceu à consideração da Casa um substitutivo centrado no projeto original do Senador Itamar Franco. Além do mais, é bom que se diga que o Presidente pede essa licença por ano ou mais de um ano para visitar outros países, numa hora difícil que o Brasil atravessa de inflação nunca vista na História do País, recessão à vista, desemprego, falta de rumo, de diretriz, falta de autoridade do Presidente atual, corrupção por todos os lados, enfim, um mar de lama neste País. E ao invés do Presidente levar o seu mandato a sério, trabalhando diuturnamente para solucionar esses problemas, não! O que o Presidente quer? Quer — como diz o Senado, Luiz Viana — passear, passar o ano em cinco ou mais países. Veja V. Ex<sup>a</sup> em um ano de mandato. O que este Presidente quer? Quer é deixar os problemas aqui, como se encontram, e fazer veraneio na Europa. Por isso, sou inteiramente contra essa licença. Acho que o Senado não andou certo em conceder esta licença por tempo indeterminado, durante, praticamente, o restante do mandato de Sua Excelência. Não somos contra que o Senhor Presidente ou outros Presidentes futuros, visitem Estados ou países estrangeiros, mas é necessário que mande ao Congresso, ao Senado e à Câmara, mensagem estipulando o prazo necessário para se ausentar do País e qual o país a ser visitado. E não pegar um elenco de países e mandar uma mensagem pedindo autorização para que dêsemos — como infelizmente alguns dos Srs. Senadores o fizeram — uma licença em branco para que o Senhor Presidente possa usá-la como bem desejar. Por isso, endosso as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, pois tem inteira razão quando diz que há discriminação neste País, discriminação indevida. O Presidente e os seus Ministros usam indevidamente o dinheiro do povo para tentar corromper a consciência de Constituintes fracos, porque sabem, o Presidente da República e os seus Ministros, que a Nação brasileira, por mais de 90%, deseja, hoje, votar para Presidente da República. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte

que me concede e endosso as suas palavras no sentido de que é necessário mais seriedade neste País.

**O SR. RONAN TITO** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

Gostaria de aduzir mais um argumento ao eminente Líder do Governo, Senador Rachid Saldaña Derzi, a respeito do decreto que suspende a transferência de recursos da Federação para os Estados e Municípios.

É questionável esse decreto, principalmente no que tange à questão do FAS. Neste momento, a finalidade da criação, ou, pelo menos, o decreto da criação da Loteria Esportiva, traz, no seu bojo, uma isca: ela captaria recursos pelo Brasil inteiro, mas 30% deles seriam alocados para resolver os graves problemas de ordem social, principalmente no que diz respeito à questão de urbanização, rede de esgotos etc.

Ora, a Loteria continua rodando, o grande cassino que é o Brasil continua. Estão arrecadando dinheiro de todos os lados. Fica difícil entender por que continuam arrecadando e não reinvestem.

É verdade que estamos muito preocupados com o déficit público, e é bom que estejamos, porque ele é grande e precisa ser controlado. Acontece, porém, que nessa faixa do Fundo de Ação Social da Caixa Econômica Federal, que arrecada através da Loteria Esportiva, esse dinheiro é vinculado e não poderia ser motivo de corte.

No entanto, estamos também fazendo vista grossa, tentando colaborar com o Governo, porque, afinal de contas, este barco que ele está conduzindo é o nosso País, que se chama Brasil. Da nossa parte, vamos tentar, dando essa colaboração, embora não tenhamos sentido da parte do Governo a mínima colaboração no que tange às nossas reivindicações, principalmente as mais justas e as mais sentidas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, todo este registro para preservar este plenário, um dos poucos lugares que restam no País, onde pode haver um entendimento de nível alto a respeito dos grandes problemas, esta Casa que deve permanecer a Casa do diálogo, para que não sofra arranhões neste momento em que o Brasil precisa tanto de diálogos e da contribuição que esta Casa está dando e que pode continuar a dar.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pela tolerância. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como representante do Estado da Bahia, venho manifestar minha apreensão a respeito dos graves acontecimentos envolvendo a renegociação da dívida externa brasileira e a volta do País ao Fundo Monetário Internacional. Esses acontecimentos caracterizam a imposição ao País de sacrifícios e humilhações que considero absolutamente inaceitáveis.

Senhores, o Governo Sarney trocou a postura da moratória soberana pela rendição incondicional aos credores externos. O Ministro Mailson da Nóbrega, entre outras coisas, retomou incondicionalmente os pagamentos dos juros aos bancos

privados internacionais, promoveu a ampliação desordenada dos controvertidos programas de conversão da dívida em investimentos, tendo feito todas essas concessões em troca de um acordo de negociação extremamente desfavorável aos interesses nacionais e que nem ao menos se encontra totalmente concluído, posto que possui inúmeras indefinições e pendências.

Nos termos do acordo preliminar firmado com o Comitê de bancos credores em 28 de fevereiro último, ficou estipulado em 5,8 bilhões de dólares a dotação de "dinheiro novo" para o período que vai de 1987 até o primeiro semestre de 1989. Nos termos desse entendimento, o Brasil vai ser obrigado a gerar gigantescos superávits comerciais à custa de recessão e desemprego, como única maneira de manter em dia o pagamento da dívida externa. Os 5,8 bilhões de dólares correspondem a menos de 30 por cento da conta de juros desse período. A liberação dessa verba ficará ainda na pendência de uma série de entendimentos futuros, o que deixa em aberto a possibilidade de os credores incluírem futuramente novas exigências como, por exemplo, o acerto de um programa de ajustamento formal com o FMI.

Senhores, o mais grave de tudo é que essas obscuras negociações não têm sido absolutamente acompanhadas pelo Senado Federal. As notícias sobre a negociação da dívida externa têm chegado ao meu conhecimento não através da via normal que seria a Comissão da Dívida Externa do Senado Federal e, sim, através de reportagens jornalísticas. Senhores, é extremamente frustrante constatar o descaso com que têm sido ultimamente tratados os membros da Comissão da Dívida Externa. Essa Comissão, cujos trabalhos tenho acompanhado com interesse, foi constituída com o propósito único de acompanhar e fiscalizar os acordos com os credores estrangeiros, uma tarefa que, diga-se de passagem, constitui uma atribuição constitucional do Poder Legislativo. É, portanto, com profundo sentimento de repulsa que tomo conhecimento de que estão sendo conduzidas as negociações de cujo teor os membros do Senado Federal estão sendo os últimos a saber. O Ministro Mailson da Nóbrega efetuou profundas mudanças nos critérios de renegociação da dívida externa, agindo de forma extremamente precipitada. Não só escondeu os termos das negociações da Comissão da Dívida Externa, como também agiu em frontal contradição com suas declarações prestadas anteriormente no Senado Federal, quando prometeu a manutenção das posturas defendidas pelo seu antecessor, Bresser Pereira.

Na verdade, as atitudes que vêm sendo tomadas pelo atual Ministro da Fazenda representam um recuo radical da postura de negociação soberana que vinha sendo ensaiada pelo Governo Sarney durante as gestões dos ex-Ministros Dilson Funaro e Bresser Pereira. O atual ocupante da Pasta da Fazenda não só desistiu, entre outras coisas, da proposta de trocar dívida por bônus de longo prazo e de cobrar *spread* zero, como até concordou com a volta do Brasil ao FMI. Por último, foram retomados os pagamentos dos juros da dívida externa e as conversões de dívida em investimentos sem que os credores tivessem feito nenhuma concessão ao Brasil.

A atual estratégia de negociação da dívida externa pode ser definida como uma rendição incondicional do Governo aos credores estrangeiros. Se-

nhores, somente se o País estivesse em situação de desespero poderiam ser considerados aceitáveis os termos dos recentes acordos. No entanto, foi publicado, recentemente, pela editora Alfa-Omega, um estudo especializado sobre a moratória brasileira, de autoria do economista Petrólio Portella Filho, onde está demonstrado que eram os bancos credores, e não o Brasil, que estavam em uma situação extremamente difícil ao final do ano de 1987.

Durante o período compreendido entre as decretações da moratória brasileira e o acordo provisório de novembro de 1987, Portella Filho observou que as reservas brasileiras, que no início do ano tinham descido até o nível crítico de 3,3 bilhões de dólares, aumentaram até os 4,5 bilhões de dólares. A despeito do bloqueio creditício aplicado contra o Brasil pelo governo americano durante esse período, o Brasil melhorou substancialmente sua situação de liquidez internacional, tomado-se mais forte para resistir às hipotéticas retaliações dos credores. Retaliações que, como ele observou, permaneceram absolutamente ausentes durante os 8 meses da moratória. Durante esse mesmo período, os bancos credores entraram em pânico e passaram a vender os títulos da dívida brasileira no mercado secundário, concedendo desconto superior a 50%. Em razão do pânico de vendas, os títulos da dívida brasileira sofreram brutal desvalorização em sua cotação de mercado, que caiu de 76% para 40% do valor facial entre meados de 1986 e meados de 1987.

Resumindo os acontecimentos que, segundo ele, marcaram o período de impasse, foi observado que, por um lado, o país devedor aumentou as reservas internacionais e se tornou mais forte. Ao mesmo tempo, os bancos credores, constatando que tinham em mãos papéis de uma dívida incobrável que se desvalorizava aceleradamente, entraram em pânico de vendas, fazendo despenhar em quase 50% o valor de mercado de seus títulos. A situação afliu o cartel de bancos credores atingindo o seu ponto crítico durante o mês de novembro de 1987, quando a Argentina levantou a possibilidade de se aliar ao Brasil, decretando moratória. Durante essa mesma época, a agência americana que supervisiona a qualidade das carteiras de empréstimos internacionais — a **Interagency Country Risk Committee** (ICERC) — marcou uma reunião para avaliar a qualidade dos empréstimos americanos ao Brasil. Como os empréstimos não estavam sendo pagos desde fevereiro, havia grande possibilidade de a ICERC exigir que os bancos classificassem os títulos brasileiros na categoria **value impaired** (valor depreciado). Esse rebaixamento na classificação da dívida brasileira seria o primeiro passo para que os credores fizessem o **write-off** (cancelamento) da dívida brasileira, ajustando sua contabilidade à realidade de que os títulos já tinham na verdade se desvalorizado em quase 60% no mercado secundário. Esse rebaixamento, como já foi ressaltado por alguns especialistas, não teria, na prática, nenhuma consequência negativa para o Brasil, que não recebe crédito bancário líquido desde o início da década. Existem exemplos de países como o Peru, a Polônia e o Zaire, que são devedores inadimplentes que já tiveram seus empréstimos rebaixados, sem sofrerem com isso nenhuma retaliação financeira.

A moratória declarada pelo Governo Sarney, a despeito dos vários erros, mudanças bruscas e indecisões, vinha se revelando uma estratégia de negociação tecnicamente viável. Ela permitiu que a crise cambial de 1987 fosse relativamente bem suportada. Ao contrário do que se pensava, os credores não retaliaram contra o Brasil, que não sofreu o confisco das reservas internacionais, bloqueio no comércio internacional, nem perdas significativas nos créditos de curto prazo.

Eu não vejo, portanto, nenhum motivo para essa saída às pressas de uma moratória que estava se revelando benéfica aos interesses nacionais. O Governo Sarney, inexplicavelmente, retornou os pagamentos dos juros aos bancos privados internacionais à custa da dilapidação das reservas internacionais brasileiras. E, o que é mais grave, isso tudo vem ocorrendo na ausência de qualquer concessão por parte dos credores. Esse é um gesto condenável que merece o meu mais profundo repúdio não só como Senador, mas também como cidadão brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A invasão da Península Ibérica pelas tropas de Napoleão teve auspiciosos reflexos sobre a Medicina brasileira, pois que, com a vinda da família Real para o Brasil, o conselheiro Dr. José Correia Picanço, Cirurgião-Mor do Reino, teve a oportunidade de sugerir ao Príncipe Regente — D. João VI — a fundação do ensino médico em nosso País. Comemoramos aqui os 180 anos da sua implantação.

Assim em 18 de fevereiro de 1808, através de Carta Régia, era instituída a Escola de Anatomia e Cirurgia da Bahia, tendo como primeiros lentes de Cirurgia e Anatomia os "cirurgiões-aprovados" Manuel José Estrela (1760-1840) e José Soares de Castro (1772-1840). Logo em seguida, em 2 de abril de 1808, era, por sua vez, fundada a Escola de Anatomia do Rio de Janeiro, cujos primeiros professores foram o Cirurgião da Armada, Joaquim da Rocha Mazarém (1775-1849), e o antigo Cirurgião-Mor do Reino de Angola, Joaquim José Marques (1768-1841). Sediadas ambas as escolas em hospitais militares, elas evoluíram, transformando-se em Academias Médico-Cirúrgicas, instaladas no Rio de Janeiro, em 1813, e na Bahia, em 1815.

Ambas concediam o título de "cirurgião-aprovado" ao aluno que cursasse por 5 anos a cadeira de Anatomia, Química, Fisiologia, Etiologia, Patologia, Terapêutica, Operações, Obstetrícia e Clínica Médica. Se o aluno decidisse repetir 1 ano de alguma disciplina dos últimos dois anos, era-lhe conferido o título de "cirurgião-diplomado". A partir de 1832, em nome do Príncipe D. Pedro II, sancionou-se o decreto que organizou as Academias Médico-Cirúrgicas, que passaram a chamar-se Faculdades de Medicina.

O curso de Medicina passava a ser de 6 anos de duração, enquanto o de Farmacêutico, de 3 anos, e o de parteira, de 2 anos. O curso de Odontologia só seria homologado em 1884.

Durante o século XIX, a Medicina brasileira foi beneficentemente influenciada pelo clima de intensa

ebulição científica em vigência na Europa. Nessa fase surgem luminárias como João Vicente Torres Homem, Barão de Torres Homem, (1837-87), conceituado chefe da vigorosa escola clínica que iria influenciar professores da envergadura de Francisco de Castro (1857-1901) e Miguel Couto (1864-1934).

Nessa época, cerca de 17 lentes ostentavam títulos de nobreza no Rio de Janeiro, ao passo que, na Bahia, havia apenas um Barão.

No fim do século XIX, Wucherer descobria, na Bahia, o *Ancylostoma duodenale* e a Filariose; José Francisco da Silva descrevia a boubá, a mácula e a *dracontíase*. No Instituto Bacteriológico de S. Paulo, Adolfo Lutz e Alfonso Splendore descrevia a esporotricose e a blastomicose sul-americana. Gaspar Vianna, no Instituto Oswaldo Cruz, descrevia a leishmaniose visceral e preconizava o uso do antimonial tártaro emético no seu tratamento. Pedro Horta descrevia a *Piedraia hortai*, e Henrique de Rocha Lima descrevia a *Rickettsia prowasekii*. Pirajá da Silva (1873-1961) isolava, pela primeira vez, o *Schistosoma mansoni*, no Brasil. E Carlos Chagas (1879-1934), em 1909, descrevia o *Trypanosoma cruzi* e, posteriormente, estabeleceria toda a seqüência patológica da Doença de Chagas.

Já na virada do Século XX, no Instituto Butantã, Vital Brasil inventava o soro anti-oftídico. Álvaro Alvim introduzia, em 1928, a radiologia no Rio de Janeiro e, posteriormente, Manoel de Abreu inventava a abreuografia. Em 1934, Thales Martins, antes dos autores alemães, estabeleceu o vínculo entre os hormônios hipofisários e as gônadas. Em 1949, Maurício Oscar da Rocha e Silva descobria a bradicinina, um polipeptídeo endógeno dotado da maior capacidade alérgica e inflamatória conhecidas. Em 1961, Sérgio H. Ferreira descobria o teprotide no veneno da jararaca, dando início à nova linha de anti-hipertensivos como o Captopril ou Enalapril. Em 1969, Euryclides de Jesus Zerbini realizou o primeiro transplante de coração do País.

Atualmente, em nosso País, já se constituem em cirurgias de rotina os transplantes cardíacos, renais, de fígado e de córnea.

Podemos dizer que a infância da Medicina brasileira foi bastante auspiciosa e produtiva, apesar do nosso crônico descaso para com os pesquisadores. Pelo menos podemos dizer que a qualidade intelectual dos médicos dessa primeira fase de nossa história tenha sido uniformemente aceitável. Preocupa-me, sobremaneira, Senhores, o futuro da nossa Medicina a partir do que constatamos na atualidade. Como serão comemorados os próximos 180 anos? Quero crer, entre sombrios lampejos de previsão racional e arroubos de esperança juvenil, que não nos aguarda um futuro tão brilhante.

A política de massificação da formação de médicos iniciada nos fins dos anos sessenta, culminando com a existência, no País, de 72 faculdades de Medicina, ensinou, nos últimos 15 anos, a graduação de 9.000 médicos/ano, com possibilidades decrescentes de posicionamento no mercado de trabalho, surgindo figuras aberrantes como a do residente-profissional. Dos 167.000 médicos existentes atualmente no País, menos de 5% se dedicam à clínica privada. A grande maioria detém 2 a 4 subempregos a nível oficial, ou é explorada pela Medicina de Grupo. Esses médicos não

têm incentivo, tempo ou dinheiro para se reciclar, resultando a rápida obsolescência dos seus conhecimentos técnicos, de rápida mutação na atualidade.

O Dr. Crowdowaldo Pavan, Presidente do CNPq, declarou a necessidade premente de decuplicar os atuais 40.000 cientistas do País. No entanto, o Dr. Pavan se esquece dos pontos de estímulo à fuga para o exterior *brain-drain* e dos estrangulamentos administrativos existentes em nosso País: baixos salários, carência de verbas para pesquisa e impossibilidade legal de contratação. Passem os Senhores! Um professor-catedrático da USP, em tempo integral e dedicação exclusiva, ganhava, em dezembro, Cz\$ 120.000,00. As precárias condições técnicas encontradas no interior, o baixo nível de vida e as limitadas possibilidades de sobrevivência do ponto de vista financeiro induziram os médicos a se concentrarem nas capitais, mormente no eixo Rio-S. Paulo, onde se encontram mais da metade do total de médicos do País. Se o Brasil apresenta uma relação geral de 1,25 médico por mil habitantes, no Nordeste esta relação é de 0,447/1.000 habitantes e, no Rio de Janeiro, se situa abaixo de 2,5 por 1.000.

Se, por um lado, a minha fala tem o feliz objetivo de comemorar os primeiros 180 anos de fundação do 1º curso de Medicina no País, em escola à qual tenho a honra de pertencer, por outro sou forçado a alertar os senhores para os graves problemas vividos pelos profissionais de Medicina. Temos a obrigação de efetuar um profundo estudo e propor medidas a curto, médio e longo prazos, visando a tirar a nossa Medicina do incipiente estado de indigência técnica, material e vocacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

As recentes Resoluções do Banco Central, de nº 1.614 e 1.640, dispondo sobre a **Conversão da dívida** vêm suscitando apreensões junto a setores empresariais das áreas situadas na jurisdição da Sudene e Sudam, bem como assim no Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha, em razão do cumprimento de exigências pertinentes à reavaliação de ativos e o consequente do Imposto de Renda.

Várias entidades de classe do Ceará tendo à frente a Federação das Indústrias, presidida pelo Dr. Luiz Esteves Neto, endereçaram pleito ao Presidente da República e aos Ministros da Fazenda, do Interior e da Indústria e do Comércio, pedindo a dispensa daquele tributo, sem o que os prejuízos seriam imensos para as firmas interessadas na operacionalização das mencionadas **Conversões**.

Tendo em vista a relevância do assunto, entendi de trazê-lo ao conhecimento desta Casa, na forma do telex que me enviou a Fiec, assim redigido:

"Satisfação encaminhar a V. Sª cópia do pleito endereçado aos Exmo Srº Presidente da República e Ministros da Fazenda, Interior e Indústria e do Comércio na certeza do seu apoio à adoção da medida solicitada que nos possibilitará participar do projeto "Conversão

da dívida" de que tratam as resoluções de números 1.614 e 1.640 do Banco Central. Abre aspas

Conforme o disposto no item VI, da Resolução do Banco Central de NR. 1.416/87 e, no 1 do artigo 2, do regulamento anexo a Resolução do Banco Central de NR. 1.460/88, ficou estabelecido que haverá dois tetos de conversão, sendo um destes destinado a projetos a serem desenvolvidos nas áreas (de menor desenvolvimento) da Sudene, Sudam, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha.

Esta prioridade demonstra a preocupação do governo com o desenvolvimento das citadas regiões menos favorecidas no plano econômico, e carentes de industrialização.

Tal oportunidade, no entanto, dificilmente, será praticada pelas empresas das citadas regiões por fatores adversos ao seu interesse, e que apesar da correção de seus ativos na forma da lei, seus atuais valores não representam sua realidade econômica, o que as levaria a transferir gratuitamente parte de seu patrimônio, salvo se preliminarmente procederem a reavaliação do ativo, na forma do disposto no artigo 8º da Lei Nº 6.404, de 15-12-76. Não é justo que uma empresa por questões contábeis e inflacionárias, em virtude da desvalorização da própria OTN na relação preço-valor dos bens, realize negociações sem prévio ajuste traduzida a realidade econômica da empresa.

Assim a única pré-condição seria a reavaliação do ativo, o que implicaria, para as empresas o pagamento do Imposto de Renda 35 por cento de alíquota, o que só descapitalizaria as empresas, como muitas, devido à sua situação financeira e o momento crítico que atravessamos, não teriam sequer condições de efetuar-lo.

Eis por que para a maioria das empresas da região a lei tornar-se-á inaplicável e inócua, salvo se após os estudos necessários para se conhecer a real situação das empresas, sejam as mesmas dispensadas do Imposto de Renda devido em razão da reavaliação, e desde que se hajam habilitadas a participarem do projeto da conversão da dívida, o que naturalmente deverá ser disciplinado, inclusive qual o procedimento para esta reavaliação a fim de ser coibido qualquer possível abuso.

Atenciosamente, — **Luiz Esteves Neto**, Presidente Federação das Indústrias do Estado do Ceará — FIEC"

Senhor Presidente, espero que os Ministros Mafion da Nóbrega, João Alves e José Hugo Castelo Branco, numa ação conjunta de que participe também o Dr. Elmo Carnões, do Banco Central, encontrem uma solução compatível com a realidade delineada, explicitamente, na mensagem remetida pelo líder Luiz Esteves Neto.

Urge, pois, uma definição do Governo, viabilizando as pretendidas **Conversões da dívida**, com o que se favorecerão as empresas habilitadas para esse tipo de operação financeira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Atendendo a honroso convite do Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Dr. José Hugo Castelo Branco, viajei na terça-feira passada, dia 15 de março, integrando a comitiva que se deslocou para Aracaju a fim de participar das solenidades de inauguração do Centro Comunitário e da abertura da 1ª Feira Industrial de Sergipe.

O referido centro foi denominado "José Hugo Castelo Branco" como homenagem especial e expressão objetiva do reconhecimento e da gratidão de Sergipe a esse eminente Ministro de Estado que tem sido, no Governo do Presidente José Sarney, um autêntico e dedicado amigo do povo sergipano, sempre disposto a defender as suas necessidades e reivindicações básicas, destacando-se, no seu eficiente e dinâmico desempenho, os estudos preliminares, o planejamento técnico-administrativo e a recente criação do Pólo Cloroquímico de Sergipe, magno conjunto de empreendimentos que contribuirão, decisivamente, para acelerar a modernização e o desenvolvimento da economia do Estado.

Representando um investimento da ordem de 200 mil OTN o Centro de Interesse Comunitário compreende um pavilhão de exposições e feiras com capacidade para 100 boxes, auditório e teatro para 400 pessoas, instalações para lojas e serviços (Telergipe, correios, bancas de revistas, secretaria de apoio, administração, centro de aprendizagem artesanal, biblioteca, cozinha e restaurante para empresários, sanitários, vestiários e uma creche, além da sede da Empresa Sergipana de Turismo — Emsetur.

Congratulo-me com o Secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Sergipe, Valtér Barreto Gois, pela realização da Exposição Industrial de Sergipe, que logrou reunir as principais lideranças empresariais do Estado e pela realização de uma sugestiva amostra das principais realizações do Governo de Antônio Carlos Valadares no seu primeiro ano de administração, fatos que evidenciaram a importância e a indiscutível utilidade do Centro Comunitário, recém inaugurado, com área construída de 5 mil 315 metros quadrados, num terreno de 15 mil metros quadrados, localizado no Distrito Industrial de Aracaju.

Integraram também a comitiva do Ministro da Indústria e do Comércio, o Senador Albano Franco, o Presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa Cebrae e ex-Deputado, Dr. Paulo Lustosa, e o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), Dr. Marcelo Monteiro Soares.

Ao assumir a tribuna para formular este sumário registro, congratulo-me com o Governador Antônio Carlos Valadares e com os sergipanos, pelo advento do mencionado Centro Comunitário e pleno êxito da 1ª Feira Industrial de Sergipe, iniciativas que fortalecem o processo do desenvolvimento global do Estado.

Finalizando, requeiro a incorporação ao texto desta breve comunicação do discurso anexo que sobre o assunto foi proferido pelo ilustre Governador Antônio Carlos Valadares.

São estes os comentários que me pareceu oportuno fazer nesta oportunidade. (Muito bem! Palmas.)

# **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**DISCURSO DO GOVERNADOR  
ANTÔNIO CARLOS VALADARES**

A história do desenvolvimento econômico de Sergipe, registrará, no futuro, o instante exato em que conseguimos ultrapassar as tentativas incipientes e tímidas para o início da industrialização, e ingressamos no patamar decisivo em que consolidamos um complexo industrial de base, sustentado no aproveitamento econômico do imenso potencial de recursos do nosso subsolo.

Para que fosse possível essa transição que estamos começando agora a viver, e que nos levará a um estágio de pleno desenvolvimento econômico, foi importante, e mesmo decisiva, a atuação do Ministro José Hugo Castelo Branco. Esta homenagem que hoje prestamos ao ilustre e dinâmico Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, dando o seu nome a este centro de interesse comunitário que estamos a inaugurar, é a forma de reconhecimento modesto dos sergipanos, ao trabalho, à competência, e ao espírito público, de um dos mais eficientes integrantes da equipe do Presidente José Sarney, cujo Governo tem sido tantas vezes injustificado, talvez pela sua preocupação em corrigir desigualdades regionais, através de medidas corajosas, como a implantação do Pólo Cloroquímico de Sergipe. O Ministro José Hugo Castelo Branco tomou-se, ao lado do Governo de Sergipe e de todos os sergipanos, um entusiasmado defensor do pólo cloroquímico, agora finalmente concretizado.

O meu Governo está firmemente empenhado em assegurar a rápida industrialização de Sergipe. Estamos agora concluindo a implantação do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, cujo cronograma de obras foi garantido graças ao aporte de recursos através do BNDES.

Com o novo distrito e as ações voltadas para o fortalecimento da agroindústria, a diversificação de atividades industriais no interior do Estado, estamos assegurando o processo de multiplicação das oportunidades que irão surgir através do dinamismo que o pólo cloroquímico imprimirá a toda economia sergipana.

Ainda este ano estarão concluídos pela iniciativa privada dois grandes empreendimentos industriais em Sergipe, a fábrica de cimento do Grupo João Santos, que consolida o pólo cimenteiro sergipano, onde já opera o Grupo Votorantim, e uma empresa têxtil do Grupo Santista.

Pretendemos, a médio prazo, mudar o perfil da economia sergipana, e, para isto, o setor secundário terá de se transformar no carro-chefe do desenvolvimento e das transformações necessárias, multiplicando-se a riqueza, para que, melhor distribuída, se promova a verdadeira justiça social, que não pode prescindir do trabalho, muitas vezes do sacrifício e da participação conjunta do empregado e do poder público.

Este centro de interesse comunitário que hoje se inaugura, sediando a exposição industrial de

Sergipe, será, sobretudo, um núcleo de apoio às atividades empresariais. Aqui, serão realizadas feiras, exposições. Aqui também serão criadas condições para o estímulo aos pequenos negócios, que irão exigir a presença participante do pequeno e dos microempresários.

Neste Centro de Interesse Comunitário que leva o nome do Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Hugo Castelo Branco, funcionará também a Empresa Sergipana de Turismo.

A Emsetur deverá transformar este magnífico edifício num importante núcleo de apoio e atração turística.

Para isto, a empresa já tem toda uma programação, que será dentro de pouco tempo iniciada, e que se soma às ações que estão sendo realizadas para a melhoria da infra-estrutura turística, criando novas alternativas que venham a assegurar a posição de Sergipe, como um dos mais destacados pólos do turismo no Nordeste.

O meu Governo convoca o empresariado sergipano, os investidores, nacionais e estrangeiros, para que se integrem, efetivamente, ao processo de desenvolvimento que iremos garantir, sobretudo com a confiança, com a crença nas imensas potencialidades do nosso Estado e do nosso País.

Diante das dificuldades, desanimar, sucumbir ao pessimismo, é a maior demonstração de fraqueza e incapacidade.

Teremos de vencer as adversidades do presente, acreditando que a todos nós, cabe, a tarefa tão difícil quanto patriótica, de construir o futuro, de assegurar um amanhã, onde os nossos filhos convivam com menos problemas do que aqueles que hoje estamos a enfrentar.

Aos que espalham o pessimismo, iludem com a demagogia fácil, mistificam acenando com promessas que são, na prática, irrealizáveis, nós, que temos responsabilidades, nós, que temos a noção exata do que significa o sacrifício de conduzir atividades públicas e privadas, devemos responder com a mensagem construtiva do trabalho, participando da grande e decisiva batalha pela produção, pela geração de empregos, pela consolidação da justiça social.

O Brasil do presente, não será mais feliz, e o Brasil de amanhã não será mais próspero, se não conseguirmos hoje, demonstrar, que a força do trabalho e a competência, aliados a uma democracia da qual não se excluem a responsabilidade e o respeito mútuo, constituem, os únicos caminhos válidos e conseqüentes, para que sejam alcançadas, justamente aquelas metas que alguns pensam atingir pelos descaminhos da simples demagogia e da agitação irresponsável.

Sr. Ministro José Hugo Castelo Branco, receba o penhor reconhecido dos sergipanos, unânimes no reconhecimento do que por nosso Estado fez V. Ex.<sup>a</sup>, e transmita também ao preclaro Presidente José Sarney a manifestação da nossa confiança no seu Governo que sempre tem atendido as justas reivindicações do nosso Estado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Na-dia mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, convocando uma extraordinária a realizar-se segunda-feira, dia 21 de março, às 10 horas e 30 minutos, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1985 (nº 98/85, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do protocolo adicional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha ao acordo cultural de 25 de junho de 1960, assinado em Brasília, em 1º de fevereiro de 1984. (Dependendo de parecer.)

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1985 (nº 94/85, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do adendo ao acordo para funcionamento do escritório de área da Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS/Organização Mundial da Saúde — OMS, no Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana, assinado em Brasília, a 21 de dezembro de 1984. (Dependendo de parecer.)

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1986 (nº 120/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do protocolo adicional à Convenção Internacional para Conservação do Atum e Afins do Atlântico, aprovado pela Conferência de Plenipotenciários, em 9 e 10 de julho de 1984. (Dependendo de parecer.)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 10 minutos.)

## ATO DO PRESIDENTE Nº 35, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002937/88-3, resolve aposentar, voluntariamente, Manoel José de Sousa, Técnico Legislativo, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos arts. 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os arts. 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, 414, § 4º, e 438 da Resolução SF nº 58, de 1972; art. 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983; art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e art. 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, com proventos integrais, observado o disposto no art. 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de março de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

## ATO DO PRESIDENTE Nº 36, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002790/88-2, resolve aposentar, voluntariamente, José Carlos Fontes, Técnico Legislativo, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430 incisos IV e V, 414, § 4º, e 438 da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de março de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

## EXTRATO DE CONTRATOS E/OU TERMOS ADITIVOS

**Espécie:** Contrato  
**Contratada:** VIDRÃO — Comércio e Serviços Ltda — ME

**Contratante:** Senado Federal

**Objeto:** Prestação de serviços de fornecimento e colocação de vidro liso de 5mm, incolor, em diversos setores da Casa.

**Licitação:** Convite nº 023/88

**Crédito pelo qual correrá a despesa:** À conta do Programa de Trabalho nº 0101021.2205/816, Natureza da Despesa nº 3120 — 0600/0.

**Empenho:** Foi emitida Nota de Empenho nº 00452/9, de 29-2-88. **Valor Contratual:** Foi estimado em Cz\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados).

**Vigência:** 29-2-88 a 31-12-88

**Data da Assinatura:** 29-2-88. Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto. Pela Contratada: Jesus Edson Campanaro.

**Amaury Gonçalves Martins** — Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

## COMISSÃO DIRETORA 3ª Reunião Ordinária, Realizada Em 15 de março de 1988

Às dez horas do dia quinze de março de 1988, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Humberto Lucena, Presidente, com a presença dos Senhores Senadores: José Ignácio, Primeiro-Vice-Presidente; Jutahy Magalhães, Primeiro-Secretário; Odacir Soares, Segundo-Secretário; João Castelo, Quarto-Secretário; Francisco Rollemberg, João Lobo e Aluizio Bezerra, Suplentes, e, no decorrer da reunião, com a presença também dos Senhores Senadores Lourival Baptista, Segundo-Vice-Presidente e Dirceu Carneiro, Terceiro Secretário.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente submete à apreciação dos presentes os seguintes assuntos, trazidos pelo Diretor-Geral da Casa:

1º) Minuta de Ato da Comissão Diretora reajustando os valores dos subsídios dos Senadores, a partir de 1º de março de 1988, no percentual de 16,19% (dezesseis vírgula dezenove por cento), em decorrência de variação da URP. Após discutida, a matéria é aprovada, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação.

2º) Minuta de Ato da Comissão Diretora reajustando os valores dos vencimentos, salários, salários-famílias, gratificações e proventos dos servidores do Senado Federal, do Cegraf e do Prodasen, a partir de 1º de março de 1988, no percentual de 16,19% (dezesseis vírgula dezenove por cento), em virtude da variação da URP. A matéria é aprovada, após sua discussão, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação.

3º) Prestação de Contas do Cegraf, relativa ao terceiro trimestre de 1987. Colocada em discussão, a matéria é aprovada pelo Plenário da Comissão Diretora.

Em seguida, ao lhe ser concedida a palavra, o Senador Odacir Soares apresenta seu parecer no Processo nº 000559/87-3, relativo à Prestação de Contas do Prodasen, correspondente ao terceiro trimestre de 1987, propondo seja o mesmo baixado em diligências para que a Auditoria do Prodasen atenda às recomendações formuladas pelo Conselho Supervisor daquele órgão. Submetido a discussão, o parecer é aprovado pela Comissão Diretora.

Em prosseguimento aos trabalhos, o Senador José Ignácio apresenta parecer favorável ao Processo nº 001489/87-9, que trata da Prestação de Contas do Cegraf e Funcegraf, relativa ao segundo trimestre de 1987. Após discutida, a matéria é aprovada.

Concedida a palavra ao Senador Jutahy Magalhães, este traz a exame da Comissão Diretora o seguinte:

a) Ato do Presidente nº 24/88, que altera, "ad referendum" da Comissão Diretora, o Orçamento do Funsen para o exercício de 1988. Após ser apreciada, a matéria é homologada pela Comissão Diretora.

b) Outros assuntos de interesse da administração da Casa.

Antes que as matérias constantes do item "b", apresentadas pelo Senhor Primeiro-Secretário sejam examinadas pelo Plenário da Comissão Diretora, o Senhor Presidente, considerando o adiantado da hora, suspendeu a sessão, marcando seu reinício para o dia seguinte, 16 de março, às dez horas.

No dia dezesseis de março de 1988, às dez horas, são reabertos os trabalhos, com a presença dos Senhores Senadores que compareceram no dia anterior e mais os Senhores Senadores Lourival Baptista, Segundo-Vice-Presidente, e Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Dirceu Carneiro, que apresenta as seguintes matérias:

1) Parecer contrário ao Processo nº 013497/87-1 no qual o servidor Orlando Oliveira requer seu reequadramento como Técnico Legislativo. Submetido a discussão, o parecer é aprovado.

2) Parecer ao Processo nº 018480/87-0, de interesse do servidor Victor Resende de Castro Caiado. Ao ser colocada em discussão, o Senhor Se-

nador João Castelo pede, e lhe é concedida, vista da matéria.

3) Parecer favorável ao Processo nº 000559/88-1, de interesse do ex-Senador Amaral Furlan. Submetido a discussão, o parecer é aprovado.

4) Parecer favorável ao Processo nº 020041/87-0, em que o ex-Senador Evandro Mendes Vianna solicita ressarcimento de despesas médico-hospitalares realizadas. Após discutido, o parecer é aprovado.

A seguir, o Senhor Presidente, após esclarecer que convocará, com a maior brevidade, uma reunião extraordinária da Comissão Diretora para tratar de outras matérias pendentes de decisão do Colegiado, declarou encerrada a presente Reunião às doze horas, pelo que eu, José Passos Pôrto, Diretor-Geral do Senado Federal e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Senado Federal, 16 de março de 1988 — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

**Criada através da Resolução nº 08, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico.**

**9ª REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1987**

Às quinze horas do dia dez de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 08, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, José Agripino, Roberto Campos, Jorge Bomhusen, Carlos Chiarelli e Marco Maciel. Comparecem, ainda, os Senhores Deputados Mário Lima, Ismael Wanderley, Djalma Bessa, Dionísio Dal Prá e Humberto Souto.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

É registrada a presença dos Senhores Mário Bhering, Presidente da Eletrobrás, Miguel Nunes, Presidente da Eletronorte, Carlos Aleluia, Presidente da Chesf, Diretores e Assessores de diversos órgãos da área da eletrificação.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Doutor Aureliano Chaves, Ministro de Estado das Minas e Energia, que discorre sobre a utilização da energia em suas diversas formas.

Prosseguindo, na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator, José Agripino e o Deputado Mário Lima.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença do Doutor Aureliano Chaves e determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR AS CAUSAS DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E A POLÍTICA PARA O SETOR ELÉTRICO", REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1987, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS MINAS E ENERGIA, AURELIANO CHAVES, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.**

Presidente: Senador José Agripino  
Relator: Senador Jutahy Magalhães  
(íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Declaro abertos os trabalhos da CPI de Energia Elétrica.

Srs. Senadores, Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves, dando sequência e quase complementando os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi criada, a pedido do Senador Jutahy Magalhães, para apurar as causas e as possíveis consequências do racionamento de energia elétrica no Brasil e, particularmente, no Nordeste, recebemos, hoje, a honrosa presença do Exmº Sr. Ministro das Minas e Energia, que vem complementar as informações anteriormente aqui prestadas por dirigentes de diversas entidades ou empresas ligadas ao setor. E para conhecimento de S. Exª, o Ministro, queremos informar que por esta CPI já passaram o Superintendente da Sudene, o presidente da Eletronorte; o presidente da Chesf; o Presidente da Eletrobrás; o Coordenador de Eletrificação do PROINE; o Presidente da ABRACE, que é uma entidade de classe que congrega os consumidores de energia; o Diretor da Divisão de Controle de Serviços de Eletricidade do DNAEE; ex-diretores econômicos e financeiros da Chesf e da Eletrobrás; o Exmº Sr. Ministro de Estado da Irrigação, Dr. Vicente Fialho; e o Secretário de Estado das Minas e Energia do Estado de Pernambuco. Todos eles convocados pelos Srs. Senadores integrantes desta CPI, a aqui prestarem informações atinentes aos setores ou organismos que dirigem, prestando, quase sempre, valiosíssimas contribuições ao objetivo desta CPI.

Mas, na verdade, esta CPI se completa na medida em que, V. Exª, Ministro das Minas e Energia, vem aqui prestar o seu depoimento. O que esperamos seja feito de forma global, abrangente, para que os Srs. Senadores que integram esta CPI tenham condições de apresentar um relatório produtivo, consequente.

Entendemos que a presença de V. Exª, nesta CPI, é importante como Ministro, mas também é importante como ex-Presidente do Conselho Nacional de Energia, que V. Exª presidiu durante o Governo passado, Conselho este que entendemos é um órgão de atuação normativa, não executiva, e que foi instituído em boa hora, tendo em vista a crise energética do País, para buscar caminhos no sentido da auto-suficiência do Brasil, fundamentalmente nos combustíveis líquidos.



Como é hábito, Sr. Ministro, fazemos a sessão, dividindo-a em etapas: na primeira etapa, a exposição de V. Ex<sup>a</sup>; na segunda, o debate, em que os Sr. Senadores terão oportunidade de dirigir questões, para que as perguntas e indagações, que têm que ser feitas, possam ter resposta conseqüente para ulterior colocação no nosso relatório. De modo que, posto isso, iniciando a primeira fase dos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Ministro para a sua exposição.

#### O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES —

Exm<sup>o</sup> Sr. Senador José Agripino, digno Presidente desta Comissão, Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Juthay Magalhães, digno Relator-Geral da Comissão, Exm<sup>o</sup> Sr. Líder do PFL, no Senado Federal, Senador Carlos Chiarelli, Exm<sup>o</sup> Senadores, Exm<sup>o</sup> Srs. Deputados, Exm<sup>o</sup> Srs. Presidentes e Diretores de Órgãos da administração descentralizada, vinculadas ao setor do Ministério das Minas e Energia, particularmente o setor elétrico, Srs. jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores:

Primeiramente, quero registrar, e o faço com bastante alegria, a grande honra que me é conferida, de falar nesta Casa do Congresso Nacional.

Pelo Congresso Nacional passei duas legislações consecutivas, participante que fui da Bancada do meu Estado de Minas Gerais, na Câmara dos Deputados, no período de 66/70, e depois no período 70/74. Aprendi, no convívio com o Legislativo do meu País, desde a época em que exercera o cargo de *Deputado Estadual no meu Estado*, Minas Gerais, que o exercício da vida democrática está intimamente ligado, está intimamente correlacionado, com a vida legislativa. O Poder Legislativo não apenas na especificidade das suas atribuições, mas, mais do que isso, pelo tipo de relacionamento que proporciona, pela integração que permite das diferentes regiões do País, pelo intercambiamento de idéias é sem dúvida alguma, uma área onde a Nação se projeta de maneira transparente, e através dessa projeção se pode exercer, de maneira mais eficaz, a vida política do País.

E na especificidade das suas atribuições, que é legislar, todos sabemos que é no Poder Legislativo que as leis depuram, que as leis decantam, que os diferentes segmentos de opinião pública deste País, mesmo os não institucionalizados, têm um canal adequado para transmitir as suas idéias, formular as suas questões e dar a sua contribuição para que a legislação brotada da Casa adequada para isso, se afine melhor ao sentimento do País.

Por estas razões, Sr. Presidente José Agripino, é para mim uma honra muito grande, esta que tenho, de falar aos eminentes membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A energia e o homem exercem um processo de interação que data da própria existência do homem na face da Terra. A energia precedeu essa existência, mas a presença do homem na face da Terra estabeleceu sempre uma correlação íntima entre as fontes de energia existentes e a sua adequada utilização pelo homem, ao longo do tempo, em benefício da melhoria da qualidade de vida do homem, na face da Terra.

A grande fonte de energia, sabemos, é o sol.

E, na medida em que, através das diferentes formas de energia que emanam do sol, a energia sob a forma de calor ou de luz, é que os vegetais crescem, e se desenvolvem. E, através da vida

vegetal, torna-se possível a vida animal, porque os vegetais são capazes de captar diretamente a energia solar e transformá-la em outras formas de energia. Através do extraordinário e misterioso mecanismo da fotossíntese, é que é possível a existência de vida na face da Terra. O sol é, portanto, a grande fonte de energia.

É o sol o responsável pela energia dos combustíveis fósseis: o petróleo, nas suas diferentes manifestações, sob a forma de petróleo líquido, sob a forma de petróleo gás, porque o gás natural de petróleo é uma manifestação de energia petrolífera, porque também é um hidrocarbureto, combinação de Carbono e Hidrogênio, que é a essência do petróleo; dos combustíveis sob a forma de carvão, que é também uma variedade de combustível fóssil, e a própria energia hídrica, que é uma decorrência da energia solar.

As outras manifestações de energia, com as quais o homem convive, a energia sob a forma de fissão nuclear, ou sob a forma de fusão nuclear; fissão nuclear, desdobramento de núcleos pesados em núcleos mais leves com dissipação de energia; ou fusão nuclear, ajuntamento de átomos mais leves para formar átomos mais pesados, com dissipação de energia; ou a energia sob a forma de energia geotérmica, utilizada em condições restritivas mas que não deixa de ser utilizada; a energia sob a forma de maré motriz; ou a energia solar, sob a forma de fotossíntese, a mais importante forma de energia derivada do sol; ou a energia sob a forma de células fotovoltaicas, que é a energia da luz solar transformada em energia elétrica; ou a energia solar sob a forma de calor, utilizada diretamente para produzir energia elétrica.

De qualquer maneira, estas são as formas de energia com as quais o homem convive, utilizando-as, transformando-as, ora numa direção, ora noutra.

Uma das conquistas mais importantes que o homem obteve para a utilização de uma forma de energia limpa, não-poluente, de alta flexibilidade, foi, sem dúvida alguma, a utilização da energia sob a forma de energia elétrica.

A utilização da energia, sob a forma de energia elétrica, foi, talvez, a mais importante conquista que o homem alcançou, desde a sua presença na face da Terra. A energia de fissão nuclear ou a de fusão nuclear também têm uma destinação, em grande parte, para gerar a energia elétrica. Hoje, a energia elétrica está de tal maneira ligada, vinculada à vida do homem, que não se concebe a presença do homem, na face da Terra, sem ter ao lado o quilowatt-hora.

Nesta sala, estamos com muito vidro para clarear, muita cortina para escurecer e, para completar, a luz para clarear. Evidentemente, há o ar condicionado, que consome energia, e este microfone que estou utilizando, que consome energia.

Há, então, hoje, uma xifofagia entre o homem e a energia, particularmente sob a forma de energia elétrica, razão pela qual existe um relacionamento íntimo, estreito, entre demanda de energia, sobretudo demanda de energia elétrica, e crescimento do Produto Interno Bruto. Há uma correlação estreita entre o crescimento do Produto Interno Bruto e o crescimento de demanda energética.

Para que tenhamos uma visão de como o Brasil se encontra, no momento, no que diz respeito à sua chamada matriz energética, vou começar por fazer uma pequena projeção de uma transparência que nos dá uma visão razoável do problema da matriz energética brasileira.

Vale dizer, a nível de 1985, o hoje nosso é o ontem de 1985. Hoje a madeira ainda tem uma representatividade de 18% da matriz energética brasileira, sendo parte dela consumida, em função do rendimento térmico, vale dizer, é jogada fora, porque o rendimento térmico das máquinas que utilizam madeira é relativamente baixo, ou seja, não dissipa essa energia. O que resta destina-se, uma parte, para energia residencial, embora o gás liquefeito de petróleo esteja ocupando rapidamente uma posição de quase exclusividade na energia para a cocção alimentar. Ainda existe, contudo, a presença da madeira, como fonte energética domiciliar, como fonte energética residencial. O gás está ocupando, com uma velocidade fantástica, esse espaço. Hoje, o Brasil é o País do mundo que tem o maior volume, o maior número de buíões de gás em circulação. Num curto espaço de tempo, num espaço de tempo de 40 anos, o Brasil caminhou, celeremente, para ocupar uma posição extremamente expressiva, no que diz respeito à utilização do GLP - gás liquefeito de petróleo. Outra parte da energia vai para fins comerciais e, ainda uma outra, destina-se ao setor industrial, que está gradualmente reduzindo a utilização de energia solar, sob a forma de biomassa, particularmente sob a forma de madeira.

Logo em seguida, há a energia de origem hídrica que, hoje, já está na casa dos 30%. A nível de 1987, da matriz energética brasileira, a energia hídrica já contribui com 30%. Essa energia de origem hídrica, retiradas as perdas, que são relativamente pequenas, destina-se a fins residenciais, comerciais e, predominantemente, para fim industrial.

A presença do carvão nacional ainda é pouco expressiva, para não dizer inexpressiva, no quadro da matriz energética do nosso País. Sua destinação é, predominantemente, para fins industriais, ou sob a forma de carvão para a indústria, particularmente para a indústria cimenteira, ou é o carvão sob a forma de energético e redutor, para a indústria siderúrgica, ou é o carvão sob a forma energética, para gerar energia elétrica. Estamos dando uma atenção especial, agora, à utilização desse carvão, particularmente na região Sul do Brasil.

O petróleo continua sendo, embora de maneira decrescente, aquele que tem maior participação na matriz energética do País. Felizmente, neste particular, vou abrir um pequeno parêntese, aqui, para dizer o que ocorreu com a Comissão Nacional de Energia.

Instituída no Governo Figueiredo, a Comissão Nacional de Energia tinha a finalidade precípua de organizar o setor energético, no que tange, especificamente, ao uso dos combustíveis líquidos — petróleo e álcool — para enfrentar a chamada crise do petróleo, o segundo grande choque do petróleo que, no período 1981-1982, teve uma presença assustadora na balança comercial do País, quando chegamos a importar 10,5 bilhões de dólares de petróleo. Esses 10,5 bilhões de dólares significam que o Brasil, àquela época, produzia



em torno de 17% do petróleo que consumia. De zessete por cento do petróleo que o Brasil consumia era produto nacional, o restante era importação. Nesse montante de 10,5 bilhões de dólares, estavam representadas em torno de 50% das exportações brasileiras. Numa época em que o Brasil exportou em torno de 22 bilhões de dólares, consumiu cerca de 10,5 bilhões de dólares, importando petróleo.

Então, a Comissão Nacional de Energia, que àquela época foi presidida por mim, como Vice-Presidente da República, teve um objetivo central: cuidar especificamente do problema de abastecimento, do País, de combustíveis líquidos, particularmente, evidentemente, combustíveis gasosos.

Quando assumi aquela Comissão, este era o perfil. Através de um esforço conjugado, envolvendo diferentes Ministérios, e envolvendo um esforço expressivo da Petrobrás, o quadro, num curto espaço de tempo, evoluiu de maneira favorável.

Hoje, o quadro é bastante menos aflitivo do que era àquela época. O Brasil, hoje, já está produzindo — há poucos dias passados bateu o recorde — 610 mil barris diários de petróleo, para um consumo que está um pouco acima de um milhão de barris/dia. O Brasil, hoje, produz cerca de 60% do petróleo que consome. Há algumas expectativas positivas, particularmente na Bacia de Campos, nas bacias sedimentares do Nordeste, particularmente nas águas territoriais nordestinas que, felizmente, não são muito profundas, de melhorar, razoavelmente — não espetacularmente, mas razoavelmente — a contribuição do petróleo nacional, no quadro do balanço energético nacional.

O petróleo e o gás natural, associados os dois, têm uma representatividade expressiva.

No que diz respeito ao gás natural, quero apenas tecer rápidas considerações. Durante muitos e muitos anos, o Brasil discutiu o problema de gás natural. Pensávamos em importar gás natural da Bolívia, desde as Notas Reversais de Roboré. Entretanto, o problema do gás brasileiro, até a criação da Comissão Nacional de Energia, não tinha outro destino senão queimar. Todo gás que produzíamos era reinjetado para assegurar a produção do petróleo, sendo a sobra queimada.

A primeira providência que tomamos, quando assumimos a Comissão Nacional de Energia, foi a de fazer um estudo completo e exaustivo da produção de gás associado, no Brasil, particularmente o da Bacia de Campos, tendo em vista a demanda energética dos grandes centros consumidores próximos, geograficamente, daquela Bacia, como também a utilização do gás nordestino, numa rede, numa malha pequena, mas expressiva, ao que diz respeito aos seus aspectos técnicos e econômicos, para a utilização de pequenas manifestações de gás, que ocorrem na região nordestina.

Com isso, iniciamos a construção dessa rede de gasoduto no Nordeste, que já começa a ter expressão na economia nordestina. Construímos, ainda, o primeiro grande gasoduto deste País, que vai nos permitir ter uma visão segura dos parâmetros que informam os custos de construção de um gasoduto e as características técnicas de operacionalidade desse gasoduto. É o gasoduto que sai da Bacia de Campos, passa pelo Rio de Janeiro, atravessa o Vale da Paraíba e vai chegar a

São Paulo — se Deus quiser — até o final deste ano. É o primeiro grande gasoduto que o Brasil está construindo, e é a primeira grande iniciativa de dar consequência prática e econômica à utilização do GLP, em nosso País, no momento em que a presença desse GLP começa a ter significado técnico e econômico.

Um outro elemento que tem uma presença razoável em nossa matriz energética é a cana-de-açúcar. Sob a forma de álcool e sob a forma de bagaço de cana. E agora vai começar a fluir uma outra possibilidade, que é a utilização do metano gerado em biodigestores que utilizam o vinhoto. Embora a relação vinhoto-álcool tenha reduzido gradualmente, temos condições de operar esse vinhoto em biodigestores, produzir metano e utilizar o resíduo como fonte, de nutriente, para ser devolvido à terra. Este metano, oriundo dos biodigestores vai começar a poder ser utilizado no Brasil. Nós estamos estimulando a indústria nacional a produzir compressores que sejam capazes de comprimir metano até 200 atmosferas, pois teremos condições de utilizar esse metano em bujões previamente preparados, para servir na primeira etapa de combustível não poluente em veículos automotivos para transporte urbano coletivo.

Os Srs. vão verificar que o Brasil é totalmente atípico em matéria de perfil energético. Daí porque não se aplica ao Brasil a metodologia de trabalho que se aplica normalmente a outros países do mundo, particularmente aos de economia mais desenvolvida. Os Srs. verificam aqui que o perfil energético do mundo tem, hoje, uma representatividade bastante razoável já na utilização do GNP; tem uma representatividade média na utilização da energia hídrica e, tem uma representatividade razoavelmente expressiva no que tange ao uso do carvão; uma pequena representatividade no que diz respeito à hidroeletricidade — isso aqui é petróleo, aqui é hidroeletricidade e aqui é energia nuclear. Os Srs. verifiquem que a presença do petróleo é dominante no balanço energético do mundo. No que concerne aos Estados Unidos, há uma certa similitude no perfil energético norte-americano *vis-à-vis* ao perfil energético mundial. A presença da energia hídrica nos Estados Unidos, hoje, é inferior à presença de energia nuclear, vale dizer, a quantidade de energia hídrica disponível para uso dos Estados Unidos, hoje, é inferior à quantidade de energia disponível de origem nuclear.

O quadro da Europa Ocidental modifica-se de maneira bastante sensível: o petróleo continua sendo predominante e, sob certos aspectos, mais expressivo do que os Estados Unidos. A energia hídrica tem uma presença percentual um bocado superior à presença percentual dos Estados Unidos, porém não em valores absolutos, mas em valores relativos. E a energia nuclear tem uma presença bastante expressiva. No que diz respeito à França, por exemplo, 63% da energia elétrica é de origem nuclear. E com uma circunstância: os reatores nucleares franceses são colocados ao longo dos rios; e sendo colocados ao longo dos rios não podem fazer refrigeração direta, têm que utilizar torre de refrigeração, que encarece sensivelmente o custo do kw/hora gerado.

O quadro do Japão é mais crítico no que tange à dependência do petróleo. A União Soviética tem

uma presença expressiva na utilização do gás, porque as maiores reservas de gás conhecidas no mundo estão na União Soviética. Para os Srs. terem uma idéia o Brasil tem hoje uma reserva de gás conhecida, mensurada na ordem de 93 bilhões de m<sup>3</sup>. Mas é presumível que, com o gás associado da Região Amazônica e o gás associado da Bacia de Campos além do gás existente nas bacias nordestinas atinjamos qualquer coisa parecida com 200 bilhões de m<sup>3</sup>. A União Soviética tem, mensurados, 38 trilhões de m<sup>3</sup> de gás.

Este aqui é o perfil do Brasil, no qual os Srs. verificam dois aspectos extremamente importantes: presença expressiva da energia de origem hídrica; ainda a presença expressiva do petróleo; a presença pouco expressiva do gás e a presença bastante expressiva de uma coisa que se chama biomassa: lenha, detritos agrícolas de toda natureza, e o sistema de bagaço de cana, porque o bagaço de cana tem maior representatividade energética do que o álcool — o binômio bagaço de cana/álcool, vale dizer, cana-de-açúcar. Então, o Brasil tem que ser visto na peculiaridade do seu perfil energético, que tem uma característica bastante diferente dos demais países do mundo, particularmente dos chamados países desenvolvidos.

O que é isto aqui? É uma visão, tanto quanto possível com certo grau de fidelidade, das reservas hídricas do Brasil, conhecidas e passíveis de serem aproveitadas. Os Srs. estão verificando que em matéria de reserva hídrica, o Nordeste está no seu limite. Com o aproveitamento de Xingó, nós temos dois pequenos aproveitamentos a jusante de Xingó, porém com uma representatividade pouco expressiva. É uma relação kw/hora gerado *versus* área inundada, bastante desfavorável. Então, a região nordestina está praticamente com as suas disponibilidades hidroenergéticas já totalmente aproveitadas. Xingó é uma dádiva de Deus, pois nós não temos nenhum aproveitamento hídrico com as características de Xingó. Primeiro, altura de barragem *versus* área inundada, extremamente favorável, vale dizer, perspectiva de deslocamento de populações ribeirinhas muito pequeno, e um custo de kw instalado e de kw/hora gerado, altamente competitivo com qualquer outro projeto hidroelétrico brasileiro, pelo menos até o momento. Por quê? Porque o rio já está regularizado a montante e a natureza nos forneceu um canyon que, inteligentemente aproveitado, vai gerar um kw/hora e um kw instalado de baixo custo, talvez não superior a 600 dólares o kw/instalado, dependendo, evidentemente, do desenvolvimento da construção da obra.

A grande área disponível de energia elétrica no Brasil é a chamada Bacia Amazônica. Aliás, o Brasil tem três grandes bacias hidrográficas: a Bacia do São Francisco, a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná. São as três grandes bacias hidrográficas brasileiras. Nelas, fundamentalmente, se concentram as disponibilidades hidroenergéticas brasileiras. Os Srs. verificam que a grande disponibilidade hidroenergética brasileira está na Região Amazônica, em que 53% ainda não se encontra sequer em fase de projeto. A região Sul tem essa característica, ainda com uma pequena disponibilidade, mas essa disponibilidade da região Sul é extremamente complexa, porque nós temos que pensar duas vezes quando tivermos

que construir uma usina hidroelétrica numa área densamente povoada. Todas as vezes em que nós construímos uma grande usina hidroelétrica numa área densamente povoada, nós corremos o risco de fazer uma reforma agrária de cabeça para baixo, uma reforma agrária às avessas, porque geralmente as áreas inundadas são de alta fertilidade. E sendo áreas de alta fertilidade, são áreas preferencialmente ocupadas, por iniciativa própria, por aqueles colonos que têm realmente vocação agrícola, porque para tratar da terra é preciso ter duas coisas: amor, em primeiro lugar, e competência em segundo lugar. Quem não tiver amor e competência, não vá mexer com terra que dá com a cabeça na parede. As duas coisas são fundamentais. Então, quando nós tratamos de cuidar da construção de usinas hidroelétricas em região densamente povoada, nós temos que ter um cuidado muito grande. Nós estamos sabendo — está aqui o nosso Presidente da Chesf, e naturalmente depois vamos falar sobre este assunto — o que representou ou está representando deslocar 36 mil pessoas, 7 mil e 200 famílias do Reservatório de Itaparica, porque se cuida de tudo, menos de saber como é que vamos relocar os colonos.

Quando assumimos o Ministério das Minas e Energia, não havia nada sobre essa matéria! Nada, nada! Quando nós desembarcamos pela primeira vez em Paulo Afonso, tínhamos lá um vigário e mais ou menos 3 mil colonos da região de Itaparica, reclamando com relação ao tratamento que se lhes era dispensado. Depois de receber uma comissão desses colonos, eu pude verificar que as reclamações eram procedentes. E designamos uma ampla comissão com ampla participação de todos os Ministérios e de todos os órgãos envolvidos no problema de relocação desses colonos, e fizemos a primeira avaliação, porque não se sabia, sequer, quanto custava relocar esses colonos. Estamos, hoje, com um programa de relocação desses colonos, feito cuidadosamente, com o respeito que merece todo brasileiro, particularmente aquele que é desalojado, que é arrancado da terra que ele trabalhou, que seus pais ajudaram a construir, que ele desenvolveu, para ser jogado em outra área. É como tirar uma parte da carne de cada um; arrancar o sujeito do torrão da terra que ele trabalhou. Mas, estamos fazendo isso pacientemente, com todo o respeito que merece esse colono. E gradualmente, estamos reinu- eles desenvolveram. Mas isso vai custar mais de 300 milhões de dólares, custo adicional de Itaparica que não estava no câmputo, porque este assunto de colono não era objeto da atenção devida. Como de resto, estamos fazendo as mesmas coisas agora com os colonos das barragens do rio Uruguai, particularmente Itá, e posteriormente Machadinho.

Born, este aqui é o quadro brasileiro. Presumivelmente o Brasil deve ter 213 milhões — digo presumivelmente, porque nós temos ainda alguma coisa a inventar neste País, com mais profundidade — 213 milhões de Kw disponíveis para a construção, dos quais nós aproveitamos até hoje cerca de 25% — não chega a 25%.

Essa aqui é a evolução dos investimentos no setor de energia elétrica. Isto aqui é a evolução do PIB em bilhões de dólares: nós estamos hoje com um PIB que deve estar em torno de 300 bilhões de dólares — isso aqui não é um número

muito preciso. Com relação a esse negócio de PIB aqui no Brasil, nós temos muitas estatísticas e poucas verdades. Nós não temos segurança — deve estar em torno disso, pode ser um pouco mais, pode ser um pouco menos. E V. Ex<sup>a</sup>, verifique que há evolução dos investimentos em função do percentual do PIB.

A demanda de energia elétrica no Brasil cresce, não digo bastante, mas de 20 a 25% na frente do PIB. Vale dizer, para cada 1% do crescimento do Produto Interno Bruto há um crescimento de demanda energética da ordem de 1,2 a 1,25; o que não é bom! Os países mais desenvolvidos estão reduzindo esta relação, através de um programa mais racional de economia de energia e de procedimentos tecnológicos mais adequados.

Este é o cerne da questão. Ainda não se conseguiu inventar, embora nós, brasileiros, estejamos procurando essa invenção já há muitos anos: inventar sem poupar, consumir sem produzir; já há alguns anos estão querendo inventar isso: vamos ver se investimos sem poupar, vamos ver se consumimos sem produzir.

Este problema da energia elétrica só tem duas alternativas: ou os recursos para o setor provêm do orçamento via contribuinte, ou provêm do usuário via tarifa. Fora disso não dá. Mas o Brasil tem mania dos índices, e quanto menos verdadeiros os índices, mais se evocam os índices: precisa-se baixar a inflação, não importa se esse índice seja ou não real, se tem a equação paramétrica — estou falando com o Engenheiro, que é o Presidente da Comissão — e na equação paramétrica, sempre se escolhe o parâmetro para se obter o resultado. Como as equações que envolvem fixação de índices de variação e de inflação, são equações paramétricas, o sujeito bota isso ali, tira isso dali, é um negócio esotérico. É preciso comprimir alguma coisa para os índices serem favoráveis. Então, o que o sujeito escolheu para comprimir? Escolheu o setor de serviços prestados pelas estatais. Comprimiram-se tarifas de energia elétrica, tarifas telefônicas, preços derivados de petróleo, preço de aço, e assim por diante. O que ocorreu? Um decréscimo vertiginoso. É um tobogã, sobe mas desce, e está sempre descendo no setor de remuneração tarifária.

Quando assumimos o Ministério das Minas e Energia, cuidamos de fazer uma avaliação do setor e de fazer um Plano de Recuperação desse setor que se chamou Plano de Recuperação Setorial. Mas, no meio do caminho veio o Plano Cruzado e congelou, novamente, a tarifa de energia elétrica. A legislação brasileira que estabelece como é remunerado o setor, sendo um setor de concessão de serviço público, não pode ter remuneração elevada, porque tem mercado cativo. Mas, também não pode ter remuneração muito baixa, senão não tem recursos para investir. E como o investimento tem que caminhar na frente da demanda, porque se faltar energia não tem de onde se importar; falta aço, importa-se aço; falta leite em pó, importa-se leite em pó; falta carne, importa-se carne. E se faltar energia elétrica? Raciona-se a energia elétrica. O sujeito fica com direito de pular, de espumar e de buscar bode expiatório, como é do gosto de nós, brasileiros. Quem é o culpado? Todos nós somos solidariamente culpados, inclusive esta Casa do Congresso, por onde passaram os orçamentos da República. É um dado de realidade.

Estamos, hoje, nesse quadro. Conseguimos parcialmente uma pequena recuperação, vale dizer, recuperação representada por uma variação do coeficiente angular desta reta, que não chegou a ter uma representação expressiva. O setor, hoje, está remunerado há pouco mais de 4%, globalmente. Quando digo setor, quero dizer empresas jurisdicionadas à Eletrobrás, vale dizer subsidiárias da Eletrobrás — as quatro grandes subsidiárias — as empresas coligadas do setor, que são as concessionárias de âmbito estadual. O Dr. Getúlio Lamartine, que é Diretor-Geral do DNAEE, pode confirmar esta minha informação: estamos, hoje, com pouco mais de 4,5% de remuneração do setor, com as tarifas atuais. Também essa curva não induz novidade nenhuma. O que ocorre? De que maneira cobre-se um déficit orçamentário? Ou se emite papel moeda, ou se emite título da dívida pública ou se busca empréstimo externo. Quando os empréstimos externos estavam fáceis, porque havia petrodólar para ser reciclado, havia uma oferta de petrodólares em função do choque do petróleo, então ia-se buscar esse petrodólar lá fora. Era mais cômodo, e isto não é pecado. É pecado de nós, brasileiros, como um todo, é pecado nosso, porque é comum o sujeito saber quem é o administrador culpado, isso é vício nosso. É claro que o homem se guia pela lei do menor esforço, e esta lei é um processo até de progresso. Porém, quando se começa a transformar a busca da lei do menor esforço numa espécie de preguiça mental, aí as coisas se complicam. Quando os petrodólares estavam fáceis de serem buscados, nós os fomos buscando. Buscar petrodólar é o seguinte: estamos sempre com a idéia de que pedimos emprestado e depois não pagamos. E todo dinheiro emprestado, seja no âmbito público ou no âmbito privado, tem dois períodos: o da alegria quando se recebe o dinheiro emprestado, e o da tristeza quando vai ter que se pagar. Na hora de receber o dinheiro emprestado é uma coisa agradável, porque vamos ter dinheiro para investir e, investir, afinal de contas, é bandeirinha na hora das inaugurações, palmas, etc.; E, na hora de pagar?

V. Ex<sup>a</sup> estão verificando o crescimento do serviço da dívida atingir um pique em 1984. Esse pique da dívida em 1984, esta linha de cumeada daquela montanha correspondeu ao fundo do vale de recursos internos para investir. O setor não gera recursos para investir. Por quê? Porque a tarifa está comprimida, está lá para baixo. É muito bom o sujeito meter um índice de inflação lá para baixo, bater pé. A inflação este mês foi de 9,4%. A custa de quê? Se o Brasil resolvesse parar, também não vai mais investir no setor de energia elétrica.

Mas, acontece que não pode parar, porque parar é racionamento. O que aconteceu? Esta depressão violenta dos recursos próprios para investir correspondeu a um pique de endividamento externo. Dizer que o Ministro anterior foi culpado disto? Não. Ele estava metido no vórtice de uma política nacional onde todos eram responsabilmente solidários, inclusive quem aprovou os orçamentos. O índice de consumo crescendo, o índice de recursos decrescendo, endividamento também crescendo — é uma equação singela e não há como sair dela.

O que fizemos? Coisas bonitas para serem enunciadas, difíceis para serem cumpridas, por-

que nesse meio entrou o Plano Cruzado com o aplauso da Nação, aplauso geral de todos, palmas e mais palmas! Ninguém sabia quais eram as consequências! Iamos ter inflação zero, iamos investir sem poupar, iamos consumir sem produzir! Iamos... O que fizemos com o Programa de Recuperação Setorial? Tentamos adequar o programa de investimento do setor elétrico aos objetivos sociais do I Plano Nacional de Desenvolvimento. Basta dizer o seguinte: o que o Programa Nacional de Desenvolvimento previa com o Plano Cruzado? 7% de crescimento do quê? Do PIB. Demanda de energia elétrica não inferior a 8,2%, 8,4% sobre uma base de 40 mil megawatts 3 milhões e 200 mil, 3 milhões e 500 mil megawatts, quilowatts; 3 mil e 500 megawatts — anos aos nossos custos, de geração, de transmissão, subtransmissão, melhoria da rede de distribuição não custa menos do que 4 a 5 bilhões de dólares. Tirar de onde esse dinheiro? Da tarifa ou do orçamento? Empréstimo externo? Sabemos, afinal de contas, qual a consequência da atitude que tomamos. Quem toma uma decisão tem que arcar com o ônus da decisão que tomou. Estamos lutando bravamente para ver se conseguimos um empréstimo modesto no Banco Mundial. O Presidente da Eletrobrás está aí, e até hoje estamos engasgados com 500 milhões de dólares, que é empréstimo que vai ser alocado ao Tesouro Nacional e que este então repassa em cruzados ao setor elétrico. Porque felizmente o setor elétrico hoje, precisa de poucos dólares sob a forma de dólares para importar equipamentos. Estamos utilizando alguns equipamentos importados, não porque a indústria nacional não produza, é por causa do sistema de *counter trade*. Exportamos para vários países, particularmente, os países do Leste Europeu, exportamos principalmente minério de ferro, produtos acabados, produtos semi-industrializados, principalmente os de origem da agroindústria e eles não têm com o que pagar. Eles não têm moeda sonante, a moeda deles não é conversível, então têm que pagar exportando algum equipamento para o Brasil. Mas não que nós necessitemos dessa importação de equipamentos. Temos feito alguns negócios dessa natureza, tendo em vista a visão global do setor brasileiro e não específica do setor de energia elétrica.

Nós, hoje, podemos mobilizar o Parque Industrial Brasileiro para satisfazer na quase totalidade, as necessidades de investir no setor de energia elétrica, particularmente, no setor de hidroeletricidade; de termoeletricidade não, mas de hidroeletricidade, sim.

Estabelecer linhas de ação à recuperação do equilíbrio financeiro do setor elétrico. Isto se resume num único fator que se chama "tarifa de energia elétrica".

Compatibilizar, na medida do possível, as disponibilidades financeiras do setor elétrico, com as necessidades do sistema elétrico, através da concepção de um programa mínimo das instalações de suprimento. Isso é fundamental. Temos algumas regiões do Brasil, particularmente Rondônia, um que têm que receber, de nossa parte, uma atenção peculiar, por se tratar de um Estado em desbravamento, cuja demanda de energia elétrica tem crescido em função do fluxo migratório de uma maneira assustadora. Orientar a locação de recursos, de modo a maximizar a capacidade de

atendimento do mercado energético brasileiro, no horizonte de curto prazo e recuperar as condições de atendimento ao mercado. Além do mais, temos que compatibilizar — os Senhores vão verificar aí — sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, para que não sejamos surpreendidos — como fui surpreendido no início da minha presença no Ministério — com uma linha de transmissão de 300 quilômetros; Itaipu e Maiporã, para o qual não havia recursos e que comprometeu terrivelmente o abastecimento de energia elétrica da Região Sul do Brasil, no momento em que enfrentamos um período de baixíssima pluviometria no rio Iguaçu, reduzindo a 10% a disponibilidade de potência instalada no rio Iguaçu. De 3 milhões de quilowatts instalados no Rio Iguaçu, num determinado período, só pudemos utilizar 300 mil quilowatts. A ausência dessa linha de transmissão de 300 quilômetros nos impôs um racionamento de energia na Região Sul do País. Tem que haver uma perfeita acoplagem entre geração, transmissão, sub-transmissão, e fazer isto. Verifiquem aqui como é que estamos equacionando o problema de recursos para o setor de geração, de transmissão, de distribuição, instalações gerais, etc. Estamos procurando ajustar uma coisa à outra.

Por exemplo, agora estamos concentrando os nossos esforços no grande sistema de transição Norte Nordeste, que é o sistema Tucuruí Presidente Dutra: uma linha de transmissão de 800 km de extensão, 500KW, em plena selva amazônica, que vai permitir aumentar a capacidade de transferência da energia da Região Norte para a Região Nordeste, de mais de 500mw, vale dizer uma vez e meia as térmicas disponíveis, e incluindo as que estão por ser adquiridas à da Região Nordeste, agregadas à linha de transmissão de Itaparica/Sobradinho, vamos ter 600mw a mais de disponibilidade e potência a serem transferidos, envolvendo, portanto, uma capacidade de transferência de potência de 400mw para 1 milhão de kw.

Isto aqui é a evolução do mercado. V. Ex<sup>as</sup> verifiquem o seguinte: o Norte do Brasil àquele salto tem peculiaridades próprias porque se chama principalmente, indústria de alto consumo de energia, particularmente a indústria de alumínio e ferro-liga. Mas aqui no Nordeste não! O Nordeste é um negócio bastante racional, é um crescimento exponencial de demanda de energia elétrica, tendo em vista a implantação de uma gama diversificada de consumidores, o que é importante para o perfil da economia nordestina.

V. Ex<sup>as</sup> verifiquem que este crescimento é levemente exponencial, mas é um crescimento exponencial, quer dizer, não é como o da região Centro-Oeste, que é um crescimento linear, uma equação de uma reta; aqui é uma equação seguramente de uma curva de segundo grau.

Aqui está o Sistema Norte-Nordeste: tem uma intermediação importante que é o sistema do rio Parnaíba. Mas o Nordeste, hoje, tem uma acoplagem de um afluente importante na margem direita do rio Amazonas, que é o Sistema Araguaia/Tocantins, com o Sistema do São Francisco. O São Francisco realmente é a espinha dorsal do sistema energético da Região Nordeste. Nós teremos sempre este binômio Norte-Nordeste se balanceando. A partir da implantação de Xingó, onde seguramente nós vamos ter 10 máquinas de 500

mw cada uma, as 6 primeiras são máquinas de base, as 4 restantes são máquinas de ponta, mas quando tiver funcionando Xingó, é provável que haja um fluxo de energia Nordeste/Norte, de 89 a 91, é provável que flua energia do Nordeste para o Norte, em função de Xingó e, a partir de 92, flua em definitivo energia do Norte para a Região Nordeste. Aí vamos começar com os grandes aproveitamentos do Sistema Amazônico, que vão necessariamente ter uma destinação Nordeste e Região Sudeste. Esses dois binômios Nordeste e Região Sudeste são os binômios de recepção de energia disponível da Região Amazônica.

Esse aqui é um sistema do rio São Francisco. V. Ex<sup>as</sup> estão vendo aqui um fato extremamente importante: é que as duas barragens de regularização são a de Três Maria e a de Sobradinho. Esta última é o grande lago de regularização, com 28 bilhões de m<sup>3</sup> — aqui está em hcm<sup>3</sup>, mas essa é uma unidade pouco usada —, com um volume residual, um volume morto de 5 bilhões e 400 bilhões de m<sup>3</sup> Itaparica, não, tem um bruto volume residual, volume morto, porque a barragem de Itaparica é fundamentalmente para assegurar desnível, gerar altura de queda, e não barragem de regularização. O volume disponível aqui é relativamente pequeno, ao passo que Sobradinho tem um grande volume disponível, bem como Três Marias.

Aqui vem o Sistema de Paulo Afonso: há a pequena Barragem de Moxotó, depois é Paulo Afonso. Depois vem Xingó e dois outros aproveitamentos de menor monta, a jusante de Xingó.

Esta aqui é a visão do Sistema de Transmissão da Região Norte/Nordeste. Esta é a linha que nós estamos duplicando: temos uma linha singela de Tucuruí até Presidente Dutra e vamos duplicá-la. Só com a duplicação dessa linha, nós ampliamos a capacidade de transmitir energia da Região Norte para Região Nordeste, de mais 500 mw.

Com a construção desse segundo Sistema de Transmissão de Sobradinho até Itaparica, nós agregamos mais 100 mw de potência disponível, perfazendo o total de 600 mw.

Então, o que é importante para a Região Nordeste? É claro que essa questão de utilização do sistema térmico foi uma providência que eu tomei logo que assumi o Ministério das Minas e Energia. O importante em todo o sistema hídrico é ter uma complementação térmica, para otimizar a sua utilização. É claro que o sistema hídrico brasileiro tem aspectos bastante positivos. Qual é o aspecto positivo que tem o sistema hídrico brasileiro? Que você interliga bacias. Quando você interliga bacias, você tem o problema das grandes linhas de transmissão, que tem problemas técnicos operacionais. Porém, você interliga bacias sujeitas a pluviometrias deferentes. Então às vezes está faltando água numa determinada bacia hidrográfica, mas está chovendo mais numa outra bacia hidrográfica. Esta interligação de sistema otimiza melhor a operação do sistema.

Então, o que é fundamental, sem perder de vista a importância das térmicas? São as linhas de transmissão. Elas não podem atrasar! Esta está prevista para um horizonte de março de 1988; idem, esta outra de Sobradinho até Itaparica.

Dr. Aelua, qual é a previsão nossa de término da linha de Sobradinho.

O SR. CARLOS ALELUIA — É de junho de 1988.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Dr. Miguel e a nossa linha de transmissão, o cronograma é de março de 1988.

O SR. MIGUEL — Está prevista para fevereiro.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Pois é, nós vamos dar uma elasticidade aí. E as instalações das máquinas de Itaparica.

Em Itaparica, na realidade, são 10 máquinas, sendo 6 na primeira etapa e as outras 4 máquinas de ponta, todas de 250 megawatts. Mas, vamos aproveitar as 6 primeiras máquinas, são 900 megawatts, mais ou menos de geração média. São 1.500 megawatts de instalação total, mas desses 500 mws leva-se em conta um fator de carga de 0,5 0,55 vai-se ter uma potência média disponível da ordem de 900 mws.

Esse é um aspecto bastante importante, e quero aqui abrir um parêntese para fazer uma observação com relação ao nosso pessoal técnico, quer seja da Chesf ou da Eletronorte. Esses homens competentes ficam debruçados em cima de uma prancheta suando o rosto e calejando as mãos, ou lambuzando-se de óleo nas substâncias ou nas casas de máquina. Quer dizer, não se sabe qual é o esforço que esse pessoal está fazendo em dedicação e competência.

Isto aqui é o seguinte: sem mexer praticamente na estrutura do setor, apenas otimizando operacionalmente o sistema, particularmente o sistema de transmissão, o que é que se conseguiu agregar a mais de energia transferida da Região Norte para a Região Nordeste? Louve-se aqui o esforço do pessoal técnico da Eletronorte e o pessoal da Chesf. Foi algo muito importante, pois conseguimos melhorar sensivelmente. É claro que havia uma certa disponibilidade, se não houvesse disponibilidade nós não conseguiríamos ampliar a capacidade de transferência, mas otimizou-se o sistema, melhorou-se a capacidade operacional de uma linha de transmissão, criando condições para que ela transmitisse menos potência reativa e mais potência efetiva, para o mesmo número de KW gerado nas máquinas, maior número de quilowatts disponível.

Precisamos esclarecer que necessitamos de máquina térmica. Ninguém se iluda, pois não há possibilidade de se gerar energia com níveis de confiabilidade e de otimização sem que as usinas hidroelétricas tenham agregadas a si as usinas termoeletricas, para melhorar o seu sistema operacional. Mas, máquina térmica é uma encrência enorme. Primeiro, a máquina térmica é uma predadora de energia. A turbina a gás tem menor rendimento do que as turbinas a vapor e as turbinas a vapor geralmente têm um rendimento baixo. Geralmente todo o sistema, a não ser máquina do ciclo combinado, em que se agrega uma turbina a gás com uma a vapor, resultando num melhor rendimento global, cada máquina isolada não vai a mais de 30,35% de rendimento contra 92%, 95% de rendimento das máquinas hidráulicas. Não há o que comparar.

As máquinas térmicas, além de serem predadoras de energia, são extremamente pródigas em defeitos, surgem defeitos no bico injetor, no mancal, no regulador, enfim, aparecem defeitos em todas as partes.

Qual a potência disponível das máquinas térmicas do Nordeste? Quatrocentos megawatts. Quando assumi o Ministério das Minas e Energia

essas máquinas estavam paradas e tomei providências no sentido de fazê-las funcionar. Qual é a potência nominal? Quatrocentos megawatts. Quanto é que elas estão gerando agora? Menos de 100mws. Surgem os defeitos, e há necessidade de se importar. Para se importar hoje no Brasil, há enorme dificuldade, pois há "n" sujeitos para dar palpites. Inclusive, o sujeito não sabe nem o que é turbina, opina sobre similar nacional. Alegam que há várias indústrias fabricando mancal, arranjam mancal em qualquer lugar, esquecidos que o mancal de uma turbina, que gira 3.600 rotações por minuto, uma turbina de 50 megawatts não é o mesmo mancal de um motor de 200 cavalos, não tem as mesmas características.

Então, é um problema sério. Quantos megawatts nós temos funcionando no Nordeste hoje? Temos 400 disponíveis. Mais 40 hoje, então 120. Agora, sabemos muito bem a dificuldade que se tem para importar, quando quebra uma peça. Inclusive, estou acompanhando de perto esse processo, o próprio Ministro tem que acompanhar de perto, porque essa é uma linha de estrada de ferro que tem muitas paradas.

Quanto a Tucuruí, o sistema Nordeste está preso neste quadro que aqui está. Em primeiro lugar, a duplicação da linha de transmissão Tucuruí-Presidente Dutra, mas a duplicação dessa linha de transmissão Tucuruí-Presidente Dutra está intimamente acoplada ao seqüenciamento da instalação das máquinas de Tucuruí. Em Tucuruí, nós temos 12 máquinas de 330 megawatts cada uma; nós queremos chegar até o final do ano com 9 máquinas funcionando, não é isso, Sr. Miguel? Então são 8 este ano e mais duas no ano que vem.

Acontece que fomos vítimas de um acidente lá em Tucuruí, tipo do acidente que não devia acontecer, mas infelizmente aconteceu. A máquina estava sob garantia. Houve um problema em que escapou uma presilha que fixava uma bobina no estator. Essa presilha entrou no entre ferro deu um curto circuito violento. Essa máquina saiu fora, o circuito está entrando agora dentro de poucos dias, deve entrar agora dentro de poucos dias.

Agora, são 330 megawatts, os Srs. avaliam o que é isso, uma máquina dessas vale todas as térmicas que se pretende comprar para o Nordeste nesse primeiro estágio. Então, com o defeito que deu nessa máquina nós ficamos privados de entrar em oferta de energia 330 megawatts. Agora, nós não podemos retardar nem o cronograma de instalação das máquinas de Tucuruí e muito menos a construção dessa linha de produção. Agora, constituir 800kw de linha de transmissão em plena selva amazônica nesse período — vamos pegar agora um período de chuva intensa — vamos ter um esforço grande, mas vamos vencer. O nosso pessoal técnico é competente e é dedicado, vamos vencer, se não faltarem recursos. Para isso nós estamos em cima, todo mês o pessoal da Chesf e da Eletronorte remete para o Ministério das Minas e Energia um cronograma físico das obras, que vem via Eletrobrás, o cronograma físico das obras e o cronograma de desembolso de recursos, para que haja uma acoplagem perfeita entre o cronograma físico e o desembolso de recursos.

Nós estamos com o seguinte programa de desembolso de recursos para o Sistema Eletrobrás.

10 bilhões de cruzados/mês, dos quais 6 bilhões de cruzados para o Sistema Norte e Nordeste, 4 bilhões de cruzados para o resto do Brasil. Então, a prioridade é total, inquestionável para a região Norte Nordeste e quando digo Norte Nordeste, quero falar Nordeste, porque é recurso para transferir energia disponível na região Norte para a região Nordeste. Colocamos isso em letra de forma; são 10 bilhões de cruzados/mês.

Essas são as unidades de Tucuruí e isso a entrada em funcionamento em operação da usina hidroelétrica de Itaparica. Pretendemos entrar com as primeiras máquinas hidroelétricas de Itaparica, em junho de 1988. O pessoal técnico da Chesf que é competente e dedicado está fazendo um grande esforço para ver se consegue antecipar, mas é pouco provável, mesmo porque o enchimento do reservatório de Itaparica, pelas suas peculiaridades, exige muita ponderação, muito equilíbrio e a Eletrobrás está administrando cuidadosamente, porque é um reservatório que tem um volume morto muito grande e é preciso ter cuidado, senão subtrai-se energia num determinado espaço de tempo para obter volume morto. Há necessidade de cuidado numa fase em que a carência energética da região Nordeste é muito grande.

Isto aqui é uma tendência; é muito difícil fazer futurologia no Brasil, e todo futurólogo no Brasil é candidato a decepção. Quando dizem: vai acontecer isso daqui a dois anos, acontece justamente o contrário do que a pessoa está prevendo. Mas, como não é possível planejar sem arriscar previsões, por mais bem fundamentadas que sejam, num País como o Brasil, estamos arriscados a ter decepções no exercício da futurologia.

Aqui é o seguinte: os Srs. estão verificando que a partir de 1995, a grande fonte de energia será a região Norte e a região Sul por causa de Itaipu. O que ocorre? Em 1995, com a entrada em Xingó, é provável que joguemos um pouco de energia disponível na região Nordeste para a região Norte, em função do cronograma das obras do Norte. É provável, certeza ninguém tem, pode-se dar o contrário. Agora, não se dará nunca o contrário disso aqui, isso não! Estamos prevendo para o ano de 2010, seguramente 12 a 13 mil mw de energia que virá da região Norte para a região Sudeste e Centro-Oeste e, seguramente, 6 mil mw da região Norte para a Nordeste. Isso é o que está previsto.

O que vai ocorrer então? Em 2010, 47% da energia disponível no Nordeste, presumivelmente, virá da região Norte, ou melhor, ofertada.

Isso é a tentativa de uma visão orgânica das coisas.

O Presidente Sarney reativou a Comissão Nacional de Energia que como foi concebida no Governo Figueiredo, era um órgão destinado a administrar o problema específico dos combustíveis líquidos e gasosos, mais particularmente o problema dos combustíveis líquidos. A crise de abastecimento de energia no País de origem petrolífera, vis-à-vis, ao chamado choque do petróleo.

Esse período se caracterizou por um estímulo a três coisas fundamentais: a primeira foi a diversificação das fontes de abastecimento de petróleo no Brasil.

Quando assumimos a Presidência da Comissão Nacional de Energia no período do Governo Figueiredo, a maior parte do petróleo importado pelo Brasil provinha da região conflada do Oriente; chegamos a importar mais de 400 mil barris diários de petróleo só do Iraque. A primeira providência que se tomou foi diversificar as fontes de abastecimento e com isso começamos a buscar petróleo na África. Ampliamos o nosso comércio de petróleo com a Nigéria, com Angola, e com os países da América do Sul, particularmente com a Venezuela. Passamos a comprar um pouco de petróleo do Equador, da Colômbia, da Rússia, da China e assim por diante. Diversificamos as fontes de abastecimento e desconcentramos, também, na própria região do Golfo a importação de petróleo. Continuamos importando petróleo em escala relativamente apreciada da região mais importante de produção de petróleo do mundo que é o Oriente mas, diversificamos.

Em segundo lugar, havia uma discrepância entre demanda e oferta de energético. Para a gasolina, tínhamos um sucedâneo que era o álcool; sucedâneo sob dois aspectos fundamentais: o álcool hidratado para ser utilizado, exclusivamente como tal, em veículos automotivos movidos a álcool e o álcool anidro para ser misturado à gasolina em substituição ao tetraetil de chumbo para aumentar a octanagem da gasolina. Então, a presença do álcool, sob a forma de álcool hidratado e de álcool anidro baixava o consumo de gasolina.

Em contrapartida, a nossa política de preços de derivados do petróleo, a preços administrados, fazia com que houvesse uma crescente demanda de diesel, para o qual não havia substituto, *vis-à-vis* a uma decrescente demanda de gasolina para a qual havia substituto.

Com o agravamento, aqui no Brasil, gostamos de fazer o seguinte: se o burro é bom de carga, carga em cima dele até quebrar a coluna vertebral. Isso é em qualquer lugar. Aquele sujeito é um bom funcionário público, serviço em cima dele; tudo vai para cima do sujeito que é bom.

O que ocorreu? A gasolina, que é sem dúvida alguma o principal derivado de petróleo, os chamados combustíveis leves são mais nobres derivados, tanto que o petróleo que tem alto API, mais de 40 graus API, que é o que mede a viscosidade do petróleo, alto grau API, significa baixa viscosidade, esse tipo de petróleo é o mais caro no comércio internacional, porque gera maior quantidade de leves; os que geram maior quantidade de pesados são mais baratos.

O que ocorre com a gasolina?

O preço da gasolina, FOB, destilatória, é mesmo de 50% do preço da gasolina ao produtor. Hoje a gasolina está custando 35 cruzados o litro e desses 35 a Petrobrás deve estar recebendo 9 cruzados, o resto é imposto. O que que a gasolina paga? Imposto Único Sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, a paga o PIS; Pasep; PIN, a taxa de Previdência. A Previdência Social está dependurada no preço da gasolina, em parte. Paga royalties da plataforma e paga empréstimo compulsório, que hoje é 28% ou 27% do preço global.

O comprador aí fora não paga imposto para nós, compra a nossa gasolina por menos da metade do preço que paga o consumidor nacional. Por quê? Porque o consumidor nacional não paga preço de gasolina, paga imposto sobre a

gasolina. Empréstimo compulsório. Isso foi empréstimo compulsório. Quando foi instituído o empréstimo compulsório, eu tive na Fiesp, em São Paulo, e um empresário paulista perguntou-me, naturalmente, gaiatamente: Diga-me uma coisa, Sr. Ministro: como é que eu escritura o empréstimo compulsório? Escritura no ativo ou no passivo? "Eu lhe respondi que se ele fosse eufórico, como estavam os brasileiros no período do Plano Cruzado, escrituraria no ativo; se tivesse bom senso, escrituraria no passivo, porque isso não é empréstimo compulsório, é tributo, no duro. Não sabemos sequer a maneira como vai se desenvolver. É tributo, porque é preciso de um eufemismo para se fazer as coisas. Sendo empréstimo compulsório, entra nos índices de inflação. Esse é o quadro que existe na realidade.

Hoje, a gasolina paga tributo variado, que vai do empréstimo compulsório, que é 28% — o álcool também paga empréstimo compulsório, mas predominantemente a gasolina — há toda essa gama de tributos, que faz com que a gasolina salte entre os derivados de petróleo por um preço *sui generis*, que faz com que a gasolina brasileira seja uma das mais caras do mundo e o óleo diesel dos mais baratos do mundo. São os dois extremos.

O que estamos procurando ver é se damos uma certa organicidade nessas coisas, porque no Brasil não se pode ter muitas pretensões. Pode-se ter muitas idéias e poucas possibilidades de torná-las realidade. Estamos procurando dar uma certa organicidade no setor, na atual Comissão Nacional de Energia, que agora tem uma missão mais abrangente. Em primeiro lugar, estamos criando os chamados grupos setoriais, que devem fazer uma análise retrospectiva no quadro energético brasileiro com relação a essas três áreas fundamentais: as referências básicas, o módulo organizacional e o módulo financeiro — e o módulo financeiro é fundamental. Depois, uma metodologia de análise. Precisamos ter uma metodologia uniforme para fazer as análises, porque senão não chegaremos a lugar nenhum. Se se tem o mesmo fato visto sob muitos ângulos, adotando parâmetros diferentes para mensurar esses fatos, vai-se esbarrar numa coisa que se chama confusão insuperável. Então, é preciso dar uma certa organicidade nessa parte de metodologia de análise.

Depois, uma tentativa de análise prospectiva. Faz-se uma análise retrospectiva e depois uma tentativa de análise prospectiva — tudo tentativas — em que estabelecemos alguns cenários, tendo em vista identificação de objetivos, os condicionamentos e a própria elaboração desse cenário. Tudo isso sintetizado caminha na direção de um grupo setorial, que vai trabalhar com uma assessoria técnica adequada, para fazer uma formulação de alternativa, porque onde não há alternativa não há solução. Quem só tem um caminho para um problema é sinal que não tem caminho nenhum; uma seleção dessas alternativas e, a partir daí os chamados subsídios para uma política de energia. Essa política de energia, com esses dados, convenientemente trabalhados, vão desaguar na Comissão Nacional de Energia, formula a política, tendo em vista critérios, diretrizes e recomendações. Tudo isso vai-se encaixar no conjunto de elaboração de planos setoriais, que vai envolver os chamados organismos regulatórios, entre eles, estão embutidos naturalmente, o nosso

Departamento Nacional de Águas e Energias, o planejamento das entidades ofertantes, e vamos embutir, também, a área de consumidores. Sim, porque se há oferta de energia alguém tem que consumi-la. Então, esse consumidor tem que estar embutido no cenário.

Esse plano energético deságua numa consolidação dos planos setoriais, que, por sua vez, devem ter avaliações através de acompanhamentos, de premissas, de programas e de resultados. Isso é um *feed-back*, é um retorno, que vai realimentar esses dados para efeito de *aviventação* de rumo; nenhum planejamento, é definitivo. Faz-se o planejamento, no decorrer da execução, faz-se as *aviventações* de rumo e retomam esses dados para realimentar os planejamentos subsequentes. Tudo isso é uma tentativa interligada como processo de metodologia de avaliação, é fundamental. Se não estabelecermos uma metodologia de avaliação poderemos jogar por terra todas essas premissas que foram estabelecidas. Essa é uma tentativa para ver se damos certa organicidade ao programa energético e ele tenha uma certa continuidade e não funcione escoteiramente. Que ao longo do tempo, cada Ministro imprima, naturalmente, um rumo próprio na sua maneira de administrar, na sua maneira de ser, no Ministério que ocupa mas é preciso que haja uma certa organicidade, uma certa diretriz, porque o Brasil, com as dimensões que tem, não pode ser mais administrado escoteiramente. Como nenhuma obra no setor elétrico é obra de um Governo e sim de governos — não há nenhuma hidrelétrica de porte expressivo no Brasil construída em menos de seis anos. Pode-se programar e construir em menos mas, seguramente, não será. Então, um período de Governo é absorvido por uma determinada obra, completa-se uma, iniciam-se outras, e é um processo contínuo. Para que haja esse processo contínuo, essa corrida de revezamento, precisa-se saber, pelo menos, como é que o corredor passa o bastão para o outro. De repente, está-se correndo com o bastão na mão esquerda e o outro quer pegar com a mão direita, o que não dá certo; e compromete a corrida de revezamento. E as corridas de revezamento do desenvolvimento nacional, por diversas vezes, foram embananadas no meio do caminho, por falta de uma acoplagem perfeita entre a ação de um Governo e a do subsequente. Todo Governo, não importa que seja desse ou daquele partido, tem compromissos com o interesse público. E tendo esses compromissos tem que haver um mínimo de continuidade, que deve estabelecer o entrelaçamento de um sistema administrativo com o outro.

Creio que terei oportunidade de responder às indagações que, evidentemente, vão enriquecer a minha exposição. O homem se revela mais perguntando do que respondendo. Como estou falando num auditório de alto nível, é muito presumível que eu aprenda mais ouvindo as indagações ou formulando a explanação inicial ou respondendo a essas indagações.

Muito obrigado aos senhores, particularmente pela atenção que dispensaram.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Sr. Ministro Aureliano Chaves, Srs. Senadores, desejo, inicialmente, cumprimentar S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro pela excelência do seu depoimento, e mais do



que um depoimento, na verdade se configurou como uma panorâmica da situação energética do País, com as suas dificuldades e perspectivas para o futuro.

Como dizia no início, ao longo desta CPI, muitas pessoas foram ouvidas e muitos depoimentos foram prestados. Na sua maioria, com opiniões convergentes, mas, circunstancialmente, também com opiniões divergentes.

Tenho a impressão de que, no segundo momento dos trabalhos desta tarde, o Relator e os Srs. Senadores vão ter oportunidade de passar a limpo as informações que aqui foram prestadas, porque se encontra entre nós aquele que responde, no nível mais alto, pela política energética do País.

De modo que, posto isso, e renovando os nossos agradecimentos pela sua presença e pela sua exposição, concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Diretores, em primeiro lugar quero parabenizar o Ministro Aureliano Chaves pela excelência do seu depoimento, que deu uma demonstração dos problemas da área energética do País. Desejo também pedir, antecipadamente, desculpas aos meus Colegas pela extensão das perguntas que terei de fazer ao Sr. Ministro. Mas, após várias sessões de trabalho onde apenas o Presidente e eu estivemos presentes para fazer as indagações àqueles que aqui estiveram, não pude perder a oportunidade de ter os esclarecimentos devidos, para podermos fazer o nosso relatório após os trabalhos desta CPI.

Algumas questões foram levantadas devido, como já disse o Presidente, aos depoimentos anteriores e às dúvidas que levantaram, entre os depoimentos, com questionamentos diferentes, com apresentação de razões diferentes. Para evitar divagar sobre essas questões, procurei colocar no papel as indagações.

Mas antes, Sr. Ministro, apenas um ligeiro comentário. V. Ex.<sup>a</sup>, como ex-Parlamentar, e dos mais brilhantes, como Deputado Federal, como Deputado Estadual; e ainda hoje repercute a passagem de V. Ex.<sup>a</sup> por este Congresso, V. Ex.<sup>a</sup> talvez estivesse lembrando do seu tempo, quando fala no poder de legislar dos Congressistas. Infelizmente as leis, hoje, no Brasil, decorrem muito mais do Executivo do que do Poder Legislativo, quase que na proporção de 95 para 5%, através dos decretos-leis. Infelizmente, não nos permitem fazer as leis como devêssemos. Talvez agora, com a Constituinte, voltemos a ter esse poder.

V. Ex.<sup>a</sup> falou nas nossas responsabilidades nas questões das votações dos orçamentos. No seu tempo, V. Ex.<sup>a</sup> poderia apresentar muitas emendas aos orçamentos, discuti-los, aprová-los ou não. No nosso não podemos mudar nenhuma vírgula num orçamento, e além de não podemos mudar sabemos que eles são fictícios porque o que aqui chega para a nossa mera aprovação não é cumprido, nem executado, porque a cada três meses ocorrem as modificações necessárias para o Executivo. Por isso é que discordo um pouco de V. Ex.<sup>a</sup>, quando fala que não devemos procurar os responsáveis pelos problemas atuais no setor energético, especificamente no Nordeste. Responsável foi toda a sociedade que aplaudia, e

tudo o Congresso que aprovou os orçamentos da época, como responsáveis foram todos os administradores daquele período. Discordo de V. Ex.<sup>a</sup>, porque se generalizarmos as responsabilidades, iremos exatamente por transformar as responsabilidades tão genericamente, mantendo o regime da impunidade, e jamais saberemos quais são os verdadeiros responsáveis pelas atitudes que tomaram, em prejuízo do País.

Nessa questão, temos buscado realmente responsáveis e não encontramos, até agora, aquele elemento responsável, exatamente, talvez por colocarmos nessa linha, quando responsáveis são todos os que participaram das administrações, que transformaram o setor energético nesse caos que, hoje, realmente, tivemos que estar atravessando, apesar de todo o trabalho, de todo o interesse da área administrativa e da área técnica do setor. Até hoje, os problemas levantados, como o endividamento intensivo da área, continuam como problemas até agora.

Sr. Ministro, a primeira indagação é a seguinte: tenho em mãos o gráfico dos investimentos das empresas controladas pela Eletrobrás nos últimos anos. Vê-se, por exemplo, que a queda das desacelerações de investimentos da CHESF ocorreu em 1978, declinando brutalmente em 1983. Entre 1985 e 1986 chegou-se a programar um desinvestimento de menos 9,7 na CHESF, enquanto à Eletrosul destinou-se um crescimento de investimento da ordem de 89,5%. Quais as razões desse desinvestimento da energia no Nordeste? Não terão essas decisões ocasionado a atual crise de energia na região e o consequente racionamento? Quais foram os responsáveis por essas decisões?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Antes de dar a resposta à indagação específica do Senador Jutahy Magalhães, quero fazer um breve retrospecto.

O setor de energia elétrica no Brasil atingiu o clímax da sua desordem no início do Governo do Presidente Castelo Branco; quanto mais fico distante da memória do Presidente Castelo Branco, mais a reverencio. O setor elétrico brasileiro começou a ter o seu saneamento adequado pelas medidas corajosas que foram adotadas no início do Governo Castelo Branco. Com isso, V. Ex.<sup>a</sup> poderão verificar, quando fizerem o histórico deste assunto, que o setor começou a remunerar-se adequadamente e, com essa remuneração adequada do setor, a saúde financeira do setor energético brasileiro começou a se manifestar de maneira intensa. Naquela época, 70% dos investimentos do setor de energia elétrica, globalmente, quer seja da área federal, através da Eletrobrás, quer das concessionárias estaduais que são coligadas da Eletrobrás, àquela época, 70% dos investimentos do setor provinham de recursos operacionais das empresas, 30% eram recursos externos. Ora, com tal perfil de saúde financeira, as empresas do setor iam ao exterior buscar recursos e os traziam em situação extremamente favorável. Não só no que concerne à remuneração desse dinheiro, como também no que diz respeito aos prazos de pagamento. Com juros relativamente baixos, com prazo de pagamento dilatado, o setor de energia elétrica desenvolveu-se de uma maneira razoável, sem maiores atropelos.

A partir de um certo ponto, presumo que tenha sido entre 1975 e 1977, o de energia elétrica co-

meçou a ter peculiaridades próprias. E quais eram essas peculiaridades? É que sendo um setor em que havia confiabilidade externa, as empresas de energia elétrica, de uma maneira geral, inclusive as estaduais, tinham uma tal confiabilidade pela sua administração profissional e pela remuneração que era conferida, através de um sistema de tarifa adequado, que não havia dificuldade em se contrair empréstimos.

De duas maneiras, com o correr do tempo, os governos passaram a utilizar o setor de energia elétrica. Primeiro para reduzir os índices de inflação, comprimiram-se as tarifas. Então, houve aquele tobogã que já mostrei; uma compressão violenta do sistema tarifário, baixando-se a remuneração do setor. Na medida em que essa remuneração foi baixando e, consequentemente, o setor foi sendo utilizado para melhorar o perfil da balança de pagamento do País, precisávamos internar dólares e, para isso, o setor mais adequado geralmente era o setor elétrico, onde não havia dificuldade para obter empréstimo externo. Assim, vários empréstimos externos foram obtidos, para, através de *suppliers credits*, para comprar equipamentos. E se comprou vários equipamentos de maneira antecipada. Não é que esse equipamento tenha vindo todo ele para o Brasil, firmaram-se os contratos e parte desse equipamento era ainda em projetos, na fase de protótipos, porque o equipamento de energia elétrica, uma turbina, particularmente, é uma máquina hidráulica, uma máquina que exige, ao sair do projeto, para a realização industrial, a produção de protótipos, para serem convenientemente ensaiados e depois ajustados definitivamente ao perfil da máquina. Então, compraram-se vários equipamentos antecipadamente. Ora, ao se comprar esses equipamentos de maneira antecipada, nem sempre se alocaram recursos em cruzados, no tempo certo, para que essas obras tivessem o andamento normal. Lembro-me que eu estava no exercício na Presidência da República, em substituição ao Presidente João Baptista Figueiredo, quando fui procurado pela Bancada do Nordeste. Se não me falha a memória, V. Ex.<sup>a</sup> estava presente, não sei, chefiada pelo saudoso Senador Nilo Coelho, e estava presente o atual Presidente da República, Senador na época, Dr. José Sarney.

A reclamação daquela época qual era? Era que as obras de Itaparica estavam atrasadas e havia contrato já firmado, não é que o equipamento já estivesse em Itaparica, mas já havia contrato firmado para aquisição das máquinas de Itaparica, particularmente a parte hidráulica, a parte mecânica e não havia uma liberação de recursos em cruzados adequada para que a cronologia nas obras civis se processassem *vis-à-vis*, à chegada dos equipamentos no setor eletromecânico. Tivemos providências que foram realizadas em curto espaço de tempo, mas quando assumi o Ministério das Minas e Energia o problema do reservatório de Itaparica estava ainda sem solução. Vale dizer, não havia previsão de recurso para relocar os colonos de Itaparica. Então estávamos correndo o risco de adiantarem-se as obras de Itaparica e não termos condições de fechar o reservatório, porque há 7 mil e 200 famílias residentes no reservatório, e não se tinha um programa objetivo de relocação, o que está ocorrendo agora. Mas o orçamento de Itaparica foi acrescido de mais ou menos 300 bilhões de dólares, que é

o montante que devemos gastar, se não for mais, para relocar as 7 mil e 200 famílias do reservatório de Itaparica. A previsão, Dr. Aleluia, é entre 250 e 300 milhões de dólares, para relocar os colonos de Itaparica.

Muito bem, então isso não estava na previsão orçamentária. Então, o que existe, na realidade, é um processo muito brasileiro, é que na impossibilidade de se consertar o que está errado, atapalha-se o que está certo. O Governo Castelo Branco teve o mérito de botar ordem no setor elétrico brasileiro. Com o correr do tempo, quer dizer, aquilo que foi consertado no governo Castelo Branco, foi, pouco a pouco, se deteriorando, para chegar à situação atual. Qual a situação atual? Hoje, temos um serviço da dívida que consome cerca de 70 a 80% da receita operacional do sistema. E hoje os recursos próprios do setor são absolutamente insuficientes para atender ao mínimo de investimentos necessários. Para isso, quando assumi o Ministério das Minas e Energia, fizemos o programa de recuperação setorial. Não tive a preocupação de saber quem era o responsável, mas tive a preocupação de saber que solução vamos dar. O programa de recuperação setorial foi um programa bem elaborado, ajustado à realidade brasileira, previa gradualisticamente um aumento da remuneração do setor elétrico para atingir o final de 1990 com uma remuneração em torno de 10%, que é o mínimo previsto em lei, e vamos aliviando a parte de endividamento externo, *vis-à-vis*, a recurso em cruzado, porque não precisamos de recurso em dólar para investir no setor de hidroeletricidade, precisamos no setor de termoeletricidade, porque o Brasil ainda não tem um parque industrial adequado para produzir usinas térmicas de porte médio para grande, muito menos turbinas a vapor ou a gás, não temos; temos um parque bom de produção de motores diesel, mas não de turbinas, ele virá com o tempo. Então qual é o quadro atual? Hoje, menos de 30% dos recursos investidos no setor de energia elétrica, de maneira global, quer seja da subsidiária da Eletrobrás, quer seja das coligadas da Eletrobrás, provêm dos recursos tarifários, o restante é empréstimo externo, tomado em moeda forte, quer seja dólar, quer seja marco, principalmente dólares, marcos e um pouco de franco. Nós temos que reverter essa expectativa, o destino do Brasil é racionar energia elétrica. Vamos ficar com direito de buscar os bodes expiatórios, mas, seguramente, não vamos resolver o problema. Se não fizemos isso a partir de 1992 o quadro — o ano que vem já é um ano difícil, 89 será mais difícil. Não é só para a região Nordeste não, é para o Brasil todo. É claro que a Região Nordeste tem uma peculiaridade de ter se agravado agora, porque depende de um único rio, que é o Rio São Francisco e agora, felizmente, vai depender — porque é um rio seco, é um rio de múltiplos propósitos. Precisamos ter um cuidado danado com o São Francisco, ele é uma dívida de Deus, precisamos ter cuidado, mas agora queremos que ele seja navegável, é bom que ele seja navegável, é a sua história, a história da navegação; queremos que ele produza energia elétrica; é bom que produza, é a espinha dorsal da energia elétrica da Região Nordeste, mas queremos que o São Francisco ajude a irrigar também.

Temos um programa de um milhão de hectares para irrigar. Quanto representa esse um milhão

de hectares? Seguramente, 500 mil hectares na região do São Francisco. Ora, se vou irrigar, se vou tirar água do São Francisco, parte dessa água retorna, mas a outra parte é consumida pelas plantas. Não temos segurança e dado estatístico. Aqui no Brasil é a coisa mais perigosa que existe, mesmo os que são cuidadosamente elaborados tecnicamente. Mas, seguramente, para irrigar 500 mil hectares no São Francisco ou 600 mil hectares no São Francisco, vamos ter uma redução de água não menos de 18%, quer dizer, água destinada a gerar energia elétrica. E, seguramente, vamos ter uma demanda agregada de energia elétrica para irrigar em torno de 4%. Para se ter o pivô central, se consome uma barbaridade de energia e uma barbaridade de água. Se faço uma irrigação pelo processo de gravidade, bombeamento, depois gravidade por canais, por infiltração, é outro tipo de consumo, se é gotejamento, é outro tipo de consumo, se é aspersão, é outro tipo de consumo, é questão de se saber qual o tipo. Faria, por exemplo, de 8 mil metros cúbicos hectariano, num pivô central. Para três mil metros cúbicos hectarianos. Pode variar de 1,5 quilowatts por hectares, para 2 quilowatts por hectare. Esse é um dado que não temos seguro, depende do tipo de irrigação que se faz, também do desnível; se se vai irrigar numa região mais alta, vai-se ter que fazer mais bombeamento, quer dizer, vai-se ter mais consumo de energia. Seguramente, vai-se ter mais um e meio a dois quilowatts por hectare. Se é um milhão de hectares é de um milhão e meio a dois milhões e até dois milhões e meio de quilowatts a mais que se vai carregar. Então, temos que estudar o São Francisco de uma maneira muito cuidadosa. Se faço uma barragem para conter enchente a maneira é uma, se faço uma barragem para gerar energia elétrica a maneira de operar é outra; uma barragem para conter enchente deve estar sempre vazia; uma barragem para gerar energia elétrica tem que estar sempre cheia. Agora concilia as duas coisas aí. Eu vejo gente falar, que ignorância neste País jogar búzios. O termo é este. Nunca vi coisa igual. Fala-se com a maior tranquilidade sobre os assuntos mais complexos que existem. Com a maior tranquilidade. Vamos fazer o negócio, vamos irrigar, etc. Qual é o estudo que foi feito? Com que profundidade foram feitos estes estudos? Estamos tentando ver se acertamos. Porque o que o sujeito faz aqui no Brasil é tentativa. E quando o sujeito faz a tentativa vamos aplaudir a tentativa. Porém, o quadro atual eu prefiro não dizer quem é o responsável. É um negócio bastante complexo. Primeiro, que um projeto de energia elétrica não passa só pelo Ministro das Minas e Energia. Depois nós arranjamos uma coisa que se chama SEST — Secretaria Especial do Controle das Estatais. O sujeito projeta de uma maneira, pensa de uma maneira, o negócio é espremido de outra maneira e o resultado é outro completamente diferente.

O sujeito embaralhou o sêmen dentro do bujão de nitrogênio e depois você não sabe qual é o pai. Você sabe que têm sêmen aí dentro e que você vai fertilizar uma vaca. Qual é o pai. Não sei! Está embaralhado dentro do bujão de nitrogênio. Eu não sei qual é, tantas as variáveis que informam a questão. Agora, eu sei o seguinte: precisa consertar! O pessoal do Nordeste está pulando agora, vai pular muito mais. No futuro,

se não tivermos esse negócio, religiosamente cumprido, vai pular muito mais no futuro. O Brasil vai pular muito mais no futuro nessa questão de energia elétrica. Porque se nós não tivermos um investimento aí, nós estamos com um programa hoje de conservação de energia que vai começar a dar algum resultado. No Brasil — o sujeito quanto mais pobre, mais perdulário — é um desperdiçador intrínseco. Nós agora estamos começando através de um programa feito pela Eletrobrás que também é um programa que está muito acanhado. As coisas boas geralmente são acanhadas. O Mário Becker está fazendo um programa na Eletrobrás de conservação de energia, que é um primor de programa. No que diz respeito a sua competência profissional. Vamos ver se nós reduzimos o consumo de energia sem perturbar o desenvolvimento. É o que a Alemanha e a França estão fazendo agora de maneira admirável. Alemanha e a França estão programando para os próximos cinco anos um crescimento do Produto Interno Bruto da ordem de 3,5% para um crescimento zero de demanda de energia. Só economia. Só economia! Evitar desperdício e utilizar nos próximos processos modernos de desenvolvimento tecnológico. Fizemos isso na Comissão Nacional de Energia. Também isso não veio a público. Porque essas coisas importantes não vêm a público. Quando assumimos a Comissão Nacional de Energia, o Brasil consumia 10,2 quilo/caloria ou mega/caloria por tonelada de aço produzido. Com alguns procedimentos que recomendamos no setor siderúrgico, o Brasil está consumindo, hoje, 5,5 e tende para menos mega/caloria por tonelada de aço produzido. Melhoramos os procedimentos termodinâmicos do setor siderúrgico que é um predador de energia: esquentava, esquentava, esfria, recirculando o gás de coqueria. Não recirculava gás de coqueria! Não recirculava! Se pegava o gás de coqueria e se jogava fora e se colocava óleo combustível para acionar uma turbina a gás que movimentava a ventoinha de um alto forno. E o que se fazia com o gás da coqueria? Jogava-se fora? Nós estamos vendo se fazemos isto agora no setor de energia elétrica. Estamos começando com um bom programa de refrigeradores que são predadores de energia, esses refrigeradores que têm aí, de geladeiras. Vamos mexer com os motores elétricos agora e vamos caminhar, gradualmente.

Meu caro e nobre Senador Jutahy Magalhães há, realmente, um processo de responsabilidade solidária. Isto não quer dizer que alguém não tenha a mais e outros tenham a menos. Mas há todo um processo de responsabilidade solidária. Eu não seria leviano de dizer: fui culpado desse negócio que ocorreu no período do meu antecessor, porque foi o meu antecessor. De maneira nenhuma! Não faria isto nunca. Primeiro, porque se o fizesse estaria cometendo uma injustiça. Porque é um sistema. O sujeito está inserido no sistema. É o antecessor do Mário Bering que foi culpado! Nós agora estamos na aquisição das térmicas do Nordeste. Todo o mundo está me aconselhando a comprar térmica do Nordeste "a toque de caixa". Compra as térmicas do Nordeste! Está bem! Vamos ver o que ocorreu no passado neste País. Eu não vou comprar térmica apressado nem "a troca de reza". Não há força humana me fazer o que não quero fazer. Não há! Acabou-se. No passado quando se adquiriu a Usina Nuclear de



Angra dos Reis o que ocorreu? Ocorreu o seguinte. A França tinha um programa nuclear, no período do Gabinete Pompidou, que era tocado pelo Comissariado de Energia Atômica da França, com reatores a gás grafite. O Senador e ex-Embaixador Roberto Campos, está aqui, conhece bem este assunto, conviveu bem com este assunto. Reatores a gás grafite. Alguns reatores franceses eram um primor de tecnologia nuclear. Porém, a *Électricité de France* que utilizava os reatores, à época do Gabinete Pompidou, através do diretor-geral da *Électricité de France*, fez uma avaliação dos reatores franceses *vis-à-vis* aos reatores americanos tipo PWR. E o Gabinete Pompidou determinou à Comissão de Energia Atômica que sobrestasse a fabricação de reatores franceses e autorizou a *Électricité de France* a usar os reatores PWR da Westinghouse que eram os melhores que tinham naquela época. O que o Brasil fez naquela época? Comprou reatores PWR. Comprou errado ou não? Comprou certíssimo! O tempo passa. Quem é que evita que uma máquina dê defeito? A mais perfeita das máquinas que existe é o homem, que foi feito por Deus, e bate pino! De vez em quando está entupindo artéria! O que aconteceu? Deu defeito no reator de Angra. Agora a gente esquece tudo que está no passado e diz: bom, está aí, foi mal comprado, foi mal adquirido, não devia ter comprado, etc. etc.

Vamos ver as técnicas do Nordeste, agora. Nós tivemos várias ofertas. O pessoal da CHESF é um primor de competência, de dedicação e de correção, e fez o melhor relatório possível. Há máquinas, ditas novas e máquinas não novas. Ou melhor, novas, porém, já utilizadas.

Solicitei ao Presidente da República que não entrassem na questão de máquinas usadas, por mais técnicas que elas tivessem em condições de funcionamento, porque não há condições de avaliar. E muito menos que ocorra defeito. Se amanhã colocam uma máquina técnica dessas, no primeiro mês que ela funciona, ela bate pino, dá defeito, o sujeito esquece tudo, crise e Nordeste. Seja lá o que for. E vai dizer: esse Ministro das Minas e Energia comprou ferro velho para o Nordeste. Por mais condições de funcionamento que tenham essas máquinas, porque o pessoal da Chesf tem competência profissional e tem correção gerencial, examinou isso, isto pode suscitar dúvidas e ao suscitar dúvidas eu não vou comprar. Quanto às máquinas novas — eu fiz o expediente ao Presidente da República e expediente ao Tribunal de Contas, para que ele procedesse ao acompanhamento de todas as etapas pertinentes à aquisição dessas máquinas, para verificar se elas estão ou não conforme ao que determina o interesse público. Porque amanhã, se eu comprar essas máquinas, sem esse cuidado, é claro que eu vou ter alguns políticos do Nordeste conscientes, como V. Ex., para dizer: não, houve cuidado nesse negócio. Nós vamos ter outros que irão dizer: não, comprou sem concorrência e ainda comprou porcaria. Temos que botar isto na vida política. O sujeito não pode ser transparente, não. Tem que ser translúcido! Não basta enxergar o contorno do sujeito, precisa-se enxergar a fisionomia na sua integralidade. Confesso que não me preocupei com o detalhe, não fui verificar especificamente quem era o culpado. Porque eu considero que esta culpa se distribui desuniformemente. Não uniformemente. Mas se distribui entre

muitos. Não se concentra apenas num. Agora, só sei o seguinte: um homem que colocou ordem no setor e que infelizmente não teve, evidentemente, continuidade da sua ação, foi o Presidente Castello Branco. Esse eu tenho que render homenagem. Quem se der ao trabalho de debruçar no setor de energia elétrica vai verificar o que o Presidente Castello Branco fez neste setor e em outros setores. Na medida em que o tempo passar, a análise do seu Governo vai-lhe render justiça.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Ministro, infelizmente, nós temos que voltar à primeira indagação porque V. Ex. se concentrou na questão da responsabilidade e se esqueceu da primeira parte que se refere exatamente ao atual período da administração de V. Ex. no Ministério das Minas e Energia. Como os recursos são poucos, V. Ex. deve ter feito uma opção. Mas os dados estatísticos — e concordo com V. Ex. que no Brasil os dados estatísticos não merecem tanta fé — os dados que nos chegam, V. Ex. fez opção de aplicar um aumento de investimentos no Sudeste, no setor de energia, de 89,5%. Um desinvestimento nos anos de 1985/1986 no Nordeste de menos 9,5%. Estes são os dados que nos chegam e deve ter havido alguma razão para que V. Ex. fizesse esta opção. Mas se houvesse — no nosso entendimento — tomando como reais esses dados uma paridade de investimentos nas duas regiões, nós não teríamos evitado os problemas que hoje estão afligindo o Nordeste?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Esta sua pergunta é inteiramente procedente. Mas eu vou dar a minha explicação. Existe uma coisa que se chama inércia de repouso e inércia de movimento. Quando um carro está andando em alta velocidade, por melhor que seja o freio nele, se V. Ex. pisa no freio ele tem um período de deslizamento em cima da superfície rodante. E o que acontece? Nós tínhamos uma inércia fantástica na Região Sul-Sudeste. Chamava-se Itaipu. A fantástica inércia nessa região e alguns sistemas que não poderiam deixar de ser completados. Temos energia disponível em Itaipu que agora custa pouco. Porque o grande investimento em obras civis já está concluído. Então, agora é implantar as máquinas e construir o sistema de transmissão. Itaipu tem cinco sistemas de transmissão. Dois em corrente contínua e três em corrente alternada. Isto é um sistema de transmissão de longa distância, de custo bastante elevado. Então, nós pisamos no freio dos investimentos da Região Sul-Sudeste. Evidentemente também eu não posso botar a zero os investimentos da região Sul-Sudeste porque senão eu transfiro um problema que existe hoje no Nordeste e vou ter este problema agravado na região Sul-Sudeste.

Porém, a partir deste ano e da configuração do plano emergencial para o Nordeste, revertermos, completamente, essa expectativa. Hoje, estamos aplicando qualquer coisa parecida com dez bilhões de cruzados/mês, em números redondos, dos quais seis bilhões na Região Norte-Nordeste e quatro bilhões na região Sul-Sudeste.

Temos, hoje, o recurso concentrado, fundamentalmente, no sistema de transmissão Tucuruí-Presidente Dutra, que é uma grande linha de

transmissão, uma linha de transmissão de 800km, 500kv, que vai transferir 500 megawatts para a Região Nordeste.

No sistema de transmissão Sobradinho-Itaipu, o que houve foi o seguinte: realmente, se se levar em conta a inércia de movimento que havia em relação a Itaipu, que é um investimento gigantesco, e a freada que demos, a partir deste ano a expectativa se reverteu.

Quero que o Mário Bering confirme esses dados para mim, para que a informação ao Senador seja correta.

O SR. MÁRIO BERING — Realmente, Itaipu consumiu muito naqueles dois primeiros anos. É verdade que a carga no Sudeste-Sul é cinco vezes a capacidade instalada no Nordeste. Então, não são coisas comparáveis 50 a 50, mas, neste momento, estamos investindo no Nordeste muito mais do que no Sudeste; pelo menos a Eletrobrás está.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Ministro, em depoimento a esta Comissão, o Dr. Xavier Drumond apontou três recomendações para que seja evitado novo racionamento de energia no Nordeste:

1º) Desligar a Alumar;

2º) Transferir à União as perdas financeiras das empresas concessionárias de energia da região, decorrentes do racionamento, estimadas, apenas para a CELP, em 450 milhões de cruzados e para a COELBA em 652 milhões de cruzados;

3º) Equalização do risco de déficit de fornecimento de energia elétrica às várias regiões do País.

Isto posto, qual a sua opinião sobre tais alternativas?

Teria V. Ex. propostas alternativas e concretas, de forma que, definitivamente, afastássemos o risco de novos hiatos de oferta de energia no Nordeste?

Até onde sabe V. Ex., a construção de Tucuruí foi determinada pelos projetos que aprovaram a Alumar e a Alcoa, ou terá sido a determinação de construir aquela que viabilizou a implantação do alumínio?

Com mero redirecionamento de uma parte da energia, atualmente cedida à Alumar, e não sendo o desligamento para o Nordeste, aliado a outras medidas de geração térmica, poderia conseguir-se o término do racionamento?

Qual a opinião de V. Ex. sobre o relatório do Grupo Trabalho e Alumínio, instituído pelo Governo, sobretudo no que concerne às propostas de cancelar ou prorrogar a fase II da Albrás e a fase III da Alumar, de forma a liberar energia para uma maior diversificação industrial da Região?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — É uma pergunta extremamente importante. Vou começar pelo final.

Esse grupo de trabalho foi instituído por mim, como Ministro das Minas e Energia, porque desde algum tempo tenho a preocupação com o problema pertinente às chamadas indústrias de alto consumo de energia.

Há uma tendência no mundo moderno, nos países mais desenvolvidos, de transferir para os países em desenvolvimento essas indústrias de alto consumo de energia, indústria de alumínio, indústria de ferro-liga, etc., etc., porque energia é uma coisa escassa e cara.

No que concerne aos contratos firmados entre o Governo, a Alumar e a Albrás, quero dizer o seguinte: eu não teria assinado esse contrato; tenho ponto de vista firmado, porém contrato assinado é para cumprir. Este País é um país sério. Contrato assumido pelos meus antecessores eu os cumpro integralmente. Porque também é muito fácil a gente indagar sobre quais foram os elementos que informaram uma decisão há quatro ou cinco anos podem não ser os mesmos elementos que ocorrem no presente. É muito difícil você julgar uma decisão tomada no passado em função dos condicionantes que haviam no passado.

Digo que não teria assinado por uma razão muito simples: porque o contrato, nos termos em que está, pode servir ao Brasil globalmente, mas desserve ao setor de energia elétrica. Por quê? Porque condiciona a venda de 1 KW/hora para um setor que, embora sendo de alto consumo de energia, tem algum aspecto positivo, que é uma demanda mais ou menos uniforme, a venda por um preço que não remunera, especificamente um investimento. Então, serve ao Brasil, desserve à Eletrobrás e desserve à Eletronorte, particularmente.

Este é o meu ponto de vista.

Agora, contrato feito é para ser cumprido.

Além do mais, estamos, agora, com um exemplo recente: não há contrato com a Autolatina. Qual foi a decisão do Tribunal *vis-à-vis* a Autolatina?

Se procedêssemos assim, primeiro que era incorreto — este País tem que ser um país sério, porque senão não se faz contrato com este País mais. Não vou fazer contrato com este Governo, porque o Governo seguinte não cumpre o contrato. Acabou. Então, cumpro integralmente, não discuto.

Agora, extensão de contrato estamos discutindo, e estamos discutindo duramente.

Primeiro, não podemos tratar diferenciadamente os consumidores. Determinei ao meu setor jurídico que fizesse um exame e continuei fazendo um exame substancial para saber, especificamente, se posso dar um tratamento diferenciado quando ocorrer um quadro de calamidade energética, que se caracteriza como mais ou menos se caracterizou o Nordeste, se a legislação vigente me permite dar um tratamento diferenciado para as diferentes classes de consumidores.

No que concerne, por exemplo, à Alumar, mandei aplicar à ela os mesmos índices de racionamento que mandei aplicar às demais indústrias. Ela contra-argumentou que foi para a região Norte em função de abundância de energia elétrica, senão não teria ido para a região Norte, nem teria vindo para o Brasil. Foi traída, vindo para cá, com aquele tipo de contrato e que, portanto, não poderia aplicar a ela os índices de racionamento, de vez que a sua área de instalação não era sujeita a déficit de energia; ao contrário, havia oferta abundante de energia. Mas mandei aplicar a ela, numa decisão unilateral, minha, o índice de 15% de racionamento. O tratamento diferenciado ainda não mandei aplicar, porque não tenho dispositivo que me permita, do ponto de vista jurídico, a proceder assim. Se tivesse, aplicaria. Quanto a desligar, não. Não vou desligar a Alumar, porque estaria procedendo incorretamente. Mesmo que tivesse um procedimento incorreto, ela teria o re-

curso judicial, que anularia qualquer tipo de procedimento porque em face de um contrato explícito, claro, que foi firmado no Governo passado.

É que nós brasileiros temos um hábito terrível: quando queremos trazer capital para cá começamos a oferecer mundos e fundos, as melhores vantagens possíveis; de repente, no meio do caminho, o sujeito desconfia que fez um mal negócio. "Estou desconfiado que fiz um mal negócio". Então, o que o sujeito faz? Não cumpre. Isso não é correto, não é sério.

Além, do mais, se em função de um arbítrio, esses negócios fosse praticado, teríamos um situação pior do que esta que estamos enfrentando com relação a Autolatina, porque com ela creio que não há contrato, no máximo um protocolo. No nosso caso, existe um contrato expresso, de caráter internacional.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Tem havido uma controvérsia em torno da possibilidade real de transferir a energia destinada a Alumar para o Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> vai ver que falamos muito em Alumar, que foi uma questão, aqui, sempre abordada nas diversas reuniões desta CPI, e temos sempre recebido de nossos colegas solicitações no sentido de que façamos indagações a respeito dessa questão. O atual Presidente da Chesf declara que nem toda energia consumida pela Alumar poderia ser redirecionada para o Nordeste, mas o Secretário de Minas e Energia de Pernambuco, Xavier Drumond, em depoimento a esta Comissão, consubstanciado no estudo da própria Chesf, declara o contrário: desde que o limite de potência entre Tucuruí e Presidente Dutra seja fixado em 980 megawatts; o que em nada prejudicaria o consumo do Maranhão. O que teria levado o GCOI, grupo vinculado a sua pasta — a estabelecer a condição de 1.140 megawatts de trânsito entre Tucuruí e Presidente Dutra — superior, portanto, ao limite para aproveitamento integral para o Nordeste da energia destinada à região da Alumar. Qual a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre as possibilidades deste aproveitamento e sua conveniência?

Qual o custo em dólares/cruzados — V. Ex<sup>a</sup> não vai ter esses dados, é uma pergunta, quase, de bolso de colete — de oportunidade de desligar a Alumar e acender o Nodeste?

V. Ex<sup>a</sup> já informou que nunca desligaria a Alumar.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — A pergunta está prejudicada.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas é em razão de termos tido, aqui, dois depoimentos conflitantes a respeito da parte técnica, não da parte legal.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Vou tentar fazer o esclarecimento e, para isso, vou pedir a ajuda do meu pessoal da Eletronorte e Chesf.

O problema legal, já tive oportunidade de explicar. Não há condições legais nem há correção do ponto de vista do Governo de proceder a um corte total de energia da Alumar. Se o fizesse, ela teria o recurso legal que, seguramente, anularia o ato do Governo. Mas vamos admitir que isso ocorresse, para efeito de raciocínio. A Alumar está consumindo, no momento, uns 440 megawatts, sem racionamento. Quer dizer, chegamos

a aplicar 15% de racionamento e agora está, mais ou menos, 9%, que é o índice geral para todo o Nordeste. Reduzimos de 15% para 10%, e estamos aplicando genericamente.

Tenho a impressão de que, do ponto de vista técnico, a metade dessa energia poderia ser transferida, 200 megawatts, se apertar um pouco mais. Resta saber o seguinte: posso trabalhar no limite? O sujeito que está com água no nariz não está afogando, mas está com grande expectativa de afogar. Se sobrecarregar demais um sistema, além dos limites técnicos aceitáveis, estou fazendo com que esse sistema se candidate a interrupções, e um sistema com a responsabilidade daquela região Norte/Nordeste, se entrar em colapso por operação técnica, primeiro, compromete a idoneidade profissional. Se eu mandasse os meus engenheiros fazerem isso, se eu estivesse no lugar deles, diria que não aceito ordens de ministro em assunto que não dizem respeito. Eu não aceitaria; se fosse técnico, não aceitaria.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex<sup>a</sup> me permite apenas um esclarecimento?

A questão é exatamente esta: se os dados técnicos — o Secretário de Minas e Energia de Pernambuco — os dados de V. Ex<sup>a</sup> estão corretos, por isso ele disse que estão baseados em próprio relatório da Chesf.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Isso só quem pode responder é a Chesf. Não posso responder, mesmo porque fui engenheiro de frente de serviço e tinha serviço e tinha uma verdadeira ojeriza quando pessoas de escritório começavam a dar palpite em assuntos de frente de trabalho. Quem está na frente de trabalho é que responde. O que a Chesf me diz a respeito dessa questão de transferência de energia para o Nordeste?

O SR. CARLOS ALELUIA — Sr. Ministro, a colocação feita pelo Presidente José Carlos Azevedo no seu depoimento, aqui — nós fazemos uma operação da Chesf — confirmo que está totalmente correta. Para se conseguir o despasso máximo da usina de Tucuruí em relação ao Nordeste, que é de 1.110 Mw, só poderíamos trazer metade da Alumar. Se para simplesmente partir para um processo de desligar a Alumar com uma decisão de natureza política, teríamos que inverter, jogar energia fora em Tucuruí, baixar o despasso para 940 Mw. E, nesse caso, por jogo de reativos e condições de estabilidade dinâmica do sistema. V. Ex<sup>a</sup> conseguiria trazer o resto da Alumar, só que V. Ex<sup>a</sup> jogaria 110 Mw fora por cima do vertedouro de Tucuruí para ganhar mais 70 no Nordeste. Então, é uma mágica besta, porque no conjunto se perderia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A mágica besta da própria Chesf, porque isso daí está baseado no relatório dela. E se V. Ex<sup>a</sup> desejar posteriormente nós o mostraremos.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Gostaria de tê-lo. Falou especificamente quem está na frente de serviço. Quer dizer, sou professor da cadeira de energia elétrica, nesta matéria sei onde está o meu nariz muito bem. Mas mesmo sabendo onde é que está o meu nariz, não arrisco especificamente afirmar nada sem que o sujeito que está na frente de serviço diga, porque é muito difícil. Corremos o risco de cometer gafe. Então,

baseio-me na informação do Diretor de Operações da Chesf. O Diretor de Operações da Chesf é quem deve falar. Agora, gostaria de receber esse relatório, porque preciso saber em que condições foram feitos esses relatórios. Quais foram as premissas que informaram as conclusões. O sujeito, às vezes, lança mão das conclusões sem levar em conta as premissas. Gostaria de ter em mãos esse relatório.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O relatório chegará às mãos de V. Ex.<sup>a</sup> Aliás, a própria Chesf pode se encarregar de mandá-lo porque o Secretário de Minas e Energia de Pernambuco aqui apresentou o relatório, porque foi feita a indagação, se isso constava de algum relatório. E ele demonstrou que constava.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — O Secretário de Energia de Pernambuco é um sujeito competente. Eu o conheço.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Então, a indagação aqui está sendo feita exatamente para dirimir essa dúvida entre duas declarações diferentes.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — O que serve de informação para mim é o que depôs o Diretor de Operações da Chesf.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Há a declaração do Dr. Aleluia de quando esteve aqui, e há a declaração do Secretário de Minas e Energia. Então, tínhamos que dirimir esta dúvida para termos a certeza dos dados e das informações técnicas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas as informações técnicas válidas são as da Chesf.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Foram prestadas pelo representante aqui da Chesf, que deve ser encarregado dessa área, e de certo constarão do depoimento de V. Ex.<sup>a</sup> E mostra aqui as vantagens que o Executivo tem sobre o Legislativo. O Executivo sempre que vem aqui para depoimentos em CPI tem sorte de contar com assessores competentes, enquanto que ficamos aqui sozinhos discutindo a questão mesmo não sendo professores e nem tendo o conhecimento técnico da área.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não, mas acho que o importante em tudo isso é a vontade de esclarecer.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Estamos em busca de esclarecimento. Isso demonstra a necessidade que teríamos - não consegui vender isto à Constituinte — de criar um corpo de auditoria própria do Legislativo para fazermos essas averiguações. Agora mesmo, nesta CPI, tive oportunidade de solicitar ao Tribunal de Contas da União ajuda para nos trazer as informações a respeito da dívida externa no setor de energia, e infelizmente não conseguimos até hoje receber as respostas às nossas indagações. Temos algumas respostas mandadas pela Eletrobrás, porque solicitamos também à Eletrobrás. Mas, como a Eletrobrás tinha demorado nas respostas, solicitamos, através de um telefonema dado — não provocado por nós, mas provocado pelo próprio Presidente do Tribunal de Contas da União, que disse que estava à nossa disposição para fazer as averi-

guações e deve estar fazendo, porque temos aí já algumas respostas prestadas pelo Dr. Camilo Penna. Então, sabemos que Tribunal de Contas está agindo, mas infelizmente até o momento ainda não pôde trazer a nós todas as respostas que solicitamos. Infelizmente isso demonstra apenas que tínhamos razão quando queríamos ter a própria auditoria do Congresso para fazer esses levantamentos através da CPI, há em outros Congressos em países mais desenvolvidos, e que tem mais interesse pela força do Congresso.

A outra indagação seria: todos estão de acordo que dois dos grandes problemas do Nordeste são o emprego e a escassez de energia! Por que, então, se dá prioridade no desenvolvimento industrial altamente energético, como o processamento de alumínio e bauxita na região, quando se sabe que a relação energia-emprego nessas indústrias é das mais altas do mundo, chegando a 70% a 80% do custo final dos seus produtos, quando esta média em outros setores é da ordem de 3,5%? A Alumar empregar, por exemplo, 2 mil e 300 pessoas para o consumo de 450 mil Mw? Não seria mais lógico a região Nordeste destinar essa energia para outras indústrias menos vorazes e que segundo médias de empregos disponíveis indicam a possibilidade de criar 45 mil empregos? Por que o Governo Federal incentivou e continua incentivando o desenvolvimento da indústria eletrointensiva no Nordeste que geram poucos empregos para um grande consumo de energia?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Em primeiro lugar, quero dizer: "estimulava". No meu período no Ministério das Minas e Energia, não! Fui o Ministro que teve iniciativa de constituir essa comissão, a primeira comissão que se constitui no País para se fazer um exame exaustivo da indústria de alto consumo de energia no País, particularmente alumínio, que é energia empacotada, e a indústria de ferro-liga, de um modo geral, que é altamente consumidora de energia.

Essas empresas que atuam no campo de alto consumo de energia, como o setor alumínio, como o setor ferro-liga, evidentemente vai se instalar onde há energia disponível. Agora, a avaliação do balanço econômico do empreendimento é um assunto global do Governo como um todo. No que diz respeito especificamente ao setor de energia elétrica é assunto do Ministério das Minas e Energia, e particularmente do binômio Eletrobrás — INAI. Isto é uma opção do País. Durante muito e muito tempo — podem consultar os Anais da Câmara dos Deputados e do Senado — se fazia muito discurso aqui dizendo: o Brasil é importador de alumínio. É um absurdo um País que tem tanta bauxita, importar alumínio, essa era a tese que se desenvolveu durante muito e muito tempo. O Brasil não só importa alumínio como importa artefato de alumínio. E o sujeito desfilava gostosamente a estatística para dizer: olha qual é o consumo do Brasil em alumínio! Um consumo baixíssimo vis-à-vis aos países mais desenvolvidos. Num determinado instante o Brasil resolveu deixar de ser importador de alumínio, para ser exportador. Para isto o Brasil montou uma política global de atrair capitais para implantar empresa de alumínio no Brasil. Seja um *joint venture* com os japoneses para Albrás, seja o grupo multinacional da Alcoa e da Shell a utilizar as disponibilidades de energia que havia na Bacia Amazônica.

Num determinado instante — essa é a coisa — produziu-se energia de Tucuruí e, evidentemente, não havia mercado para a energia disponível. Construiu-se Tucuruí e depois foi buscar o mercado. Então, naquele instante esses grupos internacionais, que sabem perfeitamente que energia barata e abundante, em seus países de origem, não há mais, estimularam-se a vir para o Brasil fabricar alumínio ou para produção de alumina, que nada mais é que a bauxita desidratada — matéria-prima para produção de alumínio. Então, veio o grupo *joint venture* com a Companhia Vale do Rio Doce e construiu a Albrás e o grupo Alumar, que aumentou sensivelmente a produção de alumínio no Brasil, a ponto de hoje ser exportador de alumínio. Agora, isso é uma opção de política brasileira, que não se deu nesse período de Governo. A implantação da Alumar e da Albrás se deu no período do Governo anterior. Mas foi uma visão global do País. O Brasil deixou de ser importador de alumínio para ser exportador de alumínio, agora, todo mundo está cansado de saber que quando se estimulou a vinda dessas fábricas para cá, sabia-se de duas coisas: primeiro que alumínio é energia empacotada; em segundo lugar, para se estimular a construção de uma fábrica de alumínio, precisa-se oferecer: energia elétrica em abundância, de preferência hidroelétrica e a custos baixos. Tudo isso foi oferecido. Agora, estamos chorando o quê? Chorando a decisão que tomamos anteriormente? De agora em diante, acho que um caso como esse merecia — eu tenho o relatório lá, posso fornecê-lo ao Congresso Nacional, acho que vale a pena o Congresso Nacional ver esse relatório que está lá às ordens de V. Ex.<sup>a</sup> — e fazer um estudo profundo e baixar uma lei proibindo a instalação de fábrica de alta intensidade de consumo de energia no Brasil. Isto é consequência do outro lado, mas se pode fazer uma avaliação. Quais são as consequências positivas e as negativas? O que é possível fazer, o que não é possível? Examine e tome a decisão. Posso mandar para cá todos os estudos que foram feitos aprofundadamente. Repito: se tivesse que assinar esses contratos não assinaria. Por quê? Eu estou com uma visão do setor elétrico, não estou com a visão global do País, a minha visão é no setor elétrico. E em função do setor elétrico, o contrato não interessa ao setor elétrico, nos termos em que que foi feito, vale dizer, para fornecer energia pelo preço que está estabelecido contratualmente. Porém, a visão global do País é outra coisa. Não censuro o Governo passado essa decisão. Ele pode ter dados anteriores que justificava. Primeiro: o Brasil precisa ampliar a sua pauta de exportação. Porque também, é uma utopia! O Brasil precisa importar para crescer, e só importa quem exporta. O Brasil precisa importar não menos de 16 a 17 bilhões de dólares/ano para assegurar o crescimento de seu Produto Interno Bruto entre 4% e 6%. Para importar 16 bilhões de dólares/ano é preciso exportar. E não se exporta aquilo que quer exportar, há um elenco de produtos internacionais onde é mais fácil buscar mercado. Pode ser que naquela época a visão econômica do Governo, de então, tivesse chegado a conclusão de que era uma oportunidade que o Brasil tinha de entrar no mercado internacional do alumínio, exportando-o, em função do quadro e do perfil do mercado internacional, para isso, sacrificou-se o setor de energia elétrica. Sa-

crificou-se, é verdade. O sujeito diz: não vamos fabricar alumínio no Brasil, mas não interessa fabricar alumínio. Qual é o preço do alumínio, hoje, no mercado de materiais de construção? Extremamente importante. E vamos admitir que o Brasil não estivesse produzindo alumínio, hoje, para exportar, que tivesse que importar todo o alumínio de que ele carece para o seu desenvolvimento interno, quanto representaria isso na pauta de importações? Tudo isso temos que avaliar com segurança. O sujeito me pergunta: será que os quilowatts/hora consumidos na Alumina e na Albrás se fosse consumido num outro tipo de atividade não geraria mais emprego? Resposta: Sim. Mas isso não quer dizer que o Brasil não devia mexer com indústria siderúrgica. Porque a relação dólar versus geração de emprego na indústria siderúrgica é terrivelmente favorável. Sabe o lugar onde a indústria é mais favorável? Na indústria de fundo de quintal, que a Itália, hoje - justiça se faça - tem uma fantástica indústria de fundo de quintal, extremamente artesanal, que é uma espécie de complemento da economia italiana, que em grande parte é chamada de economia invisível da Itália. Mas resta saber se um país só vive de indústria de fundo de quintal. Esta, sim, tem uma relação extremamente favorável; inversão de capital versus geração de emprego. Se você pensar em inversão de capital versus geração de emprego, o Brasil não teria indústria siderúrgica. Porque a relação capital versus geração de emprego é terrivelmente desfavorável. Na medida em que se vai saindo da indústria de base para determinado tipo de indústria artesanal, semiartesanal ou determinado tipo de indústria de ponta, você melhora esse relacionamento. Então, é uma questão de política. Se você me pergunta: seria melhor para o País? Não sei. Presumivelmente ele poderia ser. No que concerne à oferta de emprego, seguramente seria, no que diz respeito à economia global do País, uma interrogação. Precisa de um estudo mais profundo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Tem-se falado muito no uso das estatais, num passado recente, para a captação de divisas que permitisse a administração da dívida externa. Em consequência, amontoa-se equipamentos importados em descontinuidade com as obras de geração de energia, com graves riscos de deterioração e perda, e eleva-se, comprometedoramente, o peso do pagamento dos juros da dívida externa nas concessionárias. V. Ex. concorda que houve falta de gerenciamento nesse processo? Caso positivo, que providências tomou no sentido de conhecer a magnitude dos desacertos? O Ministério dirigido por V. Ex. tem uma idéia da quantidade e valor dos equipamentos não aproveitados e sujeitos à deterioração aqui ou no exterior? Quanto dispendeu o Brasil nessa aventura?

A Eletrobrás também já foi utilizada como captadora de recursos para fins de fechamento de balanços de pagamentos? Caso afirmativo, quais os custos financeiros advindos dessa captação? Por que a Eletrobrás foi utilizada para esse fim? Quem está amortizando essa dívida? Com a moratória externa, como estão sendo pagos os juros e o principal? Qual o montante atual da dívida externa das estatais vinculadas ao Ministério das Minas e Energia? Quais as compras vinculadas a esses empréstimos e que finalidade cumpriram?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Acho que parte dessas perguntas constam da indagação formulada por V. Ex., quando da estada aqui do Presidente da Eletrobrás. A Eletrobrás encaminhou a V. Ex., no dia 16 de setembro de 1987, uma carta em que responde vários desses itens.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Como V. Ex. disse que o relatório-chefe tem também essas condicionantes, então, eu pediria a V. Ex. para dar uma informação de hoje, com a inflação atual.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não tenho a memória preciosa que tem V. Ex. para fazer as coisas assim, não é possível.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não tenho memória, por isso mesmo é que coloco as coisas no papel. Mas V. Ex. tem um assessoramento aí, de pessoas que convivem no dia-a-dia dessas questões.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Isso aí, só uma resposta por escrito.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Então, solicitaria a V. Ex. que a providenciasse.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Já temos aqui parte dessa resposta que foi formulada por V. Ex., quando da estada aqui do Presidente da Eletrobrás. E há uma carta dirigida a V. Ex. no dia 16 de setembro de 1987. Eu indago se V. Ex. tem em mãos essa carta?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Em mãos aqui, não, mas já vi essa carta, já estudei essas cartas e já está fazendo parte do relatório provisório que estou preparando para ver se concilio o relatório antes do final do mês, a pedido do Presidente.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Agora, esses dados, no momento, eu não os tenho. De memória eu não os tenho.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas, apenas, num caráter genérico, V. Ex. tem conhecimento...

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não aconselharia a nenhum auxiliar meu a exercitar a sua memória nesse assunto. Ele pode cometer equívocos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex. apenas, em caráter genérico, confirma. Porque já foi declarado aqui, por depoimentos, às vezes contraditórios, mas V. Ex. confirma depoimentos de que foi feito empréstimo para o setor de energia e que não foram devidamente aplicados em benefício do setor, para fechar balanço de pagamentos?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não. Acontece que isso tem que ser colocado nos seus devidos lugares. Eu não tenho conhecimento de que tenha havido desvio.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não é uma questão de desvio, não estou falando de desvio.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Agora, tem havido antecipação, sim. Alguns equipamentos foram adquiridos sob a forma contratual, tendo em vista, especificamente, o problema

do balanço de pagamentos. E por que? Porque o setor elétrico tinha alta confiabilidade externa e quando ele precisava fechar o balanço de pagamentos, em termos afilativos, muitas vezes, recorria-se ao setor elétrico. Agora, recorria-se ao setor elétrico de que maneira? Entravam-se os dólares para cobrir a aquisição desses equipamentos nos países de origem: quando se tratava de bancos franceses, equipamentos franceses, quando se tratava de bancos americanos, equipamentos americanos, quando se tratava de banco japonês, equipamento japonês, e tivemos em alguns casos equipamentos até soviéticos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Então, eu vou utilizar de uma declaração, na televisão, de um colega de V. Ex., de um Ministro, como V. Ex. do atual Governo. O que sabe V. Ex. sobre a compra de 8 geradores para a Usina de Três Irmãos? Os 8 geradores comprados, quando foram utilizados?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Três Irmãos não é área da Eletrobrás, é área da CESP.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Então, não é ligado ao Ministério das Minas e Energia?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não. É o sistema elétrico. Não tem jurisdição.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não digo nem jurisdição, mas não tem conhecimento dessa questão?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Tem conhecimento mas não pode intervir.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Eu não estou pedindo ação de interferência agora, estou pedindo um esclarecimento, se V. Ex. como responsável pela área, de forma global, não é que tenha ingerência sobre a Cesp. Mas se V. Ex., como responsável pela área geral, não se preocupou em tomar conhecimento desse fato, se é correta a informação do colega de V. Ex. de que houve isso. V. Ex. não pode tomar nenhuma ação punitiva, não pode procurar o responsável, mas V. Ex. pode ter conhecimento da questão. Então, a minha indagação é se V. Ex. tem conhecimento dessa questão, se sabe que houve este fato no setor de energia, não é da área do Ministério das Minas e Energia, mas no setor de energia, se houve realmente...

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Bom, deixa eu dar a resposta a V. Ex. da seguinte maneira: em primeiro lugar, as empresas ligadas à Eletrobrás não têm nada a ver especificamente com a Eletrobrás a não ser quando contraem empréstimos, para suplementar os seus recursos próprios. A Cesp, a Cemig, a Copel, essas empresas são ligadas à Eletrobrás. E são só empresas jurisdicionadas diretamente aos seus respectivos governos estaduais. Quando se trata de equipamentos adquiridos para usinas hidroelétricas ou termoeletrônicas da área dessas ligadas, que não envolva empréstimos por parte da Eletrobrás, essas empresas ligadas não têm nenhuma satisfação a dar ao Ministério das Minas e Energia e, muito menos à Eletrobrás. Só têm satisfação a dar, quando a Eletrobrás complementa recursos e, em muitos casos complementa. Mas, complementando recursos trabalha para as usinas no sistema Cesp, para várias usinas no siste-

ma Cemig, para várias usinas no sistema Copel e, assim por diante. Então, nos concerne, especificamente, essa usina de Três Irmãos — eu acho que é um dos itens da indagação de V. Ex<sup>a</sup> — a Eletrobrás tomou a providência de solicitar à Cesp informações que só podem ser prestadas à Cesp para transmiti-las a V. Ex<sup>a</sup>. Mas é assunto Cesp, jurisdição do Governo de São Paulo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — *Aí nós teríamos uma dúvida, mas não vamos levantar essa questão aqui, porque é um negócio muito controvertido e demorariamos muito discutindo essa questão. Mas eu acho que, na CPI, quando V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento de um fato, na CPI, V. Ex<sup>a</sup> deveria prestar esclarecimentos sobre esse fato.*

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não, absolutamente. Esse assunto não está jurisdicionado ao Ministério das Minas e Energia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — *Aí é que nós iríamos discutir até onde chega a ingerência da CPI do Senado.*

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não, não, o Ministério das Minas e Energia, o depoente aqui, tem a obrigação...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não é o momento para nós falarmos sobre isso.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Espere um pouquinho, vamos colocar esse negócio no lugar.

O Ministro das Minas e Energia, como qualquer outro Ministro que aqui comparecer, tem a obrigação de prestar esclarecimentos de áreas sob a sua jurisdição. Em área de jurisdição alheia, não.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não é de área de jurisdição alheia, o problema é ligado à política de energia elétrica...

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Liçado à política de energia elétrica?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — ... e que V. Ex<sup>a</sup> está declarando que conhece o problema.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não. Tomei conhecimento mas não é um assunto jurisdicionado ao Ministério.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não. Isso não tem maior importância, porque não é o momento de discutir essa questão.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Mas, tem. Porque, amanhã, pode haver uma confusão de que eu deixei de prestar informações em áreas que estão sob a minha jurisdição. E essa área não está sob minha jurisdição.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex<sup>a</sup> naturalmente está pensando que muita gente vai querer pegar V. Ex<sup>a</sup> pelo pé. Ninguém está pensando nisso.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não, Senador. Eu queria dizer o seguinte: eu, se não percebesse da parte de V. Ex<sup>a</sup> o critério e a boa fé eu, simplesmente, me recusaria a responder. É porque eu respeito V. Ex<sup>a</sup>, sei que os seus critérios são corretos, e estou respondendo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — *Aí é que está a questão. Mas vamos pensar noutra coisa.*

Outra controvérsia. V. Ex<sup>a</sup> já adiantou, mais ou menos, na resposta à primeira indagação, mas é uma controvérsia levantada, aqui na CPI, por depoimentos conflitantes. A utilização da água do rio São Francisco: o Dr. Drummond afirma a esta Comissão que a execução do Proine-Irrigação, eleva o risco do déficit do Nordeste para 30%, superior, portanto, ao número de 12%, do Plano Eletrobrás 2.010, que aparentemente não leva em consideração o Proine. Já o Ministro da Irrigação, Dr. Vicente Fialho, também presente a esta CPI, afirmou que 40% do Programa de Irrigação do Nordeste utilizará as águas do rio São Francisco numa razão de 110 m<sup>3</sup> por segundo. Para ele o custo de oportunidade da água para 400.000 hectares no vale do São Francisco é a redução de 30% do potencial de geração de cascata hidroelétrica do vale do rio, percentual muito pequeno, além do que, a energia não gerada pode ser substituída, em futuro mais remoto, por energia proveniente da Amazônia.

Com quem está a razão, Sr. Ministro?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Meu eminente Senador, está V. Ex<sup>a</sup> extremamente maniqueísta. Sim ou não. O problema não é este!

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não. Se V. Ex<sup>a</sup> não quiser dizer com quem está a razão, dirá que os dois a têm. *Aí V. Ex<sup>a</sup> será bem mineiro.*

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — O quadro tem conotação um pouco mais genérica.

Em primeiro lugar, preciso saber qual é o tipo de irrigação que vou utilizar. Isto porque se você se utiliza de uma irrigação por pivô central, você vai gastar o quê? Não sou engenheiro hidráulico, e talvez possa até cometer algumas heresias no que concerne aos dados, mas, ao que sei, pelo conhecimento que tenho no setor, é que, se você faz uma irrigação por pivô central, você gasta uma média de 8.000 m<sup>3</sup> por hectare-ano e consome um determinado tipo de energia. Por pivô central deve-se consumir um pouco mais do que a média das outras, onde se gasta, 2 quilowatts, 2 quilowatts e meio por hectare-ano, por hectare. O ano, aí, envolvia energia, ou seja, os 2 quilowatts pelo número de horas que funcionaria no ano.

Se você usar, por exemplo, o gotejamento, esses 8.000 devem baixar para 2.500 a 3.000, e o consumo de energia modifica-se também.

Assim, o primeiro ponto que preciso saber é: qual o perfil previsto para a irrigação no Nordeste, particularmente, no vale do São Francisco?

Há um projeto para irrigar 1 milhão de hectares. Não sei se o 1 milhão de hectares vai-se concentrar no vale do São Francisco. Presumivelmente, não. Ao que estou informado são 500 mil hectares na região do São Francisco. Não sei se o Dr. pode nos confirmar isso. Quantos mil hectares estão previstos para a região do São Francisco? Ou então, se for irrigação por pivô central, será uma coisa, se for irrigação por gotejamento, será outra. Não sei quantos por cento é por aspersão; quantos por cento é por pivô central e quantos por cento é por gotejamento.

É presumível que, para irrigar 600 mil hectares — tudo isso é presumível — o número exato ninguém tem. Acho engraçado o seguinte: estou

notando o pessoal jogar com números exatos com uma facilidade extraordinária. Meus colegas engenheiros, fazendo isso?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Pelo contrário; não tão exatos, porque são divergentes. São conflitantes.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Acho engraçadíssimo. Jogam com números — trinta por cento, trinta e cinco por cento — esses números não são exatos! É presumível — quero deixar isto claro — que você vai gastar, vai retirar do São Francisco, para irrigar os 600 mil hectares, entre 18 e 20% de água, não é? Então, o que acontece? Tenho uma redução de oferta de energia, representada por 18 a 20% de água a menos e um aumento de demanda de energia representado por 4% a mais. Se somarmos essas grandezas desiguais, o que não daria uma soma, vamos dizer, algébrica, mas talvez uma soma vetorial, mas se fosse uma soma algébrica ou uma soma aritmética, isto representaria 22%. É um número que está diferenciado de 8%, do dado pelo Secretário de Minas e Energia de Pernambuco. De qualquer maneira, é um número expressivo.

Tudo é questão de opção. A natureza não dá nada de graça para ninguém. Este é o nosso mal, o dos brasileiros: vou irrigar. Vai irrigar à custa de alguma coisa! Ora está! A não ser que São Pedro mandasse mais 18% de chuva a mais do que a que tem caído na região do São Francisco. Fora disto, se você estiver irrigando, estará subtraindo energia e consumindo mais energia. É uma opção. Por quê? Porque também aquela região do São Francisco não pode deixar de ser irrigada.

Pergunto a algum nordestino que aqui está — e V. Ex<sup>a</sup> é um nordestino de boa-cepia — V. Ex<sup>a</sup> aconselharia que não se fizesse irrigação alguma no vale do São Francisco?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Pelo contrário; sou totalmente a favor da irrigação.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Então, vamos ter que compatibilizar.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Exatamente; compatibilizar.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Vamos ter que compatibilizar a oferta de energia com a irrigação, porque precisam ser irrigadas, são terras fertilíssimas as terras das margens do São Francisco; lá só falta a água, o que o São Francisco está dando. Não dá com muita facilidade, porque é um rio seco, mas as suas margens são de terras fertilíssimas, vale à pena irrigar; é questão de compatibilizar.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A questão central da indagação é o risco de déficit, até o ano 2010. O número exato da Eletrobrás 2010, para o Nordeste, é de 12%.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Isso é um exercício.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — É uma futurologia, está certo.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Se o senhor me perguntar se o número está certo, digo: não sei; sei que o estudo foi bem feito. Se



se chegou a um número certo, não sei. E duvido que algum engenheiro ou algum economista, que tenha consciência das suas responsabilidades, afirme com segurança.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Vejamos se V. Ex.<sup>a</sup> pode dar uma informação sobre o número exato.

Considera V. Ex.<sup>a</sup> que o risco para o Nordeste é maior do que para as demais regiões?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Com esse plano de emergência que estamos levando à frente, não.

Se não houver qualquer tropeço neste plano de emergência, se as obras de Xingó não retardarem, se a transferência de energia prevista na região Norte para o Nordeste obedecer aos cronogramas, direi que não. Ao contrário, o Nordeste talvez se situe em condições equivalentes ou até melhores do que o restante do País. Se. Há esta condicionante: se.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — É uma informação importante.

Sabemos, a propósito, através de palestra proferida pelo Presidente da Eletronorte, a 23 de agosto de 1985, em Teresina, e publicada pela Chesf, solicitações 27 e 28, sobre alternativa de geração de energia nuclear para a Chesf e Nordeste, qual o impacto dessas alternativas sobre o potencial energético da região e sobre o meio ambiente?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Esse formulador que te ajudou a formular essas perguntas, esse?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Foi a minha Assessoria; na Assessoria do Senado eles são competentes; são competentes e têm também responsabilidade. Vou aproveitar, aqui, para fazer um comercial daqueles que vieram da Bahia, de São Paulo e de Pernambuco, e que, no início dos nossos trabalhos, ajudaram-me. Vieram também funcionários das companhias estaduais, para tentar ajudar-me porque V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que não sou professor, como V. Ex.<sup>a</sup> o é e tenho que pedir ajuda.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Está V. Ex.<sup>a</sup> formulando muito bem as indagações, o que me alegro muito.

Em primeiro lugar, ninguém tem dúvida de que a energia nuclear será usada no mundo todo, em maior ou menor escala, mas será utilizada. Em alguns países, como tive oportunidade de citar, como a França, em que 63% da energia utilizada já é de origem nuclear. O quadro brasileiro é diferente. Por quê? Porque temos ainda resíduo expressivo de disponibilidade hidroenergética que faz com que possamos decalar no tempo o aproveitamento de energia nuclear. Decalar no tempo, mas não evitar.

Todas as vezes que o homem desenvolve tecnologias modernas nada acontece de graça. Nada acontece de graça. Qualquer tecnologia moderna que se desenvolva envolve risco de toda a natureza. Quando desenvolvemos intensamente a automação para depois partirmos para a robotização, o que modificamos? Todo o perfil de uma sociedade. Modificamos o tipo de emprego que ofertamos, fazemos aumentar o *turn over* na área de emprego, etc, etc. Então, não há nada de graça.

Energia nuclear tem perigo? Tem. Qual é a central nuclear com segurança absoluta, com 100% de segurança? Não existe. Ainda está para existir. Qual é a obra humana que tem 100% de segurança? Nenhuma obra humana tem 100% de segurança. Pode-se afirmar com absoluta segurança que Sobradinho não vai romper um dia? Não corre o risco de romper? Corre. Três Marias corre; Xingó vai correr no futuro; Itaipu corre; qualquer obra humana tem o risco. O setor nuclear tem o risco condimentado. O risco do setor nuclear é condimentado, porque ao risco real agrega-se o estado psicológico e esse estado psicológico aumenta sensivelmente o chamado risco real.

As centrais nucleares, hoje, são construídas com todo cuidado, mas todo cuidado das centrais nucleares não evitou Chernobyl com consequências danosas, e nem evitou *Three Mile Island* sem consequências danosas, mas com graves consequências psicológicas.

O Brasil não vai se livrar de usar energia nuclear. Nós temos é que aproveitar esse espaço de tempo para ampliar os cuidados, desenvolver principalmente a tecnologia de segurança dos reatores nucleares, ampliar a tecnologia de segurança, desenvolver com mais intensidade a parte de fiscalização tecnológica, o setor de segurança nuclear e o setor de radiometria, parte de mensuração, de radiação, essa parte tem que ser muito bem acompanhada. De forma que, a energia nuclear pode ser, no futuro, que espero que seja cada vez mais distante, uma alternativa para-se gerar energia no Nordeste, como também nas demais regiões do País.

Antes disso, teremos que utilizar, mais intensamente, nossas disponibilidades hidroenergéticas, as disponibilidades de energia geradas, via carvão, nas regiões onde há disponibilidade de carvão para liberar parte dessa energia de origem hídrica, para alimentar outras regiões onde não há disponibilidade de combustíveis fósseis e aproveitar outras formas de energia, por exemplo, a energia solar. A região nordestina se presta à utilização de energia solar. Energia solar não é nenhuma panacéia, também. Pode ser utilizada a energia solar sob a forma de fotossíntese, que já está sendo utilizada em larga escala, biomassa, sob a forma de células fotovoltaicas, que pode ter uma representação bastante razoável para algum sistema de irrigação. Algum sistema de irrigação isolado, setorizado pode encontrar, na energia solar de fotovoltaica, uma utilização bastante razoável. E a energia solar sob a forma de produção de vapor.

Temos alguns empreendimentos. Temos em Ambervilliers, nos Pirineus orientais, um jogo de espelhos planos, produzindo energia elétrica de uma usina termoeletrica a vapor de uma certa expressão. O deserto de Ararat, na União Soviética, tem o sistema de espelhos parabólicos que concentram energia, comandados por células que vão girando o espelho para acompanhar o giro da Terra em torno do Sol, e alguns aproveitamentos de energia solar têm alguma expressão.

O Nordeste é um local onde podemos desenvolver mais intensamente essa parte de energia solar, sob a forma de célula foto voltaica. Outra forma alternativa é a energia eólica, que pode ter uma razoável representação no Nordeste. Estamos estimulando, há algum tempo, o desenvol-

vimento de cataventos com o melhor rendimento, porque como é uma energia variável, tem que ter um ajustamento adequado para acionar geradores elétricos. Mas é uma forma de energia que pode ser utilizada.

Essa parte de maré-motriz é um pouco — a meu ver, no Brasil — utópico. Não quer dizer que não se possa utilizar, mas o custo do quilowatt gerado por maré-motriz, a meu ver é extremamente elevado dentro da tecnologia contemporânea.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Ministro Aureliano Chaves, também, utilizando conversas aqui com a Assessoria, é uma questão de aspecto financeiro, porque V. Ex.<sup>a</sup> falou, com relação à questão da Usina Três Irmãos, que a Eletrobrás nada teria, com...

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Responsabilidade direta, não. Financiamento, eu não sei quanto a Eletrobrás financiou, e se financiou.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quanto às companhias estaduais, elas reclamam muito dessa liberdade de planejamento; quando há participação de todas as companhias no Conselho de Planejamento das obras de cada companhia, tem apenas um q: é que a Eletrobrás pode utilizar, sozinha, o poder de veto. Não há tanta liberdade para se poder criar esses planejamentos nas companhias estaduais. Agora, uma pergunta apenas: mais da metade da receita da Eletronorte provém da reserva federal de garantia do Fundo de Compensação, cobrado, inclusive, das empresas de energia elétrica do Nordeste, o que é motivado, entre outros fatos, pelo subsídio dado à tarifa de alumínio para o Norte do País.

Como V. Ex.<sup>a</sup> vê essa situação que representa uma descapitalização nas empresas de energia do Nordeste, e que estudo está sendo desenvolvido para corrigir essa situação?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — É preciso saber como surgiu a RGG e a RGE: ambas surgiram da ideia de unificação tarifária no Brasil. Como existe hoje o fundo de unificação de preço para o setor de combustíveis líquidos, vale dizer, o preço cobrado pelo óleo diesel, no Território do Amapá ou no Estado do Acre é o mesmo preço de diesel cobrado na boca da refinaria; é a mesma coisa. Qual é a visão que se tem dessa chamada tarifa unificada ou preço unificado? É a de proteger os Estados mais pobres, porque estes têm um perfil de consumo desfavorável, pois é um consumo altamente pulverizado, com linhas extensas de distribuição, que encarece o quilowatt/hora gerado e distribuído. Com esse encarecimento necessariamente não se teria condições de oferecer quilowatt/hora para as populações de baixíssima renda. Para isso, tem-se duas coisas: em primeiro lugar, tarifa unificada e, depois, tarifa diferenciada.

Quando assumimos o Ministério das Minas e Energia, ampliamos a diferenciação tarifária, não ao ponto do que desejávamos, porque também cuidado social sem o econômico é utopia, resolve a curto prazo, mas perturba terrivelmente a médio e longo prazo. Em que consiste a tarifa única, a chamada tarifa fiscal? Tem-se preço de geração de quilowatt/hora diferenciado no Brasil inteiro. O que se fez? Buscou-se uma tarifa média, através da qual as empresas que geram energia a um

preço mais barato do que a tarifa média, recolhem RGG ao Dinai e este complementa o orçamento das empresas onde a tarifa de custo é mais elevada, para que elas possam oferecer o quilowatt/hora pelo mesmo preço da tarifa fiscal.

O que ocorre? Nas regiões Norte e Nordeste, com exceção de alguns Estados, como por exemplo, Pernambuco, que já tem uma tarifa mais ou menos equilibrada, como a Coelba, na Bahia, que tem, também, uma tarifa mais ou menos equilibrada. Com a exceção desses Estados, a maioria dos outros têm um custo tarifário mais elevado do que a tarifa fiscal, e para venderem energia da tarifa fiscal, eles têm que receber RGG, Reserva Global de Garantia.

Acontece que com a deteriorização tarifária, as empresas do Sul que pagam RGR, Reserva Global de Reversão, resolveram retardar no recolhimento do RGR: a Cesp, a Cemig, a Copel, etc. Todas retardaram. Com isso, o fluxo de caixa para as empresas que recebem o RGR, foi interceptado, com graves prejuízos para essas empresas.

As empresas do Sul reclamam que estão pagando por serem eficientes. Vale dizer, porque nós estamos gerando energia com preço mais barato, e quanto mais barato nós geramos essa energia, mais RGR e RGG nós pagamos. Reclamam disso! Por sua vez, as empresas do Norte e do Nordeste — praticamente as do Nordeste — em grande parte geram energia por tarifa mais elevada, não é que sejam incompetentes suas direções mas porque o perfil do mercado é extremamente desfavorável. Você pega, por exemplo a Cepisa, no Piauí. Ela tem um perfil de mercado extremamente desfavorável, porque 50/60% dos consumidores, pelo menos em Teresina, consomem menos de 30 quilowatts/hora. Então, para se levar energia a esse consumidor, por mais econômica que seja a sua linha de transmissão, tem que se levar um contador de energia, o poste, a fiação, etc. Assim o custo de investimento torna-se elevado para uma força de carga relativamente baixa. Então, o perfil de consumo é desfavorável. E nós não temos outro jeito. Se nós deixarmos cada uma dessas empresas viverem por conta própria, as empresas do Sul vão ter recursos para investir, mas do Nordeste, com exceção de algumas, não têm condição nem para investir, nem para subsistir, não pagam aos seus funcionários.

Nós estamos procurando um exame conjunto de um novo perfil institucional, de tal maneira que possamos assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento das empresas que servem às regiões de baixa renda e criar uma expectativa nova nessas outras regiões. Estamos estudando isso, estamos com um grupo de trabalho cuidando desse negócio intensamente, envolvendo representantes de todas as empresas do Dnaee, da Eletrobrás e das empresas subsidiárias a ela coligadas. Vamos ver se até o final deste ano nós já temos um novo modelo institucional a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional. Vamos mandar esse negócio na forma de projeto de lei.

**OSR. PRESIDENTE (José Agripino)** — O ceme da questão, Sr. Ministro, é saber se V. Ex.<sup>a</sup> considera, segundo informações que nós recebemos, de que a descapitalização das empresas estaduais é devido ao subsídio, que é concedido à energia de alumínio.

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — Sobre este assunto, eu já tive oportunidade de falar. Eu disse especificamente que se tivesse que assinar aquele contrato, eu assinaria.

**O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães)** — Não, Sr. Ministro, não é essa a questão. É saber se está havendo descapitalização das empresas elétricas dos Estados, das diversas companhias estaduais, estamos querendo saber se está ou não está havendo essa descapitalização, porque o subsídio é a razão dessa descapitalização.

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — É preciso caracterizar o que vem a ser subsídio.

**O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães)** — Subsídio é aquilo que está estabelecido no contrato de fornecimento de energia, a preço mais baixo do que aquele de preço marcado.

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — Não, no contrato não está escrito, apenas diz qual é a prática, quer dizer, o contrato estabelece a prática de cálculo do custo de quilowatt/hora gerado e do custo de quilowatt/hora vendido para as empresas que operam no setor de alta intensidade de energia, praticamente do setor de alumínio. Há uma equação paramétrica, desenvolvendo vários fatores, inclusive a variação de preços do alumínio no mercado internacional. Em função dessa equação paramétrica é que se calcula o preço do quilowatt/hora em milésimo de dólar a ser fornecido para as empresas que tiveram contrato para fornecimento de energia no Brasil, vale dizer, as empresas que operam no setor de alumínio.

Vou pedir ao Dr. Getúlio Lamartine que diga, no momento, qual é o preço que está sendo pago pela Alumar, de acordo com as variações, agora, do preço do alumínio no mercado internacional.

**O SR. GETÚLIO LAMARTINE** — A Alumar paga exatamente 10% a menos do que as outras indústrias da mesma classe no Brasil. Isso, atualmente, significa cerca de 23 milésimos de dólar por quilowatt/hora.

**O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães)** — E as outras indústrias da mesma classe são subsidiadas em quanto no resto do Brasil?

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — Ele vai dar o número exato para V. Ex.<sup>a</sup>

O que está pagando a Alumar hoje, é 23 milésimos de dólar o quilowatt/hora. As indústrias de mesma classe, estão pagando quanto?

**O SR. GETÚLIO LAMARTINE** — Bem, se nós nos referimos ao custo marginal do setor industrial, à tarifa mais elevada na qual está a Alumar, tem um subsídio de 24% com relação a esse custo, quer dizer, a tarifa está 24% mais baixa do que o custo verificado. Isso, independente do subsídio da empresa. Se nós considerarmos a Tarifa A-2, esse subsídio é da ordem de 20%; se nós considerarmos a Tarifa A-3, apenas industrial, é da ordem de 20%, e a Tarifa A-4 é da ordem superior a 30% ao custo marginal.

**O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães)** — Nisso aí, então, está o subsídio. Então, a nossa pergunta é exatamente esta: saber se as empresas do Nordeste estão sendo descapitalizadas por causa do subsídio. A informação que nos chegou foi esta. Mas se isso está errado, a pergunta é esta, justa-

mente isto. Não estou afirmando, estou perguntando. É a informação que nos chegou.

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — O que acontece é o seguinte: o Diretor-Geral do Dnaee teve oportunidade de esclarecer como está a tarifa para o setor de alumínio, vis-à-vis aos seus similares, em classe de alta tensão. Evidentemente, está se vendo que há uma diferença a favor da tarifa do setor alumínio e, isto, evidentemente, caracteriza subsídio. Agora, o que é que isso representa? Descapitalização para o setor. Qual é o setor? A Eletrobrás, que fornece essa tarifa, predominantemente.

**O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães)** — A informação que nós temos aqui é que mais da metade da receita da Eletrobrás provém da reserva federal de garantias — fundo de compensação, cobrada inclusive das empresas de energia elétrica do Nordeste. Esta informação é correta ou está errada?

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — Qual é a empresa de energia elétrica do Nordeste que está pagando RGG?

**O SR. GETÚLIO LAMARTINE** — Bem, é lançada para a Celpa, a Coelba e a Energipe, que têm uma remuneração superior à remuneração média.

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — Então, são só essas empresas do Nordeste que estão pagando a RGG. Quer dizer, a Coelba está pagando?

**O SR. GETÚLIO LAMARTINE** — A COELBA está pagando. Entretanto, o Nordeste recebe mais do que paga.

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — Evidente, recebe bem mais.

**O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães)** — Com a duplicação da Refinaria Landulfo Alves, haverá possibilidade de se instalar uma usina térmica de novecentos mil quilowatts junto à mesma, aproveitando o resíduo asfáltico. Essa usina poderá gerar seis bilhões de quilowatts hora de energia por ano, que representa 20% da necessidade anual de energia elétrica do mercado suprido pela Cesp. Que planos tem o Ministério das Minas e Energia para realizar, em conjunto com a Petrobrás, esse empreendimento?

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — Em primeiro lugar, nunca se falou em resíduo asfáltico aqui no Brasil. Quem se lembrou de resíduo asfáltico aqui no Brasil fui eu, como Ministro das Minas e Energia. É o primeiro conhecimento que quero dar.

**O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães)** — Parabéns!

**O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES** — O resíduo asfáltico aqui no Brasil era tabu. A primeira providência que tomamos foi determinar à Eletrobrás e à Petrobrás que examinassem conjuntamente a perspectiva de utilização de resíduo asfáltico.

Agora, a questão de utilização de resíduo asfáltico é, economicamente, muito favorável, mas há problema, de natureza técnica que tem que ser examinado cuidadosamente.



Em primeiro lugar, para se utilizar resíduo asfáltico, de preferência, deve ter uma usina térmica muito próxima da refinaria de petróleo, porque esse resíduo asfáltico se solidifica com muita rapidez — é meio pastoso — e, solidificando-se, inutiliza completamente os veículos de transporte, inclusive o próprio oleoduto.

Se for utilizado sob a forma de caminhões, é uma complicação muito grande, porque esse caminhão tem que sofrer um preaquecimento, tem que ser levado preaquecido. Agora, estamos examinando isso cuidadosamente e estamos pensando na utilização mais expressiva desse resíduo asfáltico, resíduo de vácuo, para gerar energia por um preço mais barato, porque esse resíduo asfáltico não tem, no momento, outra destinação que não seja especificamente gerar energia elétrica.

O problema da Eletrobrás, se é possível construir uma usina de novecentos mil quilowatts na Refinaria Landulfo Alves, é provável que sim. Não sei, no momento, quais são as disponibilidades de resíduo asfáltico. No futuro, haverá disponibilidade expressiva de resíduo asfáltico na Refinaria Landulfo Alves, inclusive com a sua ampliação, porque precisa ser ampliada. Mas tudo isso está preso a um esquema que se chama remuneração no setor de energia elétrica. Se não tivermos a remuneração do setor de energia elétrica evoluindo segundo a programação do Plano de Recuperação Setorial, necessariamente vão nos faltar os recursos de que carecemos para levar adiante programas como este.

Estamos com uma visão, hoje, de complementação térmica. Entendemos que o Brasil precisa, variando de local para local, de uma complementação térmica que não seja inferior a 20% da sua potência global instalada. O Brasil deveria ter, hoje, qualquer coisa parecida com oito milhões de quilowatts de energia térmica disponível, e nós não temos. Acho que esse montante deve ser ampliado até uns 25%.

Então, vamos ter que fazer uma programação de usinas térmicas, no Sul do País, movidas à carvão. Nas regiões Norte/Nordeste, mas particularmente na região Nordeste, vamos ter usinas movidas naturalmente à resíduo de vácuo, que é uma perspectiva, turbinas à gás e turbinas de ciclo combinado — turbinas de gás e vapor — para melhorar a performance do sistema térmico.

A região Nordeste deveria ter instalado, dentro desses 20% previstos, dois milhões de quilowatts de origem térmica.

Então, esse número que foi dado por V. Ex.<sup>a</sup> não está fora de propósito, está dentro de propósito.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O deslocamento de recursos e incentivos fiscais para o Proterra tem, como objetivo, gerar recursos para a infra-estrutura regional. Como o Ministério das Minas e Energia participa da distribuição desses recursos, e por que não tem havido destinação deles para o desenvolvimento energético da área?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — O Proterra?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sim.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não tem nada com o Ministério das Minas e Energia?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Não, infelizmente não.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Deveria ter.

Sabe-se, segundo relatório da própria Chesf, que o aproveitamento de pequenas usinas na margem esquerda do rio São Francisco e nas sub-bacias do Carinhonha e a Corrente Rio Grande, na Vale do Jequitinhonha, sobretudo em Itapebí, salvo na divisa, poderia acrescentar até 35% do potencial já instalado em geração de energia em todo o Nordeste. Por que até hoje, a Chesf não se preocupou com o aproveitamento dessas alternativas? Existe algum estudo em andamento, com alguma previsão de aproveitamento dessas bacias? Não poderiam essas obras se constituir em alternativas de prazo mais curto, para evitar a reedição do racionamento nos próximos anos?

V. Ex.<sup>a</sup> mostrou que estavam voltadas para Xingó as possibilidades do Nordeste, com exceção de mais duas.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — De grandes centrais sim, pequenas não.\*<sup>4</sup>

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Então, há esse potencial de mais 35%, de acordo com o relatório da Chesf. A Chesf informa muito, tem vários relatórios. Se a própria Chesf, declara que tem possibilidade de aumentar a sua capacidade de geração em 35%, existe algum estudo para aproveitamento disso a curto ou a médio prazo?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — A curto prazo não, porque, a curto prazo, estamos concentrados em...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Xingó e Itaparica.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Exato. Xingó e Itaparica.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Já tem seis anos de atraso.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Agora, a médio prazo sim, mesmo porque quando se constrói um grande muro de pedra, não se começa construindo com pedrinhas pequenas. Colocam-se as pedras grandes, as médias e, depois, as pequenas. Depois que um grande sistema hídrico está com seus grandes aproveitamentos já completados, acho que é natural que se faça uma varredura para verificar, através de um pente fino, quais são as usinas de porte médio e de pequeno porte que podem preencher alguns vazios que os grandes sistemas deixam as grandes linhas de transmissão, os abastecimentos intermediários.

E, nesse particular, temos algumas disponibilidades em alguns afluentes do São Francisco, principalmente os da margem esquerda, que podem ter alguma representatividade. Não sei quantos aproveitamentos energéticos já foram estudados pela Chesf até agora na margem esquerda do São Francisco.

O SR. MIGUEL — Estamos propondo a inclusão, no Plano 2.010, do aproveitamento de Sacos.

A Coelba contratou, na última semana, um pequeno aproveitamento de 10 MGw na Usina de Alto Semens.

Então, é uma região realmente muito carente de energia...

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Essa é uma região que pode ser suprida pelo critério de usinas.

O SR. MIGUEL — ... e muito bem treinada.

Em todo o Nordeste, temos possibilidade de acrescentar perto de 900 MGw de pequenas centrais. Mas o grande problema é que trabalhamos pela colocação em série das usinas pelo custo mais baixo. É o *lift cost solution*.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Certo.

O SR. MIGUEL — Então, nesse programa de programação de usinas, algumas como a Alto Semens, por exemplo, têm dificuldade de competir, porque vão produzir energia acima de quarenta milésimos de dólares. Para resolver um grande problema, é mais uma usina para resolver um problema regional no momento. Depois terá que ser usada com todo o conjunto, inclusive o do Oeste.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Essa é a visão correta.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A indicação realmente foi feita porque aqui mesmo nesses depoimentos que já conseguimos — o Presidente pode me corrigir se estiver errado — existem várias afirmativas de que há perigo de um racionamento pior de energia para o Nordeste após 1993, portanto, após a conclusão de Xingó.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Bom, pode ocorrer, mas não quer dizer...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Há uma previsão, segundo informações de pessoas do setor da área, que estão convivendo com o problema.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Isso não é hipótese desprezível. Agora, temos que fazer um esforço e, nesse esforço, essa varredura a que fez referência o Presidente da Chesf tem que ser feita, com mais 900 MGw que deve, ser agregados ao sistema, a um custo de Kw/h mais elevado, porém não desprezível.

O que é fundamental em tudo isso é ampliar o intercâmbio energético entre o Norte e o Nordeste. A grande fonte de energia do Nordeste vai ser o sistema amazônico, não tenha dúvida nenhuma. Sem o sistema amazônico, o sistema energético do Nordeste fica extremamente carente.

E, naquela previsão feita para o Plano 2.010 há um pouco de exercício, de futurologia em que 47% da energia consumida no Nordeste já será de origem amazônica. Então, esse é um dado de realidade, ou pelo menos de presumida realidade.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Ministro, para satisfação dos heróis que ficaram até agora escutando essas perguntas, eu vejo que os meus colegas quase todos foram embora, mas isso não é novidade, porque aqui nós estamos acostumados a fazer esse questionamento com

o Presidente e o Relator presentes aqui nesta sala. Portanto, não há problemas. Se tivéssemos maior cobertura para a televisão, nós teríamos aqui a sala mais cheia.

Mas essa é a última indagação, acredito eu.

Qual a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre a eliminação no segundo Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização do imposto sobre energia elétrica, de competência da União? Não creia V. Ex<sup>a</sup> que se esse imposto permanecer na competência dos Estados via ICM, como o previsto no art. 177 inciso II, em seu § 9º do referido 2º substitutivo, eles teriam condições de formular e implantar projetos específicos de auto-suficiência energética, com grandes reflexos sobre o desenvolvimento tecnológico agroindustrial ou industrial, já que a geração de recursos para investimento nas concessionárias ou resolve-se reconstituindo a sua rentabilidade ou sumariamente não se resolve. V. Ex<sup>a</sup> concorda também com a extinção do atual preceito constitucional que fixa essa rentabilidade marginal em 10%?

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Nós temos que ter muito cuidado quando pretendemos descentralizar. O Brasil precisa ser descentralizado no que diz respeito à execução. Mas não pode se estender essa descentralização no que diz respeito às normas e, às vezes, aos recursos. Se deixarmos por conta de cada Estado a responsabilidade de tributar o setor de energia elétrica o que é que vai ocorrer? Os Estados mais pobres se inviabilizarão, porque eles não têm capacidade de tributar mais o setor de energia elétrica. E os Estados mais desenvolvidos naturalmente obterão recursos com maior facilidade para atender os seus programas energéticos. Então, precisamos ter um cuidado muito grande nessa questão. No Brasil, para garantir-se a federação é preciso que o Governo Federal tenha como um determinado nível de presença para reduzir os desequilíbrios regionais, que ainda são acentuados no Brasil. Ora, se deixássemos por conta de cada Estado tributar o setor de energia elétrica, verificaríamos que os Estados mais desenvolvidos iriam obter vantagens inegáveis, com essa possibilidade de tributar.

Primeiro, porque eles teriam uma faca afiada para cortar bastante filé mignon. E os demais Estados, evidentemente, iriam padecer da inexistência de condições adequadas para tributar um setor que necessariamente ainda não adquiriu desenvolvimento suficiente para submeter-se a determinado tipo de tributação. Creio que para mantermos o equilíbrio da Federação é preciso que não se tire da União a sua condição de atuar, descentralizando, quer dizer, deferindo às empresas estaduais, em grande parte, a responsabilidade de atividades que são possíveis de serem executadas por elas. Mas, necessariamente, os recursos sendo gerados com uma destinação, que é a União. Hoje, o imposto único sobre energia elétrica é recolhido diretamente ao Tesouro, sendo que uma parte é utilizada no setor de energia elétrica, mas a outra parte tem outras destinações. Nós temos ainda um resíduo de empréstimo compulsório, e este é recolhido diretamente pela Eletrobrás e o recurso específico da tarifa de energia elétrica. Quer dizer, esta é que é a grande fonte de recursos para o setor. A par disso, as empresas que têm condições de mercado mais

desfavoráveis recebem a RGG — Reserva Global de Garantia — que é transferida daquelas empresas, predominantemente das empresas das regiões Sul e Sudeste e, ocasionalmente, de algumas empresas do Nordeste, como foi citado aqui, o caso da Coelba e o caso da Energip e o caso da CEP, Companhia Energética de Pernambuco. O quadro é esse.

Então, diria que subtrair da União e deferir totalmente aos Estados a responsabilidade de tributar o setor de energia elétrica é algo muito perigoso, principalmente num país que tem um grande sistema interligado, a energia flui de um sistema para outro. De onde é que vem essa energia aqui? Pode vir de Fumas, pode vir de Três Marias, pode vir de uma porção de outros lugares; virá, dentro de algum tempo, da região Norte do País. Então, a energia está interligada e foi para isso que se criou a Eletrobrás. Se não fosse para garantir um grande sistema interligado, com as vantagens operacionais de ligar bacia de prestação pluviométrica diferente e homogeneizar melhor, a confiabilidade do sistema, não haveria razão para criar a Eletrobrás: cada Estado que resolvesse seus problemas de acordo com suas disponibilidades de recursos e com seus horizontes tecnológicos próprios. A Eletrobrás foi criada para que os que podem mais, possam ajudar os que podem menos. É para isso que existe a federação, porque se a federação não existir para reduzir desequilíbrios, ela não tem o menor sentido, é para isso que existe a federação, não fora para isso, a federação, simplesmente não deveria existir. A federação existe para os que podem mais, possam ajudar os que podem menos, isso é que dá sentido de brasilidade; se cada um para si acaba sendo Deus para nenhum. Dizer-se cada um para si e Deus para todos, não! Cada um para si e Deus para nenhum, isso é que ocorre sempre. Minha opinião é esta. Não acho que os Estados devam ter a responsabilidade de tributar o setor de energia elétrica, inclusive tributar com exclusividade.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, preciso fazer um esclarecimento final já que estamos no último depoimento desta Comissão.

Como Relator, sempre procurei saber a opinião dos depoentes, as informações que poderiam nos prestar para uma análise global da Comissão. Como Relator, não tenho dado opiniões próprias, minha opinião será dada quando confeccionar o relatório, aí sim, darei minha opinião pessoal para o exame dos nossos companheiros de Comissão; para ver se aprovarão ou não o relatório. Logicamente, a opinião pessoal acompanhada do que aqui se passou; por isso, muitas vezes, faço certas indagações, visando dirimir dúvidas que surgiram no decorrer dos nossos trabalhos, não transmitindo opiniões ainda pessoais e vejo que fui cansativo, hoje, com uma série de indagações.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Mas foi esclarecedor.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas V. Ex<sup>a</sup> ajudou-me porque prestou uma série de informações além do que eu indagava, dando-me a possibilidade de me esclarecer melhor para formar meu relatório. Por isso, agradeço as informações que V. Ex<sup>a</sup> trouxe para esta Casa; discordarei de algumas delas no relatório, mas acho que V.

Ex<sup>a</sup> falou com a franqueza com que sempre age, deu sua opinião, transmitiu aqui o que pensa a respeito da política energética, transmitiu suas críticas veementes, muitas vezes, a respeito da política da atual administração, e V. Ex<sup>a</sup> vê que, muitas vezes, quando generalizam-se essas responsabilidades, geralmente vamos responsabilizar aqueles que não aceitavam o que estava ocorrendo. V. Ex<sup>a</sup> trouxe para o conhecimento do Senado uma gama de informações que serão muito úteis para, no futuro, examinarmos esta questão. Acredito que teríamos que ter, não uma responsabilidade criminal, mas uma responsabilidade administrativa do mal que ocorreu no setor de energia, a partir, pelo menos de 1976. Nós teríamos que ter um levantamento do que foi gasto, mal gasto, não digo que gasto com desonestidade não, foi mal gasto pelos administradores responsáveis pela política do momento; nós teríamos que ter conhecimento, como Nação, do dinheiro, que tem custado muito a todos nós, que estamos pagando caro esse endividamento, sabermos que graças a uma parte desse endividamento o País pôde se desenvolver, mas sabemos, também, que estamos pagando muito caro por esse endividamento mal feito. Então, nós deveríamos responsabilizar aqueles administradores que gastaram mal o dinheiro público. Daí a necessidade de termos diante de nós, aqueles que foram responsáveis pelo desperdício do nosso dinheiro. Então não é tentativa de colocar ninguém no paredão, mas é de saber quem administrou mal este País, cada um assumir as suas próprias responsabilidades. E continuaremos com essa finalidade até o último dia do nosso relatório, e tentando apontar aqueles que são os responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, ilustre Ministro Aureliano Chaves, Srs. Senadores, Srs. Diretores da Eletrobrás, Chesf e Eletronorte.

Estou amplamente recompensado por ter deixado hoje, à tarde, os meus trabalhos na Comissão de Sistematização, da qual sou membro, para ouvir o relato deste ilustre Ministro.

Algumas indagações que pretendia fazer, não farei porque o ilustre Senador, representante do meu Estado, fez uma série de perguntas detalhadas que já me satisfizeram. Mas eu não poderia deixar de fazer três perguntas ao ilustre Ministro Aureliano Chaves. Tenho acompanhado de perto, desde que V. Ex<sup>a</sup> assumiu o comando do Ministério das Minas e Energia. Tive a felicidade de ser distinguido, por convite, para acompanhar V. Ex<sup>a</sup>, inclusive à região da Chesf, que após a gestão de V. Ex<sup>a</sup> toda a região reconhece que as coisas mudaram e, mudaram felizmente, para melhor.

Assisti em 1955, à lendária inauguração da primeira máquina de Paulo Afonso, os primeiros 60 megawatts em que se dizia que a energia ia fazer a redenção no Nordeste. Lamentavelmente, as coisas não ocorreram como se planejou. Mas, deixou-me feliz, como filho daquela região, ver V. Ex<sup>a</sup> visitar a região em 1985, juntamente com os dignos e competentes técnicos da Chesf, os atuais diretores, para examinar aquela problemática da Usina de Moxotó. E gostaria de ressaltar o empenho que V. Ex<sup>a</sup> teve com o problema de Xingó. V. Ex<sup>a</sup>, como os atuais diretores da Chesf

não têm culpa do atraso dessa obra, o atraso de Itaparica.

Mas o que eu queria perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> é o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> conjuga duas preocupações, que não são muito freqüentes no homem público, do técnico dedicado, responsável, com o administrador político, que se preocupa com o lugar humano das questões.

O relatório da Chesf diz que para reassentar 36 mil pessoas, que vão ficar na área da represa de Itaparica, o ilustre Presidente da Chesf, respondendo a uma indagação de V. Ex.<sup>a</sup>, informou que a estimativa é de se gastar mais de 300 milhões de dólares. Estou vendo aqui no relatório da Chesf, umas fotografias da Nova Rodelas e da Nova Petrolândia e constato realmente que a mudança foi muitas vezes para melhor. Mas, os Diretores da Chesf sabem que no reassentamento de Moxotó, os critérios não foram tão humanos como os de agora; em alguns casos eles foram anti-sociais e até cruéis. Aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> disse na sua exposição, e que me marcou profundamente, que quando se tira o homem da sua terra, é como se arrancasse uma parte do seu corpo. E gostaria de dizer que ainda tem muito nordestino com o corpo dilacerado pelo reassentamento de Moxotó. Eu perguntaria — sei que V. Ex.<sup>a</sup> não vai ter condições de me responder de imediato — quantas pessoas foram reassentadas na barragem de Moxotó e quanto a campanha despendeu em dólares? Esse reassentamento foi feito no início da década de 70. Outra pergunta que eu faria a V. Ex.<sup>a</sup>, que também não sei se V. Ex.<sup>a</sup> teria condições de me responder de imediato, mas posteriormente esses dados me poderão ser encaminhados.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — De pronto não os tenho. Mas a Chesf tem no seu documentário dados que poderão ser fornecidos a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. MÁRIO LIMA — Com relação à segunda pergunta, estou vendo aqui no relatório da Chesf o plano decenal de obras de geração, em que constam algumas usinas, como Itaparica, Boa Esperança, Pedra do Cavalo e Itapevi, essas duas últimas na Bahia. Está prevista aqui a data de operação, entre a primeira e a quarta unidade, que vão dar à Usina de Pedra do Cavalo, cerca 600 mil quilowatts em dezembro de 1991 e abril de 1992; e Itapevi, que também terá cerca de 600 mil quilowatts, em novembro de 1996. A pergunta que faço a V. Ex.<sup>a</sup> é se haveria condições técnicas e econômicas de se antecipar essas obras? A de Itapevi está prevista para daqui a nove anos, e Pedra do Cavalo, que já tem a barragem pronta, para daqui a 4, 5 anos. Se encontrariam uma solução, se tecnicamente e economicamente são possíveis? Como V. Ex.<sup>a</sup> sempre tem dito — e dizem que quando a coisa é verdadeira, a pessoa repete quase que automaticamente — e já ouvi V. Ex.<sup>a</sup> dizê-lo em diversas oportunidades, que na sua gestão, quando planeja uma obra, planeja também o aporte de recursos, não faz obras demagógicas. E algo que a meu ver V. Ex.<sup>a</sup> tem feito com muita firmeza, patriotismo e seriedade; sem se preocupar em anunciar obras para ganhar aplausos. Realmente quando V. Ex.<sup>a</sup> anuncia algo, é pra valer.

A última pergunta, é a seguinte: foi perguntado a V. Ex.<sup>a</sup> sobre o problema de petróleo e V. Ex.<sup>a</sup> só não acertou nos centavos, porque também não vai se-se exigir que um Ministro chegue a esse extremo, mas disse exatamente qual a margem da Petrobrás. Hoje o litro de gasolina chega ao consumidor por 35 cruzados e 40 centavos após o aumento da sexta-feira, e V. Ex.<sup>a</sup> disse que a parte referente a Petrobrás não chegaria a 9 cruzados. Para que fique nos Anais da CPI, gostaria de dizer que a matéria-prima custa exatamente 7 cruzados e 78 centavos; a margem de refino 67 centavos, quer dizer, está exatamente como V. Ex.<sup>a</sup> anunciou aí. Eu gostaria também que ficasse nos Anais da CPI: a margem de distribuição, hoje, é de 68 centavos, é mais do que a margem de refino, e a margem de revenda; traduzindo, o que o posto de gasolina ganha é 2 cruzados e 14 centavos. Queria perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: Sabemos — e a Petrobrás tem divulgado — que a distribuição do álcool dava à Petrobrás, no preço anterior, um prejuízo de cerca de 2 cruzados e 50 centavos por litro. Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup> como está esse problema. Houve reuniões, recentemente, entre o Presidente da Petrobrás e V. Ex.<sup>a</sup>? Eu, como todos os funcionários da Petrobrás, tenho convicção e certeza que a empresa tem, no Ministro de Minas e Energia, um constante e permanente defensor, um administrador zeloso, assim perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup> em que pé está o problema a

Achamos que o Proálcool é útil ao País, mas está carecendo de ajustes para impedir o que está acontecendo no setor elétrico, onde concordo inteiramente com V. Ex.<sup>a</sup> O que fez a Eletrobrás, que foi uma grande criação do saudoso Presidente João Goulart, foi isso: se ela cobra tarifas aquém da realidade, tem que se descapitalizar, não se pode estar culpando a Eletrobrás pela situação difícil; culpado sou eu como parlamentar e todos nós, todos temos alguma culpa nisso, pela indiferença e pelo desinteresse. Vê V. Ex.<sup>a</sup> que uma CPI como esta é de uma importância muito grande; o Congresso tem que dar a esta CPI que o ilustre Senador José Agripino preside, a atenção que ela merece. Estamos tratando de uma coisa muito importante; a causa de todo o progresso de uma Nação é a energia, por isso, fico à vontade para fazer esse depoimento, já que não pertence ao partido de V. Ex.<sup>a</sup>, sou do PMDB e V. Ex.<sup>a</sup> do PFL mas, acho que esse problema está acima dos partidos. V. Ex.<sup>a</sup> tem tido uma gestão, — claro, deve ter falhas, deve ter equívocos — no global, que deixo a todos felizes por saber que esse setor tão importante está nas mãos de um homem que cuida da coisa pública com muita seriedade, com muito patriotismo e com muita firmeza, sem preocupação de fazer média política; não é essa a preocupação do Ministro das Minas e Energia. S. Ex.<sup>a</sup> enfrenta, às vezes, para alguns com rispidez — eu tenho acompanhado por uma questão de obrigação, sou ligado a esse setor e tudo que ocorre na área do Ministério das Minas e Energia eu quero ler, me informar.

Acho que esta CPI vai prestar um serviço muito grande à Nação, e o ilustre Relator — sou até suspeito para falar bem de S. Ex.<sup>a</sup> porque é meu companheiro de bancada, um homem muito sério — com o seu trabalho, através dos resultados aqui colhidos poderá indicar os caminhos para

que possamos corrigir o que ainda pode ser corrigido.

Como homem do Nordeste, como homem de Paulo Afonso, quero dar um depoimento aqui, público, a região está muito otimista e esperançosa, confia muito na atual diretoria da Chesf, no seu presidente e seus diretores e, particularmente, no ministro que comanda a pasta.

Sei que V. Ex.<sup>a</sup> não terá condições de responder de imediato às duas perguntas anteriores mas, esta última, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> o fizesse, se possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Agradeço à intervenção do nobre Deputado Mário Lima, a quem estou ligado por laços de amizade, embora pertencendo a agremiações diferentes.

No que tange especificamente ao problema de Moxotó, como se trata de um assunto que foi desenvolvido em administrações anteriores, não tenho, em mãos, os elementos que me permitam dar uma resposta, mas a Chesf pode fornecer todos os dados referentes à usina do Moxotó, particularmente no que diz respeito à reassentamento de colonos que moravam naquela área do reservatório.

O SR. MÁRIO LIMA — Só teria interesse no número de colonos reassentados e o dispêndio em dólares.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Quando utilizamos o dólar é apenas como fonte de referências, esses dispêndios são todos em cruzados, em moeda nacional. No que diz respeito, especificamente, ao problema do álcool, temos um quadro importante. O preço do álcool ao produtor é assunto do Ministério da Indústria e do Comércio, então o reajustamento do preço do álcool ao produtor se processa, através de entendimento feito entre o Ministério da Indústria e do Comércio e Ministério da Fazenda. O preço do álcool ao consumidor é outra coisa, está acoplado entre os chamados combustíveis líquidos e como é a Petrobrás que compra o álcool do produtor e o transfere ao consumidor através das empresas distribuidoras, o preço do álcool ao consumidor é assunto tratado isoladamente. O que ocorreu? Houve um congelamento dos preços dos derivados de petróleo ao consumidor, mas a esse congelamento dos preços dos derivados do petróleo ao consumidor, não correspondeu idêntico congelamento do preço do álcool ao produtor, houve reajuste do preço do álcool ao produtor que não foi repassado ao consumidor e a Petrobrás arcou com a diferença; como de resto a Petrobrás também está arcando com uma coisa que se chama diferença entré o dólar de realização e o dólar de câmbio. A Petrobrás compra petróleo — felizmente está comprando menos agora, porque a produção nacional está crescendo de maneira razoável, mas ela compra petróleo...

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Ministro, permita-me fazer uma breve intervenção para registrar que é em torno de 17% a menos, a diferença para a Petrobrás; essa defasagem cambial.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Exatamente. Então o que ocorre? Hoje, mais ou menos para cada barril de petróleo que a Petrobrás compra, e está comprando cerca de 400 mil bar-

ris, tem um prejuízo da ordem de 200 e poucos cruzados por barril e isso, evidentemente, depressiona o caixa da Petrobrás que está com dois furos no seu caixa: a diferença entre o dólar de realização e o valor cambial do dólar e a diferença entre o preço do álcool ao produtor e o preço do álcool ao consumidor; essas duas coisas temos que começar a corrigir mas, para isso, temos que ajustar o preço do álcool ao produtor e o preço do álcool ao consumidor. Este assunto estamos debatendo com a Petrobrás e com o Ministério da Fazenda, acontece que o preço do álcool ao produtor não entra nos índices de inflação e o preço do álcool ao consumidor entra nos índices de inflação, o que torna mais fácil reajustar-se o preço do álcool ao produtor e não fazer igual transferência ao consumidor. É tendência nossa comprimir onde é mais fácil; precisa-se manter índice não muito assustadores de inflação, então onde se comprime?

Onde pode comprimir geralmente durante muito tempo comprimiu-se em cima do produtor rural, violentamente em cima dos preços dos produtos rurais, principalmente os chamados produtos de primeira necessidade, então o pobre do agricultor que produz produtos de primeira necessidade paga o tributo da compressão dos índices de inflação e durante um determinado espaço de tempo a compressão do setor tarifário processou-se gradualisticamente mas como um parafuso micrométrico, apertando aos poucos e isso afetou, sensivelmente, primeiro à saúde da Eletrobrás com a compressão das tarifas de energia elétrica e está afetando agora à saúde da Petrobrás com a compressão dos preços dos derivados do petróleo e a defasagem entre o preço do álcool ao consumidor e preço do álcool ao produtor e a defasagem de dólar de realização e dólar de câmbio. Teremos que corrigir isso sob pena de levarmos a Petrobrás a uma situação ruim, e o Brasil a uma situação péssima, não só pelo que ela representa na economia nacional, como também o que ela representa na confiabilidade nacional e a sua projeção internacional.

Estamos examinando isso com o Ministro Bresser e com a Eletrobrás para resolver isso a curto prazo, porque não pode ser a longo nem a médio prazo, tinha que ter sido ontem e esta semana estamos mantendo encontro com os Ministros da área Econômica, particularmente com o Ministro da Fazenda, para acertarmos isso.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade que tive de questionar o ilustre Ministro, agradecer também a sua resposta e fico aguardando da Chesf as informações que pedi e sei que só as terei oportunamente.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — A Direção da Chesf já tem uma recomendação minha, para passar a V. Exª essas informações, imediatamente, tão logo as tenha por inteiro.

O SR. MÁRIO LIMA — Muito obrigado. Quero enfatizar, mais uma vez, ressaltar e destacar a sua exposição que a mim pessoalmente, tranquiliza, e a todos que ouviram e que têm interesse e atenção pelo assunto. Os problemas do Nordeste, particularmente, da região em que vivemos, enquanto V. Exª estiver à frente do Ministério das Minas e Energia nos deixa tranquilos de que eles serão resolvidos a tempo. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO AURELIANO CHAVES — Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Eletrobrás, da Chesf, da Eletronorte, Diretor-Geral da DNAE, Srs. Assessores do Ministério das Minas e Energia, meu caro Ministro Aureliano Chaves.

Nosso Relator é um homem pertinaz, obstinado até, e quase ao final da sua intervenção, S. Exª registrou com um certo desalento que estávamos presentes, mais uma vez, apenas o Presidente da Comissão, e S. Exª como Relator, afora presenças bem-vindas de Deputados Federais que nos honram com seu comparecimento. E dizia S. Exª, quase que em tom de gracejo, que aquele fato, talvez, se devesse à ausência dos holofotes de televisão. Não creio que seja exatamente por isso, meu caro Senador Jutahy Magalhães, tenho a impressão de que aqueles que trabalharam nesta CPI, o fizeram, mais ou menos, anonimamente, porque no curso dos nossos trabalhos, um fato ocorreu — a tomada de providências por parte do Governo central que, registrando no Palácio do Planalto uma solenidade, alocou recursos para complementação de Itaparica e de Xingó.

Esta é uma compreensão superficial no meu entendimento pessoal, porque o problema não se exaure nessa atitude ou nessa providência do Governo e, esclareço melhor, até pegando o gancho da exposição brilhante do Ministro Aureliano Chaves, quando S. Exª trouxe para o plenário a sua exposição convincente e esclarecedora, sobre como se comportavam país a país que as fontes que geram energia elétrica nesses países, e verificamos que, no Brasil, há uma proeminência, quase irresponsável da energia elétrica produzida a partir da água, da existência de rios. Sabemos que a energia hidrelétrica, que é das mais baratas, é vulnerável, não seria uma atitude capenga, como disse o Ministro, é vulnerável, principalmente, na nossa região e aí é onde vai o meu cuidado — é que se a energia hidrelétrica é energia de risco, em qualquer parte do mundo e no Brasil, no Nordeste que é uma região seca, é energia de altíssimo risco; a única fonte hídrica que temos confiável para gerar energia é o rio São Francisco que é um rio seco.

Ministro, trouxemos a este plenário figuras as mais interessantes, que deram magnífica contribuição à formulação do relatório que sei vai ser feito e bem-feito pelo Senador Jutahy Magalhães. Aqui foram trazidos dados e informações, mas a contribuição de V. Exª, hoje, extrapolou porque o estadista que V. Exª é aqui nos trouxe mais do que dados e informações, nos trouxe posições e definições políticas que, evidentemente, vão enriquecer o relatório, que irá apontar direções, evidentemente, políticas. Aqui, hoje, se registrou um debate, acalorado em alguns momentos, próprio da democracia, mas um debate pautado, fundamentalmente, pela coerência e pela sinceridade; porque só a partir dessas duas premissas, desses dois pontos de vista é que se vai chegar, realmente, ao indicador objetivo, pragmático, interessante, para o objetivo que queremos, que é apontar soluções.

De modo que, dito isso, gostaria de mais uma vez ressaltar a importância, como disse o Deputado Mário Lima, desta CPI. Energia elétrica é uma coisa importantíssima na vida de qualquer

cidadão e de qualquer nação; energia elétrica gera a luz que ilumina a noite mas, também, aciona motor, motor que faz fábrica funcionar, fábrica que emprega gente e que mobiliza populações.

Em última análise, portanto, energia elétrica é fator de estabilidade de um país e nós estamos vivendo riscos no turbilhão de problemas em que nos metemos, no embrulho em que esta Nação se meteu, de inflação irrefreável, quase incontida, de dívida externa de difícil administração, de desemprego, de descaminhos políticos, de quase incredibilidade na classe política brasileira. Há uma série de fatos que têm que ser levados em consideração e muita consideração, como o Sr. disse. O Brasil, hoje, se está passando por dificuldades pode eleger as suas prioridades e deixar de importar a cerverja e importar apenas a carne que nos falta, mas não existem **containers** que transportem energia elétrica alternativas que nos resta, que é o racionamento, racionamento que vai levar a enorme sofrimento, à recessão e à amargura de um país inteiro.

Esta é a razão pela qual, ao final dos trabalhos desta CPI, animei-me a proferir estas palavras, com a responsabilidade de quem dirigiu durante alguns meses, com algumas prorrogações, os trabalhos de uma CPI que objetiva uma das coisas mais importantes, não para o Nordeste, mas para o País, a indicação de caminhos a serem seguidos, para corrigir equívocos ou irresponsabilidades do passado e corrigindo esses equívocos, conduzir o País a caminhos mais pragmáticos.

Dito isso, quero agradecer a presença muito honrosa de V. Exª e dos seus assessores, repito, do Presidente da Eletrobrás, da Chesf, da Eletronorte, do DNAE, dos assessores que aqui já estiveram prestando depoimentos e enriquecendo o relatório que vai ser feito.

Quero combinar, ao final, com o Sr. Relator, um prazo que podemos definir em seguida, para elaboração do relatório que vai ser submetido à apreciação do plenário, que vai definir, inclusive, se ele vai se transformar num projeto de resolução que pode ser encaminhado ao Senado da República.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Gostaria de combinar ainda neste mês, até o dia 24, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Então, tão logo o relatório estiver concluído, entraremos em entendimento para convocar, aí sim, o plenário inteiro e deliberarmos.

Muito obrigado e está encerrada a reunião.

#### 10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1987

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Legislação Social do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor, Ruy Bacelar, Diáldo Suruagy e José Agripino.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da ata

da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Inicialmente, a palavra é dada ao Relator, Senador Jutahy Magalhães, que emite relatório final concluindo pelo projeto de resolução, que "cria o Serviço de Auditoria às Comissões Parlamentares de Inquérito, para os fins que especifica".

Em discussão, usam da palavra os Senhores Senadores Mansueto de Lavoura, Dirceu Carneiro e Divaldo Suruagy.

A seguir, o Senhor Presidente, Senador José Agripino, apresenta sugestões que, acatadas pelo Senhor Relator, passam, constar do relatório.

Em votação, o relatório é aprovado por unanimidade.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece o valioso trabalho dos assistentes da Comissão, assim como dos assessores.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico.

**ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E A POLÍTICA PARA O SETOR ELÉTRICO, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1987, APRESENTANDO O RELATÓRIO FINAL DO SENADOR JUTAHY MAGALHÃES, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.**

Presidente: Senador José Agripino  
Relator: Senador Jutahy Magalhães  
(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Está aberta a reunião.

Senhores Senadores, após ouvirmos os seguintes depoimentos dos que aqui vieram, por convocação desta CPI, para prestar esclarecimentos das causas do racionamento da energia elétrica no Nordeste, chegamos à fase conclusiva dos nossos trabalhos com a apresentação do relatório elaborado, criteriosamente, segundo a minha leitura, pelo Senador Jutahy Magalhães, Relator da Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, Relator da Comissão, para tecer suas considerações.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, cabe, apenas, ao Relator apresentar seu relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Tive oportunidade de distribuir aos Srs. Senadores, com grande antecedência, uma cópia desse relatório. A única modificação existente é a introdução da página 9, onde consta um ofício que recebemos do Tribunal de Contas da União a respeito das indagações que havíamos feito anteriormente. Nesse próprio ofício há as informações a respeito da dívida do setor energético, mas não alcança o objetivo maior que pretendíamos com essa apuração, por parte do Tribunal de Contas da União.

A minha indagação seria: V. Ex.<sup>a</sup> desejam que eu leia todo esse relatório agora, ou me dispensem

da leitura, tendo em vista que enviei a todos uma cópia dele?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão. Dado o fato de que o Relator nos entregou seu texto com muita antecedência, e tivemos tempo de ler, que S. Ex.<sup>a</sup> apresentasse aqui as conclusões — que é a parte mais importante do relatório — e pudéssemos discutí-las em seguida.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Farei um resumo das conclusões, da página 49, e no final lerei, também, um projeto de resolução, que estou pretendendo que a CPI envie para Plenário, mas que diz respeito apenas a uma idéia sobre a modificação do próprio funcionamento do Senado.

"Essa CPI trabalhou, incansavelmente, sobre a questão energética no País e no Nordeste, concluindo pela necessidade de fortalecer as atribuições da CPI e a sua capacitação para melhor analisar, e com profundidade, as contas públicas em questão, o que aponta para a imediata criação do Serviço Especial de Auditoria à CPI, de forma a fortalecer institucionalmente o Senado Federal, no momento em que o Parlamento recupera e amplia as suas prerrogativas.

Os requerimentos de informação da CPI não surtem respostas satisfatórias, tal como comprovou a experiência dessa Comissão.

2ª Identificação do atraso das obras de Itaparica e Xingó, como causadoras do racionamento implantado em 1986, no Nordeste, sendo responsáveis as autoridades econômicas, financeiras e setoriais dos Governos dos ex-Presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, que impuseram ao setor elétrico do País uma dupla perda decorrente de dietas tarifárias e elevados ônus do endividamento externo, que reduziram a rentabilidade do setor em níveis de até 4%, insuficientes para realimentar o processo de expansão planejada.

3ª Responsabilização igualmente das autoridades responsáveis pela manutenção de um irrealismo tarifário no setor elétrico nacional, com grandes perdas a todas as empresas, e virtual paralisação diante das grandes tarefas de formação do capital social básico para o desenvolvimento do País e suas regiões.

4ª Responsabilização dos responsáveis pela política energética, pela decisão de concentrar os recursos disponíveis em 1985 e 1986, em obras do interesse do Centro-Sul do País, com inevitáveis prejuízos ao Nordeste, derivados da elevação dos riscos de déficit na Região, prejuízos esses que devem ser calculados pela Agência Regional do Desenvolvimento — Sudene, governos estaduais e, notadamente, concessionárias de energia que perderão neste ano cerca de 2 bilhões de cruzados e cobrados a títulos de indenização junto ao Governo federal.

5ª Equalização imperiosa e necessária dos riscos de déficit de energia para todo o Brasil. Breve definição do modelo da irrigação a ser definitivamente adotado às margens do rio São Francisco e entrosamento entre as autoridades e técnicos do Ministério de Irrigação e do Ministério das Minas e Energia.

6ª Proibição de implantação, com estímulo, aos subsídios e incentivos governamentais de qualquer espécie de indústria de alto consumo de

eletricidade no Nordeste sem audiência do Congresso.

7ª Realização de auditoria contábil sobre os empréstimos externos contraídos pela Eletrobrás e subsidiárias, entre 1975 e 1985.

8ª Definição de uma política industrial para o Nordeste, que tenha em consideração suas limitações de oferta de energia e elevado nível de desemprego.

9ª Reativação do papel da Sudene como órgão central de planejamento regional do Nordeste e ativo participante das políticas setoriais do Governo federal na região, e aí incluída sua co-gestão na locação de recursos do Finsocial, PIS, FND, e, sobretudo, Proterra, cuja programação deverá incorporar o Projeto de Lei Orçamentária anual do Executivo, sujeito à apreciação e voto do Congresso Nacional.

10ª Deflagração de um diálogo da União com o Congresso Nacional, comunidade científica e governos estaduais e comunidade, sobre alternativas energéticas para o Nordeste, ano 2000, principalmente no tocante ao aproveitamento das seguintes fontes: a) energia solar; b) energia nuclear; c) biomassa; d) aproveitamento das pequenas possibilidades hídricas à margem esquerda do rio São Francisco e no Rio Jequitinhonha.

11ª Aproveitamento do resíduo asfáltico da Refinaria Landulfo Alves."

E apresento o Projeto de Resolução que cria o Serviço de Auditoria às Comissões Parlamentares de Inquérito, para os fins que especifica.

O Senado Federal decreta:

"Art. 1º É criada, nos termos do art. do Regimento Interno do Senado Federal, o Serviço de Auditoria às Comissões Parlamentares de Inquérito."

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — O Sr. Senador Mansueto de Lavoura gostaria de fazer uma observação?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, Srs. Senadores, membros desta CPI, quero congratular-me com o trabalho desta Comissão presidida por V. Ex.<sup>a</sup>, e que teve como relator o nobre Senador Jutahy Magalhães.

Conforme já tive ocasião de frisar aqui, diante de tantos trabalhos acumulados pelo parlamentar, por qualquer um de nós, quer seja nos trabalhos normais do Senado, quer seja nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, essa acumulação quase que não nos permite um trabalho mais aprofundado em termos de CPI. Nesse sentido as CPI que já vêm esvaziadas tanto pela legislação quanto pela prática parlamentar, que não lhes dão o prestígio e a força que elas merecem, no entanto, no caso dessa CPI, ela foi a fundo nas questões perquiridas, procurou analisar, com a profundidade que se fazia necessário, os problemas energéticos do País, e esses problemas são vitais para a segurança atual do País, para o seu desenvolvimento e, principalmente, para o seu futuro como Nação soberana, como Nação independente.

A propósito queria frisar o lançamento, aqui no Senado, de um livro da maior importância,



de autoria do cientista nuclear **Bautista Vidal**, da Universidade de Brasília, e que por sinal foi também professor e Secretário de Estado, no Estado da Bahia, e foi lançado anteontem no Salão Nobre do Senado da República. Esse livro está exatamente dentro da linha desse relatório.

O SR. RELATOR (**Juthay Magalhães**) — Permite um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Com prazer, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. RELATOR (**Juthay Magalhães**) — Quero informar a V. Ex<sup>a</sup> que a Primeira Secretária do Senado — e aí foge um pouco da CPI — está examinando, por reconhecer a importância desse livro, se teríamos condições de distribuí-lo para cada senador, para que cada um possa tomar conhecimento desse trabalho que consideramos da maior importância para o Brasil.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — De suma importância. Sugiro que junto à distribuição do livro anexe o seu relatório, porque o livro lança questões de âmbito geral para o País e esse relatório está servindo como uma história da incúria, da incapacidade; não digo a incompetência, digo da maldade daqueles que conceberam e programaram a política energética do País, não de acordo com os nossos interesses maiores, como Nação soberana, do livro mas como uma Nação dependente, periférica e que, agora, tem este espetáculo lamentável de ver a sua região mais problemática em termos sócio-econômicos, tendo problemas climáticos gravíssimos, como é a seca que mais uma vez ocorre neste ano, problemas que jamais deveriam ocorrer, que é o do raciocínio da energia elétrica.

Então, creio que, sem me alongar mais, o trabalho desta Comissão, como um todo, e o relatório, com suas conclusões pertinentes, contribuirão eficazmente para que se avance na solução desses problemas. O Senado da República e esta Comissão presidida por V. Ex<sup>a</sup>, Senador **João Agripino**, cuja relatoria esteve a cargo do Senador **Juthay Magalhães**, oferecem ao País uma importante contribuição: parte de uma crise regionalizada, mas parte para uma fase universal. Os problemas de energia no País são problemas fundamentais, inadiáveis e só tenho a lamentar que não tenham tido o tratamento devido por parte da Assembleia Nacional Constituinte.

Sugeri, fiz o possível, mas, diante do quadro, não foi possível que a minha idéia vencesse e que houvesse, dentre as subcomissões, uma Subcomissão de Energia dentro dos trabalhos preliminares da Assembleia Nacional Constituinte. Não vejo esse tratamento dentro do texto que aí está, que é um texto bom, que espero não seja podado por movimentos, quaisquer que sejam na sua parte de soberania nacional, de desenvolvimento, para todos.

Entretanto, a parte relativa à independência energética, no texto que aí está para ser votado pela Assembleia Nacional Constituinte, já não digo falha, mas é omissa. Essa omissão, como se sabe, não proibindo avanço nesse setor espera-se que uma legislação ordinária, pertinente, adequada, moderna, venha a corrigir essas omissões constitucionais. Talvez aquilo que é de máxima importância para o País, como sua independência energética, não tenha sido frisado e não ser atra-

vés de proposta de monopólio da exploração e lavra do petróleo, e de outros, mas que haja uma verdadeira política energética, como se tenta para a política agrícola nas disposições transitórias. Então, ao lado de obrigar uma política agrícola, que é da maior importância, os que compõem o Parlamento brasileiro, deveríamos sair da Assembleia Nacional Constituinte, com uma obrigação de, com um certo prazo, traçarmos uma verdadeira política energética para o País, como há para a política agrícola.

Para não me alongar quero, mais uma vez, congratular-me com o relatório, antecipando até o meu voto, dizer que ele é inteiramente favorável às suas conclusões. Era isto que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria também registrar o esforço, o resultado e o conteúdo deste relatório, especialmente nesse momento em que sabemos que todos os Constituintes têm sobrecargas adicionais, além das normais do Parlamento, e que também, não somente os Constituintes, mas os funcionários sofrem uma sobrecarga bastante significativa, e mesmo com todas essas preocupações encontraram possibilidade de realizar um trabalho que demandou horas de pesquisa, de elaboração, de audiências, de indagações e concluíram com este relatório. De modo que, além do seu conteúdo, quero registrar o esforço que foi feito para conseguir, especialmente pelo Relator, sendo também Primeiro-Secretário do Senado e, portanto, tendo uma enorme responsabilidade e acúmulo de trabalho nesta função de Primeiro-Secretário.

Por outro lado, queríamos ressaltar também o propósito deste relatório final, que não só buscou responder, ou orientar, ou indagar sobre a questão propriamente dita da energia na região do Nordeste, mas também se preocupa com a questão da eficiência das Comissões de Inquérito aqui no Senado. Acho isso muito importante, tão importante quanto o objetivo desta Comissão de Inquérito em buscar causas dessa deficiência energética do Nordeste no momento e apontar aqui, neste relatório, soluções, também a preocupação com a nossa estrutura parlamentar.

Verificamos também, ao ter conhecimento, que as legislações sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito datam ainda do início da década de 50, portanto tendo mais de 30 anos de existência e, por certo, uma considerável desatualização em relação à dinâmica do parlamento que, desde 1950 para cá, mudou muito. Acho absolutamente necessário que se atribuam a essas Comissões de Inquérito uma competência muito mais ampla do que as que têm hoje pela lei de 1952. De modo que esta legislação, a meu ver, precisa ser reformulada, porque temos percebido que as Comissões de Inquérito, principalmente aquelas que apuram irregularidades, desvios e coisas desse gênero, têm tido uma enorme dificuldade de chegar às raízes da questão; ficam em depoimentos, inclusive a depoimentos que, até do ponto de vista formal da arquitetura das Comissões de Inquérito, não se prestam a inquérito, isto é, as pessoas convocadas para depor ficam ao lado do Presidente, na mesa principal e, portanto, gozando de um privilégio até em relação aos demais membros da Comissão, Senadores, e, nesta circuns-

tância, fazem uma locução, um discurso, normalmente se auto-elogiando, defendendo-se ou, enfim, com um privilégio que não deveria ser próprio das Comissões de Inquérito. Neste aspecto, se forem inquérito mesmo, as pessoas convocadas para depor precisam ter um lugar parecido com os dos réus. De modo que, a meu ver, até a questão da arquitetura precisava ser modificada.

O SR. RELATOR (**Juthay Magalhães**) — Gostaria de dar uma informação. Há também, além desse aspecto da localização do depoente, o aspecto que o depoente pode trazer um número grande de assessores e estes participam dos debates, enquanto que os Senadores não podem ter o seu próprio assessor ao seu lado, nem este participando dos debates.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Mais uma constatação, também, que é digna de nota para ser analisada, em função do interesse que temos pelo bom desempenho dessas Comissões.

Outro aspecto, também, é que talvez esta proposta, que está sendo levada aqui, de uma resolução, crie condições para que os próprios membros da Comissão de Inquérito tenham uma eficácia maior, na medida em que nós sentimos certa dificuldade nas Comissões até em relação a técnicas de inquirir, a formas de perguntar e objetivar as questões a serem indagadas. De modo que — para não me alongar mais — além do conteúdo deste trabalho, dessas informações e dessas sugestões que foram aqui expostas e apontadas; e por saber que o nosso País precisa dobrar a sua oferta de energia em um período bastante curto, desafiador, inclusive, e que não tem aproveitado, realmente, o aspecto amplo das nossas possibilidades, como aqui vem apontado energia solar, energia nuclear, biomassa, aproveitamento de recursos hídricos, que ainda são muitos a serem aproveitados; e outros componentes que poderiam oferecer uma possibilidade de energia, como a questão eólica, porque, me parece que o nosso País tem um potencial muito grande, existe um projeto tecnológico de nível internacional, de uma simplicidade incrível, e que poderia ser multiplicado em vários lugares do nosso País, já que dispõe de uma circulação de vento bastante favorável para isso.

De modo que, além deste conteúdo positivo, e que deverá fazer parte não só dos Anais, mas de pronunciamentos e de sugestões às áreas responsáveis, também esta que busca o aperfeiçoamento das Comissões. Queria enfatizar, então, essas duas questões e cumprimentar todos os participantes que se esforçaram para que esta Comissão chegasse a bom-termo.

Quero, também, oferecer a minha opinião favorável ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (**José Agripino**) — Concedo a palavra ao Sr. Senador **Divaldo Suruagy**.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Sr. Presidente, por razões diversas não participei do dia-a-dia do trabalho da Comissão. Mas quero referendar os pontos de vista bem colocados pelos Senadores **Mansueto de Lavor** e **Dirceu Carneiro** a respeito da necessidade de se conceder uma maior amplitude às Comissões de Inquérito instituídas pelo Senado.

Nos congressos das nações mais desenvolvidas do mundo, as Comissões de Inquérito são



os órgãos que melhor colhem os anseios e denunciam as angústias daquele corpo social.

Acho que deveríamos aproveitar a experiência vivida por esta Comissão para levar à Executiva da Casa e a todos os Companheiros, esses argumentos, que eu gostaria de endossar, dos Senadores que me antecederam. Concordo com as conclusões dos trabalhos e gostaria de, mais uma vez, enfatizar, a importância dos pontos de vista aqui esposados.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — O Senador Mansueto de Lavor, com muita propriedade, colocou as dificuldades — até pelo fato de as CPI estarem ocorrendo concomitantemente com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte — à presença dos Srs. Senadores que compõem esta CPI ao Plenário para ouvir os depoimentos dos que por aqui passaram.

Na verdade, talvez, esta tenha sido uma das CPI mais longas do Senado. Foram feitos alguns pedidos de adiamentos, e esses adiamentos foram solicitados, e sempre concedidos, não por descaso ou por falta de atenção da Presidência, ou da Relatoria ou às questões atinentes ao objetivo, mas, fundamentalmente, porque se procurou esgotar a matéria, ouvindo todas as pessoas que poderiam dar uma contribuição no sentido de elucidar a questão, possibilitando que o relatório fosse, efetivamente, conclusivo. Nós chegamos, inclusive, ao ponto de convocar pessoas sugeridas pela própria Câmara dos Deputados — sendo esta CPI do Senado — a Presidência recebeu expedientes de deputados tecendo até algumas críticas e sugerindo pessoas, que nós acatamos democraticamente; e não nos arrependemos disso, porque todos os depoimentos, que para cá foram trazidos, foram importantes e deixaram saldo positivo no que diz respeito ao volume de informações que foram coletados.

Não tenho nenhuma dúvida de que esta CPI cumpriu com os seus objetivos, não somente pelas conclusões mas, também, pelo que aconteceu há alguns meses no Palácio do Planalto. Julgo que, até pela ação parlamentar desenvolvida, na Câmara e no Senado, nesta CPI, o País despertou para a questão do racionamento injusto, mais do que injusto, ao Nordeste. O Presidente mobilizou recursos e assinou no Palácio do Planalto, com toda pompa e arte, o decreto, alocando recursos para conclusão de Itaparica e para o início de Xingó, numa demonstração evidente de que o problema é sério e mereceu do Poder Executivo Central providências imediatas. De modo que, por esta razão, esta CPI cumpriu o seu objetivo.

Em nenhum momento se circunscreveu a necessidade de apontar as causas. Ela foi sempre muito mais abrangente. Procurou ver as causas, apurar responsabilidades, apontar caminhos, dirimir dúvidas, e nesse sentido é que vieram aqui os diversos depoimentos que possibilitaram o relatório final do Senador Jutahy Magalhães.

Sobre o Relatório já tive oportunidade de conversar com o Senador e externar — até pelo fato de ter sido a seu lado, mais assíduo na Comissão — algumas considerações que por ele foram aceitas e que, até por dever, faço o registro.

Sobre um assunto não conversel com o Senador Jutahy Magalhães, é sobre o item 10 das conclusões. Acho que caberia colocarmos aqui,

sobre o aproveitamento de fontes, a alternativa de energia eólica.

Uma 12ª conclusão que reputo, também, de importância e que fica para sua consideração. Ficou mais do que claro que a Eletrobrás, que deve 15 bilhões de dólares, fora os 11 bilhões devidos pela Itaipu e por outras concessionárias, carrega esta dívida que foi tomada, parte por necessidade da empresa, do sistema, e parte por necessidade de facilitar a balança de pagamentos. O que vale dizer que a Eletrobrás carrega um fardo muito pesado e, às vezes, injusto, para não dizer circunstancialmente injusto. Ora, a forma da Eletrobrás pagar o débito que carrega é através de receita, e a sua principal fonte de receita é proveniente de tarifa, tarifa que vai gerar inflação, que vai sobrecarregar o contribuinte em função de débitos contraídos para equilibrar a balança de pagamentos.

Então, acho que seria importante e procedente incluímos nas conclusões, também, a necessidade de definição de uma política financeira específica para o setor elétrico do País, tendo em vista, exatamente, a questão abrangente do débito da Eletrobrás e a circunstância que moveu a contratação deste débito.

Acho que o sistema elétrico, que é fundamental na promoção do desenvolvimento nacional, merece tratamento especial dentro da renegociação da dívida e dentro do contexto financeiro do País.

Sugiro que, dentre as conclusões, seja incluída a definição de uma política financeira específica para o setor elétrico, tendo em vista as razões ou a origem de sua dívida e, tendo em vista que a saída para o pagamento, para o resgate desta dívida, seguramente onerará o contribuinte e o usuário, quer pessoa física, quer pessoa jurídica, quer cidadão, quer empresa, com o conseqüente efeito inflacionário, ou de dificuldades de sobrevivência para as pessoas.

Desejo, na hora em que faço estas considerações, fazer registro da pertinência, da obstinação, da profundidade das perguntas do Relator, Senador Jutahy Magalhães, que, para cada depoente, chegava às reuniões com folhas de papel, de perguntas prontas, que traduz, evidentemente, o seu interesse em entrar fundo na questão e esclarecer os fatos e fornecer ao parlamento nacional e à opinião pública brasileira um trabalho denso, produtivo e interessante.

Acho que tenho que fazer, ao final destes trabalhos, este registro da competência, da pertinência, da obstinação e do profundo interesse do Relator Jutahy Magalhães, em esclarecer, de verdade, este assunto e oferecer como conclusão alguma coisa prática, que nos servisse, evidentemente, de apontamento de caminhos para o futuro.

Na hora em que manifesto o meu voto favorável, quero agradecer aos funcionários do Senado que, durante todo este tempo, dedicaram atenção especial aos trabalhos desta CPI e declino os seus nomes: O Secretário da Comissão, Haroldo Pereira Fernandes, a Chefe do Serviço Cleide Maria Barbosa Cruz e ao nosso funcionário José Ribeiro, que muito nos ajudaram no trabalho do dia-a-dia da Comissão, ajudando na regimentação dos depoentes na convocação dos Senadores, nas providências de ordem burocrática e administrativa. Com eles também dividimos o resultado positivo desta CPI.

Dito isto, manifestando meu voto favorável ao relatório, sugerindo os acréscimos aos quais me referi, passo a palavra ao Relator Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, conforme já havia declarado a V. Exª pessoalmente, acato as sugestões que V. Exª encaminhou a este Relator, principalmente porque V. Exª não teve a participação apenas de Presidente da Comissão, V. Exª teve uma participação constante da análise dos depoimentos que tivemos a oportunidade de ouvir aqui nesta CPI, e essas manifestações valeram muito para a confecção do relatório final desta CPI. Em muitos casos me baseei inclusive na linha de raciocínio de V. Exª. Por isso acato mais essas sugestões que V. Exª apresentou e principalmente agradeço aos Srs. Senadores as manifestações a respeito do trabalho desta Comissão.

Mas, em razão dessas manifestações, eu queria — já consta do relatório —, aqui, de público, também, agradecer à minha assessoria técnica, que foi composta principalmente pelo Dr. Edgard Lincoln de Proença Rosa, que é Diretor da Assessoria Técnica do Senado Federal; Dr. Paulo César Tim, que tem acompanhado os nossos trabalhos constantemente, é o meu assessor técnico pessoal, e graças ao seu trabalho, que foi decisivo para a confecção desse relatório, nós pudemos chegar a essas conclusões.

Também teria que agradecer a três funcionários de órgãos estaduais no setor de energia: Luís Fernando Carvalho, da Cesp; Aldo Ramon de Almeida, da Coelba; e Edison Bezerra Peixoto, também da Coelba. Estiveram comigo e com minha assessoria, o Edgar e o Paulo, para tratarmos, principalmente nos primeiros depoimentos, porque inegável e reconhecidamente sou um leigo na questão, e para poder me preparar para as inquirições e os trabalhos da CPI, procurarei me assessorar por técnicos capazes, como são esses três técnicos especializados no setor de energia, e também da minha assessoria técnica.

Agradeço também ao Assistente da Comissão, Haroldo Pereira Fernandes, pelo trabalho que teve no desenrolar desta CPI.

Por isso agradeço a confiança de V. Exª e gostaria de manifestar, mais uma vez, a esperança de que nós, aqui do Senado Federal, daqui por diante, estaremos recuperando algumas de nossas prerrogativas e possamos nos preparar para atender às nossas necessidades, principalmente de fiscalização, com esse órgão que estou propondo, essa criação do Serviço de Auditoria às Comissões Parlamentares de Inquérito.

Não vamos criar novos empregos, vamos procurar aproveitar o pessoal do próprio Senado Federal, mas criando essa Comissão, para que eles possam ficar exclusivamente dedicados a esses trabalhos e servirem às nossas investigações, quando essas se fizerem necessárias, porque eu senti muito a falta disso. O Tribunal de Contas existe, mas não tem agilidade necessária, nem a subordinação maior ao próprio Senado, para atender às nossas conveniências, os nossos inquéritos.

Por isso precisamos ter um órgão especializado dentro do Senado Federal, para, com nossas determinações, em qualquer setor, fazermos alterações que se fizerem necessárias.

Por isso quero agradecer a confiança e o voto já manifestado de apoio a esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Há sete Senadores presentes, todos votaram favoravelmente. Acho que nós tivemos um final feliz na CPI quando o relatório final foi aprovado por unanimidade, como também foi aprovada por unanimidade a definição de apresentação de um projeto de resolução, conforme já lido e exposto pelo Relator.

De modo que, reiterando tudo aquilo que aqui foi dito, desejo manifestar a minha satisfação interior e pessoal por ter conduzido esta CPI, que acho que produziu bons frutos e bom resultado para o País, agradecer a todos aqueles que participaram nos depoimentos, na audiência, na assistência burocrática e administrativa, e com isso declarar encerrada esta sessão e esta CPI.

Muito obrigado. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

### "RACIONAMENTO DE ENERGIA"

Resolução nº 8/87 — Senado Federal  
PRESIDENTE — Senador José Agripino  
RELATOR — Senador Jutahy Magalhães

## RELATÓRIO FINAL

### 1 — INTRODUÇÃO

A Resolução nº 8, do Senado Federal, publicada no *Diário do Congresso Nacional* de 7 de abril de 1987, criou a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as implicações econômicas e sociais do racionamento de energia no Nordeste, integrada pelos seguintes Senadores:

José Agripino, Antônio Farias, Jutahy Magalhães, Almir Gabriel, Aluizio Bezerra, Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Carneiro, Mansueto de Lavor, Divaldo Suruagy, Leopoldo Perez, Pompeu de Sousa, Ruy Bacelar, Severo Gomes, João Lobo e Mário Maia.

Designado Relator dos trabalhos da Comissão, procurei socorrer-me do assessoramento de experientados técnicos do setor, os quais foram gentilmente cedidos pela direção da Cesp, Chesf, Celb e Coelba, nos prestando valiosa colaboração.

Coligindo informações gerais sobre o desempenho do setor elétrico no Brasil e particularmente no Nordeste, ouvindo atentamente os vários depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito, auscultando autoridades governamentais e lideranças no Nordeste, cheguei às observações constantes deste relatório, as quais apontam para uma grave discriminação desta região na definição de recursos do Governo Federal para o desenvolvimento energético do país.

Antes, porém, desejo reiterar algumas considerações sobre o próprio método de fiscalização do Executivo pelo Poder Legislativo, sobretudo no tocante às competências das Comissões Parlamentares de Inquérito. Insisti muito nesse ponto durante as reuniões da CPI e não poderia perder a ocasião para registrar estas convicções.

O mundo moderno tem assistido a um vertiginoso crescimento do Estado como instrumento

regulador da vida econômica e social. O Estado moderno, com toda a sua complexa rede de agências de formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas, transformou o "planejamento" no processo nuclear da própria história. Não há recanto da economia e da sociedade sobre o qual não incida a ação modeladora ou remodeladora do Estado, desde a fixação de preços mínimos para os principais produtos agrícolas, reorganização das cidades, recuperação de regiões deprimidas, formação de infra-estrutura e insumos básicos, financiamento da produção, até a sustentação de estratégias tecnológicas para o futuro, seja em termos de energia nuclear, novos produtos como supercondutores e fibra ótica ou novos processos industriais onde se acoplam o virtuosismo da micro-eletrônica com os avanços da robotização. O fenômeno é universal. Desde a depressão dos anos 30 o Estado tem sido a mola indutora dos milagres japonês e alemão e peça fundamental da contra-ofensiva norte-americana, para não falar dos modelos de economia socialista. Há tempos o Estado deixou de ser o "promotor da ordem" e passou a desempenhar funções de "promotor" das condições materiais básicas do desenvolvimento e aí ganhou inusitado relevo o Poder Executivo perante o Legislativo e o Judiciário. Essas novas funções exigem tamanha especialização dos agentes públicos envolvidos e tão rápidas decisões que o Legislativo foi se desfigurando em suas funções políticas e instrumentais, a tal ponto de se desprestigiar perante a cidadania.

No Brasil, esse processo de redefinição de funções do Estado coincidiu com longos anos de autoritarismo: primeiro sob a ditadura de Vargas (1930-1945), depois sob a tutela militar (1964-1984). Nesses períodos a política liofilizou-se, cedendo lugar à "administração", na qual as instituições democráticas perdiam crescentemente terreno para as "organizações burocráticas". Como resultado, o Legislativo ancilossou-se no bachelarismo da República Velha, reproduzindo, na sua essência, políticos, partidos e um sistema político verdadeiramente indignos da credibilidade popular. Nesse contexto, enquanto o Executivo se modernizava, refletindo o ingresso do Brasil numa era de rápida urbanização e desenvolvimento industrial, restaram ao Legislativo as funções passivas de ritual político.

Prova disso é que o Legislativo perdeu as suas prerrogativas, não legisla sobre matéria econômico-financeira e até mesmo suas Comissões de Inquérito jamais produzem efeitos saneadores e punitivos sobre fatos e responsabilidades apuradas.

Outros legislativos, em outras partes do mundo, têm reagido à essa situação. Veja-se, por exemplo, o Congresso Americano. As Comissões desse Congresso são verdadeiros tribunais onde os depoentes são arguidos com o máximo rigor e competência profissional em nome do poder fiscalizador do Legislativo. O que está em jogo é o interesse público, justificando-se, para tanto, a instrumentalização do Legislativo e seu fortalecimento.

Ainda haveremos de presenciar isso entre nós, se é que desejamos verdadeiramente construir a democracia como prática inter-institucional. Estou convicto que essa questão — do fortalecimento do Legislativo — no futuro depende muito

mais de nosso consenso interno do que das imposições e condicionantes externos. Ciente disto, neste ano decisivo da Constituinte, estou empenhado pessoalmente em duas emendas ao Substitutivo do Relator Bernardo Cabral: a que cria a Auditoria Geral da República, vinculada ao Poder Legislativo e destinada a se constituir num órgão de mais elevada competência técnica no exercício da fiscalização dos programas e contas do Executivo; e a que fortalece as Comissões Parlamentares de Inquérito.

No dia em que essas Comissões tiverem o poder efetivo de convocar e exigir informações de qualquer autoridade nominada — sob pena de crime de responsabilidade —, submetê-las à arguição profissional em nome do Senado Federal e seus membros, requisitar os meios de comunicação e encaminhar sumário de responsabilidades de processo contra eventuais implicados, teremos cumprido com as expectativas da cidadania sobre nossos mandatos. Por aí recomeça o equilíbrio dos poderes e a redignificação do sistema político, cujo produto será o aniquilamento dos famosos "anéis burocráticos", onde se aninha a cooptação do público pelo privado e de onde emanam os gases da putrefação moral do Estado brasileiro. Então poderemos falar em construção democrática, renascimento de estadistas e abertura política em nosso País. Até lá, restam-nos os resquícios de legalidade para ação fiscalizadora do Legislativo e a imensa boa vontade dos ilustres Senadores, depoentes e assessores que, se não rompem as pesadas cadeias que amarram nossas instituições, permitem, ao menos, o registro de suas engrenagens para o juízo derradeiro da História. Com este espírito aberto à compreensão da questão energética do Nordeste, mas limitado pela estreiteza de forças do Parlamento brasileiro para transformar esta indagação num verdadeiro libelo, à irresponsabilidade de tantos quantos deixaram esta região à inanição, volto-me à árdua tarefa de relatar os trabalhos da Comissão Parlamentar.

Começarei delineando as características do modelo institucional e econômico que norteiam a política de energia elétrica no Brasil, bem como o planejamento de suas atividades. Depois chamo a atenção para o processo de racionamento, evidencio a grave crise financeira do setor energético. E, finalmente, procuro destacar os pronunciamentos que apontam responsabilidades.

### II — O MODELO ELÉTRICO DO BRASIL

Consta que um famoso engenheiro hindu teria dito, certa vez, que "a energia mais cara é aquela que não se tem". Como, desde o advento da máquina a vapor, que iria revolucionar o mundo moderno, a energia é fator fundamental do progresso, há que se descobrir e revelar a energia onde ela estiver. Sem energia não há geminação industrial, não há elevação real da produtividade, não há elevação irreversível nos níveis de renda de uma nação ou região.

Cedo descobriu o Brasil a importância do fornecimento de energia para impulsionar as políticas de transformação estrutural da economia e diversificação do perfil produtivo e de comércio exterior. E percebeu quentinha nas fontes hídricas

suas maiores potencialidades. Com efeito, somos um país rico em energia hidrelétrica, com um potencial de 150.000mW, concentrado, em grande parte, na Bacia Amazônica:

Potencial conhecido (1.000 Mw)	Potencial estimado (1.000 Mw)
Bacia Paraná - Ouro Preto 45	Amazônia 44
Paraná 4	Margem direita 44
Doutor e Jequitinhonha 5	Margem esquerda 16
São Francisco 21	Arayaia Tocantins 10
Paraná 1	
TOTAL 80	TOTAL 110

Em 1971, o Brasil, como reflexo de seu desenvolvimento, já era o 21º país do mundo em consumo de energia, exigindo uma elevação de potência de 12% ao ano. Para fazer frente a tais necessidades desenvolvemos nosso potencial hidrelétrico a ponto de nos tornarmos, já em 1971, o 15º produtor mundial, sendo o 11º em energia elétrica. Grandes investimentos foram feitos e notável experiência de planejamento e execução se consolidou em torno do complexo institucional de energia elétrica do País, a saber a Eletrobrás, suas controladas estatais, algumas empresas estaduais concessionárias de energia elétrica e uma empresa privada: a Light do Brasil.

A partir deste ano — 1971, como provável reflexo da "sístole" centralizadora que acompanhou a evolução do período militar, iniciou-se um fluxo de concentração das decisões sobre a área energética nas mãos da União, com o inevitável esvaziamento das empresas estaduais.

Até aí as empresas de energia detinham grande liberdade de atuação sobre investimentos e tarifas, as quais eram estabelecidas de modo a cobrir os custos operacionais e de empréstimos de terceiros. A Lei nº 5.653/71, entretanto, daria início a uma reversão desse modelo, transferindo os recursos da Reserva Global de Reversão à Eletrobrás.

Em 1973, a Lei nº 5.899/73 (Lei Itaipu) criou o GCOI e entregou a direção do empreendimento à Eletrobrás.

Em 1974, outra Lei — (1.383/74), institucionalizaria a equalização tarifária para todo o País, simultânea à criação da Reserva Global de Garantia.

Em 1977, com o Decreto nº 7.970, a fixação das tarifas passava para o controle da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e logo mais, em 1981 — Decreto — Lei nº 1.849/81 —, a equalização tarifária transformava-se em equalização de custos. Estava consumada a subordinação do setor elétrico ao planejamento global.

Nesse mesmo período, aprofunda-se o mecanismo de captação de recursos externos para o financiamento da Balança de Pagamentos do País, virtualmente deficitária pela violência da elevação dos preços do petróleo para US\$ 15 o barril em 1973/74 e, mais tarde, US\$ 32 dólares.

Grandes projetos e obras são contratadas com financiamento externo na expectativa da estabilização das taxas de juros tomadas e da garantia de tarifas flexíveis para a cobertura das necessidades de financiamento e operação.

Na verdade, centralização das decisões, inflexibilidade tarifária, perdas de receita com o mecanismo equalizador e altas taxas de juros na década de 80 iam acabar produzindo o inevitável: desinvestimento no setor, desequilíbrios financeiros em

suas empresas e conseqüente descapitalização na maioria delas. Tornávamos recursos a 15% para gerar um padrão declinante de rentabilidade que chegou a 4%. afirmou o Dr. Mário Bhering, Presidente da Eletrobrás, à esta Comissão: "O setor elétrico está atravessando uma crise muito séria."

(...) Nesse período (75/85)... o serviço da dívida do setor elétrico atingiu um número mil e tantos;

se esse índice era 100, esse índice é 14 vezes maior. (...)

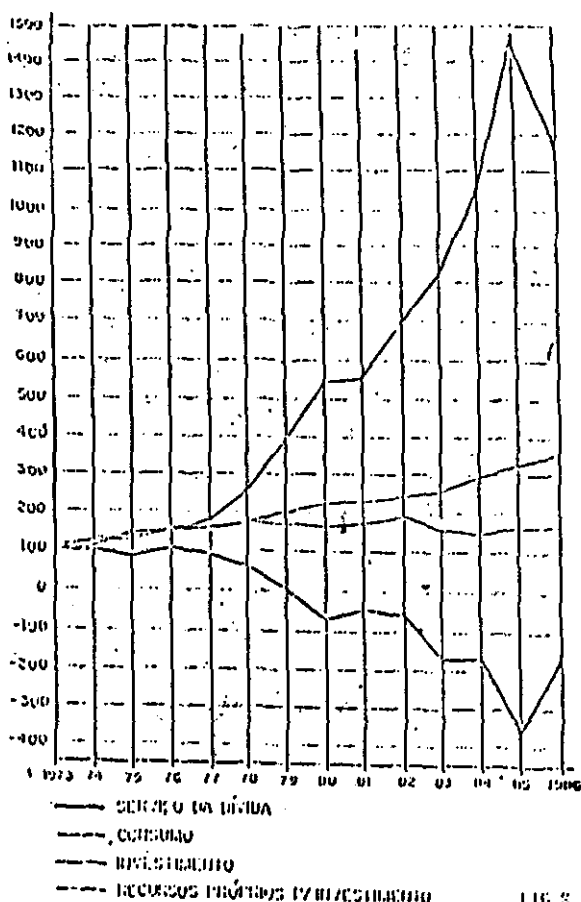
A Eletrobrás deve hoje 15 bilhões de dólares; a Itaipu deve uns 3 bilhões de dólares; as Companhias Estaduais devem uns 6 bilhões de dólares, e a dívida do setor elétrico, hoje, é de 26 bilhões de dólares, um número muitíssimo alto."

ITEM/ANO	1974	1976	1982	1986
MERCADO	100	127	216	315
RECURSOS PRÓPRIOS	100	105	(54)	(164)
DESPESA/CONSUMO	100	89	85	84
SERVICO DA DÍVIDA	100	126	641	1064
INVESTIMENTO	100	131	173	149

NOTA - RECURSOS PRÓPRIOS (RECEITA DE EXPLORAÇÃO + IUEE + RGR + EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO + OUTROS).  
-(DESPESAS + SERVIÇO DA DÍVIDA + TRANSFERÊNCIAS ENTRE SETORIAIS + OUTRAS APLICACÕES).

Assim, um setor altamente organizado e indutor do desenvolvimento nacional, com obras pioneiras, como Paulo Afonso, que se anteciparam frutiferamente ao consumo regional, chegou, em meados de 80, ao desconforto dos racionamentos e evidência de hiato de oferta.

Eis o quadro de distorções demonstrado pelo Presidente da Eletrobrás a esta Comissão, onde se percebe a paralisação dos investimentos desde 1978:



Advertido por esta calamitosa situação financeira do setor elétrico, por iniciativa deste relator e encaminhamento do Presidente da CPI, acionou-se o poder fiscalizador do Tribunal de Contas da União, através do Ofício CP/EE nº 17/87, de 2 de setembro próximo passado, para que nos informasse sobre os seguintes pontos:

1º — Qual o número de operações de empréstimos internos e externos realizados pela Eletrobrás, seu montante e compras a eles vinculadas nos últimos doze anos;

2º — Grau de utilização ou eventual deterioração do equipamento adquirido e montante das amortizações e serviços destas dívidas;

3º — Definição de responsabilidades sobre os atos autorizados destes empréstimos e compras;

4º — Porcentagem de investimentos no Programa Nuclear relativamente aos gastos globais no setor energético do País;

5º — Montante das transferências de recursos do setor elétrico para o Programa Nuclear Brasileiro e verificação do impacto negativo desta drenagem para o setor elétrico.

A todas estas indagações procurou responder o Tribunal de Contas da União através do Aviso nº 09/87, de 25 de novembro, ou seja, quase três meses após a solicitação generosamente sugerida pelo próprio Doutor Fernando Gonçalves, Excelentíssimo Presidente daquela Corte, como segue:

1º — Número de operações financeiras, valores e compras vinculadas a **holding** Eletrobrás realizou 64 operações de empréstimos externos nos últimos doze anos, no valor global de US\$ 16.680.041.305,58. Os empréstimos internos alcançaram um valor de Cz\$ 94 bilhões a preços de novembro de 87;

2º — Os materiais adquiridos e seus respectivos estados encontram-se indicados no Anexo nº

O montante dos serviços pagos sobre o principal dos débitos externos situa-se na ordem de US\$ 8,66 bilhões, tendo sido amortizados US\$ 6,09 bilhões, enquanto sobre os débitos internos estes valores não foram informados.

3º — A definição de responsabilidade sobre a contratação destes empréstimos recai sobre o Ministro-Chefe da Seplan e sobre o Ministro da Fazenda, nos termos dos artigos 4º e 6º do Decreto-Lei nº 1.312, de 15-2-74, ou seja:

Ministro-Chefe da Seplan

— 1974/79 — João Paulo dos Reis Velloso

— 1979 — Mário Henrique Simonsen

— 1979/85 — Antônio Delfim Netto

— 1985/86 — João Sayad

— 1986/87 — Aníbal Teixeira

Ministro da Fazenda

— 1974/79 — Mário Henrique Simonsen

— 1979 — Carlos Richbitter

— 1980/85 — Ernane Galvães

— 1985 — Francisco Dornelles

— 1986/87 — Dilson Funaro

— 1987 — Bresser Pereira

4º — Os investimentos, tanto em energia nuclear como elétrica envolvem fontes de financiamento externas e internas, além de recursos próprios. A resposta a este ponto está "prejudicada" enquanto não for remetido pelo Banco Central a listagem correspondente aos financiamentos de origem externa.

5º — O impacto negativo das transferências do setor elétrico para o nuclear são de difícil avalia-

ção, visto terem sido determinadas por decisões políticas sem respaldo de estudos de viabilidade.

Comprometeu-se, ademais, o TCU a fazer presente à CPI os demonstrativos dos financiamentos em moeda estrangeira tão logo sejam liberados pela Sedap/PR e Banco Central.

Como se pode observar, são valiosas as contribuições do TCU e comprovam o elevado endividamento setorial, sem, contudo, muito contribuir quanto à justeza das compras e estado de uso do material.

Nada mais lógico, pois, que a essas distorções setoriais se fossem somando outros igualmente graves problemas:

### 1 — Perda da Remuneração dos Investimento

Como o custo real do investimento é crescente no tempo e a correção dos ativos do setor é inferior à evolução dos preços, está servindo como base de cálculo das tarifas, é inevitável a queda da rentabilidade das empresas do setor, que chegou até 4%, bem abaixo do intervalo estabelecido pela Lei nº 5.655, entre 10% e 12% a.a. O Plano de Recuperação Setorial — PRS —, atento a essa situação, vem procurando recuperar a rentabilidade do setor, estimando já para 1987 um retorno na ordem de 6%. Mas isso sempre condicionado à evolução da política de preços;

### 2 — Inexistência de Fontes de Capitalização

Em função da baixa rentabilidade do setor, contrairam-se os investimentos. Agravou-se esse fato com a perda de recursos transferidos para o Programa Nuclear — atualmente fora da Eletrobrás — até hoje não ressarcidos. Além disso, outros fenômenos estão ocorrendo e que desequilibram ainda mais o modelo econômico vigente; os recursos tarifários da Eletrobrás dependem das concessionárias pagarem suas contas de consumo do sistema; estas, porém, em virtude dos prejuízos com a política de equalização e precária situação financeira, atrasam esse faturamento, comprometendo também o pagamento de encargos e reservas, como o RGG, incorrendo em perdas equivalentes a um valor, citado pelo Presidente da Eletrobrás, entre 250 e 300 milhões de dólares. Nestes termos, as únicas fontes disponíveis são fontes extraordinárias como o FND e as fontes externas, notadamente o Banco Mundial, em franco retrocesso em negociações praticamente concertadas no início de 86, em virtude da moratória da dívida externa brasileira.

### 3 — Elevação dos Riscos de Déficit e na Qualidade dos Serviços Prestados

As dificuldades para manter a taxa de acumulação no setor e elevação da capacidade instalada está aumentando os riscos de déficit em várias regiões do país, prevendo-se colapso do setor na oferta de energia como suporte desenvolvimentista. Com uma população urbana em franco crescimento e inevitáveis mudanças no processo tecnológico industrial, onde se avoluma o uso da microeletrônica em todos os ramos produtivos e do consumo, inclusive com a crescente utilização de máquinas e comando numérico, tornaram-se cada vez mais altas as possibilidades de **black-out** e sumária a incapacidade para atender o crescimento do mercado, onde, aliás, é mais

dinâmico o mercado, maior é a carência de recursos necessários à cobertura do risco de déficit, podendo-se afirmar que há uma verdadeira contradição entre remuneração de setor e taxa de expansão do mercado;

### 4 — Transferências Intra-Setoriais

A equalização dos custos, instituída em 1981 (DL nº 1.840), fez com que empresas com remuneração abaixo da média legal transferissem recursos à área federal; este procedimento agravou a questão da centralização tarifária, imposta em 1971, e que então exigiu o depósito da quota anual de reversão — hoje definida pelo Danee à razão de 40% — à conta Reserva Global de Reversão, de responsabilidade e exclusiva gerência da Eletrobrás, que preferiu aplicá-la nos projetos de Itaipu, Angra I e Tucuruí, em vez de revertê-la, como seria justo, às concessionárias. Diante de todo o processo de endividamento das concessionárias e de engessamento das tarifas, viram-se estas, ainda, na contingência de gerar recursos para projetos nacionais considerados esdruxulamente prioritários, como o Programa Nuclear.

### 5 — Subsídios Tarifários

Em princípio, as tarifas de energia elétrica são iguais em todo o país para cada classe de consumidor. Grandes consumidores de alta tensão pagam menos que consumidores residenciais. Como salientou o Sr. Mário Bhering, Presidente da Eletrobrás, "houve uma fase em que o Governo achou que tinha energia demais. Então, instituiu-se uma tarifa chamada EGT, principalmente no Sul. Esta tarifa dava energia de graça; ela praticamente dava 80% de desconto às indústrias que parassem (...) de queimar petróleo e passassem para energia elétrica (...) de tarifa muito baixa e a tarifa da Albrás (...) que realmente é uma tarifa muito subsidiada. Esse é um contrato que foi feito, que está em vigor, que foi negociado, principalmente, pela empresa brasileira que participa mais nesse setor que é a Vale do Rio Doce (...).

Existem outros subsídios (...) E temos tarifas relativamente baixas para consumidores tipo ferro-liga e produtores de cloro e eletroquímica. Efetivamente, além das tarifas subsidiadas aos grandes consumidores, foram introduzidas tarifas horosazonais: em novembro de 1987, aos consumidores em alta tensão e, a partir de 1987, a ampliação destas reduções tarifárias aos consumidores em alta e média tensão. Ora, os benefícios porventura advindos destas reduções tarifárias só atingirão positivamente o setor elétrico a longo prazo, pela liberação de investimentos; a curto prazo, as concessionárias perdem com eles valiosos recursos de sua principal fonte de financiamento de novos investimentos."

Todas estas subvenções acabam representando um verdadeiro dreno no setor elétrico, que penaliza todas as empresas em seu conjunto e algumas em particular.

Instado a dar os números desses subsídios à Comissão de Inquérito, o Presidente da Eletrobrás afirmou que só o DNAEE ou a Eletronorte poderiam dá-los, reconhecendo, embora, que apenas a Albrás tem uma "tarifa de classe com um desconto de 10%."

Já o Dr. Drumond Xavier Cavalcanti de Lima, Secretário de Minas e Energia de Pernambuco, adiantou esclarecimentos até certo ponto esclarecedores. Disse, textualmente, ele: — "Quando a

Alumar instalou-se, a área do Maranhão era concessão da Chesf e, então, o Governo pediu à Chesf que concedesse subsídios à energia fornecida à Alumar. Como a Diretoria da Chesf resistisse, porque chegara à conclusão de que era inviável fornecer uma tamanha quantidade de energia — cerca de 12% do consumo do Nordeste atual a preços subsidiados, o Governo providenciou a retirada do Maranhão da área de concessão da Chesf e a inclusão do Maranhão na área de concessão da Eletronorte, que concedeu os subsídios. "Ora, admitindo que os subsídios estejam na ordem de 10% da tarifa, como admitiu Dr. Mário Bhering, este montante deve ser calculado sobre o consumo do 450 mw/h que é o consumo efetivo da Alumar. Este valor, para o Dr. Drumond, é tão alto que compensaria fechar a Alumar e comprar, com os recursos da transferência da energia aí consumida para o Nordeste, o lingote de alumínio no mercado internacional a título de indenização a esta empresa.

Importa destacar, na ausência de um número definitivo que esclareça a questão dos subsídios, o perverso mecanismo que está a fazer com que o setor elétrico, extremamente carente de recursos, e que já foi usado para a captação de divisas, continue assumindo penosas responsabilidades cambiais que ultrapassam, de longe, sua capacidade de geração de recursos.

#### 6 — Amortecedor Antinflacionário

Animado pelas funções de escudo cambial, o setor elétrico tem sofrido outras investidas da política macroeconômica, que lhe corroem ainda mais sua descapitalização. Trata-se dos congelamentos tarifários componentes das políticas e recomendações antinflacionárias. Entre 81/84 o ex-Ministro Delfim Netto abusou deste expediente. As tarifas foram reajustadas abaixo dos índices da inflação gerando um sobre-déficit que agravou o hiato de financiamento dos novos investimentos. Durante a execução do Plano Cruzado, novamente, o Governo segurou as tarifas no contra-pé dos reajustes, em circunstâncias em que o setor já estava praticamente falido. A subavaliação das tarifas de energia durante um longo tempo, em 1986, quando o Governo avançava o sinal com o "cruzadinho" de julho e com o Cruzado II de novembro e o setor organizado da economia — bancos e empresas industriais — recompunha suas margens de lucro, agravou a situação financeira das empresas do setor, que sequer puderam gerar os meios para o pagamento de compromissos já contraídos e vencidos, muito menos capacitarem-se a suportar as necessidades de financiamento de novos investimentos para a adequação da oferta aos novos patamares da demanda nacional.

#### 7 — Perda de conceito empresarial das concessionárias

A perda de rentabilidade e emergência de sérios desequilíbrios financeiros nas empresas do setor elétrico, resultante de todo o processo analisado acima, conduziu à inevitável reprogramação de projetos e cronogramas de execução de obras e fornecimento de equipamentos e materiais. Este fato afetou o conceito empresarial dessas empresas, constituindo elemento adicional para o seu descrédito no mercado e prejuízos à execução dos planos de investimento.

### III — A POLÍTICA DE RACIONAMENTO: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

A 1ª de março deste ano — 1987 — o racionamento de energia foi instituído no Nordeste com a determinação de corte de 15% no consumo global da região e expectativa de redução desse coeficiente para 10%, a partir de 1º de setembro.

Esse fato veio confirmar na região a crise do setor elétrico a nível nacional e que se traduzia, no Nordeste, por uma sucessiva promulgação das obras dos projetos, como a Usina de Itaparica que, pelo primeiro cronograma, deveria ter entrado em operação em 1981. "Se esta usina estivesse funcionando, pelo menos a partir do final de 1986, não teria havido necessidade de racionamento, mesmo com a falta de chuvas que se verificou na bacia do rio São Francisco", afirma o documento apresentado a esta Comissão pelo Dr. Drumond Xavier, Secretário de Minas e Energia de Pernambuco.

Mas, com ou sem "atraso", o racionamento tornou-se uma realidade no Nordeste e começou a gerar preocupações entre as autoridades estaduais do setor elétrico. Diante do fato, respaldado pela legislação, pouco havia a fazer.

Já o Decreto nº 93.901, de 9 de janeiro de 1987, do Presidente da República, havia disposto genericamente sobre o estabelecimento de medidas referentes a racionamento de energia elétrica, quando os meios existentes de produção, transmissão e distribuição fossem insuficientes para atender o mercado, havendo também definido um sistema de melhoramento preventivo para o Nordeste. A Portaria nº 94/MME, de 27 de janeiro de 1987, vinha, a seguir, determinar o racionamento preventivo nos Estados do Nordeste, parte do Norte e, ainda, parte de Goiás. Finalmente, a Portaria nº 13, do mesmo dia, do Dnaee, determinava que as concessionárias dessas regiões acatassem o racionamento, a partir de 1º de março. Não obstante, a percepção de que o racionamento começava a gerar demissões e reajustes empresariais acionou as autoridades estaduais, que, inconformadas com a falta de percepção dos prejuízos econômicos e sociais das recomendações, reúnem-se a 24 de março em Recife e lançam o seguinte manifesto: os Secretários de Estado que subscrevem este documento, responsáveis seus respectivos Estados pelo setor de energia elétrica, reunidos nesta data na cidade de Recife, para discutir o problema do déficit de energia elétrica que ora atinge o Nordeste, reconhecem por unanimidade que a economia da Região não suporta um racionamento em nível superior ao limite atualmente fixado de 15% e, por isso resolvem, por consenso unânime submeter aos Governos Estaduais da Região para encaminhamento a instância superior, a seguinte posição:

1 — O racionamento de energia elétrica do Nordeste não pode ultrapassar o limite de 15% do mercado;

2 — visando este objetivo, o Governo Federal, através dos seus órgãos competentes, deverá adotar em regime de prioridade absoluta, todas as providências que possibilitem avaliar o nível do racionamento, tais como: recuperação das termelétricas de Camaçari e Bongí, obtenção de usinas térmicas flutuantes, duplicação da interligação Norte/Nordeste, manutenção do cronograma

de instalação das 12 unidades geradoras da usina de Tucuruí e da construção da usina de Itaparica, entre outras:

3 — que a necessidade, já admitida, da elevação do percentual de racionamento para mais de 15%, coberta por redução de carga dos consumidores eletrointensivos da região, para cuja efetivação sugere-se a consideração dos seguintes critérios de prioridade:

3.1 — manutenção do nível de emprego, privilegiando a relação número de emprego/consumo de energia elétrica;

3.2 — menor recuperação sobre o mercado interno da região;

4 — que todos os ônus decorrentes do racionamento ora imposto ao Nordeste sejam cobertos pela União, em particular a queda da receita das empresas concessionárias da energia da região;

5 — que a administração do percentual de 15% do racionamento seja efetuada, em cada Estado, mediante critérios fixados pelo próprio Estado.

Recife, 24 de março de 1987 — **Drumond Xavier Cavalcanti Lima**, Secretário de Minas e Energia — Pernambuco — **Jader Costa Tenório**, Secretário de San. e Energia — Alagoas — **Newton Pereira Rodrigues** Secretário de Transp. — Rio G. do Norte — **João Fontes Fernandes** Sec. de Des. Urb. San. e Energia — Sergipe — **Nilo Coelho**, Secretário de Minas e Energia — Bahia — **Gilberto de Sá Sarmiento** Secretário de Minas e Energia — Paraíba — **Clodomir Ferreira Paz** Secretário de Minas e Energia — Maranhão — **Francisco de Assis Barbosa** — Rep. Sec. de Minas e Energia — Ceará.

Esse manifesto reiterava providências tomadas pelo Governo de Pernambuco para rever o corte linear de 14% determinado pelo Governo Federal para todas as indústrias, sendo esse índice calculado nas empresas com contrato de fornecimento, com base na previsão de consumo, e nas demais com base na sua média de consumo no ano de 1985. Só que, como afirmou o Dr. Drumond Xavier a esta CPI, (...) cerca de 30 indústrias da região Nordeste têm contrato de fornecimento. Então estas sofriam um corte de 14% em relação à sua previsão de consumo. As outras sofriam um corte de 14% em relação à sua média de consumo no ano passado (1986). Como no ano passado tivemos o Plano Cruzado, uma grande parte das indústrias procurou aumentar a sua capacidade produtiva, e esse aumento de capacidade produtiva verificou-se, sobretudo, a partir do último trimestre. Estas (...), devido a sua expansão planejada iam sofrer corte no fornecimento da ordem de 40 a 50%, enquanto a Alumar sofria um corte de 14% porque tinha um contrato..."

Para agravar esse quadro no início de março já se previa uma elevação do percentual de racionamento para 31% a partir de maio. Felizmente, a mobilização política conducente à revisão da política de cortes aliada a dois outros fatores:

1ª) Ação do Governo na agilização da operação das centrais térmicas de pongé e de Camaçari;

2ª) Ocorrência de chuvas nas cabeceiras do rio São Francisco, vieram a aliciar o risco de déficit e, com risco permitir a redução do racionamento para 10% a partir de 1º de setembro de 1987, coincidindo com a assinatura pelo Presidente José Sarney, do oportuno Decreto nº 94.696, de 27 de julho de 1986, "Programa de Emergência

para suprimento de Energia no Nordeste". O balanço do processo de implantação do racionamento aponta para a desarticulação das decisões do Dnaee com os órgãos estaduais, pondo em relevo a possibilidade de que as consequências do corte de energia fossem muito mais brutais do que efetivamente o foram. Uma ação coordenada dos órgãos federais e estaduais associada à concomitante discussão e imediata execução de programas tais como "economia de energia", seletividade do corte e medidas paliativas como recuperação de termelétricas e aquisição de usinas flutuantes, tornam-se absolutamente imperativas, no futuro, afim de que a questão do emprego e da renda sejam consideradas de forma decisiva no processo. Aliás foi o Dr. Drumond Xavier que nos advertiu (*O Globo* de 9 de junho/87):

"Toda legislação, decreto do Presidente, portaria do Dnaee, outra portaria do MME

e as diretrizes do racionamento do Dnaee, em nenhum momento, em nenhum desses documentos havia a palavra "emprego", em nenhum momento pensou-se no nível de emprego. Uma única vez cita-se o problema da produção. O Dnaee demonstra uma falta de sensibilidade total para o problema da economia, do nível de emprego e da produção."

#### IV — ORIGENS DO RACIONAMENTO NO NORDESTE

O racionamento de energia no Brasil e no Nordeste está indissolúvelmente ligado ao desinvestimento no setor elétrico a partir do final da década passada, quando o excessivo endividamento externo das empresas concessionárias começa a impedir a manutenção de uma rentabilidade com-

patível com as necessidades do financiamento dos planos de expansão. No período recessivo de 81-84 e na vigência dos Planos de Estabilização — Cruzado, 1981 e Bresser — 1986 ao elevado ônus do endividamento somou-se o congelamento das tarifas de energia. Além destes fatos, marcantes por si sós, foi neste período 75-85 que a Eletrobrás se viu na contingência de concentrar grandes recursos na Usina de Itaipu, ao mesmo tempo que era chamada a transferir vultosos recursos em apoio ao Programa Nuclear. O valor desta transferência ao Programa Nuclear — Angra II e Angra III pela Eletrobrás, através de Fumas, foi insistentemente solicitado por esta CPI ao Tribunal de Contas (veja-se AR nº 1 de 30 de setembro de 1987 e AR nº 3, de 25 de outubro de 1987) nos tendo sido enviado em resposta, datada de 20 de outubro de 1987, com as seguintes informações:

CENTRAL NUCLEAR ALMIRANTE ALVARO ALBERTO - UNIDADES II E III

INVESTIMENTOS REALIZADOS DE 1975 A 1986 - VALORES EM C\$

INVESTIMENTO				
Custos Históricos				
Ano de	Taxa Média:			
Aquisição	Em moeda Nacional	US\$/Cz\$	Em moeda Estrangeira	Total
1975	3.103,61			3.103,61
1976	(1.773.657,24)	0,01144	2.571.464,34	777.807,10
1977	767.795,16	0,01424	267.457,40	1.035.252,64
1978	2.769.419,04	0,01059	672.276,32	3.441.695,36
1979	3.523.070,54	0,02502	1.189.566,70	4.712.637,24
1980	5.457.940,00	0,05001	1.345.179,26	6.803.119,26
1981	1.766.269,01	0,07405	2.625.033,92	4.391.302,93
1982	(140.727,27)		(9.452.727,78)	(9.593.455,05)
1983	4.271.527,00			4.271.527,00
1984	3.215.717,69			3.215.717,69
1985	15.661.029,47			15.661.029,47
1986	37.262.317,30			37.262.317,30
1986	177.684.770,11			177.684.770,11
Total	252.510.982,22		237.662,40	252.748.644,62

Para enfrentar esta situação, a Eletrobrás elaborou, em 1985, o Plano de Recuperação Setorial, já várias vezes revisado e afinal incorporado ao Plano Eletrobrás 2010. Já estão alinhadas as políticas de recuperação tarifária com vistas à elevação da rentabilidade do setor, ao ponto de que esta fonte passe a representar 76,9% do total do seu

financiamento. Este mecanismo tarifário, ajustado à estrutura de custos real, é o mais conveniente porque opera, simultaneamente, como regulador do consumo de eletricidade, no qual o beneficiário direto, e não o contribuinte, tem a principal responsabilidade no custeio de sistema e financiamento de sua expansão.

Embora relativamente superado pela existência de um plano setorial mais abrangente, convém destacar a estratégia básica de recomposição do modelo econômico-financeiro do setor proposto no PRS:



## FONTES E APLICAÇÕES DE RECURSOS - PRS

CZ\$ MILHÕES DE 1986

(US\$ 1,00 = CZ\$ 13,84)

	<u>1987</u>	<u>1988</u>	<u>1989</u>	<u>1990</u>	<u>87/90</u>
RECURSOS TARIFÁRIOS	71.274	98.460	129.899	145.576	445.209
DOAÇÕES E AUXÍLIOS	1.041	1.401	1.424	1.628	5.494
REEMBOLSO DE NUCLEARES	10.722	9.270	7.502	6.616	34.110
RECURSOS DE CAPITAL	40.152(1)	9.631	2.170	1.090	53.043
EMPRÉSTIMOS EXTRA SETORIAIS	29.202	60.618	46.820	34.457	171.097
TOTAL DAS FONTES	152.391	179.380	187.816	189.367	708.954
INVESTIMENTOS (2)	76.773	78.890	85.054	90.296	331.013
SERVIÇO DA DÍVIDA	69.675	92.291	93.205	94.451	349.622
OUTRAS APLICAÇÕES	5.943	8.199	9.557	4.620	28.319
TOTAL APLICAÇÕES	152.391	179.380	187.816	189.367	708.954
TAXA DE REMUNERAÇÃO %	6,0	8,0	10,0	10,0	
VARIAÇÃO DA TARIFA MÉDIA %	31,0	18,0	17,0	4,0	

(1) INCLUI CZ\$ 30 MILHÕES DO FND EM 1987, DOS QUAIS CZ\$ 9.628 MILHÕES SUBSTITUINDO EVENTUALMENTE OS CO-FINANCIAMENTOS.

(2) COM RELAÇÃO A ITAIPU SÓ ESTÃO ALOCADAS AS TRANSFERÊNCIAS DA ELETROBRÁS NOVELA EMPRESA, NÃO INCLUINDO, PORTANTO, AS OUTRAS FONTES COM QUE CONTARÁ ESSA OBRA.

Ora, todos estes fatores levam à compreensão da falência do modelo econômico do setor energético no Brasil, aliás diagnosticado com precisão pelo ex-Secretário-Geral do MME, Paulo Richer, em extenso seminário realizado no mês de junho passado em Salvador (BA) e publicado no "O Globo" de 9 de junho de 1987:

"Para os senhores terem uma idéia, no ano de 1975 a remuneração dos investimen-

tos do setor elétrico das concessionárias foi de 12,4% e nós chegamos no fim de 1986, a 3,2%... Se ele (o Governo) pode fixar a tarifa, a lei diz que é um mínimo de 10% e ele dá 3%, é sinal que o Governo não atua na realidade para que o setor elétrico sobreviva."

Conclui, então, Paulo Richer, que é impossível tomar recursos a 15% para remunerá-los a 4%.

O Presidente da Eletrobrás, Dr. Mario Bhering, trouxe em seu depoimento a esta CPI os demonstrativos desta situação crítica do setor onde evidenciou que só o serviço da dívida setorial está consumindo 49,3% do montante global de dispêndios. Eis o quadro da dívida externa (Programa de Investimentos — Região Nordeste — Antecedentes — pp.4 — Anexo ao pronunciamento):

DÍVIDA EXTERNA	
Grupo ELETROBRÁS	15.227 US\$ milhões
Itaipu	3.441 " "
Estaduais	8.191 " "
<b>TOTAL</b>	<b>26.859 US\$ milhões</b>

Deste montante, segundo depoimento citado, grupo ELETROBRÁS e das empresas estaduais, "US\$ 23.418 milhões representam a dívida do (cujo) serviço é o seguinte:

(Cz\$ milhões/junho/86)	
Grupo ELETROBRÁS	43.481
Estaduais	26.194
<b>TOTAL</b>	<b>69.675</b>

Toda esta situação de crise setorial, agravada por peculiaridades hidrológicas excepcionais em 1985 e 1986, que já haviam determinado um racionamento (20%) de 3 meses na Região Sul, em 1985/86, além de outras medidas de racionalização da energia — e iminência de racionamento na Região Sudeste em fins de 1986 —, refletiram-se no Nordeste.

O principal reservatório da Região Sul, Foz da Areia, chegou a menos de 30% entre dezembro de 1985 e janeiro de 1986. Todos os demais estavam abaixo da média e a média estava em 40%. Isto conduziu ao racionamento, que só veio a ser eliminado graças às abundantes chuvas de 1986, à interligação de Itaipu ao sistema sul, ao cancelamento de ofertas especiais tipo EGTD e TST, além da transferência de 100 MW médios do Sudeste para esta região.

Não foi muito diferente o ano de 1986 na Região Sudeste. Uma explosão de demanda acima das estimativas e a redução do reservatório importante de Furnas a 15% de seu volume útil, para uma média geral de 26% no sistema, vale dizer muito baixa, criam as perspectivas sombrias para o racionamento em 1986, ano do "Cruzado". Para evitá-lo também foram canceladas ofertas especiais tipo EGTD, foi implantado o horário de verão (HBV) e gasto por dia 1 milhão de dólares para colocar em operação as termoeletricas da região, principalmente Piratininga (SP), Igarapé (MG) e Santa Cruz (RJ). "Um milhão de dólares por dia, segundo depoimento a esta CPI do Dr. Benedito Carraro, Diretor da Divisão de Controle dos Serviços de Eletricidade da Eletrobrás, para dar sustentação ao mercado com óleo, porque também Angra ficou fora quase todo o período."

Felizmente, quando já estava determinado o início do racionamento a 1º de fevereiro de 1987, visto que os reservatórios caíam, o consumo crescia e todas as medidas de contenção não equacionavam o problema, começou a chover intensamente nos rios Grande e Paranaíba, elevando, em 4 meses, os reservatórios de Furnas a 85%, do Água Vermelha, que estava com 20%, para 90% e Embarcação, de 22% para um número acima de 60%.

Isto foi bom porque permitiu cessar o racionamento na Região Sul e nem iniciá-lo no Sudeste. Hoje (25-6-87), o Sudeste está com 85% da média de todos os reservatórios e o Sul com 96%. Curiosamente, no mesmo momento em que se instaura o racionamento no Nordeste, pode-se perceber, segundo o Dr. Carraro (depoimento), que nunca estivemos, na história, com uma recuperação tão grande de reservatórios (Sul/Sudeste).

Chegamos, então, ao ano de 1987 no Nordeste e o inevitável racionamento.

Que fatores, separadamente ou em conjunto, teriam conduzido a esta situação?

Todos os depoimentos prestados à CPI convergem para três fatores:

1º) Desinvestimento no setor elétrico da região e consequente atraso nas principais obras de suporte: Itaparica e Xingó, bem como de obras indispensáveis à maior transferência da energia gerada no Nordeste para o Nordeste;

2º) Adversidades hidrológicas que reduziram os níveis dos reservatórios das principais hidrelétricas da região;

3º) Expansão imprevista do consumo, sobrecarregado, sobretudo, pela presença de indústrias altamente energívoras.

Outros fatores emergem como *agravantes* deste conjunto de dificuldades, aparecendo como questões problemáticas e controversas. Estas deverão ser também prontamente enfrentadas. É o caso, sobretudo, do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE). Até que ponto a implantação deste Programa está comprometendo a disponibilidade de água do rio São Francisco? Qual o custo energético do Programa? Qual seu custo financeiro real? Houve graves controvérsias nos depoimentos à CPI na resposta a estas indagações.

Outro fato reside na programação de um risco de déficit maior no Nordeste que em outras regiões.

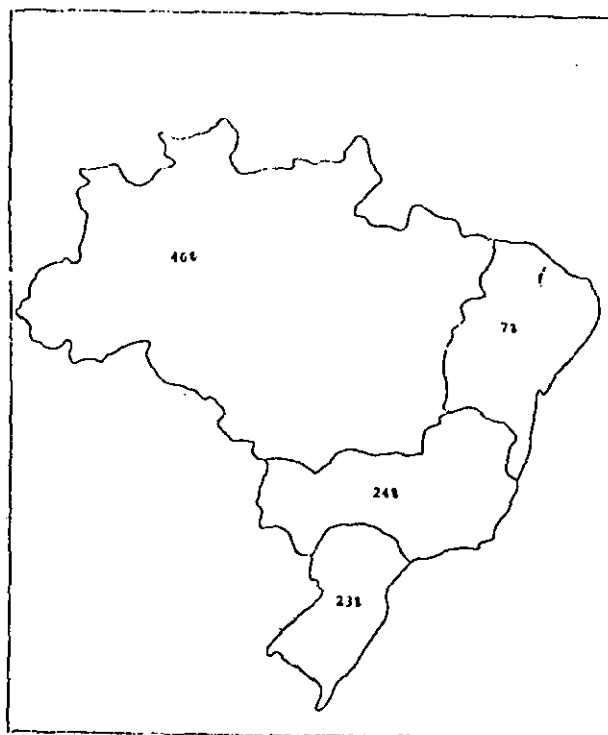
Todos estes pontos determinantes e coadjuvantes do racionamento de energia no Nordeste passarão, agora, a ser analisados com mais detalhes.

#### V — O RACIONAMENTO NO NORDESTE

##### Desinvestimento e atraso de obras

O quadro energético do Nordeste sempre se apresentou deficitário relativamente às médias nominais de outras regiões. Sendo a energia hidrelétrica a grande fonte de energia do País, torna-se evidente a inferioridade relativa do Nordeste, pois esta região contribui com apenas 7% do potencial hidrelétrico do País.

POTENCIAL HIDROELÉTRICO BRASILEIRO



Ressalta no Nordeste, ainda, a extrema dependência de uma única bacia, a do São Francisco, à semelhança, aliás, da Região Sul, que depende quase que exclusivamente do rio Iguaçu. A diferença, porém, de vazão entre as duas bacias é gritante.

Quando o Governo Federal instituiu a Chesf, inaugurando, após janeiro de 1955, a primeira usina, em Paulo Afonso, isto se constituiu em feito extraordinário.

Neste momento, o Nordeste tinha uma produção "per capita" de energia de 45 KWh/ano, ou seja, 14% do verificado no País, contra um consumo ainda menor: 13 KWh/ano, ou 6,2% da média do Brasil. Desta feita, Paulo Afonso corria na frente da demanda de energia na região e antecipava-se ao surto de urbanização e rápido desenvolvimento.

A criação da Sudene, em 1962, daria novo alento ao setor. A instituição não só dedicou-se à construção imediata de redes de distribuição, como também — de conformidade com o Plano de Eletrificação no Nordeste constante no I Plano Diretor — construiu a primeira casa de máquinas de Paulo Afonso e instalou unidade geradoras, elevando a potência instalada da Chesf de 180 para 310 MW. Entre 1963 e 1972 esta potência passaria para 1.200 MW. Além disto, diversas usinas termelétricas iam sendo instaladas para suprir algumas cidades maiores, como Camaçari (BA), com uma potência ainda instalada de 432,5 MW.

Mais tarde, seria consolidado o complexo gerador de Paulo Afonso e as hidrelétricas de Boa Esperança, Funil, Bananeiras, Curema e Picoto, as quais elevaram a potência para 1.680 MW em 1974. Seguiram-se Moxotó, com 440 MW, Sobradinho, inaugurado em 1982 com 1.050 MW, e Paulo Afonso IV, com 2.460 MW.

Não obstante o crescimento deste parque gerador sob a tutela da Chesf (menos o Maranhão, como já vimos), que elevou a potência instalada da região para 6.074 MW, a participação do Nordeste na produção total de energia do País continua nos níveis da década de 50: 14%. Ora, neste período o consumo global da região cresceu rapidamente, a uma taxa de 15%, passando de 806.998 MWh em 1960 para 24.197.000 MWh em 1985. No mesmo período (1959-85), o consumo per capita evolui de 45 para 675 KWh/hab/ano.

Segundo a Sudene, em depoimento de seu Superintendente, Dorany Sampaio, a esta CPI, estes foram os fatores determinantes desse crescimento:

— maior ativação econômica global expressa pela taxa acumulativa de 7,8% a.a. do Produto Interno Bruto;

— modificação da estrutura setorial da região, de uma predominância secular do setor primário para a dominância dos setores secundário e terciário, notadamente do secundário. Com efeito, o setor industrial se constitui no maior consumidor no Nordeste, num consumo que cresceu a 16,8% a.a., de 338.624, em 1960, para 14.173.000 MWh, em 1985, correspondente a 59% do consumo total regional;

— alteração da distribuição da população sobre o território, pelo processo intensivo de urbanização, já que se sabe que a população urbana consome mais energia do que a rural;

— aquisição de novos hábitos no seio da população, com referência à conservação de alimentos pelo frio, à preparação de alimentos, à climatização de ambientes e ao uso de aparelhos eletrônicos de som e de imagem."

Como resultado, eis o perfil de consumo na região:

## CONSUMO DE ENERGIA - 1986

(REGIÃO NORDESTE) (\*)

CLASSE DE CONSUMIDOR	(%)	GWh
- INDUSTRIAL (*)	57	13.732
- RESIDENCIAL	19	4.577
- COMERCIAL	11	2.650
- RURAL	2	481
- ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PODERES PÚBLICOS	8	1.927
- SERVIÇOS PÚBLICOS	3	723
	100	24.090

(\*) Inclui as 12 (doze) Empresas atendidas em 230 KV e que representam cerca de 40% do consumo industrial, ainda representa 20% do consumo total das diversas classes consumidora.

(\*) Sistema CHESF - (O Maranhão é servido pela ELETRONORTE)

Para atender a esta realidade emergente fazia-se mister duas ações complementares:

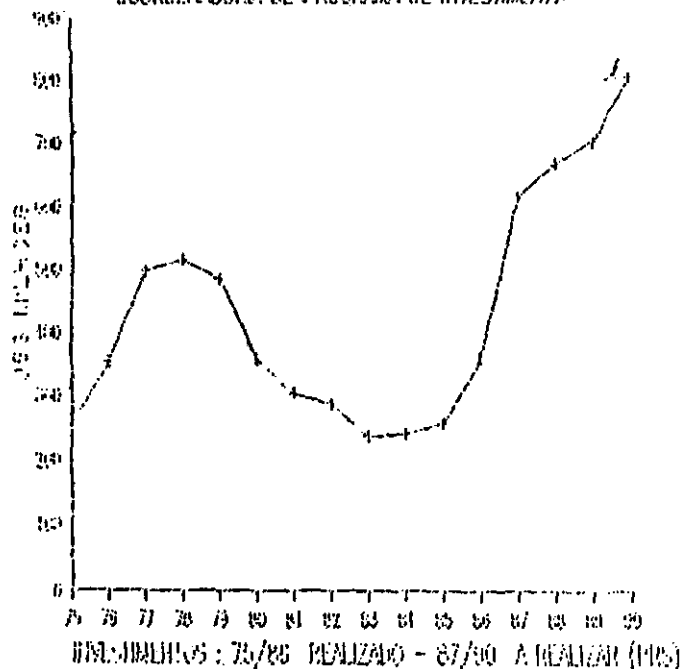
1. construção de novas usinas de forma a esgotar o potencial hidrelétrico da região; e,
2. ampliação da margem de transferência da energia gerada na região Norte com a construção de novas linhas de transmissão.

Para cumprir estes objetivos, a Chesf programou a ampliação de Boa Esperança e a construção de Xingó e Itaparica. Mas, colhida pela perda de rentabilidade, passou a depender crescentemente das decisões da Eletrobrás e área financeira do governo. Como os recursos começaram a escassear em fins da década de 70, a queda nos investimentos levou à reprogramação das obras e cronogramas.

Isto pode ser visualizado no gráfico abaixo, onde se vê que os investimentos efetivamente realizados pela Chesf começaram a cair em 1979, de um valor próximo a 500 milhões de dólares para algo pouco superior a 300 milhões (US\$) em 1980, e situar-se até 1986 num medíocre intervalo entre 200 e 300 milhões (US\$). Como se vê, só recentemente (86/87) os investimentos voltaram a crescer e reanimar a expectativa de conclusão das obras.

Enquanto isso, bilhões de dólares continuavam sendo investidos em vários projetos de contratas e coligadas, além, de Itaipu, como se pode observar no quadro abaixo, em quem entre 85 e 86, para um aumento médio de investimento de 21,3% a Chesf "desinvestia 9,7%."

### COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO COORDENADORIA DE PROGRAMA DE INVESTIMENTO



INVESTIMENTOS POR EMPRESA E INDICADOR DE 1985 EM RELAÇÃO A 1986

VALORES EM C\$ MILHÕES - PREÇOS JULHO/85

1 US\$ = Cr\$ 6.237,63

EMPRESA	1985	1986	%
ITAIPU	3.300,0	3.433,0	4,0
COINTELADAS	11.711,4	14.165,6	21,0
ELETRONORTE	4.343,2	5.027,5	15,8
CHESF	3.395,6	3.067,3	- 9,7
FURNAS	1.912,7	2.671,7	39,7
ELETROCAL	1.340,4	2.539,7	89,5
LUZIL	605,5	777,6	11,9
ESCOLZA	114,0	179,7	57,6
COLARANT	10.700,8	13.595,0	27,0
INDUSTRIAS	9.714,5	12.279,8	26,4
CEEP	2.278,1	3.053,6	58,0
ELETROPAULO	1.689,0	2.101,2	24,4
CEMIG	1.322,8	1.475,9	11,6
CEEE	727,7	1.005,5	46,4
COPEL	808,2	955,4	18,2
CEMIG	534,6	486,2	- 9,1
COELMA	391,6	491,4	25,5
CELZ	775,3	632,9	- 18,4
CELCE	497,1	431,1	- 13,3
CEL	223,1	321,0	43,9
CELPA	281,5	897,7	41,3
CEB	185,5	263,9	42,3
GERAL	996,3	1.319,2	33,8
TOTAL GERAL	25.712,2	31.191,5	21,3

FORNTE: Secretaria de Minas e Energia/PE.

Eis aí a origem dos atrasos das obras e o conseqüente racionamento: discriminação do Nordeste, no contexto de grave crise de auto-financeamento das concessionárias.

A Usina de Xingó (5.126 MW), por exemplo, no São Francisco, já atrasou 6 anos. A primeira previsão era para que entrasse em funcionamento em maio de 1987 (PRS/Eletrobrás). Hoje, a previsão do Plano de Obras da Chesf de 1986 aponta para junho de 1993, assegurados os recursos pelo Decreto nº 94.686/87.

Da mesma forma, a Usina de Itaparica, com suas 10 (dez) turbinas e 2.500 MW adicionais, também sofreu sucessivos atrasos, culminando, agora, com duas graves dificuldades: o reassentamento das famílias existentes na área inundada e o tempo para enchimento do reservatório para que entre em funcionamento em 1988.

Além do atraso dessas duas grandes obras, algumas iniciativas fundamentais à ampliação da potência instalada vêm sendo sistematicamente proteladas.

É o caso de aproveitamentos hidrelétricos com potências menores, incluídos no Plano de Expansão da Chesf — como Orocó (600 MW), Ibó (550 MW) e Pão de Açúcar (330 MW), que ainda não conseguiram sair da fase de estudos.

Outros pequenos aproveitamentos à margem esquerda do São Francisco (BA) e no vale do Jequitinhonha (BA) poderiam, se devidamente aproveitados, acrescentar até 35% à potência instalada da Chesf, tal como se vê abaixo.

**RELEVÔ DAS ALTERNATIVAS DE PEQUENAS USINAS  
SOBRE A POTÊNCIA INSTALADA DA CHESF**

PEQUENOS APROVEITAMENTOS	POTÊNCIA INSTALÁVEL (kW)	POTÊNCIA INSTALADA - CHESF (5.600.000 kW) (%)
<b>I - MARGEM ESQUERDA DO SÃO FRANCISCO (BA)</b>	<b>725.000</b>	<b>14%</b>
- Carlinhanha	135.000	
- Corrento (1)	240.000	
- Grando (2)	350.000	
<b>II - VALE DO JERQUITIMONHA (BA)</b>	<b>1.157.000</b>	<b>21%</b>
- São da Divina	540.000	10%
- Itapobi	617.000	11%
<b>I + II</b>	<b>-</b>	<b>35%</b>

(1) Inclui Sotos I, II e Sacoas.

(2) Alto Fêmeas

Como não ocorreu, também, a conclusão da Linha de Transmissão Tucuruí—Presidente Dutra.

Essa linha de transmissão, de responsabilidade da Eletronorte, que é uma das maiores do mundo, num total de 800 quilômetros, faz a interligação Norte/Nordeste, trazendo a energia gerada na Usina de Tucuruí, no Pará, para o Nordeste. Tal linha, para atender às necessidades atuais de energia, precisaria ser duplicada. A obra já foi iniciada e sua conclusão agora está prevista para junho de 1988, mas seu cronograma inicial previa conclusão inicial para 1984.

Resumindo:

Xingó, que era para entrar em funcionamento em maio de 87, ficou para 93; Itaparica, prevista para 82, talvez fique pronta em 88; e a Linha

Tucuruí—Presidente Dutra, de 84 saltou para 1988. Como evadir-se do racionamento?

A segunda classe de fatores imediatos do racionamento de energia, do Nordeste, foi sem dúvida, a animosidade já tradicional de "São Pedro" com a região...

A Usina de Sobradinho é o principal reservatório de água para geração de energia da região Nordeste, abastecido pela bacia do rio São Francisco. Com a falta de chuvas, o nível de água dessa importante reserva energética ficou baixíssimo. O rio São Francisco tem o seu período úmido compreendido entre os meses de novembro e abril, quando atinge uma vazão que normalmente é suficiente para elevar o reservatório de Sobradinho a cerca de 90% de seu volume útil, além de suprir as necessidades de geração de energia

nesse período. A partir do mês de maio até o mês de outubro, desenvolve-se o seu período seco, quando as vazões são menores, exigindo o uso da água armazenada para a geração de energia elétrica.

O período úmido 86/87 teve características bastante atípicas, devido às estiagens, quando o volume útil do reservatório de Sobradinho, ao final do período, atingiu o nível de 45%. Como afirmou o Dr. Benedito Carraro, do Dnaee à CPI — "No São Francisco, foram considerados os piores meses da sua história, em termos de aflúências. Nunca tivemos meses de aflúências tão baixas. Em 74 anos, temos dois ou três meses aí, nesse período, que foram as piores flúências possíveis, no rio São Francisco (...). Infelizmente, se tivesse chovido bastante 100 Km depois e não tivesse chovido aqui, o Sudeste estaria em racionamento e o Nordeste não; essa é a diferença básica (depoimento, notas taquigráficas pág. 24).

Finalmente, acrescentamos o terceiro grupo de indutores imediatos do racionamento:

O mercado de energia elétrica teve crescimento, em 1986, 11% a mais do que o esperado, devido ao congelamento dos preços que gerou uma grande demanda de eletrodomésticos (Plano Cruzado). O congelamento dos preços das tarifas de energia elétrica pôde ter sido também um fator de encorajamento para o uso supérfluo de aparelhos que utilizam essa energia. Tudo isso provocou uma demanda de energia além da projetada nas previsões.

Aqui socorro-me, uma vez mais, do depoimento do Dr. Carraro, para confirmar esta hipótese (*ibidem*, pág. 17):

— "O mercado do Nordeste é também explosivo e muito mais do que no Sul e Sudeste. Tivemos a divulgação na imprensa de que a própria indústria cresceu 20%, já nestes doze meses, e que o mercado tinha crescido 14 a 15%. Então, não esperávamos e não tínhamos planejado um crescimento desse nível."

A esta expansão concorre, como vimos, a rápida industrialização da região. Além disso, desconsiderando as dificuldades energéticas da região, o Governo, através de suas agências de desenvolvimento, tem estimulado e financiado indústrias altamente consumidoras de energia. Eis, por exemplo, um quadro comparativo desta situação, decorrente do grande consumo industrial das indústrias de ferro-ligas, alumínio e eletroquímica na Bahia:

ESTADOS	CONSUMO	EMPREGO INDUSTRIAL	
	A Consumo Industrial 10 <sup>3</sup> Mwh	B Nº empregos indústria x 10 <sup>3</sup>	A/B
São Paulo	30.000	3.000	10
Bahia (total)	7.000	200	35
Bahia (indústrias)	4.000	10	400

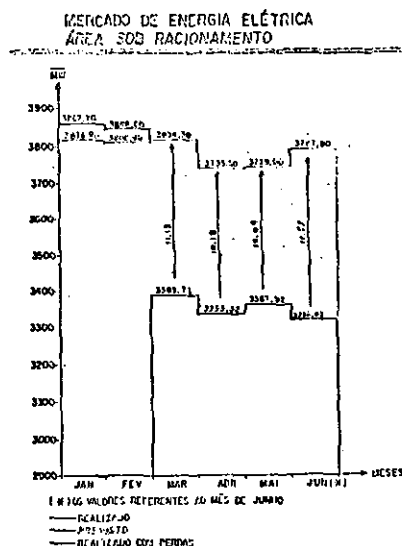
A acelerada urbanização, o ritmo da indústria, a natureza profunda energívora com alto fator de carga desta indústria de ponta, associadas a um ano atípico da economia brasileira — 1986 — muito contribuíram para o salto no consumo de energia nos últimos anos no Nordeste.

#### VI — CONSEQUÊNCIAS DO RACIONAMENTO

O racionamento de energia traz consigo, sempre, consequências indesejáveis. De todas elas, a pior é a que instaura um clima de risco elevado para os investidores, fazendo com que procurem áreas com menos risco de déficit. Para o Nordeste, que é uma região em processo de transformação industrial, com inúmeras desvantagens comparativas frente ao Sul-Sudeste, o racionamento trouxe prejuízos incalculáveis que só uma ação corretiva rápida para a conclusão das grandes obras hidrelétricas poderá sanar. E, mesmo assim, só parcialmente, porque ficará sempre o registro do antecedente.

Uma grande perda, porém, pode ser bem visualizada: a perda de receita das empresas concessionárias.

De acordo com a indicação abaixo, vê-se que, de março a junho, os índices de racionamento situaram-se aquém do índice previsto, em torno de 11%, acarretando uma perda acumulada de receita às concessionárias equivalente a 1.500 MW.



Estas perdas redistribuíram-se entre as várias empresas, conforme previsão feita pela coordenação do racionamento:

EEE	COELBA	ENERGIPE	SULGIPE	CEAL	CELPE	CELB	SAELPA	COSERN
%	15,50	15,55	14,50	15,60	15,61	15,11	15,29	15,62

EEE	COELCE	CEPISA	CEMAR	CELPA	CELG	CHESF	ELETRONORTE
%	16,46	17,71	15,54	17,55	15,00	14,00	14,00

Várias estimativas trazidas a esta CPI demonstram que estas perdas foram significativas e comprometedoras às já débeis finanças das empresas concessionárias, devendo refletir-se na rentabi-

lidade delas no ano em curso. Podem ser estimadas, com base em estudo sintetizado abaixo, em cerca de Cz\$ 1.758.094.830,00.

TABELA: PERDA REAL DE RECEITA DURANTE O PERÍODO DE RACIONAMENTO

EMPRESAS	RECEITA ESTIMADA (A)	PERDA REAL (B)	PERDA REAL % (B/A) EST.
SAELPA	967.932.974	34.574.397	3,57
COELCE	3.901.333.000	349.135.248	8,95
CELPE	6.593.496.957	469.469.402	7,12
CEMAR	666.929.000	35.246.786	5,28
CEPISA	464.041.140	24.577.041	5,30
COSERN	1.155.071.965	94.039.950	8,14
COELBA	8.039.379.123	652.229.530	7,38
ENERGIPE	808.506.074	81.321.774	10,15
CELB	252.245.063	17.499.022	6,94
TOTAL	23.729.016.096	1.758.094.830	7,41

Obs: Só foram considerados as Empresas que enviaram informações para o grupo de trabalho criado pela ACDENNE.

Duas observações, portanto, devem ser feitas:

1º) A perda da rentabilidade neste ano nada tem a ver com critérios de administração e gerência internos; e conseqüentemente,

2º) Caberia ao Governo Federal, principal responsável pelos fatores indutores do racionamento, reembolsar as empresas concessionárias pelas perdas de receitas.

Outras perdas se somam, embora de menor incidência, à já apontada: a perda de produção nos diversos setores da comunidade, especialmente industrial e principalmente nos setores de alta potência, como alumínio, ferro-liga e eletroquímico; perda de arrecadação do ICM pelos Estados; algum desemprego; e uma degradação ainda maior das condições de vida do Nordeste.

Não foi possível obter uma quantificação de cada uma dessas perdas. Mas é certo que não estão sendo pequenas.

Do ponto de vista do emprego industrial, a revisão das cotas, propostas pelos Secretários de Estado no encontro de 24 de março, permitiu um certo equilíbrio do mercado. Caso o racionamento tivesse seguido a trajetória oficialmente prevista, calculou o Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, ex-Superintendente da SUDENE, que o desemprego teria chegado a 600 mil trabalhadores. Mas, ressaltava:

"O prejuízo dessa medida se faz refletir muito mais sobre a própria região, porque importa num menor crescimento industrial, na lentidão do desenvolvimento, na imediata desocupação de braços — portanto, certo índice de desemprego —, na diminuição da produção da região, e, por via de consequência, também de apropriação de suas matérias-primas de geração de impostos, enfim, esses são prejuízos irrecusáveis."



E conclui:

"Não tenho dados exatos sobre o percentual de desemprego que finalmente ocorrerá, mas, como tive oportunidade de dizer, a imediata reação do governador àqueles critérios previstos de racionamentos, que importava em penalizar mais as atividades industriais e a redistribuição operada no consumo de energia permitiu minimizar em muito a expectativa de desemprego na área."

Não obstante, como o consumo de energia pela indústria é muito elevado no Nordeste — em torno de 57% — qualquer racionamento implica, inevitavelmente, em perda de produção e empregos. Isto, aliás, é que deve ter motivado a criação de um grupo integrado pela SUDENE, CHESF, BNB e BNDES, que deverá apresentar ainda a esta CPI seu relatório sobre as consequências do racionamento do Nordeste.

#### VII — DENIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Uma das atribuições fundamentais do Poder Legislativo é a fiscalização do Executivo. É sua própria razão de ser delegada pela cidadania. As Comissões Parlamentares de Inquérito, por sua vez, são instrumentos desta fiscalização destinada a aprofundar o conhecimento sobre atos da administração pública e identificação de responsabilidades.

Esta CPI procurou, em todos os momentos, identificar não apenas as causas do racionamento como também seus responsáveis. Alguns depoimentos, como o do Dr. Benedito Carraro procuraram enfatizar a origem aleatória do racionamento, colocando São Pedro no banco dos réus. Mas o consenso, porém, dirige-se, inequivocamente, para o desinvestimento no setor elétrico da região que provocou não só atrasos nas importantes obras de Itaparica e Xingó, como desleixo na procura de fontes alternativas de energia. Neste sentido são lúcidas as conclusões do documento apresentado a esta CPI pelo ex-Superintendente da Sudene:

"O racionamento de energia a que o Nordeste está submetido deve-se muito mais ao atraso na operação da Usina de Itaparica do que à reduzida intensidade pluviométrica do último período chuvoso na Bacia do Alto-São Francisco que alimenta o Reservatório de Sobradinho."

Restaria, então, indagar, de quem foi a responsabilidade pelos atrasos?

Aqui cabem algumas observações sobre o processo decisório no setor de energia na Região Nordeste. Desde o IV Plano Diretor, em 65, a Sudene foi praticamente afastada, tanto do Sistema Nacional de Planejamento como do Planejamento Setorial na área energética. Sobre tudo, após fins de 79, todas as decisões de execução financeiras passaram à exclusiva responsabilidade da Seplan. No Plano Setorial, o processo de planejamento centralizou-se hermeticamente no Sistema MME/Eletrobrás.

Nesses termos, é aí, no âmbito do Governo Federal, que residem as principais responsabilidades sobre o racionamento do Nordeste.

E nenhum depoente foi mais enfático e claro neste sentido do que o ex-Superintendente da Sudene, que confirmou nada haver na Sudene sobre estas decisões não tendo ele sequer sido consultado sobre o racionamento. Transcrevo aqui suas palavras.

"Evidentemente, não teria condições de dizer a V. Ex. que o Senhor Presidente da República, em caráter pessoal, deu essa ordem, ou que o Ministro tal ou qual desviou, redirecionou recursos, porque não participava da equipe do Governo nessa época. Seria um grave erro fazer afirmativas sobre responsabilidades pessoais. Situo-me no período administrativo. Sem dúvida, a responsabilidade mais direta era do Ministério das Minas e Energia. Poderia também recair sobre o Ministério da Fazenda, que não dotou de recursos necessários. Os recursos prometidos foram desviados. Se com a concordância ou não do Ministro das Minas e Energia, sinceramente, não tenho elementos para dizer a V. Ex. Por isso, prefiro situar-me no cumprimento do plano governamental daquele período. A Usina de Itaparica deveria ter a sua construção concluída em 1981, ano em que foi iniciada. Portanto, como já referi, aqui, essa responsabilidade vem da década de 1970, na gestão do ex-Ministro Costa Cavalcanti. Foi a decisão de não iniciar a obra como prevista. Os sucessivos retardamentos, as postergações de dotações próprias, a falta de aporte desse recurso, provocaram essa delonga. Uma obra que deveria estar concluída em 1981, e essa mesma conclusão prorrogada para 1988. Isso é história. Não se trata de opinião. Fazemos, aqui, uma constatação."

Era, pois, exclusiva decisão do Governo Federal a postergação dos cronogramas e a transferência de recursos para outras obras por ele consideradas mais prioritárias.

Até mesmo o Banco do Nordeste do Brasil — BNB, que não tem entre seus objetivos financiar a produção de energia, apenas a transmissão sob o encargo dos Estados, foi constrangido a deslocar cerca de C\$ 1,5 bilhão (preços de 1984) para Itaipu como também para a Vale do Paraguaçu, segundo depoimento do ex-Superintendente da Sudene.

#### VIII — PERSPECTIVAS

Para o ano em curso, até dezembro, a Resolução de 4 de novembro passado do CCON manteve o nível médio de racionamento em 10%.

A situação do fornecimento de energia no Nordeste e o equilíbrio de mercado nos próximos anos porém estão condicionados a três fatores:

- 1) obtenção de recursos para a consecução de um conjunto de obras a curto e médio prazos;
- 2) revisão das metas do Programa de irrigação do Nordeste Proir;
- 3) condições pluviométricas e hidrológicas favoráveis na bacia do São Francisco.

Com efeito, o desinvestimento no setor elétrico na região, concomitante à manutenção de taxas de consumo de energia que chegaram ser superiores a 12% a.a., não apenas conduziram ao racionamento no ano em curso como numa ampliação do risco do déficit para 1987, superior a 10% e este número nos próximos anos.

Eis o perfil da oferta de energia na região hoje e as simulações feitas pelo Comitê Coordenador de Operação do Norte/Nordeste — CCON e apresentadas à CPI pelo seu coordenador Dr. Benedito Carraro:

#### CAPACIDADE DE GERAÇÃO DO SISTEMA CHESF/NORDESTE(\*)

USINAS EM OPERAÇÃO	CAPACIDADE NOMINAL	GERADORA INSTALADA	LOCALIZAÇÃO DA USINA	ESTADO
	kW	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%)	MUNICÍPIOS	
<b>I - INSTALADAS</b>				
<b>A) HIDRELÉTRICAS</b>				
1. Paulo Afonso	3.984.000	65,59	Paulo Afonso	BA
1.1 P.A. I	100.000	2,56	"	BA
1.2 P.A. II	480.000	7,90	"	BA
1.3 P.A. III	864.000	14,23	"	BA
1.4 P.A. IV	2.460.000	40,50	"	BA
2. Sobradinho	1.050.000	17,29	Juazeiro	BA
3. Apolônio Sales	440.000	7,24	Delmiro Gouveia	AL
4. Boa Esperança	106.000	1,78	Guadalupe	PI
5. Unilil	30.000	0,49	Unilil	MA
6. Pedra	20.000	0,33	Jequitá	PA
7. Araras	4.000	0,07	Bertuba	CE
8. Curumá	3.520	0,06	Curumá	PB
9. Piloto	2.000	0,03	Paulo Afonso	BA
TOTAL PARCIAL	5.641.520	92,88		
<b>B) TERMELÉTRICAS</b>				
1. Camacari	220.000	4,77	Camacari	BA
2. Bonfi	142.000	2,35	Rocife	PE
TOTAL PARCIAL	422.000	7,12		
TOTAL INSTALADAS	6.063.520	100,00		
<b>II - EM CONSTRUÇÃO</b>				
<b>A) HIDRELÉTRICAS</b>				
1. Itaparica	1.500.000	-	-	-
2. Xingó	3.000.000	-	-	-
3. Pádua do Cavalão (CPI)	300.000	-	(Rio Paraguaçu)	-
4. Itapebi	610.000	-	(Rio Jamilândia)	-
5. Boa Esperança (ampliação)	126.000	-	(Rio Parnaíba)	-
TOTAL PARCIAL	5.536.000			
<b>B) TERMELÉTRICAS</b>				
Usinas Flutuantes	300.000			
TOTAL PARCIAL	5.836.000			
TOTAL GLOBAL	11.900.000			

(\*) Não está incluído o Maranhão, ligado à Eletrobrás, com um consumo anual atual de 150 MW.

Mesmo, pois, que o próximo período chuvoso da bacia do São Francisco não seja muito favorável, talvez não se retorne ao racionamento no ano de 1988, desde que se garantam os meios para a:

1º — duplicação da 2ª Linha de Transmissão de 500 KV entre Tucuruí e Presidente Dutra (interligação N/NE) até 30 de março de 1988;

2º — duplicação da Linha de Transmissão de 500 KV entre Sobradinho e Itaparica até 30 de junho de 1988;

3º — entrada em operação das unidades geradoras nº 5, 8, 9 e 10 da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, de acordo com o seguinte cronograma:

≠ 5: 1º/12/87

≠ 8: 1º/7/87

≠ 9: 1º/6/88

≠ 10: 1º/12/88;

4º — entrada em operação em 1988 das quatro primeiras unidades geradoras da UHE Itaparica, a primeira delas o mais tarde em abril, para o que impõe-se:

— conclusão dos serviços de conclusão e montagem;

— desocupação da área do reservatório e reassentamento das famílias;

— enchimento do volume morto do reservatório até março de 88;

5º — aquisição e instalação de usinas termelétricas para o sistema Chesf em cerca de 300 MW até dezembro de 1987.

Cabem, entretanto, duas observações:

a) no dia 30 de outubro de 1987 os volumes úteis de Sobradinho e Três Marias estavam a 17,4% e 17,5%, respectivamente;

b) a aquisição das termelétricas foi suspensa pelo Ministro Bresser Pereira sob suspeita de falta de "transparência" no processo licitatório.

Embora, pois, as "obras" estejam com seus cronogramas ajustados e cumpridos, não é difícil se prever a necessidade de retomar o racionamento no início do próximo ano. Alguns senões relativos às dificuldades para o enchimento do volume morto do reservatório de Itaparica poderiam agravar este quadro.

Rigorosamente falando, pois, o déficit de energia no Nordeste hoje, resultado do planejamento setorial com riscos do déficit superior a 10%, é da ordem de 400 KW, o equivalente a 10% do consumo de 4.000 MW do mercado e que se esconde sob o nível de 10%, em média, de racionamento.

Outro fator que poderá incrementar o risco de déficit é o Programa de Irrigação.

Apesar das insistentes afirmações do Ministro da Irrigação Vicente Fialho, de que o programa não compromete a vazão do rio São Francisco para geração de energia, eis o relato do Dr. Drumond Xavier:

"Uma análise preliminar sobre o assunto, efetuada pela Chesf em 1985, por ocasião do lançamento do referido Programa, mostrou que a sua implantação apresentaria os seguintes reflexos para o setor de energia elétrica da Região:

a) acréscimos na demanda de energia que atingirão 4,3% do mercado no ano de 1990, isto sem considerar os seus naturais efeitos multiplicadores;

b) redução da ordem de 18% na capacidade de geração de energia firme nas usinas do rio São Francisco;

c) elevação dos níveis de riscos de déficit de energia que atingiriam valores bastante elevados a partir de 1990 (superiores a 30%);

d) possibilidade de aumento no consumo médio de combustíveis derivados de petróleo para geração de energia elétrica, decorrente da necessidade de intensificar a operação do parque termelétrico da Região."

Ora, diante desta controvérsia, resta-nos, além de registrá-las, evidenciar a magnitude do risco de déficit energético que o Programa de Irrigação traria à Região — 30% —, algo 10 vezes maior ao que a recomendação técnica sugere para o planejamento setorial.

Para o futuro, as condições do mercado estão balizadas pelo Programa Decenal da Chesf, 87/96 e pelo Plano 2010 da Eletrobrás, que o incorpora.

Aí, além da conclusão de Itaparica, com seus 1500 MW, estas seriam as obras de maior importância:

UHE Xingó — Rio São Francisco — 3000 MW — Construção 6 geradores

UHE BOA ESPERANÇA — Rio Parnaíba — 126 MW — Ampliação

CF PEDRA DO CAVALO — Rio Paraguaçu — 300 MW — Construção

Destes, como se vê, a mais importante é Xingó. Esta usina já teve um atraso de 6 anos em seu cronograma. Agora está, prevista a operação da primeira unidade geradora para julho de 1993, vez que as obras só começaram de fato no último mês de março.

Como consequência destes atrasos o risco de déficit a partir de 1992 passou de 7% para 12%, quando em nível nacional este número está em 5%.

Xingó corre o risco, pois, de reeditar Itaparica e racionamento se não houver uma grande mobilização política que o impeça.

Cabe aqui a conclusão do Dr. Drumond Xavier:

"Mais do que isto, há que se reivindicar medidas capazes de reverter as perspectivas atuais, pois não se pode entender que, ao lado das posturas em defesa da redução das desigualdades regionais, se admita como normal o planejamento da expansão do sistema elétrico da Região Nordeste com a consideração de um risco de déficit percentualmente maior do que para as demais regiões do País.

Na verdade, como já foi salientado, isto é o que está ocorrendo para o horizonte de 1992/1993, a partir do Programa de Obras Decenal da Chesf, que foi simplesmente incorporado no Plano 2010 da Eletrobrás, sem a introdução de nenhuma medida corretiva, configurando uma verdadeira discriminação contra o Nordeste.

Mesmo sabendo-se não ser mais possível, tecnicamente, acelerar Xingó para recuperar o tempo perdido, outras alternativas poderiam ser adotadas para reduzir o risco do déficit na Região, ou pelo menos para igualá-lo às demais áreas do País. Embora reconhecendo as dificuldades financeiras que a Nação atravessa, não se pode abdicar do princípio de que o planejamento deve ser feito garantindo-se riscos iguais para todas as regiões."

## IX — CONCLUSÕES

Doze depoimentos foram prestados a esta CPI, culminando com a longa exposição do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, seguido de suas respostas às indagações da Comissão.

Todos os depoentes coincidem em que o atraso nas obras de Itaparica e Xingó foram decisivos para a implantação do racionamento de energia no Nordeste neste ano de 1987. Particularmente, o grande desinvestimento dos anos de 1985 e 1986 na Chesf, em benefício de Itaipu, causou o atraso fatal da entrada em operação da primeira máquina de Itaparica, o que deverá, se o cronograma continuar sendo cumprido à risca, e se o período de chuvas nas cabeceiras do São Francisco for pródigo, ocorrer no primeiro semestre de 88.

Procurei insistentemente saber dos depoentes de quem era a responsabilidade pelo atraso nas grandes obras do Nordeste. Todos os depoentes responsabilizaram, genericamente, as administrações federais anteriores pela tomada de empréstimos que conduziram ao elevado coeficiente de endividamento externo do setor, com o pesado ônus do pagamento dos serviços desta dívida muito abaixo da remuneração real dos investimentos. Mas evitam nominar os responsáveis, sequer dizer se foram as autoridades superiores do próprio setor, ou as das áreas de planejamento ou financeira.

O Ministro Aureliano Chaves foi mais longe. Procurou definir esta responsabilidade entre todos (...), inclusive os membros do Poder Legislativo que aprovaram os Orçamentos da União nos anos em pauta.

Ora, quando todos são responsáveis, ninguém é responsável e a impunidade acaba se impondo. Na verdade, as decisões sobre o setor elétrico nas administrações anteriores estavam enclausuradas no Poder Executivo. O Poder Legislativo estava, e ainda se encontra, impedido de legislar sobre matéria econômico-financeira, transformando-se num mero instrumento de legitimação artificial do Executivo.

Lamentavelmente, à falta de depoimentos esclarecedores, esta CPI não teve meios técnicos para aprofundar suas investigações e chegar aos responsáveis pelos atrasos de obras, decisões de financiamento externo ou transferência de recursos para outras obras e prioridades. Estas investigações deveriam ter chegado à auditoria da dívida externa contraída pelo setor e à análise da oportunidade de aquisições várias de equipamentos. Em vários depoimentos, inclusive do Ministro Aureliano, fizeram-se referências ao fato de que muitas compras foram antecipadas com o mero intuito de captar divisas no exterior que permitissem fechar o Balanço de Pagamentos. Mas não conseguimos, apesar de nossos esforços, descobrir quais foram estas compras e em quanto importaram. Tentamos, por oferecimento e boa vontade do Presidente do TCU, obter respostas a essas indagações, mas verificamos que aquele órgão não dispõe da agilidade necessária para obtê-las.

Tivesse o Poder Legislativo seu próprio órgão de fiscalização técnica e controle contábil e poderíamos ter avançado no cumprimento das atribuições básicas desta CPI: apurar irregularidades ou erros administrativos com os seus respectivos responsáveis.

Neste sentido, aliás, com base no Regimento Interno do Senado Federal, proponho que seja criado um Serviço de Auditoria Especial para as Comissões de Inquérito, segundo modelo anexo de Resolução, composto inicialmente com um número de técnicos igual ao número de Comis-

sões de Inquérito que daria o suporte técnico para suas averiguações e conclusões.

Somos obrigados, pois, a concluir que tanto as administrações anteriores como a atual foram responsáveis por decisões políticas que retardaram as obras de Itaparica e Xingó, as quais resultaram na elevação do risco de déficit no Nordeste e no atual racionamento.

Quanto aos anos de 1985 e 1986, cruciais para o hiato de oferta no ano em curso, conseguimos apurar o desinvestimento graças ao valioso depoimento do Secretário de Minas e Energia de Pernambuco, Dr. Xavier Drumond de Lima.

Reconheceu o Ministro Aureliano este fato em seu depoimento, mas procurou justificá-lo com duas razões complementares:

1º) a imperiosidade de concluir a Usina de Itaipu, sob pena de racionamento do Sul/Sudeste;

2º) a própria inércia dos investimentos anteriores em Itaipu, o que estaria a exigir uma desaceleração gradual de forma a complementá-los.

Fica, pois, a indagação: tivessem os responsáveis pela política energética retomado os investimentos em Itaparica e Xingó, em 1985/86 e não teríamos evitado o racionamento no Nordeste em 1987 e, quem sabe, em 1988?

Quanto às perspectivas para o futuro energético da região, todos os depoimentos coincidem num ponto: os cronogramas de Itaparica e Xingó não comportam nenhum atraso, bem assim as obras de elevação das transferências do Norte para o Nordeste. O Nordeste é uma região carente de potencial hidrelétrico e tem, na interligação com as bacias da Região Norte, sua solução natural no futuro. Preocupa, inclusive, o fato de que o Plano Eletrobrás 2010 não preserve umas dessas bacias — Xingu, por exemplo, que está praticamente à mesma distância do Sudeste que as Bacias de Tapajós e Madeira, para a abertura de um chamado "esforço mínimo crítico" na área energética para o Norte/Nordeste e Centro-Oeste.

O próprio Ministro Aureliano Chaves reafirmou a esta CPI após a conclusão de Itaparica e Xingó, estariam esgotadas as reservas hídricas do Nordeste. Não se deverá, então, preservá-las na Bacia do Xingu? Não seria este, também, um indicador de que deveríamos aprofundar os estudos para o aproveitamento das pequenas possibilidades da margem esquerda do São Francisco e Jequitinhonha que, segundo a Chesf, poderiam, com pequenos investimentos, acrescentar até 35% a capacidade de geração de energia na região? Lamentavelmente, parece que o Ministro das Minas e Energia, ao recuperar-se da omissão quanto ao Nordeste neste ano de 1987, esquece-se de que os anos vindouros são tão prioritários quanto os presentes. Rigorosamente, a questão se centra no que tecnicamente se denomina "risco de déficit", um número resultante da equação paramétrica, onde os parâmetros estão associados à probabilidade de ocorrência de vários fatores do lado da demanda e oferta de energia: renda, população, investimentos, chuvas, etc.

O Plano Eletrobrás 2010 está trabalhando no Nordeste com um risco de déficit de 12%, enquanto este número para as demais regiões gira, no Plano, em torno de 5%, algo pouco maior que o número probabilístico de 3%, considerado satisfatório para o planejamento setorial.

Curiosamente, o Ministro Aureliano minimizou a questão do risco de déficit, considerando-o in-

digno de preocupações sérias. Aqui, tenho que discordar frontalmente do Ministro, respeitando sua grande autoridade sobre o assunto. Mas, desde Einstein, o mundo científico já não gira no campo das determinações, mas no das probabilidades, constituindo, seu cálculo, tão rigoroso quanto o cálculo das determinações positivas, um exercício definitivo para a superação do reino da improvisação.

Mais uma vez é decisivo para esta Comissão de Inquérito o valioso pronunciamento do Dr. Xavier Drumond. Denuncia ele que a discriminação do planejamento setorial da Eletrobrás para o Nordeste se está fazendo a taxas de risco de déficit muito superiores que as do Centro-Sul. A tentativa de encobrir a importância deste fato, na minimização da importância do indicador, é tão grave quanto a de se programar diferentes riscos de déficit para distintas regiões.

O risco de déficit, agravado pelo hiato de oferta em 1986, é um elemento crucial nas decisões de investimento do Nordeste. Esta região não só está perdendo investimentos neste ano, como, também, nos próximos anos. Há, portanto, que se programar a oferta futura de energia para o Nordeste com garantia de risco de déficit igual ao das demais regiões brasileiras, sob pena desta região sofrer ainda mais as consequências de seu atraso e subdesenvolvimento.

Em outras circunstâncias financeiras e econômicas do País seria até o caso de reivindicar uma folga de energia à região, que incentivasse o seu desenvolvimento industrial e tecnológico. Mas, admitamos, este não é o momento para tanto. Mas, sim, não podemos admitir um risco de déficit no Nordeste maior que o do Centro-Sul.

De outra parte, o risco de déficit no Nordeste está fortemente condicionado à utilização alternativa da água do rio São Francisco, sobretudo, em modelos de irrigação de 600 mil ha às suas margens — o que deve ser um programa altamente prioritário — com uso de 8 m³/ha, que podem elevar o risco de déficit a níveis de 30%. O Ministro Aureliano Chaves, neste sentido, foi muito enfático em seu depoimento, contrariando frontalmente o Ministro da Irrigação, Vicente Fialho. Para o Ministro Aureliano, em primeiro lugar, há desentrosamento com o Ministério da Irrigação e, segundo, não há estudos confiáveis nem decisões sobre o modelo de irrigação no Nordeste. Disse, textualmente, o Ministro Aureliano Chaves, que não sabe qual o modelo de irrigação a ser utilizado e que, só conhecendo este dado, é que poderia saber da importância do projeto na vazão do São Francisco, para o aproveitamento de energia. Este desentrosamento é altamente prejudicial ao País e um péssimo exemplo da ação administrativa deste governo.

Portanto, estamos trabalhando no Nordeste com uma grande indeterminação no modelo energético.

Finalmente, diante das sucessivas recomendações e mesmo pressões para que se efetivassem as aquisições das Usinas Termelétricas flutuantes, que poderiam acrescentar cerca de 300 mW potência ao sistema do Nordeste, número que, se efetivado, contribuiria para amenizar o racionamento e eliminá-lo em 1986, o Ministro Aureliano Chaves confirmou que os considera indispensáveis e complementares ao sistema implantado, mas justificou seu obstinado e definitivo veto à

compra de equipamentos usados, tais como os definidos. Esta decisão, embora soberana do Senhor Ministro, eleva, a curto prazo, os riscos de déficit.

Em resumo, esta CPI trabalhou incansavelmente sobre a questão energética no País e no Nordeste, concluindo pela:

1º) Necessidade de fortalecer as atribuições da CPI e a sua capacitação para melhor analisar, e com profundidade, as contas públicas em questão, o que aponta para a imediata criação de um Serviço Especial de Auditoria à CPI, de forma a fortalecer institucionalmente o Senado Federal no momento em que o Parlamento recupera e amplia suas prerrogativas; os requerimentos de informação da CPI não surtem respostas satisfatórias, tal como o comprovou a experiência desta Comissão;

2º) Identificação do atraso das obras de Itaparica e Xingó como causadoras do racionamento implantado em 1986 no Nordeste, sendo responsáveis as autoridades econômicas, financeiras e setoriais dos governos dos ex-Presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, que impuseram ao setor elétrico do País uma dupla perda decorrente de dietas tarifárias e elevados ônus do endividamento externo, que reduziram a rentabilidade do setor em níveis de até 4%, insuficientes para realimentar o processo de expansão planejada;

3º) Responsabilização, igualmente, das autoridades responsáveis pela manutenção de um irrealismo tarifário no setor elétrico nacional, com grandes perdas a todas as suas empresas e vital paralisação diante das grandes tarefas de formação de capital social básico para o desenvolvimento do País e suas regiões;

4º) Responsabilização dos responsáveis pela política energética, pela decisão de concentrar os recursos disponíveis em 1985 e 1986 em obras do interesse do Centro-Sul do País, com inevitáveis prejuízos ao Nordeste, derivados da elevação dos riscos de déficit na região, prejuízos estes que devem ser calculados pela agência regional de desenvolvimento, Sudene, Governos Estaduais e, notadamente, concessionárias de energia (que perderão, neste ano, cerca de Cz\$ 2 bilhões) e cobrados a título de indenização junto ao Governo Federal.

5º) Equalização, imperiosa e necessária, dos riscos de déficit de energia para todo o Brasil, prévia definição do modelo de irrigação a ser definitivamente adotado às margens do São Francisco e entrosamento entre as autoridades e técnicos do Ministério da Irrigação e do Ministério das Minas e Energia.

6º) Proibição a implantação, com estímulos, subsídios e incentivos governamentais, de qualquer espécie de indústria de alto consumo de eletricidade no Nordeste, sem audiência do Congresso;

7º) Realização de auditoria contábil sobre os empréstimos externos contraindo pela Eletrobrás e subsidiárias, entre 1975 e 1985.

8º) Definição de uma Política Industrial para o Nordeste, que tenha em consideração suas limitações de oferta de energia e elevado nível de desemprego.

9º) Reativação do papel da Sudene como órgão central de planejamento regional do Nordeste e ativo participante das políticas setoriais do Governo Federal na região, aí incluída sua co-gestão

na alocação de recursos do FINSOCIAL, PIS, FND e sobretudo o PROTERRA, cuja programação deverá incorporar o Projeto de Lei Orçamentária Anual do Executivo sujeito a apreciação e voto do Congresso Nacional.

10º) Deflagração de um diálogo da União com o Congresso Nacional, Comunidade Científica e Governos Estaduais e comunidade, sobre alternativas energéticas para o Nordeste Ano 2000, principalmente no tocante ao aproveitamento das seguintes fontes:

- a — energia solar;
- b — energia nuclear;
- c — biomassa;

d — aproveitamento das pequenas possibilidades hídricas à margem esquerda do rio São Francisco e no rio Jequitinhonha;

- e — energia eólica;

f — aproveitamento do resíduo asfáltico da Refinaria Landulfo Alves.

11º) Definição de uma política de saneamento financeiro para o setor elétrico, com forte aporte de recursos da União ao Sistema Eletrobrás, de forma a aliviar o ônus do endividamento externo sobre as tarifas e a elevar a rentabilidade média do setor; afinal, desde que comprovado o uso do setor elétrico para fins de fechamento do Balanço de Pagamentos no passado, com a ocorrência de grandes perdas ao sistema, nada mais justo do que deflagrar, agora, uma política de Recuperação Setorial compatível com um Plano de Saneamento Financeiro amplamente sustentado com recursos do Tesouro Nacional. Isto não só conduziria à retomada dos investimentos e redução dos altos riscos de déficit como o faria redistribuindo o impacto inflacionário sobre o déficit público, sem pressões cumulativas, portanto, sobre os custos empresariais e pessoais.

Sala das Comissões, em 4 de dezembro de 1987. — **José Agripino** —, Presidente — **Jutahy Magalhães** —, Relator — **Dirceu Carneiro** — **Cid Sabóia de Carvalho** — **Aluizio Bezerra** — **Divaldo Surugy** — **Mansueto de Lavor**.

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1987

**Cria, nos termos do art. 170, alínea "a", do Regimento Interno, Comissão de Inquérito, para os fins que especifica.**

**Art. 1º** É criada Comissão de Inquérito destinada a investigar:

a) as consequências econômicas e sociais, para parte da Região Norte, toda a Região Nordeste e o Estado de Goiás, do racionamento de energia elétrica, determinado na Portaria nº 94, de 27-1-87, do Ministro das Minas e Energia;

b) as soluções, de curto prazo, que impeçam a manutenção desse racionamento e sua ampliação a outras Regiões do País;

c) a política vigente para o setor elétrico;

d) as soluções de curto, médio e longo prazos, para a retomada do crescimento do setor, implicando toda uma revisão dessa política.

**Art. 2º** A Comissão terá 9 (nove) membros, observada a proporcionalidade da representação partidária.

**Art. 3º** O prazo de duração da Comissão será de 60 (sessenta) dias.

**Art. 4º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1987. — **Jutahy Magalhães** — **Meira Filho** — **Leopoldo Peres** — **Maurício Corrêa** — **Leite Chaves** — **Luiz Viana** — **Nelson Wedekin** — **Jamil Haddad** — **João Calmon** — **Ronaldo Aragão** — **Aluizio Bezerra** — **Mário Maia** — **Pompeu de Sousa** — **Mauro Borges** — **Dirceu Carneiro** — **José Ignácio Ferreira** — **Alfredo Campos** — **José Fogaça** — **Lourenberg Nunes Rocha** — **Francisco Rolemberg** — **Nelson Carneiro** — **José Richa** — **Iram Saratva** — **Mauro Benevides**.

## ANEXO 2

**RESPOSTA DO PRESIDENTE DA ELETROBRÁS À SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO OFÍCIO Nº 12/87, SOBRE ENDIVIDAMENTO EXTERNO DA ELETROBRÁS.**

OF. Nº 12/87 — CPIEE

Brasília, 9 de julho de 1987.

Ilmo. Sr.

Dr. Mário Penna Bhering

MD. Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás

Av. Presidente Vargas, 642 — 4º andar  
Rio de Janeiro — RJ

Sr. Presidente,

Na qualidade de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste, tendo em vista a necessidade da prestação de alguns esclarecimentos adicionais, além dos que V. Sª já prestou em seu valioso depoimento nesta CPI, solicito que forneça as seguintes informações complementares:

1 — qual o número de operações de empréstimos externos realizados pela Eletrobrás, seu montante e as compras vinculadas a esses empréstimos, nos últimos 12 (doze) anos?

2 — em relação à informação solicitada no item anterior, deve ela discriminar o material comprado, valores respectivos, finalidade específica, época de aquisição do referido material, se já foi utilizado ou quando o será, onde se encontra o material ainda não utilizado e se há deterioração ou sua imprestabilidade atual, quanto já pagamos de juros sobre os empréstimos externos ou quanto ainda pagaremos de juros;

3 — por quem foram autorizados os empréstimos referidos no item 1 acima, mencionando todas as autoridades do setor de energia e da área econômica do Governo responsáveis pelos respectivos atos autorizativos;

4 — com referência ao caso de Três Ilmões, revelado em entrevista à televisão pelo atual Ministro do Planejamento, quando afirmou que foram comprados 8 geradores e somente 3 ou 4 serão utilizados, prestar informações detalhadas desse caso, esclarecendo quanto estamos pagando de juros sobre isto;

5 — segundo V. Sª, em seu depoimento nesta CPI, algumas empresas concessionárias do setor elétrico não estão recolhendo a quota relativa à

Reserva Global de Garantia — RGG (Fundo de Compensação) sobre o que desejo saber quais são essas empresas, desde quando não recolhem e qual o valor atual do débito.

Na expectativa de uma resposta, a mais urgente possível às questões aqui formuladas tendo em vista a elaboração de meu Relatório, aproveito o ensejo para registrar minhas expressões de apreço e consideração a V. Sª — Senador **Jutahy Magalhães**.

OF. Nº 17/87 — CPIEE

Brasília, 2 de setembro de 1987

Exmº Sr.

Senador José Agripino

DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Energia Elétrica  
Senado Federal

Senhor Presidente,

Na qualidade de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste, tendo em vista a necessidade da prestação de novos esclarecimentos para a elaboração de meu Relatório, solicito a V. Exª que encaminhe ao Tribunal de Contas da União o presente Ofício, a fim de que aquela Corte de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, responda às seguintes questões:

1 — qual o número de operações de empréstimos internos e externos realizados pela Eletrobrás, seu montante, e que compras foram vinculadas a esses empréstimos, nos últimos 12 (doze) anos?

2 — com referência à informação solicitada no item anterior, deve ela discriminar o material comprado, valores respectivos, finalidade específica, época de aquisição do material, se já foi utilizado ou quando o será, onde se encontra o material ainda não utilizado e se há deterioração ou sua imprestabilidade atual, quanto já pagamos de juros sobre os empréstimos externos ou quanto ainda pagaremos de juros;

3 — de quem é a responsabilidade pelas autorizações dos empréstimos referidos no item 1 acima, mencionando-se todas as autoridades do setor de energia e da área econômica do Governo durante os períodos correspondentes aos atos autorizativos; 4 — quanto representam os investimentos globais em energia nuclear, especialmente os relacionados com captação de recursos via empréstimos externos, para o setor de energia como um todo?

5 — a aplicação de recursos no programa nuclear brasileiro prejudicou o fluxo de investimentos para o setor elétrico? Qual o montante do prejuízo, se houve, em relação aos últimos 12 (doze) anos? Qual o montante da dívida com os investimentos em energia nuclear teria sido lançado à conta da Eletrobrás ou de empresas do setor elétrico?

Na expectativa de uma resposta, a mais urgente possível às questões aqui formuladas, aproveito o ensejo para renovar minhas expressões de apreço e consideração a V. Exª — Senador **Jutahy Magalhães**.

OF: Nº 019/87 — CPIEE

3 de setembro de 1987

Ilm. Sr.

Ministro Fernando Gonçalves

DD. Presidente do Tribunal de Contas da União

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste, encaminho, em anexo, questões formuladas pelo Senhor Senador Jutahy Magalhães, Relator da Comissão, a fim de que seja informado com a máxima brevidade.

Informo, ainda, que o prazo da referida Comissão foi prorrogado tendo em vista a necessidade de tais esclarecimentos para a feitura do seu relatório.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sª protestos de estima e consideração. — Senador José Agripino, Presidente.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A

PRE — 612/87

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1987

Exm. Sr.

Senador Jutahy Magalhães

Senado Federal

Brasília — DF

Prezado Senhor:

Fazemos referência ao Ofício nº 012/87 — CPIEE, de V. Exª, na qualidade de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste, e apresentamos, a seguir, as informações adicionais solicitadas.

Quanto ao item 1, o quadro a seguir mostra os empréstimos em moeda estrangeira no período 1976-1987.

ANO		EMPRÉSTIMOS EM MOEDA		BENS E SERVIÇOS	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1976			US\$	140,682,049	11
1977	US\$ DM	304,000,000 150,000,000			3
1978	US\$ DM Y KD	500,000,000 150,000,000 15,000,000,000 10,000,000	US\$	125,038,836	6
1979	US\$ DM SWFR Y	500,000,000 100,000,000 80,000,000 30,000,000,000			7
1980	US\$	420,000,000			2
1981	US\$ FL CAN\$ DM	349,000,000 50,000,000 50,000,000 80,748,000	US\$	54,000,000	5
1982	US\$ DM	492,000,000 345,000,000	US\$	182,700,000	9
1983	US\$ CAN\$	342,874,000 24,474,119	US\$	473,400,000	5
1984	US\$ ECU Y DM	768,948,926 6,073,120 43,409,788,545 58,210,556			10
1985	US\$ Y CAN\$	235,666,601 6,043,253,076 13,000,000	US\$	712,000,000	5
1986			US\$	73,000,000	1
1987	US\$ Y	109,940,173 6,064,574,716	US\$	122,000,000	3

Com relação ao item 2, estamos aguardando das diversas empresas as listagens de todas as compras de equipamento feitas com empréstimos externos, para que possamos levantar com cada empresa compradora a lista dos equipamentos adquiridos, sua destinação e seu estado atual.

Em resposta à solicitação contida no item 3 do Ofício nº 012/87-CPIEE, de 9-7-87, informamos que:

a) no setor de energia:

a-1) todas as operações de empréstimos externos realizadas pela Eletrobrás são contratadas com base em autorizações concedidas pelo Conselho de Administração da empresa (Artigo 23, item e, dos Estatutos);

a-2) considerando o disposto no Decreto-Lei nº 1.312, de 15-2-74, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.558, de 17-6-77, o Ministério das Minas e Energia, como titular do Ministério ao qual está subordinada a Eletrobrás, concorda, no âmbito do setor de energia, que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e, atualmente, o Ministério da Fazenda, reconheça a prioridade do programa ou projeto a que se destina a contratação do empréstimo externo;

b) na área econômica:

b-1) todas as negociações visando à contratação de empréstimos externos da Eletrobrás foram autorizadas, até 1979, pela Comissão de Empréstimos Externos — CEMPEX, de acordo com o previsto no Decreto nº 65.071, de 27-8-69. A CEMPEX era integrada por representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A. e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Com a extinção da CEMPEX (artigo 7º do Decreto nº 84.128, de 29-10-79), o credenciamento das entidades interessadas na contratação de operações de crédito externo, com vistas ao início das negociações com entidades financeiras no exterior, passou a ser incumbência do Banco Central do Brasil (parágrafo 1º do artigo 7º do Decreto nº 84.128);

b-2) obedecendo ao contido no artigo 4º do Decreto-Lei nº 1.312, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.558, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ex-Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, se pronunciava sobre o grau de prioridade dos programas e projetos do setor a que se destinaram todas as operações contratadas pela Eletrobrás no período. O reconhecimento da prioridade específica é concedido com base em parecer emitido pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais — SEST (item V do artigo 4º do Decreto nº 84.128). Anteriormente, o parecer era da alçada da CEMPEX. Com o advento do Decreto nº 94.159, de 31-3-87, o reconhecimento da prioridade necessária para a contratação dos empréstimos passou a ser concedido pelo Ministério da Fazenda;

b-3) considerando, ainda, que a quase totalidade dos empréstimos externos contraiados pela Eletrobrás nos últimos 12 (doze) anos tem a garantia do Tesouro Nacional, as contratações foram apreciadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional previamente à aprovação, pelo Ministro da Fazenda, da operação e consequente autorização da concessão da garantia da República Federativa do Brasil, pelo referido Ministro.

Em relação ao item 4, solicitamos que as informações sejam pedidas à CESP — Companhia Energética de São Paulo, empresa estadual que realizou as operações de empréstimos e compra de equipamentos diretamente, sem intervenção da Eletrobrás.

Sobre o item 5 do ofício acima referido, vimos informar, através do quadro abaixo, a posição atualizada, até 31-7-87, do inadimplemento das empresas concessionárias de energia elétrica para com o recolhimento de cotas da Reserva Global de Garantia — RGG.

EMPRESA	PERÍODO DO DÉBITO	MONTANTE DO DÉBITO - Cx\$		
		PRINCIPAL	MULTA	TOTAL
CELPE	ABR a JUN e AGO/86;			
	MAR a JUN/87	117.127.982,74	37.853.652,40	154.981.635,14
CPFL	MAR a JUN/87	31.816.096,37	9.456.724,72	41.272.821,09
ENERSITE	MAR a JUN/87	30.694.725,24	8.939.593,39	47.634.318,63
CESP	1981, 1983 a 1986;			
	JAN a MAR/87	434.552.089,07	493.005.924,77	927.558.003,84
ELETROPÁULO	1980, 1984, 1985 e			
	1986-JAN a JUN/87	2.504.900.691,74	3.262.999.120,23	5.847.899.819,97
COPEL	MAR a ABR/87	75.604.688,06	57.982.382,90	133.587.070,96
CELESC	MAR a JUN/87	141.317.611,02	29.288.964,58	170.606.775,60
CEB	JUN e JUL/86;			
	FEV a JUN/87	105.962.186,55	54.667.419,01	160.629.605,56
CELIA	1980 a 1985; JUN/87	14.968.917,56	141.049.287,76	156.818.205,32
COELBA	ABR/87	-	598.018,67	598.018,67
SUL MINEIRA	MAR/87	504.656,73	504.656,73	1.009.313,46
V. GRANDE	1980	81.707,18	81.707,18	163.414,36
CEL	1983, 1984 e 1985	-	55.886.675,95	55.886.675,95
MOCOCA	MAR/87	1.483.066,61	1.483.066,61	2.966.133,22
COCEL	1980, 1982 e 1983	1.376.536,93	1.376.536,93	2.753.073,86
CFEE	1983, 1984 e 1985	437.225.501,92	437.225.501,92	874.451.003,84
T O T A I S		3.985.616.657,72	4.593.199.231,75	8.578.815.889,47

Complementando as informações precedentes, passamos a informar, também, a situação de cada empresa relacionada, quanto ao recolhimento das cotas estabelecidas pelo Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica — DNAEE:

#### 1 — Companhia Energética de Pernambuco — Celpe

##### • 1986

Janeiro, setembro a dezembro (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Fevereiro a março e julho (recolhimento normal)

Abril a junho e agosto (não recolhimento das cotas)

##### • 1987

Janeiro (não teve cota estabelecida para recolhimento)

Fevereiro (recolhimento normal)

Março a junho (não recolhimento das cotas)

#### 2 — Companhia Energética de Alagoas — CEAL

##### • 1987

Janeiro e fevereiro (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Março a junho (não recolhimento das cotas)

#### 3 — Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S.A. — Energipe

##### • 1987

Janeiro e fevereiro (recolhimento normal)

Março a junho (não recolhimento das cotas)

#### 4 — Companhia Energética de São Paulo — CESP

##### • 1981, 1983 a 1986

(recolhimento do principal, deve multa)

##### • 1987

Janeiro a março (não recolhimento das cotas)  
Abril a junho (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

#### 5 — Eletricidade de São Paulo S.A. — Eletropaulo.

##### • 1980, 1984 e 1986

(recolhimento do principal, deve multa)

##### • 1985

Janeiro a abril (recolhimento do principal, deve multa)

Agosto a outubro (recolhimento normal)

Junho e julho (não recolhimento das cotas)

Maio (recolhimento de parte da cota estabelecida)

Novembro e dezembro (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

##### • 1987

Janeiro a junho (não recolhimento das cotas)

#### 6 — Companhia Paranaense de Energia — Copel

##### • 1987

Janeiro, maio e junho (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Fevereiro (recolhimento normal)

Março e abril (não recolhimento das cotas)

#### 7 — Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. — Celes

##### • 1987

Janeiro e fevereiro (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Março e junho (não recolhimento das cotas)

#### 8 — Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB

##### • 1986

Janeiro, outubro a dezembro (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Fevereiro a maio, agosto e setembro (recolhimento normal)

Junho (não recolhimento da cota)

Julho (recolhimento do principal, deve multa)

##### • 1987

Janeiro (não teve cota estabelecida para recolhimento)

Fevereiro a junho (não recolhimento das cotas)

#### 9 — Centrais Elétricas de Goiás S.A. — CELG

##### • 1980 a 1985

(recolhimento do principal, deve multa)

##### • 1986

(não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

##### • 1987

Janeiro, abril e maio (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Fevereiro e março (recolhimento normal)

Junho (não recolhimento da cota)

#### 10 — Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — Coelba

##### • 1987

Janeiro a março, maio e junho (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Abril (recolhimento do principal, deve multa)

#### 11 — Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica

##### • 1987

Janeiro, abril a junho (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Fevereiro (recolhimento normal)

Março (não recolhimento da cota)

#### 12 — Companhia Força e Luz Volta Grande

##### • 1980

(não recolhimento das cotas)

##### • 1981 a 1987

(não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

#### 13 — Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL

##### • 1983 a 1985

(recolhimento do principal, deve multa)

##### • 1986

Janeiro, março a dezembro (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Fevereiro (recolhimento normal)

##### • 1987

Janeiro a maio (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Junho (recolhimento normal)

#### 14 — Companhia Luz e Força de Mococa

##### • 1987

Janeiro e fevereiro e abril a junho (recolhimento normal)

Março (não recolhimento de parte da cota)

#### 15 — Companhia Campoparaquense de Eletricidade — Cocel

##### • 1980 a 1983

(não recolhimento das cotas)

##### • 1984

(recolhimento normal)

##### • 1985

Janeiro a novembro (recolhimento normal)

Dezembro (não teve cota estabelecida para recolhimento)



## • 1986

Janeiro a março (não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

Abril a dezembro (recolhimento normal)

## • 1987

Janeiro a junho (recolhimento normal)

## 16 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE

## • 1983 a 1985

(não recolhimento das cotas)

## • 1986

(não teve cotas estabelecidas para recolhimento)

## • 1987

(não teve cotas estabelecidas para recolhimento).

Finalizando, torna-se oportuno esclarecer que a Eletrobrás encaminha normalmente, às empresas inadimplentes, a posição atualizada dos débitos das Reservas Globais de Garantia e de Reversão, bem como ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sendo que os dois últimos órgãos recebem os relatórios para fazer cumprir o disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 1.849, de 13-1-81, que proíbe a concessão de empréstimos com recursos da Reserva Global de Reversão e operações de crédito internas ou externas às empresas em débito com os recolhimentos às reservas citadas.

Assim que sejam recebidas das empresas as informações solicitadas no item 2 do Ofício nº 012/87 — CPIEE, estas serão remetidas a V. Exª

Aproveitamos o ensejo para renovar a V. Exª a expressão de nossa consideração e apreço. — **Mário Penna Bhering**, Presidente.

## ANEXO 3

**RESPOSTA DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO À SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO OFÍCIO CPIEE 017/87, SOBRE INVESTIMENTOS DE FURNAS NAS USINAS NUCLEARES ANGRA I, II e III.**

Aviso nº 405-SP/87

Reservado 10 de setembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor

Senador José Agripino

DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Nesta

Senhor Presidente,  
Refiro-me ao Ofício nº 019/87-CPIEE, de 03 de setembro corrente, dessa origem, para comunicar a V. Exª que, diante da informação da Unidade Técnica competente deste Tribunal de que, presentemente, não dispõe de todos os dados requeridos pelo Exmº Sr. Senador Jutahy Magalhães, determinei a realização de inspeção especial, a fim de obtê-los com a máxima brevidade possível.

Ao enfatizar os altos propósitos de colaboração deste Tribunal com o Egrégio Senado da República, apresento a V. Exª os protestos de estima e consideração. — **Fernando Gonçalves**, Presidente.

## Diretoria

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1987

N.Ref.: DPE.0447.87

Exmº Sr.

Senador José Agripino

DD. Presidente da Comissão Parlamentar

de Inquérito de Energia Elétrica

Senado Federal

Brasília — DF

Assunto: Atendimento a técnicos do Tribunal de Contas.

Prezado Senhor,

1. Através da carta DPE.429.87, de 05-10-87, encaminhamos a V. Exª uma cópia das informações solicitadas pela equipe de inspeção do Tribunal de Contas da União, com base no OF. nº 017/87 — CPIEE, do Senador Jutahy Magalhães a Exª, bem como das fornecidas por Furnas.

2. Em 15-10-87, por intermédio do Ato de Requisição nº 03 (Anexo I), aquela equipe solicitou-nos novas informações, as quais estamos atendendo nesta data conform carta DPE.446.87 (Anexo II).

3. Renovamos a V. Exª os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, **João Camilo Penna**, Presidente.

Presidente

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1987

N.Ref.: DPE.429.87

Exmº Sr.

Senador José Agripino

DD. Presidente da Comissão Parlamentar

de Inquérito de Energia Elétrica

Senado Federal

Brasília — DF

Assunto: Atendimento a técnicos do Tribunal de Contas da União

Prezado Senhor:

1. Com base no OF. nº 017/87 — CPIEE, do Senador Jutahy Magalhães a V. Exª, recebemos a visita de 3 (três) Técnicos de Controle Externo, lotados na Secretária de Auditoria — SAUDI. 9ª Inspeção-Geral de Controle Externo — e na Inspeção Regional de Controle Externo do Rio de Janeiro.

2. A Furnas foram solicitadas algumas informações, através do Ato de Requisição nº 01, de 30-09-87 (Anexo I).

3. Nesta data, por intermédio da carta DP. E.426.87 (Anexo II), fornecemos, àquela equipe de inspeção do Tribunal de Contas da União, as informações solicitadas no citado Ato.

4. Renovamos a V. Exª os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, **João Camilo Penna**, Presidente.

05-out-87

Anexo a carta DPE. 0426.87

Furnas — Centrais Elétricas S.A.

Informação para atendimento ao ato de requisição nº 01, de 30-9-87, do T.C.U. — 9a. Inspeção Geral de Controle Interno — RJ  
Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto — Unidade I (Angra I)  
Investimentos Realizados de 1975 A 1986 — Valores em Cz\$

Ano de Aquisição	INVESTIMENTO			Total
	Custos Históricos		Taxa Média	
	Em moeda Nacional	US\$/Cz\$	Em moeda Estrangeira	
1975	683.043,39	0,00394	387.161,14	990.204,53
1976	650.192,09	0,01076	261.767,21	911.559,30
1977	2.810.328,35	0,01437	231.927,36	2.242.255,71
1978	2.056.347,77	0,01601	010.224,24	3.674.572,01
1979	3.813.881,56	0,02507	598.660,95	4.412.542,51
1980	3.590.312,67	0,05363	1.461.494,81	5.061.807,40
1981	10.385.159,63	0,10102	1.319.712,45	11.704.872,08
1982	14.058.918,26	0,16339	970.771,94	15.029.690,20
1983	23.971.315,47	0,02307	14.578.659,62	38.549.975,09
1984	75.323.314,63	2,91818	39.018.637,34	114.141.951,97
1985	20.973.949,25	6,53100	154.570.204,03	175.552.153,20
1986	939.848.368,29	14,89	124.314.854,93	1.064.163.223,22
Total	1.098.075.131,36		330.366.076,02	1.436.435.207,38

## NOTAS:

1. O "Investimento Total", foi obtido através da posição contábil do Ativo Imobilizado em agosto de 1987, selecionando-se os registros com datas de aquisição de 1975 a 1986. No ano de aquisição de 1983, além do valor informado de Cz\$ 38.549.975,09, faz parte do custo do projeto no Ativo Imobilizado, o montante de Cz\$ 428.079.045,92, referente a Variação Cambial Excedente a Variação da OTN, registrado em confor-

midade com Decreto nº 2.029, de 9-6-83 e Portaria DNAEE nº 020, de 31-1-84.

2. O valor correspondente aos custos excedentes a opção hidrelétrica, transferido para o Ativo Realizável — União Federal, conforme Decreto nº 91.981, de 25-11-85 e Ofício DNAEE/DG nº 1.698, de 18-12-85, está representado por crédito em separado no Ativo Permanente e não foi considerado a fim de não distorcer o Total do Investimento no projeto.

3. Outras parcelas registradas no Ativo Permanente e não agregadas no Investimento Total.

3.1. Variação Cambial Excedente 1979 — Decreto nº 1.733, de 20-11-79 e Portaria DNAEE nº 155, de 28-12-79 — Ativo Imobilizado;

3.2. Despesas de Remuneração das Imobilizações em curso. Instrução Geral nº 52 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, Decreto nº 82.962, de 29-12-78 — Ativo Diferido.

4. Estão incluídos em Moeda Nacional os oriundos de Repasses Eletrobrás. 21-out-87

Furnas — Centrais Elétricas S.A. Informação para atendimento ao ato de requisição nº 03, de 15-10-87, do T.C.U. — 9a. Inspeção Geral de Controle Externo — RJ Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto — Unidades II e III Investimentos Realizados de 1975 a 1986 — Valores em Cz\$

INVESTIMENTO				
Custos Históricos				
Ano de Aquisição	Em Moeda Nacional	Moeda Média: US\$/Cz\$	Em Moeda Estrangeira	Total
1975	3.103,01			3.103,01
1976	(1.770.657,24)	0,01144	2.571.464,34	777.007,10
1977	767.795,16	0,01434	267.457,40	1.035.252,56
1978	2.769.417,04	0,01050	692.274,32	3.461.691,36
1979	3.523.370,54	0,02532	1.189.566,76	4.712.937,30
1980	5.467.740,80	0,05001	1.345.179,26	6.812.920,06
1981	1.766.269,01	0,07405	2.625.053,92	4.391.322,93
1981	(148.729,27)		(0.452.727,70)	(0.599.456,97)
1982	4.271.527,00			4.271.527,00
1983	3.315.717,69			3.315.717,69
1984	15.601.029,47			15.601.029,47
1985	37.262.317,30			37.262.317,30
1986	179.606.770,11			179.606.770,11
Total	252.500.982,22		239.062,40	252.740.044,62

#### NOTAS:

1. O "Investimento Total" foi obtido através da posição contábil do Ativo Imobilizado em agosto de 1987, selecionando-se os registros com datas de aquisição de 1975 a 1986.

2. O crédito de Cz\$ 8.593.458,97, destacado no ano de aquisição 1981, corresponde a baixa do total dos empréstimos assumidos pela Nuclebrás, sendo Cz\$ 8.452.729,70 em moeda estrangeira, valorizados em julho/81.

3. Além dos valores apresentados no presente demonstrativo, também estão registrados no Ativo Imobilizado em Curso, como do empreendimento, os seguintes valores:

3.1. Faturamento da Nuclebrás referentes aos contratos de empreitada global e da carga inicial de combustível nuclear, no valor de:

1981 — Cz\$	53.881.982,72
1982 — Cz\$	73.545.874,46
1983 — Cz\$	42.090.851,38
1984 — Cz\$	253.257.019,03
1986 — Cz\$	2.523.238.441,56

Cz\$ 2.946.014.169,15

3.2. Variação Cambial Excedente a variação da OTN — Decreto nº 2.029, de 9-6-83 e Portaria DNAEE nº 020, de 31-1-84, no valor de Cz\$ 444.635.346,40, referente ao ano de 1983.

4. Outras parcelas registradas no Ativo Permanente (Imobilizado e Diferido) e não agregadas no "Investimento Total":

4.1. Variação Cambial Excedente a variação da OTN de 79 — Decreto nº 1.733, de 20-11-79 e Portaria DNAEE nº 155, de 28-12-79.

4.2. Despesa de Remuneração das Imobilizações em Curso — Instrução Geral nº 52 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, Decreto nº 82.962, de 29-12-78.

4.3. Diferimento dos Efeitos Inflacionários, dos Encargos Financeiros e da Remuneração das Imobilizações em Curso — Portaria DNAEE nº 250/85, de 12-12-85.

5. Estão incluídos em moeda nacional os recursos oriundos de repasses Eletrobrás.

6. Não está sendo considerado o valor recebido em 1986 de Verba Federal, autorizado pelo Decreto nº 93.544, de 5-11-86, no valor de Cz\$ 2.320.000.000,00 relativos ao reembolso de parte dos gastos efetuados por Furnas em Angra II e III até dezembro de 1980, conforme estabelece o Decreto nº 86.250, de 30-7-81.

7. O valor negativo apresentado em 1976, em moeda nacional se deve a entrada de recursos externos sob a forma de empréstimo em moeda. O excesso de recursos acontecido nesse ano foi utilizado nos anos subsequentes.

#### ANEXO 4

#### RESPOSTA COMPLEMENTAR DO PRESIDENTE DO TCU ÀS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES DA CPI.

25 nov. 1987

Aviso nº 19 — SP/87

#### RESERVADO

A Sua Excelência o Senhor Senador JOSÉ AGRIPINO DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito — racionamento de energia elétrica do Nordeste Senado Federal Nesta

Senhor Presidente, Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o resultado dos trabalhos realizados pela Comissão de Inspeção Especial desta Corte de Contas, designada para recolher nos sistemas Telebrás e Nuclebrás, bem como no Banco Central Do Brasil dados e informações destinados a responder a quesitos propostos por essa digna Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída nessa Câmara Alta, para investigar as causas do racionamento de energia elétrica do Nordeste.

2. Releva notar dois pontos sobre a questão: 1º) que se trata de Relatório parcial, de vez que o Banco Central do Brasil ainda deve as informações solicitadas quanto a financiamento em moeda estrangeira; e

2º) que os dados relativos a Itaipu Binacional foram obtidos indiretamente, pois aquela e outras Entidades, cuja participação da União no capital social é significativa, foram excluídas do controle deste Tribunal, por força da Lei nº 6.525, de 11 de abril de 1978.

3. Finalmente, cabe realçar a dificuldade da Comissão de Inspeção em avaliar se a aplicação de recursos no programa nuclear brasileiro prejudicou o fluxo de investimentos para o setor elétrico, ante a inexistência de estudos prévios de custo/benefício, quando da aprovação dos respectivos projetos.

No momento, é o que se tem disponível para oferecer a Vossa Excelência, renovando-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Fernando Gonçalves, Presidente. Tribunal De Contas Da União

#### RELATÓRIO PARCIAL DE INSPEÇÃO ESPECIAL

I — Introdução 1. **Origem:** Ofício nº 17/87-CPIEE, de 2-9-87, do Relator da CPI da Energia Elétrica, no Senado Federal (fl.).

2. **Período:** 24-9-87 a 16-10-87 (16 dias úteis), no Rio de Janeiro (RJ), e desde 24-9-87 em Brasília (DF).

3. **Órgãos inspecionados:** Eletrobrás, Nuclebrás, Furnas (no Rio de Janeiro), e Banco Central (em Brasília).

4. **Equipe:** a) Luiz Filipe Medeiros (9º IGCE); b) Werber Zehuri (IRCE-RJ); c) Eduardo Duailibe Murci (SAUDI); d) Antonio Liceu Gomes de Oliveira (SAUDI); e) Rafael Blanco Muniz Brandão (SUADI), todos TCE NS-25.

5. **Designação:** Despacho do Exmº Sr. Ministro Presidente do TCU, de 18-9-87 (fls. 3).

6. **Orientação:** a cargo do titular da 9ª Inspeção Geral de Controle Externo — Dr. Humberto de Mendonça Gomes.

#### II — Apresentação

1. O racionamento no fornecimento de energia elétrica na região Nordeste, adotado no ano em curso pelo Governo Federal, ensejou a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, no Senado da República, com vistas à investigação das causas daquela anormalidade.

2. O Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Jutahy Magalhães, Relator da CPI, solicitou ao Presidente daquela Comissão (Senador José Agripino) o auxílio deste Tribunal na resposta aos quesitos formulados no Ofício de fls. 4.

#### III — Desenvolvimento

1. Considerando que os dados a serem fornecidos pelo Banco Central do Brasil não se fizeram presentes em sua totalidade, nesta Corte, são apresentadas a seguir as respostas parciais aos quesitos formulados no Ofício de fls. 5/6;

a) **Item 1** — a Eletrobrás (holding) realizou 64 operações de empréstimos externos nos últimos 12 anos, sendo de US 16.680.041.305,58 o montante dos recursos injetados no sistema (Empresa "holding", Controladas e Coligadas); os empréstimos internos, apurados anualmente e atualizados pela OTN de dezembro de 1986, soma m Cz\$ 21.524.165.034,11 (aproximadamente 94 bilhões de cruzados, em novembro/87) — fls. 7/15;

b) do principal (US\$ 16,68 bilhões), já foram amortizados US\$ 6,09 bilhões, tendo sido pago de juros e comissões o montante de US\$ 8,66 bilhões; o valor dos juros a pagar é indeterminado, em face das taxas flutuantes;

c) **Item 2** — o material comprado e as condições de utilização e conservação estão discriminados nos quadros de fls. 17 e 18, a nível de conjuntos;

d) **Item 3** — as autorizações dos empréstimos externos são de responsabilidade do Minis-

tro-Chefe da SEPLAN e do Ministro da Fazenda, nos termos dos arts. 4º e 6º do Decreto-Lei nº 1.312, de 15-2-74 (fls. 19/20);

e) as autoridades do setor de energia estão relacionadas às fls. 21/4;

f) **Item 4** — os investimentos em energias nuclear e elétrica envolvem, além dos empréstimos, os financiamentos obtidos por ambos os setores; a resposta a este quesito está prejudicada enquanto não for remetida pelo Banco Central a listagem correspondente aos financiamentos de origem externa;

g) **Item 5** — a resposta à primeira indagação é de difícil avaliação, pois as iniciativas para a aplicação de recursos nos setores nuclear e elétrico decorreram de decisões governamentais não precedidas dos competentes estudos, de viabilidade técnica e financeira; a segunda pergunta está igualmente prejudicada, dada a inexistência de parâmetros para aquela quantificação, mormente os indicadores da relação custo/benefício; o terceiro quesito tem como resposta a negativa, dada a ausência dos fatos enunciados.

#### IV — Conclusão

Consideramos os dados obtidos junto ao Banco Central do Brasil, relativos à ITAIPU BINACIONAL, em face da impossibilidade de acessarmos, aquela Empresa: a Lei nº 6.525, de 11-4-78, ao modificar o art. 7º da Lei nº 6.223, de 14-7-75, retirou do Tribunal a atribuição de fiscalização as Entidades de cujo capital votante a União participe de forma igualitária ou minoritária.

Oportunamente, serão presentes ao líder da equipe de inspeção os documentos restantes (relação das autoridades da área econômica e demonstrativos dos financiamentos em moeda estrangeira, nos últimos 12 anos), tão logo liberados pela SEDAP/PR e BCB.

Brasília, DF, 13 de novembro de 1987. — **Luiz Filipe Medeiros**, TCE NS-25, (9ª IGCE).

#### DESPACHO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO-PRESIDENTE

Designo os Técnicos de Controle Externo, NS-25, Eduardo Dualibe Murici, Antonio Liceu Gomes de Oliveira, Rafael Blanco Muniz, Luiz Filipe Medeiros e Werber Zehuri para, mediante inspeção especial nos Sistemas Eletrobrás e Nuclebrás, bem como no Banco Central do Brasil ou em quaisquer órgãos/entidades que as conveniências relativas ao objeto do trabalho determinarem, sob orientação do titular da 9ª Inspeção-Geral de Controle Externo, recolherem, com a máxima urgência, os elementos que possam responder aos quesitos propostos.

A Secretaria de Administração dará o apoio necessário ao desempenho da equipe designada, promovendo, se couber, o pagamento de diárias, auxílio transporte e concessão de passagens aéreas.

Gabinete da Presidência, 18 de setembro de 1987. — **Fernando Gonçalves**, Presidente.

OF. Nº 019/87 — CPIEE

3 de setembro de 1987

Ilmo. Sr.

Ministro Fernando Gonçalves

DD. Presidente do Tribunal de Contas da União.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica do Nordeste, encaminho, em anexo, questões formuladas pelo Senhor Senador Jutahy Magalhães, Relator da Comissão, a fim de que sejam informados com a máxima brevidade.

Informo, ainda, que o prazo da referida Comissão foi prorrogado tendo em vista a necessidade de tais esclarecimentos para a feitura do seu relatório.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex<sup>a</sup> protestos de estima e consideração. — Senador **José Agripino**, Presidente.

**Despacho** em 9-9-87, encaminhe-se à 9ª Inspeção Geral de Controle Externo — **Fernando Gonçalves**, Presidente.

RESUMO: CATEGORIA: TITULO: Nº: 12, DATA: 1987, (IN: 015.1.01) - INSCRIÇÃO: 1987, 11/11/87

Nº CATEG. + IN	DATA RECEBIM. + DCB	VALOR DO INCRÉDITO	VALOR AMORTIZADO	VALOR A AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
141.230,76	07.11.77	250.000.000,00	159.070.984,37	90.929.015,63	278.445.269,76	
141.239,05	20.01.78	54.000.000,00	54.000.000,00	—	39.910.675,00	
141.239,74	06.06.78	250.000.000,00	211.538.461,53	38.461.538,47	238.018.127,10	
141.240,53	30.10.78	35.610.300,01	16.444.523,64	19.165.776,37	19.408.506,201	
141.240,71	27.11.78	250.000.000,00	122.500.000,00	127.500.000,00	235.688.678,45	
141.241,23	01.03.79	400.000.000,00	122.197.802,16	277.802.197,84	372.681.509,35	
141.241,45	06.09.79	71.260.600,02	—	71.260.600,02	39.172.610,70	
141.241,64	19.10.79	71.260.600,02	—	71.260.600,02	42.076.616,27	
141.241,66	24.10.79	54.148.180,99	—	54.148.180,99	22.216.581,31	
141.247,67	25.10.79	100.000.000,00	30.769.230,72	69.230.769,28	84.479.013,24	
141.247,68	09.10.80	400.000.000,00	226.666.666,64	173.333.333,36	274.700.655,39	
141.247,98	23.01.81	20.000.000,00	11.100.000,00	9.900.000,00	11.648.745,18	
141.248,30	01.06.81	24.641.666,66	6.926.293,33	17.715.373,33	19.166.999,64	
141.248,72	31.07.81	300.000.000,00	133.333.333,36	166.666.666,64	204.556.075,33	
141.249,03	09.09.81	37.355.240,41	16.602.332,60	20.752.915,81	23.549.549,48	
141.249,26	08.02.82	93.899.911,03	31.299.970,35	62.599.940,68	42.483.911,60	INDICENTRAL
141.249,29	30.06.82	70.000.000,00	23.333.312,69	46.666.687,31	30.962.377,65	
141.249,59	18.08.82	300.000.000,00	66.666.666,64	233.333.333,36	162.365.557,21	JUROS
141.249,61	27.01.83	100.000.000,00	11.111.111,11	88.888.888,89	42.087.501,11	TRIBUTÁRIOS
141.249,68	31.01.83	11.000.000,07	1.222.222,22	9.777.777,85	4.653.973,96	
141.249,69	31.05.83	69.716.193,25	7.568.455,91	62.147.737,34	19.197.455,95	
141.249,70	31.01.83	68.116.193,25	7.725.370,80	60.390.822,45	16.405.135,00	
141.249,71	31.01.83	11.000.000,07	1.222.222,22	9.777.777,85	4.640.817,26	
141.249,75	08.01.84	37.000.000,00	6.100.000,00	31.900.000,00	12.076.072,41	

RECURSOS TOMADOS NO EXTERIOR NOS 12 ÚLTIMOS ANOS (EM US\$ 1.000) - EMPRÉSTIMOS  
 Devedor: E. L. E. T. R. I. C. A. S.

Nº CERTIF. - DCB -	DATA REGISTRO - DCB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
141.248.63	01.08.84	45.000.000,00	3.250.000,02	41.249.999,98	12.531.306,96	
141.248.70	16.08.84	120.000.000,00	6.266.664,64	113.733.335,36	33.393.910,67	
141.248.72	21.08.84	149.647.260,03	—	149.647.260,03	35.179.453,79	
141.248.77	06.09.84	200.000.000,00	16.666.666,66	183.333.333,34	53.215.422,76	
141.248.88	28.09.84	173.050.892,75	6.433.333,34	166.617.559,41	55.883.176,40	
141.249.03	16.11.84	86.880.567,62	14.481.422,92	72.407.139,70	23.633.139,26	
141.249.05	19.11.84	223.786.730,67	37.397.454,76	186.487.275,91	82.971.339,09	
141.249.06	28.11.84	106.890.900,02	—	106.890.900,02	25.008.471,22	
141.249.13	11.03.85	63.316.895,61	—	63.316.895,61	13.823.542,07	
141.249.18	26.03.85	162.000.000,00	—	162.000.000,00	40.184.636,63	
141.249.19	26.03.85	107.802.597,77	—	107.802.597,77	24.523.433,46	
141.249.42	03.07.85	61.742.561,32	—	61.742.561,32	10.735.919,80	
341.085.48	25.07.85	20.000.000,00	—	20.000.000,00	3.693.781,61	
341.085.50	30.07.85	206.700.988,20	—	206.700.988,20	38.399.140,63	
341.087.44	30.04.87	103.156.696,13	—	103.156.696,13	—	
901.238.40	25.08.77	83.407.473,31	71.510.315,30	11.897.158,01	36.832.346,83	
901.239.42	31.03.78	83.407.473,31	83.407.473,31	—	45.947.545,91	
901.239.56	28.04.78	71.260.600,00	21.378.180,00	49.882.420,01	45.727.112,03	
901.240.42	16.10.78	36.961.000,00	2.710.165,33	34.250.834,67	10.804.176,17	
901.240.96	16.02.79	55.604.982,23	55.604.982,23	—	20.200.464,93	
901.241.40	30.08.79	71.260.600,00	14.252.120,00	57.008.480,01	39.387.760,54	
TOTAL DO DEVEDOR em 30.04.87		5.310.113.732,82	1.649.389.563,56	1.660.724.160,06	2.912.070.025,71	

RECURSOS TOMADOS NO EXTERIOR NOS 12 ÚLTIMOS ANOS (EM US\$ 1.000) - EMPRÉSTIMOS  
 (MOEDA LIVRE)

Devedor: CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS (CELIG)

Nº CERTIFICADO	DATA REGISTRO - DCB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
14123004	23.06.74	9.000.000,00	9.000.000,00	—	4.814.013,39	Indeterminado
14124563	12.04.82	40.000.000,00	13.333.333,32	26.666.666,68	26.391.185,54	(Taxas flu-
14124850	22.05.84	79.581.098,24	13.263.516,36	66.317.581,88	27.391.407,84	tuantes)
14124912	11.03.85	80.000.000,00	—	80.000.000,00	14.277.010,94	
TOTAL DO DEVEDOR em 30.04.87		208.581.098,24	35.596.849,60	172.984.248,56	72.873.617,76	—

Devedor: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA (CELESC)

Nº CERTIFICADO	DATA REGISTRO - DCB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
14123996	11.07.78	10.000.000,00	10.000.000,00	—	7.185.837,25	Indeterminado
54100010	29.02.84	10.000.000,00	1.666.666,70	8.333.333,30	3.798.676,08	(Taxas flu-
54100027	18.12.84	7.500.000,00	625.000,00	6.875.000,00	1.700.548,06	tuantes)
54100031	14.02.85	7.300.000,00	—	7.300.000,00	1.594.129,48	
TOTAL DO DEVEDOR em 30.04.87		34.800.000,00	12.291.666,70	22.508.333,30	14.279.530,87	—

TCU  
9.º IGCE  
lis. 08.

Devedor: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL (ELETRONORTE)

14124504	11.01.82	55.000.000,00	18.333.333,34	36.666.666,66	34.630.311,80	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14124534	15.02.82	143.654.090,40	47.884.696,80	95.769.393,60	88.918.289,75	
14124618	11.06.82	111.000.000,00	24.666.666,66	86.333.333,34	51.614.528,16	
14124708	14.10.82	9.000.000,00	2.000.000,00	7.000.000,00	3.436.066,77	
14124757	31.12.82	50.000.000,04	5.555.555,56	44.444.444,48	26.095.368,75	
14124773	02.02.83	86.000.000,04	9.555.555,56	76.444.444,48	36.009.324,23	
14124799	03.08.83	3.206.72,00	—	3.206.727,00	1.111.382,54	
14124803	22.08.83	60.000.000,00	—	60.000.000,00	23.972.674,08	
14124843	09.04.84	20.000.000,00	3.333.320,00	16.666.680,00	8.582.654,01	
14124902	13.11.84	117.000.000,00	9.750.000,00	107.250.000,00	32.175.288,40	
14124880	18.09.84	20.000.000,00	1.666.660,00	18.333.340,00	5.870.578,86	
14124907	10.12.84	170.000.003,00	—	170.000.000,00	48.315.504,81	
14124934	29.05.85	34.853.397,46	—	34.853.397,46	6.664.914,06	
14124973	10.01.86	28.755.37,22	—	28.755.373,22	3.693.759,43	
14124987	03.04.86	11.000.000,00	—	11.000.000,00	949.805,56	
TOTAL DO DEVEDOR em 30.04.87		919.469.588,16	122.745.787,92	796.723.800,24	372.066.451,23	—

Devedor: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. (CELPA)

P4100013	28.05.85	6.400.000,00	—	6.400.000,00	929.688,89	Indeterminado (Taxas flutuantes)
P4100015	19.07.85	21.300.000,00	—	21.300.000,00	2.102.171,71	
P4100024	31.12.85	9.800.000,00	—	9.800.000,00	586.601,34	
P4100032	14.05.86	1.624.845,00	—	1.624.845,00	87.752,91	
TOTAL DO DEVEDOR em 30.04.87		39.124.845,00	—	39.124.845,00	3.706.214,85	—

Devedor: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PIAUÍ (CEPISA)

74100004	12.02.85	2.000.000,00	—	2.000.000,00	329.239,00	Indeterminado
74100014	30.12.85	6.000.000,00	—	6.000.000,00	797.283,02	
TOTAL DO DEVEDOR em 30.04.87		8.000.000,00	—	8.000.000,00	1.126.522,02	—

RECURSOS TOMADOS NO EXTERIOR NOS ÚLTIMOS 12 MESES (em US\$ 1.000) - IMPEDIMENTOS  
(NORMA LIVRE)

Devedor: CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL - ELETROSUL

Nº CERTIFICADO - BCU -	DATA REGISTRO - BCU -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUNTOS PAGOS	JUNTOS A PAGAR
14123317	15.05.75	40.000.000,00	40.000.000,00	—	13.328.127,70	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14124572	27.04.82	50.000.000,00	16.666.650,00	33.333.350,00	30.520.552,96	
14124726	24.11.82	135.000.000,00	30.000.000,00	105.000.000,00	75.118.173,54	
54100003	27.04.83	140.000.000,04	15.555.555,55	124.444.444,49	63.093.101,91	
54100014	04.05.84	20.000.000,00	3.333.320,00	16.666.680,00	6.624.583,65	
54100030	31.01.85	15.000.000,00	—	15.000.000,00	3.245.833,34	
54100045	12.12.85	40.725.031,86	—	40.725.031,86	6.149.130,39	
TOTAL DO DEVEDOR em 30.04.87		440.725.031,90	105.555.525,55	335.169.506,35	200.079.583,49	—

Devedor: CENTRAIS ELÉTRICAS FLUMINENSES S.A. - CELF

14123017	02.09.74	5.000.000,00	5.000.000,00	—	281.798,61	Indeterminado
TOTAL DO DEVEDOR EM 30.04.87		5.000.000,00	5.000.000,00	—	281.798,61	—

Devedor: CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGOSSEENSES - CEMAT

141.4758	05.01.83	19.000.000,08	2.111.111,11	16.888.888,97	9.329.482,45	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14124829	01.10.84	7.200.000,00	599.998,00	6.600.002,00	1.704.721,01	
14124901	12.11.84	6.000.000,00	—	6.000.000,00	1.021.938,48	
14124940	25.06.85	10.000.000,00	—	10.000.000,00	1.621.666,66	
14124951	24.09.85	9.600.000,00	—	9.600.000,00	726.033,69	
14124974	16.01.86	5.000.000,00	—	5.000.000,00	662.013,92	
14124978	25.02.86	11.203.302,49	—	11.203.302,49	582.649,03	
TOTAL DO DEVEDOR EM 30.04.87		68.003.302,57	2.711.109,11	65.292.193,46	15.648.505,24	—

Devedor: CIA. DE ELETRICIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CERJ

14122839	22.04.74	5.000.000,00	5.000.000,00	—	4.398.016,63	Indeterminado
14123017	02.09.74	5.000.000,00	5.000.000,00	—	4.460.925,35	
TOTAL DO DEVEDOR EM 30.04.87		10.000.000,00	10.000.000,00	—	8.858.941,98	—

Devedor: CIA. DE ELETRICIDADE DE PERNAMBUCO - CELPE

64100028	31.08.85	1.800.000,00	—	1.800.000,00	187.100,00	Indeterminado
TOTAL DO DEVEDOR EM 30.04.87		1.800.000,00	—	1.800.000,00	187.100,00	—

RECURSOS OBTIDOS NO EXTERIOR NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM R\$ 1.000) - EMPRÉSTIMOS (MILHES DE R\$)

Devedor: CIA. DE ELETRICIDADE DO CEARÁ - COELCE

Nº CERTIFICADO - DCB -	DATA REGISTRO - DCB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SAÍDA À AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
74100206	30.04.85	7.300.000,00	—	7.300.000,00	1.352.937,25	Indeterminado
TOTAL DO DEVEDOR EM 30.04.87		7.300.000,00	—	7.300.000,00	1.352.937,25	—

Devedor: CIA. ELÉTRICA DE ALAGUAS - CELAL

64100010	07.04.86	2.000.000,00	—	2.000.000,00	202.986,11	Indeterminado
TOTAL DO DEVEDOR EM 30.04.87		2.000.000,00	—	2.000.000,00	202.986,11	—



## Devedor: CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

14122913	04.07.74	20.000.000,00	20.000.000,00	—	17.967.309,25	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14123148	10.01.75	40.000.000,00	40.000.000,00	—	37.155.410,01	
14123363	15.07.75	20.000.001,00	20.000.001,00	—	7.048.547,02	
14123417	17.09.75	45.000.000,00	45.000.000,00	—	13.383.035,58	
14123921	13.02.78	20.000.000,00	20.000.000,00	—	15.135.037,39	
14124124	19.06.79	50.000.000,00	30.000.000,00	20.000.000,00	47.732.404,09	
14124206	06.02.80	17.000.000,00	3.923.076,93	13.076.923,07	14.243.452,49	
84100020	25.04.84	5.500.000,00	916.660,00	4.583.340,00	1.960.455,06	
84100023	24.07.84	22.000.000,00	1.833.333,00	20.166.667,00	6.401.305,45	
84100027	31.07.84	22.700.000,00	3.783.330,00	18.916.670,00	7.385.710,23	
84100031	27.09.84	16.000.000,00	—	16.000.000,00	4.070.027,77	
84100050	09.07.85	30.000.000,00	—	30.000.000,00	5.376.668,19	
84100052	23.07.85	10.000.007,00	—	10.000.000,00	1.551.256,94	
84100100	23.01.87	10.000.000,00	—	10.000.000,00	192.187,50	
84100101	31.12.86	10.000.000,00	—	10.000.000,00	185.730,71	
84100102	31.12.86	10.000.000,00	—	10.000.000,00	183.541,66	
84100104	31.12.86	10.000.000,00	—	10.000.000,00	192.566,50	
TOTAL DO DEVEDOR EM 30.04.87		358.700.001,00	105.456.400,93	172.743.600,07	180.172.225,84	—

## Devedor: CIA. ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP

14122740	11.02.74	26.000.000,00	26.750.000,00	1.250.000,00	20.558.641,08	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14122833	17.04.74	28.000.000,00	26.750.000,00	1.250.000,00	19.559.187,26	
14122854	28.05.74	11.500.000,00	11.500.000,00	—	—	
14122930	21.06.74	26.000.004,00	26.000.004,00	—	16.088.702,01	
14122933	24.06.74	23.000.004,00	23.000.004,00	—	14.877.819,80	
14122939	28.06.74	21.000.004,00	21.000.004,00	—	12.497.201,65	
14123202	17.02.75	30.000.000,00	35.000.000,00	(5.000.000,00)	33.588.060,00	
14123215	28.02.75	15.000.000,00	15.000.000,00	—	14.781.363,52	
14123541	29.01.76	11.000.000,00	11.000.000,00	—	6.934.509,57	
14123542	29.01.76	100.000.000,00	100.000.000,00	—	38.055.136,32	
14123587	22.03.76	4.000.000,00	4.000.000,00	—	2.598.202,90	

(continua)

RENTES: TÍTULOS DO EXTERIOR NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM R\$ 1.00) - IMPORTEMENTOS (MOEDA LÍQUIDA)

## Devedor: CIA. ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP (continuação)

Nº IDENTIFICADO - DCB -	DATA REGISTRO - DCB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	GALHO A AMORTIZAR	JUROS PACOS	JUROS A PAGAR
14123841	25.08.77	150.000.000,00	150.000.000,00	—	86.964.984,67	
14124017	31.08.78	150.000.000,00	95.804.195,76	54.195.804,24	156.331.356,91	
14124109	05.04.79	75.000.000,00	41.433.566,35	33.566.433,65	79.232.252,47	
14124112	11.04.79	25.000.000,00	8.333.333,00	16.666.667,00	20.500.001,16	
14124157	03.10.79	2.000.000,00	615.384,00	1.384.616,00	1.871.787,17	
14124194	14.01.80	70.000.000,00	6.363.700,00	63.636.300,00	60.944.533,96	
14124285	19.12.80	100.000.000,00	42.850.000,00	57.142.000,00	80.016.244,69	
14124287	22.12.80	100.000.000,00	—	100.000.000,00	83.033.297,97	
14124304	19.02.81	30.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00	24.074.451,23	
14124308	26.02.81	50.000.000,00	10.714.284,00	39.285.716,00	41.945.370,30	
14124309	26.02.81	54.149.180,99	—	54.149.180,99	23.663.781,67	
14124317	25.03.81	30.000.000,00	16.666.665,00	13.333.335,00	22.190.224,84	

RECURSOS TOMADOS NO EXTERIOR NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM DOL 1,00) - ENERGÉTICAS  
(MONEDA LIVRE)

Devedor: CIA. ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP (Continuação)

Nº CERTIFICADO - BCU -	DATA REGISTRO - BCU -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAÇOS	JUROS A PAGAR
14124374	06.08.81	68.000.000,00	30.222.222,20	37.777.777,80	49.675.101,86	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14124383	20.08.81	152.000.000,00	50.666.666,64	101.333.333,36	114.088.131,43	
14124430	30.09.81	50.000.000,00	8.571.428,00	41.428.572,00	36.862.723,07	
14124497	06.01.82	1.000.000,00	333.333,00	666.667,00	615.897,20	
14124520	02.02.82	30.000.000,00	9.999.999,00	20.000.001,00	18.423.025,28	
14124636	12.07.82	200.000.000,00	44.444.444,40	155.555.555,60	111.336.528,19	
14124663	23.08.82	160.000.000,00	35.555.555,56	124.444.444,44	93.481.416,34	
14124874	24.08.83	8.051.906,49	—	8.051.906,49	2.187.107,61	
24128902	09.02.83	5.000.000,04	555.555,55	4.444.444,49	2.076.423,62	
24128923	10.03.83	35.000.000,10	3.688.887,00	31.311.113,10	17.559.681,72	
24128959	29.04.83	25.000.000,02	2.727.750,00	22.222.250,02	12.122.307,08	
24129083	28.10.83	6.000.000,00	1.500.000,00	4.500.000,00	2.341.597,21	
24129093	09.11.83	3.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	1.305.232,64	
24129123	30.12.83	20.000.000,00	5.000.000,00	14.999.999,00	7.990.864,24	
24129125	04.01.84	85.219.004,29	21.304.751,10	63.914.253,19	31.704.492,04	
24129168	22.02.84	10.000.000,00	1.666.660,00	8.333.340,00	3.869.178,55	
24.29241	23.05.84	148.833.751,03	24.805.610,08	124.028.140,95	50.082.918,30	
24129315	17.08.84	80.000.000,00	6.666.666,67	73.333.333,33	25.487.762,34	
24129356	11.09.84	20.000.000,00	1.666.660,00	18.333.340,00	6.316.076,54	
24.29458	21.12.84	203.545.765,92	—	206.545.265,92	60.548.837,91	
24129504	06.02.85	100.261.383,59	—	108.261.383,59	22.296.199,04	
24129533	14.03.85	142.916.211,02	—	142.916.211,02	31.535.999,39	
24129539	18.03.85	25.000.000,00	—	25.000.000,00	4.846.785,12	
24129580	17.05.85	63.231.331,31	—	63.231.331,31	14.043.966,47	
24129663	27.08.85	137.374.892,18	—	137.374.892,18	26.163.084,18	
90123879	11.11.77	27.802.491,10	27.802.491,10	—	13.657.298,04	
90123880	11.11.77	83.467.473,31	76.292.815,83	7.174.657,48	36.122.466,33	
90124101	13.03.79	36.961.000,00	32.759.461,54	4.201.538,46	22.077.261,71	
TOTAL DO DEVIDOR em 30.04.87		3.074.253.813,39	1.070.270.103,78	2.003.983.709,61	1.679.127.135,80	—

Devedor: CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

24100018	28.02.86	8.643.000,00	—	8.643.000,00	811.692,21	Indeterminado
TOTAL DO DEVIDOR em 30.04.87		8.643.000,00	—	8.643.000,00	811.692,21	—

RECURSOS TOMADOS NO EXTERIOR NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM DOL 1,00)

ENERGÉTICAS  
(MONEDA LIVRE)

Devedor: CIA. HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

Nº CERTIFICADO - BCU -	DATA REGISTRO - BCU -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAÇOS	JUROS A PAGAR
14123318	15.05.75	40.000.000,00	40.000.000,00	—	13.229.682,47	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14124082	09.01.79	30.000.000,00	15.882.327,00	14.117.673,00	29.127.758,24	
14124556	09.03.82	53.000.000,00	17.666.666,64	35.333.333,36	33.580.046,24	
64100008	03.05.84	20.000.000,00	3.333.320,00	16.666.680,00	6.594.974,86	
64100017	21.01.85	50.000.000,00	—	50.000.000,00	9.983.404,88	
64100019	31.01.85	20.000.000,00	—	20.000.000,00	4.894.444,43	
TOTAL DO DEVIDOR em 30.04.87		213.000.000,00	76.882.313,64	136.117.686,36	97.410.311,12	—

## Devedor: FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

14123319	15.05.75	20.000.000,00	20.000.000,00	—	6.689.841,23	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14123691	14.10.76	780.745.152,44	678.666.529,70	102.078.622,74	166.227.803,61	
14124013	10.08.76	15.850.000,00	12.200.000,00	3.650.000,00	15.559.192,80	
14124087	24.01.79	25.000.000,00	9.615.385,00	15.384.615,00	23.708.436,27	
14124382	20.08.81	120.000.000,00	53.333.333,32	66.666.666,68	79.854.162,07	
14124523	04.02.82	90.000.000,00	30.000.000,00	60.000.000,00	49.678.058,92	
14124693	23.09.82	30.000.000,00	6.666.666,00	23.333.334,00	15.873.220,65	
34108315	30.04.84	20.000.000,00	3.333.320,00	16.666.680,00	6.631.528,10	
34108364	15.08.84	70.000.000,00	5.833.333,70	64.166.666,30	19.718.354,58	
34108366	16.08.84	37.355.248,41	3.112.937,36	34.242.311,05	11.772.839,25	
34108370	20.08.84	50.000.000,00	4.166.666,64	45.833.333,36	15.843.798,06	
34108371	20.08.84	47.380.533,37	3.948.377,78	43.432.155,59	8.473.465,53	
34108372	21.08.84	45.000.000,00	3.750.000,00	41.250.000,00	12.717.035,34	
34108471	30.01.85	40.000.000,00	—	40.000.000,00	9.845.176,45	
34108472	30.01.85	20.000.000,00	—	20.000.000,00	4.091.666,67	
34108485	07.03.85	56.648.241,02	—	56.648.243,92	14.753.530,49	
34108622	10.10.85	3.000.000,00	—	3.000.000,00	459.700,33	
34108626	21.10.85	59.894.178,01	—	59.894.178,01	8.154.821,17	
34108630	31.10.85	10.500.000,00	—	10.500.000,00	1.643.760,42	
34108660	14.02.86	56.467.308,68	—	56.467.388,60	7.337.540,97	
TOTAL DO DEVEDOR EM 30.04.87		1.598.040.743,85	834.626.543,50	763.414.200,35	479.832.941,11	—

## Devedor: LIGHT SERVIÇO DE ELETRICIDADE S.A.

14123335	12.05.75	200.000.000,00	200.000.000,00	—	80.658.839,01	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14123302	03.11.75	100.000.000,00	100.000.000,00	—	60.362.546,14	
14123751	16.02.77	55.604.982,21	55.604.982,21	—	47.378,05	
14123856	28.09.77	26.000.000,00	20.000.000,00	—	8.911.838,70	
14123911	31.01.78	150.000.000,00	150.000.000,00	—	120.133.566,36	
14124035	04.10.78	55.000.000,00	42.307.652,30	12.692.347,70	52.500.949,42	
14124078	21.12.78	150.000.000,00	73.070.101,01	76.929.898,99	140.120.827,46	
14124162	17.10.79	200.000.000,00	18.181.818,10	181.818.181,90	185.145.537,81	
14124306	25.02.81	25.000.000,00	16.666.666,66	8.333.333,34	14.547.100,45	
14124579	07.05.82	20.385.342,87	6.768.647,61	11.537.225,21	6.585.666,13	
14124580	07.05.82	20.000.000,00	6.666.666,66	11.133.333,34	11.154.556,62	
14124652	04.08.82	50.000.000,00	11.111.166,66	38.888.833,34	26.521.808,92	
24125092	14.01.76	5.000.000,00	5.000.000,00	—	2.743.893,47	

MINUTOS TOMADOS NA EXTENSÃO NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM US\$ 1.00) - IMPRÉSTIMOS (MOEDA LÍVRE)

## Devedor: LIGHT SERVIÇO DE ELETRICIDADE S.A.

Nº CERTIFICADO - DCB -	DATA REGISTRO - DCB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	VALOR A AMORTIZAR	JUROS PACOS	JUROS A PACAS
24722615	20.01.76	5.000.000,00	5.000.000,00	—	2.247.615,90	Indeterminado (Taxas flutuantes)
24722680	20.01.76	1.500.000,00	1.500.000,00	—	780.370,73	
34102488	28.06.74	75.000.000,00	75.000.000,00	—	70.801.155,98	
34103212	09.01.75	20.000.000,00	20.000.000,00	—	8.498.361,95	
34104490	17.12.75	10.000.000,00	10.000.000,00	—	4.486.520,17	
34104909	21.05.76	30.000.000,00	30.000.000,00	—	11.592.833,18	
34105833	30.12.76	10.000.000,00	10.000.000,00	—	4.071.207,47	
34106420	16.11.77	14.510.984,00	14.510.984,00	—	10.866.067,27	
34108313	25.04.84	20.000.000,00	3.333.320,00	16.666.680,00	5.287.754,94	
34108317	08.05.84	10.000.000,00	2.499.999,99	7.500.000,01	2.653.846,93	
34108329	05.06.84	30.000.000,00	5.000.000,00	25.000.000,00	9.400.342,74	
34108358	10.08.84	40.000.000,00	3.333.333,34	36.666.666,66	11.198.828,67	

RECURSOS TOMADOS DO EXTERIOR NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM US\$ 1,00)

IMPOSTOS  
(MOEDA LÍQUIDA)

DEVEDOR: LIGHT SERVICE DE ELETRICIDADE S.A.

Nº CERTIFICADO - BCB -	DATA REGISTRO - BCB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
34108355	10.08.84	45.000.000,00	3.750.000,00	41.250.000,00	11.398.095,01	
34108360	10.08.84	30.000.000,00	2.499.999,99	27.500.000,01	8.450.657,17	
34108417	06.11.84	10.000.000,00	—	10.000.000,00	3.023.680,54	
34108418	07.11.84	5.000.000,00	416.666,00	4.583.334,00	1.395.358,98	
34108473	30.01.85	50.000.000,00	—	50.000.000,00	12.135.299,76	
34108760	30.04.87	30.560.678,48	—	30.560.678,40	79.895,83	
90123751	16.02.77	55.604.982,21	55.604.982,21	—	25.897.360,63	
90123548	16.09.77	50.000.000,00	50.000.000,00	—	22.754.828,48	
90123953	27.04.78	83.407.473,31	83.407.473,31	—	45.488.253,32	
90124193	09.01.80	69.506.227,76	27.802.491,10	41.703.736,66	42.769.832,78	
90124337	01.08.81	20.305.942,87	693.030,08	19.612.912,79	8.047.981,99	
TOTAL DO DEVEDOR em 30.04.87		1.766.307.213,63	1.109.690.155,94	656.617.057,69	1.040.574.729,83	—

TOTAL DE EMPRÉSTIMOS (NÃO VINCULADOS A COMPRAS, OBRAS OU SERVIÇOS), EM MOEDA ESTRAN-  
GEIRA, CONTRAÍDOS NOS ÚLT. 12 ANOS PELO SETOR ELÉTRICO .. US\$ 16.600.041.305,58;  
- VALOR JÁ AMORTIZADO ..... US\$ 6.091.358.707,71;  
- SALDO A AMORTIZAR ..... US\$ 10.508.682.597,87;  
- JUROS E COMISSÕES PAGOS ..... US\$ 8.658.532.674,51.

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL - Sistema de Informações da Dívida Externa; data-base: Abril/87.

RECURSOS EXTERNOS TOMADOS NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM US\$ 1,00)

IMPOSTOS  
(MOEDA LÍQUIDA)

DEVEDOR: ITAIPU BINACIONAL

Nº CERTIFICADO - BCB -	DATA REGISTRO - BCB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
14123807	03.06.77	799.067,10	0,01	—	381.510,61	
14123815	21.06.77	10.000.000,00	5.454.000,00	4.546.000,00	8.643.779,45	
14123897	16.01.78	3.500.000,00	2.961.530,00	538.470,00	3.384.622,39	
14123898	16.01.78	3.500.000,00	2.961.530,00	538.470,00	3.329.901,33	
14123899	16.01.78	3.500.000,00	2.961.530,00	538.470,00	3.174.600,34	
14123900	16.01.78	3.500.000,00	2.961.530,00	538.470,00	3.255.531,11	
14123901	16.01.78	3.500.000,00	2.961.530,00	538.470,00	3.278.620,01	
14123902	16.01.78	3.500.000,00	2.961.530,00	538.470,00	3.241.640,59	
14123903	16.01.78	3.500.000,00	2.961.530,00	538.470,00	3.354.687,59	
14123917	01.02.78	2.000.000,00	1.692.240,00	307.760,00	1.892.367,65	
14123918	01.02.78	3.500.000,00	2.961.530,00	538.470,00	3.368.425,51	
14123947	06.04.78	3.000.000,00	2.538.470,00	461.530,00	2.774.676,11	
14123948	06.04.78	3.000.000,00	2.538.470,00	461.530,00	2.793.013,41	
14123979	12.06.78	25.000.000,00	25.000.000,00	—	23.495.002,34	
14123907	22.06.78	3.000.000,00	2.538.470,00	461.530,00	2.874.063,40	
14123988	22.06.78	3.000.000,00	2.538.470,00	461.530,00	2.671.800,00	
14123969	22.06.78	2.500.000,00	1.923.080,00	576.920,00	2.389.486,98	
14123992	30.06.78	14.500.000,00	14.500.000,00	—	11.350.063,76	

RECEITAS: EXTENSÃO TERRITÓRIOS DOS DECRETOS 17, 2001 (em US\$ 1,00)

DEBITOS:  
(em US\$ 1,00)DEBITOS: ITALIANO BINAÇÃO  
(em US\$ 1,00)

Nº CERTIFICADO - DEB -	DATA REGISTRO - DEB -	VALOR DO INGRESSO	VALOR JÁ AMORTIZADO	VALOR A AMORTIZAR	JUROS PAÇOS	JUROS A PAGAR
14124000	21.07.78	2.500.000,00	1.923.080,00	576.920,00	2.190.169,17	Indeterminado
14124001	24.07.78	2.500.000,00	1.923.080,00	576.920,00	2.404.919,72	(Taxas flu-
14124011	18.08.78	2.500.000,00	1.923.080,00	576.920,00	2.296.500,03	tuantes)
14124021	05.09.78	175.000.000,00	101.287.051,28	73.717.948,72	169.868.799,66	
14124032	03.10.78	2.500.000,00	1.923.080,00	576.920,00	2.351.068,92	
14124054	31.10.78	2.500.000,00	1.923.080,00	576.920,00	2.440.836,23	
14124070	23.11.78	2.500.000,00	1.923.080,00	576.920,00	2.516.720,82	
14124084	16.01.79	2.500.000,00	1.730.772,00	769.228,00	2.347.789,16	
14124101	19.03.79	375.000.000,00	223.611.171,12	151.388.828,88	236.598.230,46	
14124130	11.07.79	5.000.000,00	1.333.332,00	3.666.668,00	4.460.120,96	
14124138	22.08.79	10.000.000,00	2.666.664,00	7.333.336,00	9.616.307,72	
14124139	22.08.79	5.000.000,00	1.333.332,00	3.666.668,00	4.265.906,89	
14124156	25.09.79	5.000.000,00	1.333.332,00	3.666.668,00	4.619.204,76	
14124168	26.10.79	5.000.000,00	1.333.332,00	3.666.668,00	4.265.906,89	
14124272	07.11.79	160.000.000,00	10.000.000,00	150.000.000,00	134.480.278,71	
14124180	23.11.79	5.000.000,00	999.999,00	4.000.001,00	4.674.648,91	
14124197	16.01.80	5.000.000,00	999.999,00	4.000.001,00	4.181.092,56	
14124204	31.01.80	5.000.000,00	999.999,00	4.000.001,00	4.193.002,82	
14124214	21.01.80	5.000.000,00	999.999,00	4.000.001,00	4.337.429,98	
14124231	22.04.80	5.000.000,00	999.999,00	4.000.001,00	4.242.847,85	
14124239	22.05.80	5.000.000,00	666.666,00	4.333.334,00	4.265.211,40	
14124246	02.07.80	5.000.000,00	666.666,00	4.333.334,00	4.134.013,80	
14124249	31.07.80	5.000.000,00	666.666,00	4.333.334,00	4.134.013,80	
14124251	15.08.80	200.000.000,00	36.363.636,40	163.636.363,60	151.724.556,00	
14124254	09.09.80	5.000.000,00	666.666,00	4.333.334,00	3.686.333,24	
14124257	24.09.80	5.000.000,00	666.666,00	4.333.334,00	3.893.104,72	
14124264	13.11.80	5.000.000,00	666.666,00	4.333.334,00	3.705.353,02	
14124277	26.11.80	5.000.000,00	333.333,00	4.666.667,00	3.880.237,05	
14124296	15.01.81	5.000.000,00	333.333,00	4.666.667,00	3.199.123,19	
14124312	16.03.81	20.000.000,00	11.111.111,10	8.888.888,90	13.600.057,55	
14124318	26.03.81	5.000.000,00	333.333,00	4.666.667,00	3.835.530,16	
14124319	26.03.81	5.000.000,00	333.333,00	4.666.667,00	3.727.854,94	
14124331	24.04.81	276.500.000,00	148.040.750,00	118.459.250,00	151.021.848,62	
14124332	24.04.81	5.000.000,00	333.333,00	4.666.667,00	3.706.457,95	
14124336	26.05.81	5.000.000,00	333.333,00	4.666.667,00	3.664.296,73	
14124353	15.06.81	5.000.000,00	—	5.000.000,00	1.270.600,00	
14124350	02.07.81	5.000.000,00	—	5.000.000,00	3.476.364,60	
14124371	30.07.81	5.000.000,00	—	5.000.000,00	3.442.376,24	
14124402	31.08.81	30.000.000,00	10.707.064,00	19.292.936,00	18.533.292,49	
14124407	10.09.81	10.000.000,00	4.444.440,00	5.555.560,00	6.474.400,14	
14124410	10.09.81	5.000.000,00	—	5.000.000,00	3.172.027,43	
14124421	06.10.81	400.000.000,00	156.767.676,00	243.232.323,70	262.416.218,00	
14124433	08.10.81	5.000.000,00	—	5.000.000,00	3.210.685,65	
14124446	28.10.81	5.000.000,00	—	5.000.000,00	3.435.425,21	
14124475	11.12.81	25.000.000,00	11.110.000,00	13.890.000,00	14.100.792,88	
14124485	23.12.81	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.890.468,68	
14124509	21.01.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.941.319,44	
14124533	12.02.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.934.409,71	Indeterminado
14124540	24.12.82	30.000.000,00	10.000.000,00	19.999.999,00	18.938.940,86	(Taxas flu-
14124548	05.03.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.529.470,47	tuantes)
14124581	10.05.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.752.256,92	
14124502	10.05.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.900.512,16	
14124615	08.06.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.404.696,17	
14124621	21.06.82	25.000.000,00	5.555.552,00	19.444.448,00	13.378.798,14	
14124647	20.07.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.529.487,83	
14124651	01.08.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.526.762,15	

RECURSOS EXTERNOS TOMADOS NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM R\$ 1.000)

EMPÉSTIMOS  
(EM R\$ 1.000)Empéstimos: ESTADO BINAÇÃOAL  
(cont. Inuagão)

Nº CERTIFICADO - RCB -	DATA REGISTRO - RCB -	VALOR DO INCRÉSCIMO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
14124672	30.08.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.204.635,40	—
14124676	02.09.82	20.000.000,00	4.444.444,22	15.555.555,78	7.714.085,71	—
14 24703	08.10.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.309.843,75	—
14124712	27.10.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.450.990,25	—
14124733	03.12.82	5.000.000,00	—	5.000.000,00	2.031.710,07	—
14124760	07.01.83	5.000.000,00	—	5.000.000,00	1.980.260,43	—
14124786	14.04.83	10.000.000,00	—	5.560.498,24	11.120.990,42	—
14124813	15.09.83	20.000.000,00	4.999.995,00	15.000.005,00	7.849.520,03	—
14124848	16.05.84	14.243.556,22	2.373.920,04	11.869.636,18	4.208.108,04	—
14123849	16.05.84	10.000.000,00	1.666.000,00	8.334.000,00	3.370.706,55	—
14 24881	19.09.84	40.000.000,00	3.333.333,32	36.666.666,68	4.856.173,61	—
14124904	16.11.84	107.057.057,08	7.721.000,07	99.336.056,21	29.246.942,68	—
14124909	14.12.84	55.471.049,68	—	55.471.049,68	13.789.930,04	—
14124930	22.01.85	32.000.000,00	—	32.000.000,00	7.395.390,49	—
14108527	14.05.85	20.000.000,00	—	20.000.000,00	4.272.638,89	—
34108612	04.05.85	124.903.205,45	—	124.903.205,45	16.391.074,99	—
34108656	31.01.86	5.004.448,40	—	5.004.448,40	505.623,05	—
34108658	06.02.86	12.000.000,00	—	12.000.000,00	1.362.236,77	—
34108659	14.02.86	10.000.000,00	—	10.000.000,00	1.336.703,96	—
34108669	14.03.86	44.723.256,33	—	44.723.256,33	4.067.931,45	—
TOTAL DO DEBITAR EM 30.04.87		2.606.478.935,02	871.142.687,00	1.735.336.248,02	1.577.867.621,48	—

RECURSOS EXTERNOS TOMADOS NOS ÚLTIMOS 12 ANOS (EM R\$ 1.000)

EMPÉSTIMOS  
(EM R\$ 1.000)

Empéstimos: EMPRESAS NUCLEARES BRASILEIRAS S.A. - NUBELNÚC

Nº CERTIFICADO - RCB -	DATA REGISTRO - RCB -	VALOR DO INCRÉSCIMO	VALOR JÁ AMORTIZADO	SALDO A AMORTIZAR	JUROS PAGOS	JUROS A PAGAR
14123788	14.04.77	10.000.000,00	10.000.000,00	—	2.087.675,36	—
14123818	20.06.77	1.300.000,00	1.300.000,00	—	287.733,84	—
14123926	20.02.78	30.000.000,00	—	30.000.000,00	16.031.637,59	—
14124040	11.10.78	110.000.000,00	42.307.692,30	67.692.307,70	128.755.134,11	—
14124083	16.01.79	75.000.000,00	44.973.000,00	30.026.000,00	73.548.746,66	—
14124131	13.07.79	50.000.000,00	27.272.727,30	22.727.272,70	44.272.008,23	—
14124334	14.05.81	150.000.000,00	55.759.120,07	94.240.879,93	95.085.341,10	—
14124578	05.05.82	11.120.990,44	—	11.120.990,44	6.383.517,24	—
14124667	26.08.82	150.000.000,00	—	150.000.000,00	83.332.760,14	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14124702	06.10.82	100.000.000,00	—	100.000.000,00	55.513.523,98	—
14124819	10.10.83	100.179.993,77	27.352.248,43	78.827.745,34	28.151.007,31	—
14124833	02.03.84	31.084.375,00	5.180.729,18	25.903.645,82	6.504.420,06	—
14124873	30.09.84	126.584.046,55	10.548.674,71	116.035.421,84	29.774.317,32	—
14124879	14.09.84	80.000.000,00	6.666.666,67	73.333.333,33	19.810.264,52	—
14124886	29.09.84	22.798.903,40	1.858.241,95	20.440.661,45	5.834.206,51	—
14124890	08.10.84	110.933.570,01	18.439.761,67	92.493.808,34	22.990.499,47	—
34108104	01.03.83	17.459.464,42	1.939.996,05	15.519.468,37	5.846.042,81	—
34108426	05.12.84	129.922.743,79	—	129.922.743,79	30.812.931,52	—
34108461	18.01.85	83.687.145,15	—	83.687.145,15	13.014.867,36	—
90124255	18.09.80	55.604.932,21	13.862,58	55.591.119,63	27.527.837,43	—
90124723	16.11.82	69.506.227,76	—	69.506.227,76	31.679.200,96	—
TOTAL DO DEBITAR EM 30.04.87		1.520.687.990,48	283.659.720,91	1.237.028.277,57	726.812.654,37	—



## Devedor: NUCLEBRÁS AUXILIAR DE MINERAÇÃO S.A. - NUCILAN

14124043	19.10.78	1.112.099,64	—	1.112.099,64	—	Indeterminado (Taxas flutuantes)
14124097	16.02.79	2.780.249,11	—	2.780.249,11	—	
14124411	10.09.81	1.000.109,68	—	1.000.109,68	—	
14124465	24.11.81	556.149,82	—	556.149,82	—	
14124570	19.04.82	667.259,79	—	667.259,79	—	
34108170	28.06.83	556.049,82	—	556.049,82	—	
TOTAL DO DEVIDOR em 30.04.87		6.672.597,86	—	6.672.597,86	—	—

TOTAL DE EMPRÉSTIMOS (NÃO) VINCULADOS A COMPRAS, OBRAS OU SERVIÇOS, EM MOEDA ESTRANGEIRA, CONTRAÍDOS NOS ÚLTIMOS 12 ANOS PELA SINTON NUCILAN .... US\$ 1.527.360.596,44;  
 - VALOR JÁ AMORTIZADO ..... US\$ 283.659.720,91;  
 - SALDO A AMORTIZAR ..... US\$ 1.243.700.875,53;  
 - JUROS E COMISSÕES PAGOS ..... US\$ 726.812.654,37.

Fonte: Banco Central do Brasil - Síntese de Informação da Dívida Externa; - data base: Abril/87.

CENTRAIS ELÉTRICA BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS  
SISTEMA DE CONTROLE EM MOEDA ESTRANGEIRA

## UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS PELA ELETROBRAS NOS ÚLTIMOS 12 ANOS

US\$ MIL.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES	EPCCA DE AQUISIÇÃO
A) TRANSMISSÃO		
	9.180,8	
Cabos condutores	1.464,3	1981/1986
Estruturas metálicas	1.267,6	1901
Isoladores	82,2	1986/1987
Diversos (1)	3,375,7	1979/1987
OBS.: (1) 0,9 % adquirido em 1986/1987 encontra-se no almoxarifado		
B) SUBESTAÇÕES		
	20.304,3	
Transformadores (2)	9.218,3	1979/1987
Disjuntores	1.881,7	1979/1986
Banco de capacitores	349,6	1982/1986
Capacitores blindados	717,7	1979/1985
Diversos (2)	8.842,0	1976/1987
OBS.: (2) 0,1 % adquirido em 1987 encontra-se no almoxarifado		
(3) 0,1 % adquirido em 1986 encontra-se no almoxarifado		
C) DISTRIBUIÇÃO		
	279.251,5	
Cabos de alumínio	36.358,7	1979/1987
Postes (4)	22.677,2	1981/1987
Transformadores (5)	47.715,7	1979/1987
Cabo derivação	964,4	1981/1986
Medidores/equip. medição (6)	19.822,9	1979/1987
Relatores (7)	8.940,6	1979/1987
Chaves	7.686,0	1980/1986
Parafusos	161,3	1981/1986
Seccionador	161,0	1985/1987
Reguladores de tensão	6.480,9	1979/1986
Capacitores	587,6	1979/1987
Estruturas metálicas	3.257,4	1981
Cabos de cobre	1.308,2	1979/1985
Disjuntores	1.162,2	1981/1983
Feragens e acessórios	0.704,3	1984/1987
Acessórios de condutores	5.551,0	1984/1987
Isoladores	4.752,7	1984/1987
Protetores de rede	762,9	1987
Diversos (8)	99.444,8	1979/1987
OBS.: (4) 2,1 % adquirido em 1987 encontra-se no almoxarifado		
(5) 1,9 % adquirido em 1986/1987 encontra-se no almoxarifado		
(6) 6,8 % adquirido em 1987 encontra-se no almoxarifado		
(7) 6,7 % adquirido em 1986/1987 encontra-se no almoxarifado		
(8) 4,0 % em utilização		

D) TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES	2,934.1	1978/1986
E) TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO	803.5	1978/1986
F) TRANSMISSÃO E SUBTRANSMISSÃO	6,180.8	1979/1985
G) TRANSMISSÃO; SUBESTAÇÕES; DISTRIBUIÇÃO E INST. GERAIS (9)	3,578.6	1984/1987

COMPANHIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO S.A. - ELETROPAULO  
SISTEMA DE CONTROLE DA FOLHA DE TRANSFERÊNCIA

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS PELA ELETROPAULO NOS ÚLTIMOS 12 ANOS

US\$ MIL		
ESPECIFICAÇÃO	VALORES	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
H) SUBTRANSMISSÃO; SUBESTAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO	4,370.1	1985/1987
I) INVESTIMENTOS EM USINAS/GERAÇÃO	2,582,201.2	1976/1987
J) SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	25,071.8	1976/1987
K) EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO	6,679.9	1976/1986
L) EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1,595.3	1976/1986
M) SERVIÇO DA DÍVIDA	2,439,226.2	
N) REFINANCIAMENTO DE JUROS/ENCARGOS	8,432.9	
TOTAL	5,799,199.3	

NOTAS: a) Não houve deterioração de material ainda não utilizado.

b) Saldo a utilizar (financiamento de bens e serviços) = US\$ 1.186.300,7 mil.

c) Empresas que não forneceram as informações solicitadas:

- COELCE	US\$ 41.016,8 MIL
- CELPE	US\$ 65.700,3 MIL
- CELPA	US\$ 26.792,0 MIL
- CPFL	US\$ 60.009,0 MIL
TOTAL	US\$ 193.518,1 MIL

DIRE/DVGR  
VSG/DCDP  
OUT/87

OFICIO Ciset No. 4632 Brasília, em 06 de outubro de 1987

DO: Secretário de Controle Interno do Ministério das Minas e Energia

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios - Bloco J - 5o. andar

AO: Dr. HUMBERTO DE MENDONÇA GOMES  
MD. Inspetor-Geral da 9a. Inspetoria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União

ASSUNTO: Dirigentes setor energia

Transmito a Vossa Senhoria, em anexo, a relação dos órgãos do setor energia, respectivos titulares e períodos de mandatos, conforme requerido por essa IGCE através do telex n. 750/87.

Informo, outrossim, que a Presidência da Comissão Nacional de Energia - CNE coube ao Vice-Presidente da República durante a vigência do Decreto n. 83.681/79. Atualmente, com a edição do Decreto n. 92.404/86, o mencionado cargo é exercido pelo Presidente da República.

Atenciosamente,

  
LUIZ MARIO BORGES ESTRELLA  
Secretário de Controle Interno

ANEXO AO OFICIO Ciset 4632/87\

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO SETOR ENERGIA  
E RESPECTIVOS TITULARES - PERÍODO 1975 A 1987

1) MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Ministros:	SUIGEAKI UEKI	15/03/75 a 15/03/79
	CESAR CALS DE OLIVEIRA FILHO	15/03/79 a 15/03/85
	ANTONIO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA	15/03/85

2) CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

Presidentes:	MÁRIO PENNA BHERING	20/03/67 a 07/11/75
	ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES	07/11/75 a 31/05/78
	ARNALDO RODRIGUES BARBALHO	31/05/78 a 20/03/79
	MAURÍCIO SCHULMAN	20/03/79 a 19/09/80
	JOSE COSTA CAVALCANTI	26/09/80 a 08/04/85
	MÁRIO PENNA BHERING	09/04/85

## 3) EMPRESAS NUCLEARES BRASILEIRAS S.A. - NUCLEBRÁS

Presidentes: PAULO NOGUEIRA BATISTA  
DARIO JOSE GONÇALVES GOMES  
LICINIO MARCELO SEABRA

02/01/75 a 02/02/83  
02/02/83 a 30/04/85  
30/04/85

## 4) COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN

Presidentes: HERVÁSIO GUIMARÃES DE CARVALHO  
REX NAZARE ALVES

01/12/69 a 09/09/82  
09/09/82

## 5) DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DNAEE

Diretores

Gerais:

JOSE DUARTE DE MAGALHÃES  
LUIZ CARLOS MENEZES  
OSCAR MARCONDES PIMENTEL  
LUIZ CARLOS MENEZES  
OSWALDO BAUMGARTEN  
ALVARINO DE ARAUJO PEREIRA  
GETULIO LAHARTINE DE PAULA FONSECA

17/01/68 a 24/03/75  
08/04/75 a 02/06/78  
02/06/78 a 15/03/79  
15/03/79 a 04/12/79  
04/12/79 a 15/04/83  
22/04/83 a 26/03/85  
26/03/85

Brasília, em 06 de outubro de 1987

JOSE MAURO CORRÊA NOBRE  
Assessor

DECRETO-LEI Nº 1.311,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 1974

Altera a redação da alínea "c" do item I e o item II do artigo 4º, do artigo 5º, e do § 1º do artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.142, de 30 de dezembro de 1970.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, itens I e II, da Constituição decreta:

Art. 1º A alínea c do item I e o item II do artigo 4º, o artigo 5º e o § 1º do artigo 12, do Decreto-Lei nº 1.142, de 30 de dezembro de 1970 que consolida a legislação referente ao Fundo de Marinha Mercante (FMM) e dispõe sobre o Adicional no Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O produto da arrecadação do AFRMM será destinado:

I — ao FMM

a) .....

b) .....

c) 65% (sessenta e cinco por cento) do AFRMM arrecadado por armadores e empresas nacionais de navegação, operando em-

barcação própria ou afretada de bandeira nacional;

II — ao armador ou empresa de navegação nacional que opera embarcação própria ou afretada de bandeira nacional, os restantes 35% (trinta e cinco por cento) do AFRMM de que trata a alínea c do item I deste artigo."

"Art. 5º A Sunamam fará reverter ao armador nacional 35% (trinta e cinco por cento) do AFRMM por ele arrecadado, relativo ao frete da carga transportada em embarcação afretada de outra bandeira, enquanto esta estiver substituindo tonelagem equivalente em construção."

"Art. 12. ....

§ 1º As aplicações previstas na alínea a do inciso II, deste artigo obedecerão a programas de construção naval aprovados pelo Presidente da República e serão atendidas:

a) com recursos correspondentes a 40% (quarenta por cento) do total do AFRMM atribuído à conta do FMM no exercício anterior;

b) com recursos do Tesouro Nacional, até o limite das dotações incluídas no Orçamento da União para esta finalidade específica."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República. — EMÍLIO G. MÉDICI — Antonio Delfim Netto — Mário David Andreazza — João Paulo dos Reis Velloso.

DECRETO-LEI Nº 1.312  
DE 15 DE FEVEREIRO DE 1971

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operações de créditos obtidos no exterior, bem como, a contratar crédito em moeda estrangeira nos limites que especifica, consultada inteiramente a legislação em vigor sobre a matéria e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos que vierem a ser obtidos no exterior, bem como a

contratar diretamente tais créditos para o fim especial de financiar programas previstos neste decreto-lei, até nos seguintes limites:

I — Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros) ou o equivalente em outras moedas para o fim especial, de financiar programas governamentais de reaparelhamento de pontos, de órgãos da administração federal no exterior, sistema de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica, desenvolvimento de indústrias básicas e agricultura, educação, saúde pública, saneamento urbano ou rural, comunicações, pesca, amparo à média e pequena indústria, habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional ou ligados à segurança nacional.

II — Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), ou o equivalente em outras moedas, para dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos concedidos por organismos financeiros estrangeiros ou internacionais a Estado ou Município, bem como a empresas públicas ou sociedades sob controle acionário do Poder, desde que as operações se destinem ao financiamento de programas mencionados no item anterior.

Art. 2º A garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior por fiança ou aval na forma prevista no artigo anterior, poderá ser outorgada diretamente pelo Ministro da Fazenda nos seguintes casos especiais:

a) financiamentos obtidos por órgãos da administração direta e suas autarquias, destinados a projetos de investimentos ou outras finalidades previstas nos respectivos orçamentos de aplicações, aprovados pelo Presidente da República.

b) créditos e financiamentos obtidos mediante acordo ou resultado de acordo em que a União Federal, direta ou indiretamente, seja parte integrante;

c) financiamentos obtidos através do Programa da Aliança para o Progresso ou concedidos por organismos internacionais de que o Brasil faça parte;

d) projetos que obtiveram aprovação pela Sudepe, Sudpe, Embratur e IBDF.

Art. 3º Nos casos não alcançados pelo disposto no artigo anterior a garantia do Tesouro Nacional a empréstimos negociados no exterior será concedida por intermédio de instituição financeira oficial, mediante autorização do Ministro da Fazenda e após o parecer prévio da instituição a qual incumbirá proceder a análise das condições financeiras gerais do mutuário, inclusive no tocante a capacidade de endividamento, bem como da contragarantias oferecidas.

Art. 4º Nenhuma contratação de operação de crédito de origem externa, ou de concessão de garantia da União Federal a crédito ou origem externa, poderá ser negociada ou ajustada por órgãos integrantes da administração federal direta e indireta, sem prévio e exposto pronunciamento do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, sobre o grau de prioridade do projeto ou programa específico, dentro dos planos e Programas Nacionais de Investimento, bem como sobre a existência de previsão dos correspondentes recursos orçamentários.

Parágrafo único. A concessão de garantia do Tesouro Nacional a financiamentos obtidos por outras empresas ficará, também, condicionada

à existência de pronunciamento prévio do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, sobre o grau de prioridade adjudicado ao projeto ou programa específico ao qual o financiamento for destinado, dentro dos planos e programas nacionais de investimento.

Art. 5º Salvo nos casos de Órgãos de Governo Federal de seus agentes financeiros, ou de sociedades de que a União seja maior acionista, o aval do Tesouro Nacional somente será outorgado, nos casos previstos neste Decreto-lei, quando o mutuário oferecer garantias julgadas suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que o Tesouro Nacional possa vir a fazer, se chamado a honrar o aval.

Art. 6º Compete privativamente ao Ministro da Fazenda firmar pela União Federal, quaisquer instrumentos de empréstimo, garantia, aquisição de bens e financiamento contratados no exterior, na forma da legislação vigente e observados as condições estipuladas para operações dessa natureza, podendo delegar a referida competência em ato próprio ao Procurador-Geral ou a Procuradores da Fazenda Nacional, ao Delegado do Tesouro Nacional no exterior ou a representantes diplomáticos do País.

Parágrafo único. Quando, pela sua natureza e tendo em vista o interesse nacional, a negociação de um empréstimo no exterior aconselhar manifestação prévia sobre a concessão da garantia do Tesouro Nacional, o Ministro da Fazenda poderá expedir carta de intenção nesse sentido.

Art. 7º A cobrança da taxa, pela concessão de aval do Tesouro Nacional a título de comissão, execução ou fiscalização, diretamente pelo Ministério da Fazenda ou por intermédio de instituição financeira oficial, não poderá ser superior aos limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos do art. 4º IX, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos oficiais no exterior, junto a entidades oficiais ou privadas, destinados ao financiamento empresarial de desequilíbrio de balanço de pagamentos ou a promover a formação de adequadas reservas internacionais em moeda estrangeira, observado o limite de 30% (trinta por cento) sobre a média anual do valor das exportações brasileiras realizadas nos últimos 3 (três) anos anteriores ao da contratação do financiamento.

Parágrafo único. Não se compreendem nas limitações deste artigo as renegociações de dívidas no exterior, que representam simples prorrogações dos prazos de liquidação.

Art. 9º Os valores dos juros e do principal dos títulos da dívida externa do Tesouro Nacional emitidos ao portador ou nominativos relacionados com empréstimos ou operações do crédito efetuados pelo Poder Executivo com base neste decreto-lei, serão pagos ou remetidos livremente, sem quaisquer descontos, inclusive de natureza tributária ou cambial.

Art. 10. Os recursos em moeda estrangeira, originários de empréstimos ou operações de crédito externo celebrados pela União, destinados a financiar programas de interesse nacional nos termos e nos limites deste decreto-lei, poderão, sem ônus para o Tesouro Nacional, ser transferidos ao Banco Central do Brasil para posterior

emprego nos financiamentos autorizados por este decreto-lei.

Parágrafo único. No caso de transferência feita nos termos deste artigo, a amortização e os encargos financeiros do empréstimo ou operação de crédito ficarão a cargo do Banco Central do Brasil.

Art. 11. O Tesouro Nacional contratando diretamente ou por intermédio de agente financeiro poderá aceitar as cláusulas e condições usuais nas operações com organismos financeiros internacionais, sendo válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as dúvidas e controvérsias derivadas dos respectivos contratos.

Art. 12. Os limites fixados neste decreto-lei para os valores do principal dos contratos de financiamento externo serão corrigidos imediatamente no início de cada ano, com base nos índices adotados para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 13. O endividamento em moedas estrangeiras do Tesouro Nacional, relativo a operações autorizadas por este decreto-lei ou a ele anteriores não poderá exceder em qualquer tempo o valor em cruzeiros que resultar da soma das quantias autorizadas pelos artigos 1º e observado o disposto no artigo anterior acrescida das quantias resultantes da conversão definitiva das importâncias indiretas em moeda estrangeira nas Leis números 1.618, de 24 de dezembro de 1951; 4.457, de 8 de dezembro de 1964, e no Decreto-Lei nº 1.095, de 20 de março de 1970.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil manterá atualizadas e separados os registros das operações relativas aos limites legais anteriores que serão convertidos definitivamente e fixados em moeda nacional com base nas taxas cambiais do dia em que tiverem sido atingidos aqueles limites, passando os valores das operações posteriores a conversão a serem deduzidos dos novos limites autorizados por este decreto-lei.

Art. 14. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1974: 153ª da Independência e 86ª da República. — **Emílio G. Médici** — **Antônio Delfim Netto** — **João Paulo dos Reis Velloso**.

DECRETO-LEI Nº 1.313  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1974

**Reajusta os vencimentos e salários dos servidores do Poder Executivo e de outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º São majorados em 20% (vinte por cento) os atuais valores de vencimento, salário, provento e pensão do pessoal ativo e inativo, dos Ministros do Estado, dos Membros da Magistratura, do Tribunal de Contas da União, do pessoal civil docente e coadjuvante do magistério do Exército e dos pensionistas, decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 1.256, de 26 de janeiro de 1973, ressalvados os casos previstos nos artigos 2º, 5º e 8º deste decreto-lei, bem como o atual valor do saldo de que trata o artigo 148, da Lei número 5.787, de 27 de junho de 1972.

§ 1º O valor mensal do vencimento do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, do Chefe do Serviço Nacional de Informações e do Consultor-Geral da República é fixado em Cr\$ 6.824,00 (seis mil seiscentos e vinte e quatro cruzeiros) e o da respectiva Gratificação de Representação, em Cr\$ 4.968,00 (quatro mil, novecentos e sessenta e oito cruzeiros) mensais.

§ 2º Os proventos do servidor aposentado antes da vigência da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965, ou do Decreto-Lei nº 81, de 212 de dezembro de 1966, passou a ter valor idêntico aos dos aposentados em cargos do mesmo nível e com igual tempo de serviço.

Art. 2º As retribuições dos servidores de que trata o artigo 2º do Decreto-Lei nº 1.255, de 26 de janeiro de 1973, continuarão a ser reajustadas de acordo com o critério estabelecido no artigo 2º e respectivos parágrafos, do Decreto-Lei nº 1.202, de 17 de janeiro de 1972.

§ 1º O reajustamento previsto neste artigo será aprovado pelos Ministros de Estado ou dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República, devendo o órgão de pessoal respectivo providenciar a publicação das tabelas de emprego com indicação dos salários atuais e dos reajustados, bem assim a remessa de cópia ao Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal para o devido controle.

§ 2º No caso das autarquias o reajustamento dependerá de aprovação pelo Ministro de Estado que estiverem vinculadas, observadas as demais providências indicadas no parágrafo anterior.

Art. 3º Os valores do vencimento dos cargos em comissão, das gratificações de função e das gratificações pela representação de gabinete dos órgãos da Administração Federal Direta, Autarquias e Territórios Federais, decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 1.256, de 25 de janeiro de 1973, são reajustados em 20% (vinte por cento).

#### ANEXO 5

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA  
DECRETOS Nº 83.681/79 E 92.404/86

#### ANEXO 6

DECRETO Nº 83.681  
DE 4 DE JULHO DE 1979

#### Institui a Comissão Nacional de Energia

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º É instituída a Comissão Nacional de Energia, órgão de natureza transitória, com a finalidade de estabelecer diretrizes e critérios visando à racionalização do consumo e ao incremento da produção nacional de petróleo, bem como à substituição dessa por outras fontes de energia.

Art. 2º A Comissão Nacional de Energia, diretamente subordinada ao Presidente da República, será integrada pelos Ministros de Estado, da Fazenda, Agricultura, Transportes, Indústria e do Comércio, Minas e Energia, Chefe de Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, Chefe da Secretaria de Planejamento e Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 1º Integrarão ainda a Comissão Nacional de Energia os Presidentes do Conselho Nacional do Petróleo, da Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás e da Centrais Elétricas Brasileiras S/A — Eletrobrás, além de 3 (três) cidadãos de reputação ilibada e notório saber no campo de energia, nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º O Presidente da República contará com o auxílio do Vice-Presidente da República na direção superior dos trabalhos da comissão.

Art. 3º O Ministro de Estado das Minas e Energia terá as atribuições de Secretário Executivo da Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — **JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO** — Presidente da República — **Cesar Cals Filho**.

DECRETO Nº 92.404  
DE 19 DE FEVEREIRO DE 1986

#### Dispõe sobre a Comissão Nacional de Energia

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, decreta:

Art. 1º A Comissão Nacional de Energia, órgão de natureza transitória, tem a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação e execução de uma Política Nacional de Energia, bem como no estabelecimento de diretrizes com vistas à obtenção da auto-suficiência nacional em matéria de energia.

Art. 2º A Comissão Nacional de Energia, diretamente subordinada ao Presidente da República, será integrada pelos Ministros de Estado da Fazenda, Agricultura, Transportes, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Integrarão ainda a Comissão Nacional de Energia os Presidentes do Conselho Nacional do Petróleo, da Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás e da Centrais Elétricas Brasileiras S/A — Eletrobrás, além de 3 (três) cidadãos de reputação ilibada e notório saber no campo da energia, nomeados pelo Presidente da República.

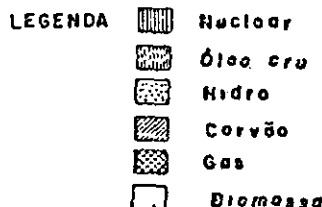
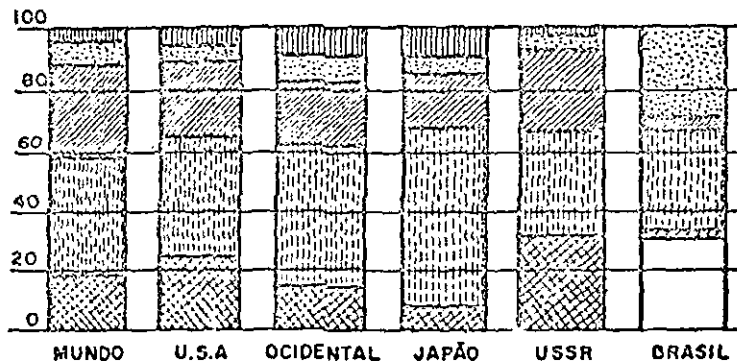
Art. 3º O Ministro de Estado das Minas e Energia terá as atribuições de Secretário-Executivo da Comissão.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 83.681, de 4 de julho de 1979, e demais disposições em contrário. — **JOSÉ SARNEY** — Presidente da República. — **Aureliano Chaves**.

#### ANEXO 6

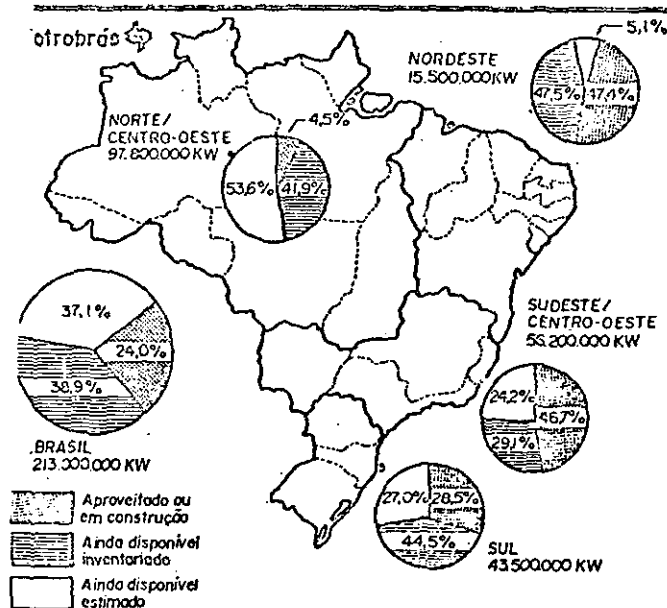
TRANSPARÊNCIAS SOBRE CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA, A NÍVEL MUNDIAL, POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO BRASIL, EVOLUÇÃO DA TARIFA MÉDIA REAL DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL (1975/85), CASCATA DO RIO SÃO FRANCISCO, APRESENTADAS NO DEPOIMENTO DO MINISTRO AURELIANO CHAVES.

## CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA





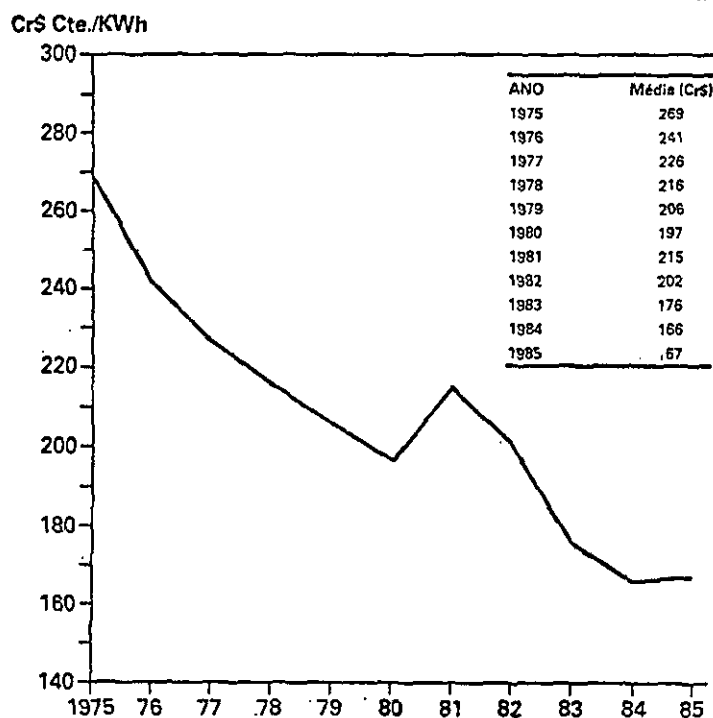
## POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO BRASIL



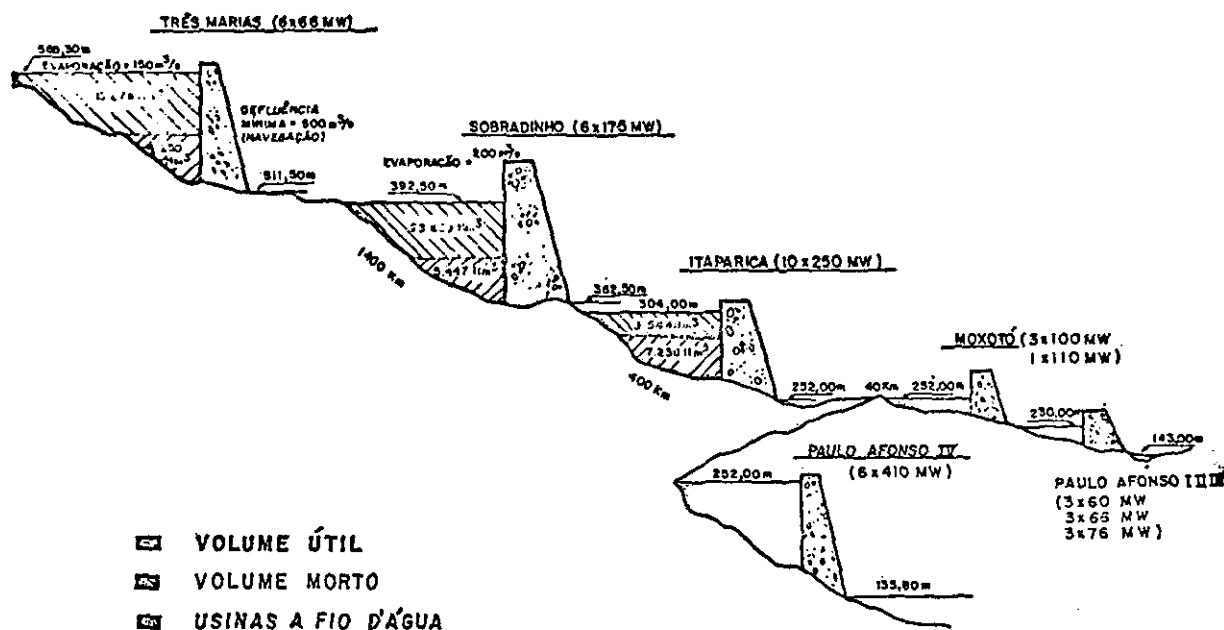
### EVOLUÇÃO DA TARIFA MÉDIA -

EM Cr\$/ KWh - BASE = MÉDIA DE 1985

Eletrobrás



## CASCATA DO RIO SÃO FRANCISCO



### ANEXO 7

#### ATAS DAS REUNIÕES DA CPI COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico.

#### 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1987

Às dezessete horas do dia vinte e um de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia — Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Almir Gabriel, Aluísio Bezerra, Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães, Leopoldo Pere, Divaldo Suruagy e José Agripino.

Em obediência ao que dispõe as normas regimentais, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Gabriel, que solicita ao serviço da secretaria que proceda a distribuição das cédulas de votação, a fim de que seja efetuada a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, convidando, em seguida, o Senhor Senador Dirceu Carneiro para atuar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

#### PARA PRESIDENTE:

Senador José Agripino ..... 4 Votos  
Em branco ..... 1 voto

#### PARA VICE-PRESIDENTE:

Senador Antônio Farias ..... 5 votos

São proclamados eleitos Presidente e Vice-Presidente Comissão respectivamente, os Senhores Senadores José Agripino e Antônio Farias.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador José Agripino agradece em seu nome e no do Senhor Senador Antônio Farias, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Jutahy Magalhães, para relatar a matéria.

Em seguida, a Presidência propõe o calendário das reuniões e como sugestão pessoal ouvir os Senhores Ministros das Minas e Energia, da Irrigação, o Diretor-Geral do DNAEE, o Presidente da Eletrobrás, o Presidente da Chesf e ouvir também algum representante do segmento de consumidores e concessionários de energia elétrica e da agricultura.

Logo após, usaram da palavra os Senhores Senadores Divaldo Suruagy, Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Carneiro e Almir Gabriel, sugerindo nomes, como representantes das Federações das Indústrias e o Presidente da Eletronorte.

Prosseguindo, o Senador Almir Gabriel, sugere a Comissão, que fique à disposição dos Senhores Senadores nas reuniões da CPI, assessores na

área de energia elétrica para que possa necessitar de alguma informação de caráter técnico.

A Presidência, acata a sugestão do Senador Almir Gabriel e providenciará para que em todos os depoimentos, um assessor esteja presente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.

#### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1987

Às quinze horas do dia quatro de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia — Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor, José Agripino, Antônio Farias e João Lobo.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida é dada como aprovada.

Logo após, a Presidência agradece a presença do Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, entendendo que a Sudene é o grande repositório de

informações, no que diz respeito à questão hidrológica.

Prosseguindo, usa da palavra o Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, Superintendente da Sudene, sentindo-se recompensado a prestar contas de seus atos e de atribuições de órgãos que dirige, apresentando a leitura do relatório através de transparências.

Em seguida, na fase interpelatória, usaram da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator; João Lobo; Mansueto de Lavor; Dirceu Carneiro; Cid Sabóia de Carvalho e Antônio Farias.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.

### 3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1987

Às dezesseis horas do dia cinco de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor e José Agripino. Presente, ainda, o Senador Edison Lobão.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida é dada como aprovada.

A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor José Carlos Aleluia, Presidente da Chesf, que faz uma breve retrospectiva sobre a Chesf e sua vinculação com o Nordeste e aborda a situação atual, dando alguns esclarecimentos sobre a conjugação de fatores que levou o Nordeste a ter que reduzir o consumo de energia elétrica.

Prosseguindo, usa da palavra o Senhor Miguel Nunes, Presidente da Eletronorte, que inicialmente manifesta a satisfação de poder estar na CPI prestando esclarecimentos sobre a questão que tem como interesse crucial, a região Nordeste.

Na fase interpelatória, usaram da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator; Mansueto de Lavor; Edison Lobão e Cid de Carvalho.

Prosseguindo, a Presidência agradece a presença dos Senhores Presidentes da Chesf e da Eletronorte, respectivamente, José Carlos Aleluia e Miguel Nunes, pela valiosíssima contribuição que trouxeram à Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.

### 4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1987

Às quinze horas do dia onze de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de

Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar o racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator; Antônio Farias e José Agripino.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida é dada como aprovada.

A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Mário Penna Bhering, Presidente da Eletrobrás, que tece algumas considerações quanto ao futuro do problema de energia do Nordeste, através de transparências apresentadas.

Prosseguindo, usa da palavra o Senhor Jurandir Picanço, Coordenador de Eletrificação do Proine, que elaborou e apresentou um relatório, procurando ser abrangente em todos os aspectos do programa de irrigação que se relacionam com o setor elétrico.

Na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator; Antônio Farias e José Agripino.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, tão logo traduzidas e revisadas serão publicadas, em anexo, à presente Ata e irá à publicação.

### 5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1987

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Antônio Farias, Jutahy Magalhães, Relator; Edison Lobão e o Deputado Carlos Benevides.

Abertos os trabalhos, o Senador Antônio Farias, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida é dada como aprovada.

A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Benedito Carraro, Diretor da Divisão de Controle dos Serviços de Eletricidade (DCSE), que inicialmente apresenta através de transparências, toda a estrutura do setor e atribuições do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

Logo após, a palavra é concedida ao Senhor Adjama Azevedo, Presidente da associação Brasileira dos Consumidores de Energia (Abrace), afirmando que, a busca de estar fazendo entender a causa do racionamento de hoje é no sentido de prevenir e não repetir os mesmos erros do futuro.

Usam da palavra, na fase interpelatória, os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator; Edison Lobão e o Deputado Carlos Benevides.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente, tão logo traduzidas e revisadas serão publicadas, em anexo, à presente Ata e irá à publicação.

### 6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 1987

Às quinze horas do dia nove de julho de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães, Relator, Pompeu de Sousa e José Agripino.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, a Presidência comunica o recebimento do telex remetido pelo Presidente da FACIC, do Ceará, e passa às mãos do Senhor Relator, Senador Jutahy Magalhães, para que conste nos registros taquigráficos da CPI.

Prosseguindo, a palavra é concedida ao Senhor Masato Yokota, ex-Diretor Financeiro da Eletrobrás, afirmando que a crise energética está gerando o racionamento de energia elétrica do Norte e Nordeste, que causa preocupação, dada as consequências bastante elevadas de prejuízo da sociedade nordestina.

Logo após, a palavra é dada ao Senhor Egmont Bastos Gonçalves, ex-Diretor Financeiro da CHESF, tecendo algumas considerações, afirmando que enfrentou grandes dificuldades na área econômico-financeira no período da sua gestão.

Na fase interpelatória, usaram da palavra os Senhores Senadores Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães e José Agripino.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Masato Yokota e Egmont Bastos Gonçalves, ex-Diretores da Eletrobrás e da CHESF, respectivamente, e em seguida, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

### 7ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1987

Às quinze horas do dia dezoito de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, José Agripino, João Lobo, Antônio Farias e Mauro Borges.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, a palavra é concedida ao Doutor Vicente Fialho, Ministro de Estado da Irrigação, que discorre sobre os fatos decorrentes da implementação do programa de irrigação de um milhão de hectares na região do Nordeste.

Usam da palavra, na fase interpelatória, os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator, João Lobo, Mauro Borges e José Agripino.

Prosseguindo, o Senhor Relator, Senador Jutahy Magalhães, comunica o recebimento de ofício do Ministério da Irrigação contendo informações requeridas pelo Relator e solicita o registro do mesmo nos Anais da Comissão.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece o depoimento do Senhor Ministro e registra o recebimento de uma carta da Deputada Cristina Tavares na qual enfatiza a necessidade da CPI tomar depoimento de alguns usuários. Em discussão, o Senhor Relator, Senador Jutahy Magalhães sugere ouvir, primeiramente, a Deputada a fim de que possa apresentar sugestões. Usa ainda da palavra o Senhor Senador João Lobo. Finalmente, o Senhor Presidente deixa a decisão para o plenário da CPI adiantando que não encontra razão para o prolongamento dos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente que determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

#### 8ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1987

Às quinze horas do dia dois de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Cid Sabóia de Carvalho, Jutahy Magalhães, Relator, e José Agripino.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, a palavra é concedida ao Dr. Drumont Xavier, Secretário das Minas e Energia do Estado de Pernambuco que discorre sobre a situação atual do racionamento de energia no Nordeste, as perspectivas para 1988 e além, a influência do PROINE e, finalmente sugere algumas recomendações.

Prosseguindo, o Senhor Relator, Senador Jutahy Magalhães encaminha Ofício ao Presidente da CPI para as necessárias providências, no qual solicita informações ao Tribunal de Contas da União.

Finalmente o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Drumont Xavier, Secretário das Minas e Energia do Estado de Pernambuco e comunica que a convocação do Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Aureliano Chaves, será no menor espaço de tempo possível.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente que determina que as notas taquigráficas, tão logo tradu-

zidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

#### 9ª REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Às quinze horas do dia dez de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, José Agripino, Roberto Campos, Jorge Bornhausen, Carlos Chiarelli e Marco Maciel. Comparecem, ainda, os Senhores Deputados Mário Lima, Ismael Wanderley, Djalma Bessa, Dionísio Dal Prá e Humberto Souto.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

É registrada a presença dos Senhores Mário Bhering, Presidente da Eletrobrás; Miguel Nunes, Presidente da Eletronorte; Carlos Aleluia, Presidente da Chesf; Diretores e Assessores de diversos órgãos da área da eletrificação.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Doutor Aureliano Chaves, Ministro de Estado das Minas e Energia, que, discorre sobre a utilização da energia em suas diversas formas.

Prosseguindo, na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator; José Agripino e o Deputado Mário Lima.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença do Doutor Aureliano Chaves e determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

#### 10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1987

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Legislação Social do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Cameiro, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor, Ruy Bacelar, Divaldo Suruagy e José Agripino.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida é dada como aprovada.

Inicialmente, a palavra é dada ao Relator, Senador Jutahy Magalhães, que emite Relatório Final concluindo pelo Projeto de Resolução, que "cria o Serviço de Auditoria às Comissões Parlamentares de Inquérito, para os fins que especifica".

Em discussão, usam da palavra os Senhores Senadores Mansueto de Lavor, Dirceu Cameiro e Divaldo Suruagy.

A seguir, o Senhor Presidente, Senador José Agripino, apresenta sugestões que acatadas pelo Senhor Relator, passam a constar do Relatório.

Em votação, o Relatório é aprovado por unanimidade.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece o valioso trabalho dos Assistentes da Comissão, assim como dos Assessores.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 398-A, de 1987

**Cria o Serviço de Auditoria às Comissões Parlamentares de Inquérito, para os fins que especifica.**

O Senado Federal decreta:

Art. 1º É criado, nos termos do art. 173 do Regimento Interno do Senado Federal, o Serviço de Auditoria às Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

A recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional, no bojo do processo de redemocratização do País, exigirá do Senado Federal renovação das atribuições e responsabilidades. Será o Congresso Nacional o reduto da legitimação democrática iniciada pela promulgação da nova Carta Magna e continuada na destilação de políticas de Estado conducentes à obtenção de um mínimo de consenso no seio da cidadania. Espera-se que os tradicionais "anéis burocráticos" que alimentaram a cooptação do "público" pelo "privado" no âmbito do Estado e que produziu a degradação moral de suas instituições dê lugar a um sistema arejado e participativo na gestão dos recursos públicos, cabendo à representação parlamentar um papel estratégico na definição das prioridades sociais e na fiscalização acurada do Poder Executivo. O Congresso Nacional será não só fiador, doravante, da execução dos programas de governo como seu principal responsável perante a cidadania. Todo o processo de legitimação passará pela capacidade do legislativo em avaliar o caráter das políticas públicas e fiscalizar a fundo os mecanismos de apropriação orçamentária e execução financeira que lhes correspondem. Parte decisiva deste processo é a auditoria contábil das contas sujeitas ao controle externo do Senado Federal.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, de sua parte, tem revelado, ao longo de sua história, pouca versatilidade e estrutura para levar às últimas consequências suas atribuições, reduzindo sua eficácia e desmerecendo a instituição parlamentar perante a opinião pública.

Justamente quando o País se reencontra com a democracia, que novas expectativas se depoc-

sitam sobre o Congresso Nacional, não podem as CPI se transformar em lacunas do poder fiscalizador do Congresso. Trata-se, pois, de criar as condições para que as CPI venham a cumprir adequadamente suas funções e realizar expectativas sobre sua eficácia. Neste sentido foi justa e oportuna a proposta contida na Resolução nº , que alocou recursos orçamentários do Senado às CPI. Agora, proponho que se crie um serviço técnico permanente de apoio às CPI. Este serviço de auditoria contábil preencherá importante lacuna dessas Comissões e se constituirá em decisivo elemento da reestrutura desta Casa nesta nova etapa da vida política do País.

Sala das Sessões,

## ANEXO 8

### DEPOENTES

#### Relação dos Depoentes à CPI

1. Superintendente da Sudene — Dr. Dorany de Sá Brito Sampaio, 4 de junho de 1987;
2. Presidente da Chesf — Dr. José Carlos Aleluia, 5 de junho de 1987;
3. Presidente da Eletro Norte — Dr. Miguel Rodrigues Nunes, 5 de junho de 1987;
4. Presidente da Eletrobrás — Dr. Mário Penna Behring, 11 de junho de 1987;
5. Coordenador de Eletrificação do Proine — Dr. Jurandir Picanço Júnior, 11 de junho de 1987;
6. Diretor da Divisão de Controle dos Serviços de Eletricidade do DNAEE — Dr. Benedito Carrao, 25 de junho de 1987;
7. Presidente da Abrace — Dr. Djalma Azevedo, 25 de junho de 1987;
8. Ex-Diretor Financeiro da Chesf — Dr. Egmont Bastos Gonçalves, 9 de julho de 1987;
9. Ex-Diretor Financeiro da Eletrobrás — Dr. Massato Yokota, 9 de julho de 1987;
10. Ministro da Irrigação — Dr. José Vicente Fialho, 19 de agosto de 1987;
11. Secretário de Minas e Energia de Pernambuco — Dr. Drumond Xavier Cavalcanti Lima, 2 de setembro de 1987;
12. Ministro das Minas e Energia — Dr. Aureliano Chaves, 10 de novembro de 1987.

## ANEXO 9

### ASSESSORAMENTO

#### Assessoria Técnica

Edgar Lincoln de Proença Rosa — Diretor da Assessoria Técnica do Senado;

Paulo Cesar Timm — Assessor Técnico do Senador Jutahy Magalhães, Fone: 211-3018;

Luiz Fernando de Carvalho — CESP — R. Alm. Rocha Azevedo, 25-120 — São Paulo — SP — Fone: 289-2982 — Cep: 01410;

Aldo Ramon de Almeida — Coelba — Av. Edgar Santos, 300 — Bl. II, 1º — Salvador — BA — Fone: 231-2059;

Edson Bezerra Peixoto — Coelba — Rua Gerson Pinto, 281/701 — Costa Azul — Cep: 40.000 — Fone: 231-4040 (Res.) 231-0337;

#### Assistente da Comissão

Haroldo Pereira Fernandes — Assistente do Serviço de Comissões Especiais e de Inquérito.

## COMISSÃO ESPECIAL

**Criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da Dívida Externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros pela decorrente, nos planos externo e interno.**

### 8ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Às quinze horas do dia nove de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Leopoldo Perez, Raymundo Lira, Ronan Tito, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Chiarelli, Odacir Soares e Jamil Haddad, além dos Senhores Senadores Mário Covas, Saldanha Derzi e Roberto Campos, reúne-se a Comissão Especial destinada a examinar a questão da Dívida Externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno.

Abertos os trabalhos, é dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, o Senhor Presidente, Senador Carlos Chiarelli, convida os Doutores Fernando Milliet, Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, Assessor do Ministério da Fazenda e Antônio de Pádua Seixas, Diretor da Dívida Externa do Banco Central, para tomarem assento à Mesa.

Em seguida, usam da palavra os Doutores Fernando Milliet e Fernão Bracher, para prestarem esclarecimentos relativos a dívida externa brasileira. Logo após, se colocam à disposição dos Senhores Senadores para quaisquer explicações adicionais.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores Itamar Franco, Odacir Soares, Ronan Tito, Aluizio Bezerra, Roberto Campos, Carlos Chiarelli e, finalmente, o Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso.

Finalizando, o Senador Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1987, A FIM DE OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SENHORES FERNANDO MILLIET E FERNÃO BRACHER, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL E ACESSOR DO MINIS-**

## TÉRIO DA FAZENDA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Carlos Chiarelli  
Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso  
(Íntegra do apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Srs. Parlamentares, iniciaremos esta reunião extraordinária da Comissão Especial Dívida Externa cuja convocação parece óbvia, em face dos últimos acontecimentos e às notícias que tivemos oportunidade de receber, e a Nação de as conhecer, sobre os entendimentos realizados; e até porque na última visita do Presidente do Banco Central, Dr. Fernando Milliet, S. S.º nos assegurava o seu retorno, nesta semana, para poder conosco debater o resultado, que se previa ocorresse até o final da semana, dos entendimentos celebrados com os bancos credores privados dos Estados Unidos. E hoje, além de S. S.º temos conosco também um negociador chefe que também outras vezes aqui esteve, e que também "freguês" da Casa Dr. Fernão Bracher, que juntamente com o Dr. Milliet nos oferecerão essas informações, e a quem nós dirigiremos nossas considerações, perguntas e evidentemente nossas ponderações sobre a matéria em pauta.

Apenas gostaria de destacar um fato com relação à data em que nós estamos fazendo esta reunião, que está coincidindo com a da Comissão de Sistematização em que estamos votando matéria da mais alta importância com relação à Constituição.

Como as questões de antecedência, como histórico, como também matérias e outros temas referentes à dívida têm sido debatidos aqui, eu ponderaria aos nossos dois depoentes de hoje que fossem muito objetivos, e que procurassem trazer-nos uma informação detalhada, elucidativa, numérica, com as razões, os prós e os contras do acordo do qual, digamos assim, hoje queremos ter um debate para que não fiquemos em comentários gerais. E eu gostaria de ponderar que sobre isso nós centralizássemos as nossas indagações com a objetividade necessária.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Milliet, Presidente do Banco Central. E aplicando normas disciplinares indispensáveis, até em razão da prioridade da Constituinte, vou pedir que nós tenhamos a exposição de ambos circunscrita num prazo máximo de 30 minutos.

O SR. FERNANDO MILLIET — Vou fazer algumas referências iniciais, e acho que o Dr. Fernão Bracher poderá fazer comentários mais elucidativos a respeito deste entendimento preliminar.

Eu gostaria, apenas, de situar em perspectivas a crise da dívida externa, que, como expus da outra vez, resulta de mudanças importantes nas condições do mercado financeiro internacional, que são decorrentes de ajustamentos ou desajustamentos que se verificaram na economia americana, que criaram uma enorme demanda de crédito, do que decorreu uma crise de liquidez financeira e uma elevação muito substancial das taxas reais de juros.

A partir desse fato, que eventualmente venha a se corrigir com o reajustamento dessas grandes economias do mundo, mas que não foi um fato certamente provocado pelo Brasil, a que nós vínhamos assistindo era uma montagem de um formato de negociação que se caracterizava tipicamente pelo fato de os países fazerem um acordo com o Fundo Monetário Internacional, e esse acordo, que presidia as suas relações com os bancos, com as comunidades financeiras, tinha cláusulas, ou pelo menos os acordos dos bancos tinham cláusulas de que se o FMI desaprovasse o desempenho da economia do País endividado ele sustava os desembolsos e, com isso, os bancos também sustavam os desembolsos — e isso significava que o País ficava sem nenhum tipo de financiamento. Esses empréstimos eram tradicionalmente feitos para financiamentos de juros, os refinanciamentos de juros eram feitos tipicamente por um ano apenas; e as negociações costumavam ser, e parece que continuam sendo, extremamente demoradas, de tal sorte que não era incomum que o acordo fosse concluído, às vezes, no segundo semestre do próprio ano a que se referia. Isso deixa as economias destes países endividados numa situação de permanente instabilidade, o que tem contribuído para prejudicar, entre outras coisas, a taxa de investimentos dessas economias.

Uma outra característica é que o montante de recursos que os países endividados vêm sendo obrigados a fazer para servir a sua dívida, passou a representar percentagens muito expressivas da sua renda nacional do seu Produto Interno Bruto e, evidentemente, isso tem também prejudicado a disponibilidade de recursos para investimentos.

O Brasil procurou, no ano de 1987, tomar uma atitude muito firme no sentido de que esse quadro tinha que mudar, e fizemos uma proposta. Acho que seria oportuno lembrar que já no primeiro semestre, quando uma situação de inviabilidade de contas externas se apresentava, o Brasil suspendeu os pagamentos do serviço da dívida de médio prazo do sistema bancário.

Procuramos um ordenamento da economia nacional, foi feito um plano emergencial que ficou conhecido como Plano Bresser, depois o Plano Macroeconômico, que seria um plano mais de fundo. Depois de tudo feito e aprovado internamente, fomos ao exterior com uma proposta que tomamos pública e que apresentamos à comunidade financeira internacional, que se caracterizava por imensos avanços no estilo ou no formato de como vem sendo negociada a dívida externa. Entre esses avanços, propusemos: o refinanciamento de juros por três anos, que jamais foi feito em nenhum contrato anterior, quer com o Brasil, quer com outros países. Propusemos uma redução muito substancial dos *spread*, ou da taxa de risco que paga a dívida brasileira, que hoje ainda é muito elevada; propusemos um teto para as taxas de juros, prevendo que a instabilidade da situação financeira internacional pode levar a grandes flutuações na taxa de juros do mercado, e é evidente que um país com pouca reserva e sem acesso ao crédito voluntário não teria como acomodar, nos seus balanços de pagamentos, uma elevação substancial na taxa de juros.

Por essa proposta que apresentamos, essas alterações teriam que ser automaticamente refinanciadas.

Propusemos a conversão de parte da dívida em títulos de longo prazo: o banco que aceitasse essa conversão, que seria voluntária, de parte da dívida em títulos de longo prazo, teria títulos com taxas de juros menores do que as vigentes no mercado, e consideraríamos que com essa contribuição o banco estaria dispensado de refinarçar os seus créditos periodicamente, como são feitos os demais créditos no sistema bancário. Enfim, uma série de características que representavam todas elas.

E, finalmente, achávamos indispensável a desvinculação da dívida bancária de qualquer acordo que, eventualmente, se faça com o Fundo Monetário Internacional. O grande instrumento pelo qual esses acordos provocam enormes crises, pelo menos potencialmente — e na prática tem sido assim — nos países que celebram esses acordos, é porque por essas cláusulas, esses acordos, levam ao impasse e à anulação de um acordo de rescalamento, que freqüentemente é demorado, penoso e difícil, pelo descumprimento de qualquer condicionalidade estabelecida no entendimento que se possa fazer com o FMI.

Queremos, portanto, que as nossas relações financeiras com as diversas entidades ou grupos de entidades que financiam a dívida brasileira, não tenham relação umas com as outras, de tal sorte que esse acordo seria mais para viabilizar a contratação de novos recursos para financiamento da economia brasileira, e não como uma forma impositiva de eventualmente inviabilizar a nossa situação de balanço de pagamentos.

Quando a equipe de negociadores brasileiros, chefiada pelo Dr. Fernão Bracher, há umas três semanas foi dar início, de fato, às negociações tínhamos, evidentemente, um problema de reclassificação da dívida. Era necessário que o Brasil demonstrasse um gesto de boa vontade que permitisse que se evitasse a reclassificação da dívida brasileira.

De fato, creio que tanto o Brasil quanto as instituições credoras, quanto o Governo americano tinham, cada um do seu modo, bons motivos para não desejar essa reclassificação. E como essa reclassificação é julgada, como já tive oportunidade de expor, não por motivo *pactual* — ou seja, passou tantos meses sem pagar, automaticamente está reclassificado — mas, dentro de um contexto do prognóstico do País e da sua negociação em curso, então era importante que houvesse um sinal de que a negociação tinha boas perspectivas.

Evidente que um sinal possível, por parte do Brasil, seria, como queriam os nossos credores, que pagássemos três meses de juros; inclusive assim ficaríamos abaixo do prazo limite de reclassificação e estava encerrado o assunto. Isso iria nos custar uma soma grande de recursos.

Insistimos que qualquer pagamento teria que ter por parte dos credores também um sinal de que eles, credores, estavam dispostos a fazer uma negociação que pudéssemos aceitar como uma negociação adequada aos interesses e aos objetivos do Brasil.

Creio que nestas três semanas, com grandes esforços, inclusive pessoais, essa equipe conseguiu produzir esta situação, razão pela qual foi possível fazer um acordo intermediário que prepara e assenta as bases da negociação global

que deverá ser retomada dentro de algumas semanas.

Pediria, então, que o Dr. Fernão Bracher explicasse os elementos desses entendimentos e o que realmente negociamos e deixamos estabelecido ou deixamos por estabelecer com os credores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Dr. Fernão Bracher.

O SR. FERNÃO BRACHER — Obrigado, Sr. Presidente.

Senhores, de acordo com o que o Presidente do Banco Central acabou de informar, foi essa a incumbência que nos tocou e dela procuramos nos desincumbir da melhor maneira possível.

Dado a uma situação de fato, em que a opção seria uma deterioração constante com os meios financeiros internacionais que se verificava na queda constante dos saldos emprestados pelo Banco Mundial — que este ano vai a menos 600 milhões de dólares, no mínimo, de saldo negativo, que vai a saldos negativos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e que acarreta-nos, este ano, apesar da moratória, dispêndios, na área financeira, da ordem de 8,2 bilhões de dólares —, determinaram-me, as autoridades competentes, que procurássemos encetar o caminho das negociações.

Dentro do caminho das negociações tínhamos, primeiramente, uma grande dificuldade que era o prazo imperativo das autoridades fiscalizadoras americanas dos bancos, as quais, em face da situação de os juros estarem há mais de 6 meses atrasados, deveriam declarar os nossos créditos como *value impaired*, o que equivale, aqui, mais ou menos, a crédito em liquidação.

Talvez uma pequena explicação sobre esse organismo americano: nos Estados Unidos, logo depois da crise de 1982, houve uma situação difícil dentro da comunidade financeira, houve interesses eventuais inclusive de outros órgãos em assumirem o controle da situação e o Executivo então criou uma Comissão composta de nove Membros, que é chamado *Interagency Country Exposure Risk Committee* ou ICERC. Essa Comissão de nove membros é composta de três membros da Reserva Federal, três Membros do *Control of Quality*, que é o órgão fiscalizador dos bancos, e três membros do FDIC; que é o órgão que dá seguro aos bancos, que segura contra riscos de crédito. O banco quebra, o FDIC paga os depósitos até determinados montantes.

Muito bem! Então essa Comissão se reúne três vezes por ano, a cada quadrimestre, para examinar qual é a classificação que devem ter os ativos dos bancos para que não aconteça de uma agência, que é responsável, classificar de maneira diferente da outra. De modo que, então, os examinadores dessas três entidades se reúnem e vêem as contas, e dizem que tal país deve ter tal classificação, etc. Então, na classificação de *value impaired* estão o Zaire, o Peru, a Nicarágua e outros países de menor expressão econômica e que, efetivamente, já ultrapassaram os seus seis meses. E a cada quadrimestre se reúne essa Comissão, e vai-se reunir novamente em fevereiro. Preenchidas aquelas condições de ser classificado como crédito em liquidação, poucas opções restam à Comissão senão declará-lo efetivamente como crédito em liquidação.



Uma declaração como essa, de crédito em liquidação, traria consequências imediatas nos Estados Unidos bem como também consequências imediatas em outros países como o Japão, Reino Unido e em outros, que, eventualmente, teriam também os seus respectivos órgãos supervisores, não de maneira nenhuma obrigados, mas levados eventualmente a ter o mesmo julgamento. De sorte que qualquer encaminhamento no sentido negociador seria dificultado, uma vez que pela própria técnica e pela própria mecânica das regras contábeis, seria muito mais difícil aos bancos darem créditos ao Brasil, inclusive para pagamento dos juros, uma vez feita essa reclassificação.

Na realidade nós estamos vivendo em um mundo de regulamentos: nós reclamamos que os regulamentos não atendem os nossos interesses, nós reclamamos que esses regulamentos estão desatualizados, mas são reclamados e, se Deus quiser, isso será algum dia modificado; mas há a inércia, como V. Ex.<sup>a</sup> sabem, dos regulamentos, da ordem estabelecida, do poder estabelecido, enfim das coisas que são como são, e até que se consiga mudar, é uma grande dificuldade.

Estávamos às vésperas de uma decisão dessa Comissão que, no seu dever regulamentar, por estarem as coisas como estavam, iria provavelmente sugerir ou determinar a reclassificação das contas brasileiras, o que seria um grande empecilho no passo da negociação. Então, evidentemente, poderíamos continuar insistindo no caminho da negociação e não sei qual seria a decisão do Governo brasileiro nessa altura; ou, então, optamos por um caminho de radicalização com todos os organismos, que nos poupasse essa sangria talvez não dos 8,2 bilhões de dólares, porque estão incluídos os dividendos, e diminuir-se consideravelmente isso e ficaríamos em uma ilha mais ou menos como, eventualmente, ocorreu com a União Soviética, depois de 1917, e com a China, de Mao Tsé-Tung, enfim, podemos viver dentro desse contexto. Mas é mais difícil e mais complicado e não foi esse o momento escolhido. Então, com essa instrução de negociar é que lá fomos obtendo para o País — as melhores vantagens, as melhores condições e é isso que eu tenho que submeter a V. Ex.<sup>a</sup> para verificarem se isso ocorreu ou não ocorreu.

Na negociação preliminar que houve, discutia-se muito como fazer para se darem elementos a uma não reclassificação das nossas contas e como se darem elementos para a criação de um ambiente favorável para que pudéssemos entrar na discussão propriamente dita.

É necessário que se esclareça que estamos tratando de um acordo preliminar, é um acordo inicial apenas, que inicia uma situação para um acordo de longo prazo.

A situação que se achou é uma situação relativamente engenhosa, depois de negociações com o governo americano, pela qual se mostrava claramente que se não se fazia a suspensão de pagamento.

A palavra moratória é uma palavra que tecnicamente nunca foi usada, inclusive que eu saiba, pelo Governo brasileiro; se falou sempre em suspensão de pagamentos. Mas não se cancelava a suspensão de pagamentos, tanto assim que a solução que foi possível negociar é que se pagariam os juros dos meses de outubro, novembro

e dezembro com a contribuição de 2/3 dos bancos estrangeiros, eles entrando com um bilhão e nós entrando com 500 milhões. Quanto aos meses de 20 de fevereiro a 30 de setembro, esses só seriam pagos no caso de se chegar a uma negociação final, definitiva e satisfatória ao Brasil e no momento em que esses mesmos dinheiros fossem desembolsados, a saber, em 16 de junho do ano que vem. Para tanto os bancos também contribuiriam com 2/3 e nós contribuiríamos com 1/3. E com referência aos pagamentos de após 1º de janeiro, isso nós esperamos que se possa dar sempre e desde quando tenhamos o suporte da comunidade internacional. É com esta condicionante expressa que se reiniciará ou se manterão os pagamentos a partir de 1º de janeiro.

A conclusão a que se chegou nas negociações com as autoridades e com os bancos é a de mostrar claramente que se trata não de uma solução definitiva, mas interina, pela qual, enquanto se está negociando, os juros serão pagos. Mas o prazo anterior não está sendo satisfeito e só o será no caso de se chegar a conclusões satisfatórias. Somente no caso de a mesma comunidade financeira internacional nos dar apoio é que se manterão os juros em dia. Isso com referência aos juros.

No que diz respeito ao Fundo Monetário Internacional, houve grandes discussões. A posição sempre definida é a de que o Fundo para o qual pediríamos apoio a um programa nosso — e não um programa dele — seria um novo Fundo, a saber, um Fundo que não tem poder, um Fundo desvinculado do desembolso dos bancos.

Isto acontece tradicionalmente, e esta é uma tese muito ousada nossa. A nós caberá conseguir a adesão do sistema financeiro internacional.

Em 1982, quando estourou a crise do México em agosto, houve o impasse, a quebra, enfim, a dificuldade de pagamento desse país — também lá se declarou a moratória e suspenderam-se os pagamentos. O Fundo Monetário Internacional reuniu os bancos e mostrou-lhes a situação, sugerindo que ele próprio entraria com uma parcela e os bancos com outra.

Alguns bancos aceitaram, outros não. O Gerente-Geral do FMI, na época, o Sr. Jacques de Larosière, disse que a entidade só entraria se todos os bancos fizessem o mesmo. Era condição absoluta que todos entrassem. E, assim, obrigou-os a entrarem com o dinheiro, resolvendo a situação desta maneira.

Foi uma medida muito criticada por uma série de bancos. Criou-se, inclusive, uma organização de bancos em Washington — o *Institute of International Finance* — com o propósito declarado por muitos banqueiros de não mais aceitarem as imposições dos burocratas do Fundo Monetário Internacional a respeito de onde empregarem o seu dinheiro. Enfim, foi uma tentativa.

Foram as expressões que ouvi e registrei e delas dou testemunho, para mostrar que, naquele determinado momento, o Fundo Monetário Internacional, para estabelecer a ordem que entendia adequada, conclamou os bancos e condicionou a sua entrada a que estes fizessem o mesmo.

Hoje, a nossa posição é a de negociar com os bancos em separado. O acordo que fizemos com os bancos há de ser com os bancos; o acordo que fizemos com o FMI há de ser com o FMI. Esta posição brasileira foi claramente definida:

não aceitaremos vinculação do desembolso dos empréstimos bancários a um eventual acordo com o FMI.

No que concerne a solicitar o apoio do Fundo Monetário Internacional para um programa nosso, também ficou absolutamente claro que o tempo é nosso; quem dá o momento e a hora é o Governo brasileiro, de acordo com as nossas conveniências.

Abordo essas duas questões, que me parecem ser as mais candentes. Em seguida, também condicionamos dar esse passo a que houvesse algum progresso nas negociações propriamente ditas. Sabemos que todas as negociações estão por vir. Mas, sem que tenhamos algum progresso, não é possível caminharmos neste sentido.

Quais são esses progressos? O primeiro é termos eliminado o problema da reclassificação das nossas contas. O segundo é termos, num discutido telex nosso, afirmado que eventuais falhas no cumprimento de um acordo estabelecido com organizações multilaterais não deverão ser causa de atraso no desembolso dos financiamentos bancários. Esta é a fórmula achada para falar-se em desvinculação.

No telex dos bancos, que deverá ser enviado hoje, deverá aparecer uma clara referência dos bancos dizendo que reconhecem a reestruturação brasileira a longo prazo documentada em bônus como uma solução interessante. E eles deverão estudar a maneira de permitir aos bancos, que assim o quiserem, comprar os nossos bônus em troca da sua dívida.

Além do mais, já foi estabelecido o princípio de que discutiremos, como já disse o Presidente do Banco, os anos de 1987, 1988 e 1989 como horizonte do programa de financiamento internacional para o Brasil.

Exatamente fixou-se o montante, como indicativo, de 3,4 bilhões de dólares como sendo aquele do financiamento deste ano; não apenas os 3 bilhões, que são os dois terços com que os bancos entraram, mas 3,4 bilhões. E isto apesar dos êxitos que vamos tendo nas balanças comerciais e apesar da grande discussão que havia com os bancos se eles iriam ou não financiar os nossos pagamentos ao Fundo Monetário. Além do mais, fixamos também que nas linhas de créditos a curto prazo, o Comitê manterá as linhas de crédito a curto prazo e solicita à comunidade bancária que assim o faça.

Quanto à prorrogação dos principais vencidos e não pagos do ano de 1986, que tinha vencido o último acordo em 15 de abril, passou agora para março ou junho do ano que vem.

E, finalmente, fizemos constar claramente que desejamos que no acordo final deveríamos necessariamente contemplar o problema da salvaguarda, isso é, deveríamos ter uma solução satisfatória para oscilações abruptas no mercado de taxa de juros.

De modo que são todos esses assuntos, uns já resolvidos, como, por exemplo, o período de três anos, outros por resolver como, por exemplo, a questão dos juros ou, por exemplo, na questão da desvinculação já resolvida, ou dos bônus por resolver, mas todos eles nitidamente dando um encaminhamento para as negociações que virão.

Se nós teremos êxito ou não? Em primeiro lugar, se os bancos terão êxito em levantar os três bilhões de dólares, não sabemos. É provável

que eles o tenham, não há precedente de uma solicitação do Comitê de Bancos à comunidade bancária não ter tido êxito. Eles agora, os quatorze bancos que compõem a mesa, precisarão de duas ou três semanas para se lançarem no mercado internacional e pedirem ao universo de uns cinquenta a cem bancos, provavelmente uns setenta, que cada qual contribua com a sua parcela para esse levantamento de fundo.

E, finalmente, se nós termos êxito na segunda etapa de negociação, também é impossível dizê-lo desde já. O certo é que é uma tentativa que parece válida, parece-me necessária e se tivermos êxito nela o prêmio será, enfim, uma reintegração nossa com as vantagens advindas de uma reintegração já agora no ordenamento que nos convém dentro do mercado financeiro internacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Nós passamos à lista dos Srs. Senadores membros da Comissão que se predispõem a arguir os nossos depoentes.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente; Sr. Presidente do Banco Central, Sr. Fernão Bracher; nobre Líder, Mário Covas; Senador Fernando Henrique Cardoso:

Começo estranhando duas colocações do Dr. Fernão Bracher. A primeira quando ele disse, Presidente Senador Carlos Chiarelli, que, "não se suspendia a moratória", que "essa palavra moratória nunca foi usada".

Ora, foi o próprio Presidente da República que em um dos seus apelos dramáticos reclamou da população brasileira o apoio à moratória e, particularmente, do maior Partido que lhe dá sustentação, o PMDB. Então, a palavra moratória sempre existiu. Pode não ter existido nas negociações internacionais, mas aqui, nós, brasileiros, ela sempre existiu e ela sempre foi considerada como moratória, que tecnicamente tem outro nome lá fora; talvez seja um problema de tradução, porque nós recebemos esses documentos em inglês, temos dificuldades até nas traduções, é possível que haja outra palavra em inglês que venha definir o que seja moratória.

Outra colocação que estranhamos, quando foi dito pelo nobre Presidente do Banco Central de que houve um gesto de boa vontade. Não houve um gesto de boa vontade. O Brasil tinha que ir, teria que aceitar o que se fez, porque se não aceitasse, na própria palavra do Dr. Fernão Bracher, estaria numa situação difícil, numa decisão dura, numa reclassificação como mau pagador. Portanto, as coisas devem ser colocadas de plano, nessa transparência, nessa clareza para ser enfocado o problema da dívida externa. Outro dia eu recordava — não precisava fazê-lo porque, evidentemente, sabe mais do que nós, o Presidente do Banco Central — que em 1982 o Brasil retirou do seu Produto Interno Bruto 5%; nenhuma nação do mundo permitiria que se retirassem 5% do seu Produto Interno Bruto.

Nessas considerações iniciais, gostaria de solicitar do Dr. Fernão Bracher e ao Sr. Presidente o protocolo ou o acordo oficial assinado pelo Brasil. Não conhecemos esse acordo ou protocolo; não sei se se chama acordo ou protocolo, mas gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Presidente Carlos Chia-

relli, solicitasse esse documento, porque através dele é que se poderá analisar melhor o que se passou, realmente, lá fora. Não quer dizer que estamos aqui colocando em dúvida a palavra do Presidente do Banco do Brasil ou do negociador direto do Brasil.

Dr. Fernão Bracher, temos aqui um documento; se não corresponder a veracidade V. Ex.<sup>a</sup> poderá dizê-lo, mas gostaria de certos esclarecimentos. Diz o seguinte:

"O empréstimo deverá ser pago pelo Banco Central até 30 de junho de 88" — pediria agora a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> — "... com uma margem de juro de 7/8 acima da *libor*."

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> definisse o que é *libor* porque tenho eu a definição de *libor* que mostra realmente essa variação da *libor* na antevéspera do mercado londrino. Então, veja V. Ex.<sup>a</sup> com uma margem de juro de 7/8 acima da *libor*, além disso, cada banco receberá uma taxa adicional totalizando 1/8%; além desse 1/8% haverá um adicional para os bancos de uma taxa de 1/8% ou 1/10%, dependendo da data em que cada um aderir ao pacote.

Veja que há uma variação do que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de dizer. O comitê vai determinar aos bancos, mas evidentemente essa sequência de autorização, a anuência dos bancos, não se dará possivelmente no mesmo prazo. Então, haverá aí a alteração dessas taxas.

Para recordar, primeiro gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> confirmasse se isso é verdade ou se está certa a seguinte definição da *libor*, que significa a média das taxas anuais pela qual a moeda é oferecida ao banco credor, ao mercado financeiro, aproximadamente às 11 horas da antevéspera do vencimento, tomando como base uma quantia de aproximadamente 5 milhões de dólares. Se essa definição é verdadeira, veja V. Ex.<sup>a</sup> o quanto vamos pagar.

O SR. FERNÃO BRACHER — Em primeiro lugar, com referência à questão semântica de moratória, não vou de maneira nenhuma contestar V. Ex.<sup>a</sup>, já me dou, desde já, por vencido.

Apenas quis fazer referência a que — se não me engano na declaração inicial, mas isso é irrelevante —, na declaração inicial de 20 de fevereiro, falou-se em cessação dos pagamentos, suspensão dos pagamentos. Posteriormente é que se adotou o jargão corrente de moratória, mas é uma coisa absolutamente irrelevante.

Com referência a *terms sheet*, que é a minuta do contrato, que é o que temos, não houve nada assinado lá; o que houve foi um entendimento sobre uma minuta desse entendimento e certamente tão logo estará à disposição de V. Ex.<sup>a</sup>, não tem problema nenhum — aliás, como deve ser.

Em terceiro lugar, com referência a *libor*, *libor* é *London Interbank Offered Rate*, quer dizer, é a taxa oferecida do mercado interbancário de Londres. Então, quer dizer que no mercado de Londres, entre os bancos, interbancário, os bancos respectivamente "compram e vendem dinheiro", fazem um depósito um no outro e eles recebem a taxa *bid*, quer dizer, a taxa em que eles compram e colocam junto a outros bancos na taxa *offered*. Daí, então, a taxa *libor* — *London Interbank Offered Rate*. Ao longo do dia, as

taxa oscilam: podem começar com 7% ao ano e acabar com 6%, 7% ou mesmo 8% e, ao longo do dia, pode oscilar para cima ou para baixo. Então, quando se fala num contrato à base de *libor*, então, o que significa? Normalmente se costumam nomear três grandes bancos, ou mais bancos, e isso dependerá de contrato, e se define que tais bancos estejam às 11 horas ou às 11 horas e 30 minutos, ou entre às 11 horas e 11 horas e 30 minutos de um determinado dia, "comprando ou vendendo" dinheiro — recebendo ou pagando depósitos. Para facilitar a operação — como elas demoram dois dias para se liquidar — é necessário dois dias antes. Por exemplo: vamos combinar uma operação de empréstimo em 6 meses; se combinarmos hoje, eles, para produzir em bolsa, para a compreensão, nos creditam, por exemplo, o dinheiro depois de amanhã, e a taxa para esse empréstimo será a *libor*, e a *libor* será aquela determinada às 11 horas e 30 minutos pelos três ou quatro bancos ou os bancos a que eles estiverem cobrando naquele dia. Então, pactuamos no nosso contrato que a taxa que prevalecerá será a *libor* a que os bancos tais e tais estejam comprando dinheiro entre às 11 horas ou às 11 horas e 30 minutos, a 6 meses. Então, verifica-se que a 7% ao ano é o *Barclay*, o *Midland Bank* e o *National Westminster Bank*, que são grandes bancos na Inglaterra, estejam comprando dólares a 6 meses naquela hora. Esta será a média deles. Será a taxa de juros que prevalecerá para o nosso empréstimo, que será desembolsado depois de amanhã. Então, receberemos uma quantia em torno de 1 bilhão de dólares que vencerá juros de 7% ao ano. Este é, praticamente, o custo do dinheiro para o banco.

Digamos que sejam 70 bancos que vão nos emprestar, portanto irá se admitir, em média, que esses 70 bancos estejam recebendo fundos a esse mesmo custo. É uma média um pouco teórica, porque sabemos que haverá bancos de primérrima linha que estarão recebendo a 1/8 abaixo disso e que haverá bancos que estarão recebendo 1/8 acima disso, porque existe qualquer coisa no seu cadastro que não está tão bom. Os bancos japoneses, como um todo, há 4 ou 5 anos, praticavam a chamada *libor* japonesa que era 1/8 acima da *libor* normal. O Japão, como um todo, estava com um aperto financeiro — curiosamente —, então os bancos japoneses, como um todo, pagavam a *libor* mais 1/8 — era a *libor* japonesa corrente. Viviam, então, se queixando que tinham dificuldades para nos emprestar porque tinham prejuízo, pois calculávamos na base da *libor*. Por sobre, então, essa taxa da *libor*, costumam-se pactuar um *spread*. Esse *spread* nós o aceitamos como sendo de 7/8 de 1%.

O SR. ITAMAR FRANCO — 7/8 de 1%?

O SR. FERNÃO BRACHER — Exatamente; é 0,875 de saldo devedor.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quer dizer que o *spread* zero era brincadeira?

O SR. FERNÃO BRACHER — Não estamos numa fase preliminar de negociações e acho que não é brincadeira. Apresentamos para conquistarmos e para a discussão numa reestruturação global da nossa dívida. Estamos fazendo um empréstimo-ponte, e para empréstimo-ponte usamos com referência a menor taxa já praticada

no mercado internacional em empréstimos-pon-tes, que é para o México.

O México, no ano passado, celebrou uma gran-de reestruturação de sua dívida externa e para ela pactuou uma taxa de 13/16 para toda a sua dívida externa pública e não privada. No que con-cerne, nessa mesma ocasião, entretanto, ele teve a necessidade de 500 milhões de dólares para o empréstimo-pon-te. Ao mesmo tempo em que o México pactuava 13/16 — para o global da sua dívida, ele aceitava a taxa de 7/8 para o em-préstimo-pon-te de 500 milhões de dólares. De sorte que nos pareceu que era possível, dentro de uma negociação, aceitarmos a menor taxa já praticada em empréstimos da espécie — o em-préstimo-pon-te — e não para 500 milhões de dólares, mas para 3 bilhões de dólares e não numa reestruturação global, mas para um empréstimo prévio de um país que está fazendo uma série de pleitos referentes à ortodoxia aceita normal-mente dentro do mercado internacional. De modo que, então, nós aceitamos essa taxa de 7/8 sobre a *libor*.

Além disso, aceitamos uma comissão de 1/8 de 1% — a saber: 0,125 para todos, e um incentivo — a modelo do que a Argentina fez na sua última negociação de mais 1/8% para aqueles bancos que vierem a aderir a essa negociação nas primei-ras duas semanas, e — aí, é uma coisa que ficou a definir — para aqueles que vierem a aderir na segunda ou terceira semana, ao invés de recebe-rem 1/8 receberão apenas 1/16, e se aderirem depois da terceira semana, não receberão nada. Portanto, não é legítimo somar 1/8 mais 1/8, por-que 1/8 é que será para todos e, dependendo da celeridade com que os bancos venham a aderir ou não a esse convite de participarem desse em-préstimo, receberão ou não uma taxa adicional. Essas são as condições financeiras pactuadas pa-ra os empréstimos que nós acertamos no bojo desse acordo preliminar.

O SR. FERNANDO MILLIET — Eu queria só, complementando, esclarecer o seguinte: quando o México fez o empréstimo-pon-te e pagou 7/8, e depois mais adiante conseguiu na renegociação 13/16, a dívida mexicana já estava contratada em 7/8. Portanto, ele conseguiu a manutenção da taxa que ele já pagava. O Brasil tinha uma taxa em vigor, de um e um oitavo e no empréstimo-pon-te conseguiu a redução do que já vinha vigo-rando, para 7/8. Então, na verdade, em relação ao que estávamos pagando, conseguimos mais do que à época.

O SR. FERNÃO BRACHER — Nós, no que está-vamos, descemos; eles, no que estavam, subiram.

O SR. FERNANDO MILLIET — Perfeito.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. S<sup>a</sup>, então, acha que esses juros, esses *spread*s estabelecidos, for-am uma vitória no mercado internacional?

O SR. FERNÃO BRACHER — No meu entendi-mento foi. Evidentemente que gostaria de pagar muito menos, mas dadas as condições de nego-ciação e as perspectivas que tínhamos, eu acho que foi uma vitória.

O SR. ITAMAR FRANCO — Aqui mesmo, nesta Comissão, nós ouvimos várias críticas, inclusive do próprio Presidente do Banco Central, ao plano estabelecido pelo México e pela Argentina.

As taxas de juros, aqui se falou em teto das taxas de juros. Até, então, sobretudo no acordo que o Brasil fez com o Banco Morgan que era, digamos, assim, o capitão dos outros bancos, nós pagamos juros flutuantes. Perguntaria a V. S<sup>a</sup>, Sr. Presidente do Banco Central: nesse protocolo ou nesse acordo ou o nome que se queria dar, quais foram as garantias do Brasil? Se a lei que está a prevalecer é a lei de Nova Iorque ou a lei brasi-leira, as garantias, o aval do Tesouro Nacional? São as indagações que eu faria a V. S<sup>a</sup> e se, ainda, vão prevalecer nesse acordo as leis do Estado de Nova Iorque.

O SR. FERNANDO MILLIET — Tenho a im-pressão de que esse assunto ainda não foi deba-tido no âmbito desse acordo preliminar. A questão do teto das taxas de juros, que eu saiba, tampouco está aceita. Aceitos estão a negociação por três anos e outros aspectos que o Dr. Fernão Bracher esclareceu. Está indicado que o Brasil pretende conseguir que a negociação contenha cláusulas dessa natureza.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, não aceita-vamos os juros flutuantes?

O SR. FERNANDO MILLIET — Não, eu não disse que não aceitaríamos os juros flutuantes. É evidente que o Brasil poderia se beneficiar se conseguisse juros fixos e baixos; juros fixos e mu-itto altos, tampouco nos interessa. Acontece que o sistema financeiro se financia com juros flutuantes. Então, o que pretendemos é que na parte que for convertida em bônus, a nossa idéia é de que os bônus sejam a juros fixos; mas a parte que permanece, segundo os contratos normais, creio que seria muito difícil se conseguir fixar ju-ros, a não ser que os bancos, para se cobrirem do risco de ter o juro fixado e, portanto, não acom-panhando as flutuações, que os bancos se cobris-sem de uma margem confortável que, obviamen-te, não iríamos querer pagar.

O que estamos procurando como uma prote-ção para a variação na taxa de juros é o teto, ou seja, se a taxa de juros internacional, por moti-vos de um eventual desajuste do sistema — nada que seja, portanto, provocado pelo Brasil — subir acima de um certo nível, e esse nível só vai poder ser determinado à época em que o acordo for estabelecido; porque o acordo vai determinar a necessidade de financiamento do Brasil, entre ou-tras coisas, pelo nível da taxa de juros. Agora, esse nível pode baixar ou pode subir. O que esta-mos dizendo é que não temos espaço para acom-odar uma subida significativa das taxas de juros. Então, se os juros subirem acima de um certo nível — e é o que vamos tentar colocar no acordo — estarão automaticamente capitalizados para serem consolidados com a dívida de longo prazo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, vou apenas fazer duas perguntas para não atrapalhar a indagação dos outros companheiros ao Presi-dente do Banco Central.

Sr. Presidente, quais as nossas reservas? Três bilhões e meio? Quatro bilhões? Cinco bilhões? Porque o Brasil tem dado um superávit e essas reservas não têm crescido. Esse superávit tem sido destinado a alguma coisa, a algum paga-mento a bancos oficiais?

O SR. FERNANDO MILLIET — Claro. Isso nós indicamos, são oito e tanto bilhões de dólares que estamos pagando de serviços de dívidas de várias naturezas.

Gostaria de lembrar que a dívida brasileira foi contraída, mais ou menos, dois terços com ban-cos privados e um terço com entidades oficiais de crédito, portanto, entidades, de uma forma ou de outra, ligadas ao setor governamental. Esse setor governamental suspendeu ou reduziu, muito substancialmente, os desembolsos que normal-mente faziam para o Brasil. Então, era uma dívida em que havia novos financiamentos contratados todos os anos e amortizações de financiamentos anteriores sendo pagos todos os anos. Nós, na sua maioria, pagamos as amortizações, mas fo-ram os suspensos ou muito substancialmente re-duzidos os novos financiamentos e isso fez com que o fluxo de caixa líquido que o Brasil teria no setor oficial de crédito ficasse muito fortemente prejudicado.

Esse é talvez, isoladamente, o principal motivo pelo qual, — em que pese nós estamos suspen-dendo o pagamento do que até dezembro chega-ria a cerca de quatro e pouco bilhões de dólares com os bancos privados, — as reservas não estão aumentando na mesma proporção.

De modo que estamos pagando mais aos cre-dores oficiais...

O SR. ITAMAR FRANCO — E o valor das reser-vas?

O SR. FERNANDO MILLIET — Está acima de quatro bilhões.

O SR. ITAMAR FRANCO — Tenho uma última pergunta, Sr. Presidente Carlos Chiarelli e Sr. Presi-dente do Banco Central:

Do que ouvi aqui, no meu entendimento, a cha-mada moratória ou suspensão dos pagamentos, aconteceu; mas gostaria de fazer uma pergunta bem objetiva. V. Ex<sup>a</sup> falou em negociação global. Esta negociação global exigirá ou não a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional, na sua opinião?

O SR. FERNANDO MILLIET — O que tenho dito em várias oportunidades, mesmo bem antes até da viagem dos nossos negociadores, é que nós queremos dissociar definitivamente a dívida bancária — que representa, portanto, como disse, mais de dois terços da dívida externa brasileira — de qualquer acordo que possamos vir a fazer com o Fundo Monetário Internacional. Mas tenho indicado também que se nós identificarmos opor-tunidades de captação de recursos adicionais para financiar o crescimento da economia brasileira — e é o que venho fazendo desde o primeiro semestre — sem que esses recursos sejam auto-maticamente apropriados pelos bancos, na forma de maior pagamento de juros, esses recursos, que são novos, que não são a rolagem de uma dívida que já existe, seriam recursos novos a se-rem agregados à economia brasileira para finan-ciamento do nosso investimento e, portanto, do nosso crescimento econômico. É o caso, por exemplo, dos recursos que o Governo indica que se dispõe a conceder, através de financiamentos de vulto a países em desenvolvimento endividados, mas esses recursos só seriam desembol-sados se o País tivesse o apoio do Fundo Mone-

tário Internacional para o seu programa econômico.

Nesse contexto acho que o Brasil examinará um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Mas o Dr. Fernão Bracher deixou muito claro que vamos buscar esse acordo, porque entendemos que ele trará esses recursos novos. Se essa expectativa não se materializar, a decisão de quando o faremos, e de se o faremos, é nossa.

Agora, em nenhuma hipótese, ainda que o fizermos, vamos permitir que essa renegociação de dois terços da dívida brasileira com os bancos credores privados possa ser prejudicada ou possa cair num impasse. Amanhã, mesmo que tenhamos um acordo com o Fundo Monetário Internacional, e o Fundo entender de o fazer por um descumprimento desta ou daquela cláusula, ele suspenderá o seu financiamento. Isso não dará aos bancos nenhum direito de suspender também os seus e é o que tem caracterizado as relações com o FMI. O FMI aporta, relativamente, poucos recursos, mas por esta conexão jurídica, que até hoje sempre se fez na dívida bancária com a dívida do FMI, quando ele nega o seu desembolso, na verdade, está fechando as portas de todas as fontes de financiamento do balanço de pagamentos brasileiros, é isso que não estamos aceitando. Então, há uma diferença qualitativa enorme.

Agora, queria lembrar ao Senador que até hoje ninguém conseguiu. Estamos insistindo e acreditamos que vamos conseguir.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, devido às próprias normas do Fundo Monetário Internacional que ninguém conseguiu até hoje.

O SR. FERNANDO MILLIET — Não sei se seria por causa das normas do Fundo Monetário Internacional. Acharia que não.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu teria outras indagações, mas não seria justo que as fizesse sem que os companheiros as completassem.

Muito obrigado a V. Ex.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Agradeço a compreensão e a boa vontade de V. Ex.

Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES — Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Fernando Milliet de Oliveira, Dr. Fernão Bracher, da Comissão da Dívida, surpreendi-me e não é a primeira vez, a partir da última reunião que fizemos aqui com o Presidente do Banco Central uma colocação que vem sendo feita quanto a essa preocupação de o Brasil não ser reclassificado. Lembro-me que quando o Governo brasileiro decretou a moratória ou a suspensão do pagamento da sua dívida, o fez sob a alegação de que era um ato de soberania, de que não iria permitir que se empobercesse cada vez mais o País, que o povo brasileiro, principalmente as crianças morressem de fome, e que a dívida seria negociada, a partir de então, sob o ponto de vista político. Venho verificando que, a partir de um certo momento, o Governo brasileiro, através dos seus negociadores, vem sempre limitando a negociação da dívida à questão da reclassificação. V. Ex., agora, acaba de dizer que precisávamos praticar um ato de

boa vontade para impedir que o Brasil fosse reclassificado.

De certa forma percebemos que a negociação, que antes fora proclamada pelo Governo como eminentemente política, passou a ser eminentemente técnica; porque a figura da reclassificação começou a surgir com muita veemência, com muita permanência e reiteradamente.

Perguntaria a V. Ex. — e a V. Ex. poderia responder no final — se quando o Governo brasileiro decretou a moratória, se não estava previsto na agenda do Governo que, num determinado momento, no segundo, no terceiro ou no quarto quadrimestre, necessariamente essa questão da reclassificação seria colocada perante esse organismo americano, encarregado da classificação dos países devedores e, evidentemente, diminuindo ou minimizando a presença brasileira no mercado financeiro internacional e causando, em decorrência disso, embaraços gravíssimos para a nossa economia.

Primeira pergunta: o Governo brasileiro, ao decretar a moratória, não teria cogitado de que em um determinado momento seria necessariamente reclassificado, quando o Governo brasileiro coloca como sendo política a decretação da moratória?

O SR. FERNANDO MILLIET — Senador, gostaria de esclarecer que a negociação continua sendo política.

A Argentina declarou uma moratória e antes de seis meses saiu da moratória com um acordo que fez com o Fundo Monetário Internacional e com a dívida bancária conectada a esse acordo. Essa foi a experiência mais recente, digamos assim.

O Brasil ultrapassou o prazo de seis meses, e estamos no nono mês, e aceitamos uma série de condicionalidades; existe até a possibilidade de não efetuarmos esse pagamento, se realmente não houver o levantamento dos recursos por parte dos bancos. Fazíamos um pagamento simbólico correspondente a um mês de vencimento. Pela solução técnica teríamos que fazer três ou talvez quatro se decorresse mais algum tempo, para ficarmos num total de cinco meses apenas de atraso, que seria o parâmetro técnico. Além disso, estamos deixando muito claro a órgãos de Governo, a credores privados, que não faremos a negociação se não conseguirmos nítidos avanços nas condições em que — até hoje, seis anos — a dívida vem sendo negociada, sem exceção não faremos a negociação se não formos essa exceção.

Temos mantido contato nesse sentido, e esses contatos de fato começaram com o Ministro da Fazenda viajando para o exterior, apresentando a posição brasileira na reunião do Fundo Monetário Internacional.

Não sei se posso dizer, mas noto que o Secretário do Tesouro americano, no seu discurso perante a reunião do Fundo Monetário Internacional, admitiu como úteis alguns dos pontos que o Brasil havia levantado em sua proposta de negociação, e estamos, portanto, conduzindo negociações com o setor governamental. Acabei de demonstrar que o setor governamental provocou um desajuste nos fluxos de caixa dos nossos pontos externos, sustando os pagamentos e que portanto, eles também têm uma capacidade de preju-

dicar o desempenho da economia brasileira — e em entendimento de governo a governo é sempre um entendimento político. De tal sorte tenho a impressão de que continuamos perfeitamente coerentes com os princípios de que a negociação é técnica; claro que existe o elemento técnico dentro da negociação; existem condições de mercado, existem avaliações de condições econômicas, existem uso e costume do sistema financeiro, em suma, uma série de aspectos são técnicos.

Estamos negociando com um ingrediente político também que está presente, não foi afastado e acho que é justamente por isso que a negociação provavelmente será difícil, como foi difícil o acordo interino, e temos que estar preparados para isso. Não vamos conseguir tudo o que queremos, meramente por pedido. Teremos que negociar e negociar com um forte conteúdo político dentro da negociação.

O SR. ODACIR SOARES — Poderia V. Sr. explicar qual o conteúdo político das negociações, desta negociação preliminar, até este momento realizado? O conteúdo técnico V. Sr. já explicitou. Dentro dessa negociação o que V. Sr. separaria como tendo sido conquista política do Brasil?

O SR. FERNANDO MILLIET — Sem querer tomar muito tempo na resposta, eu diria o seguinte: um dos problemas que faz com que a negociação, depois de tantos anos, continue se fazendo num formato absolutamente equivocado é porque, quando da crise em 82, no esquema que se montou havia uma pressuposição, que se provou falsa ou equivocada, em que se acreditava que a dificuldade de financiamento dos países endividados era um problema de credibilidade. Como o México declarou a moratória, então todos os países endividados, por comparação, perderam a confiança dos credores, e a maneira de recuperá-la seria fazer um forte ajuste recessivo, aumentar a capacidade de pagamento, efetuar o pagamento em nível mais elevado — V. Ex. mesmo citou a transferência do recurso de 82 — assim demonstrada a sua capacidade de servir a sua dívida recuperariam o crédito, e aí passaria a financiar no mercado voluntário. Há um equívoco porque não é verdade. A verdade é que, como houve um aumento enorme de demanda de crédito, por parte da economia americana — que de supridora de recursos passou a ser tomadora de recursos, e é uma economia de grande porte — criou-se uma crise de liquidez, e o juro real muito elevado fez com que a dívida se fosse deteriorando, porque ela crescia mais do que o comércio internacional, crescia mais do que as economias dos países endividados.

Hoje os credores já aceitam que é uma solução de longo prazo e a aceitam individualmente, porque é necessário que haja o crescimento da economia dos países endividados. Aceitam, mas o formato é o mesmo. Por quê? Porque o formato foi aquele montado em 1982/83, e faltava uma liderança política que produzisse uma mudança no formato. As burocracias, quer as governamentais, que negociam conosco basicamente no Clube de Paris, quer as burocracias privadas, que é basicamente o comitê assessor dos bancos, como de hábito, como faz toda burocracia, ficava mantendo aquela regra que foi estabelecida porque ninguém criou outra. Em 1985, num contexto político, o Secretário do Tesouro americano, Ja-

mes Baker, lança o chamado Plano Baker. É um plano que produziu muito menos efeitos do que aquilo a que se propunha; mas seja como for, criou uma certa flexibilidade nos mecanismos de negociação da dívida.

Agora, consta que os japoneses estariam dispostos a, eventualmente, também inserir um dado novo no contexto da dívida. Mas o prático é que agora essas iniciativas, não aconteceu nada no cenário da dívida mundial. O Brasil, acho que está este ano dando um avanço, um empurrão. Apesar de não termos uma economia do porte da economia americana ou da economia japonesa, nós justamente, por iniciativa política, estamos induzindo o sistema financeiro internacional a reconhecer que não dá mais para continuar a negociar nos termos em que tradicionalmente sempre se negociou, até este ano, inclusive. Se conseguimos, creio que terá sido uma iniciativa política muito bem sucedida. De imediato, acho que já conseguimos uma série de coisas: o financiamento de três anos, os bancos porem o dinheiro antes de qualquer acordo, e uma série de outros aspectos, como explicou o Dr. Fernão Bracher, que já são indicações de que algumas coisas, mesmo sem ter concluído a negociação já conseguimos — o que nos anima a acreditar que outras mais importantes, até à conclusão das negociações, serão conseguidas. E V. Ex. não tenha a menor dúvida essa iniciativa não é técnica, é política, de outra forma não seria.

O SR. ODACIR SOARES — V. S.ª poderia quantificar o montante dos recursos que o Brasil deixou de receber do Banco Mundial em decorrência da moratória?

O SR. FERNANDO MILLIET — Em consequência direta da moratória não houve nada. O que se nota apenas é que no ano passado, se V. Ex.ª toma o fluxo de recursos do quanto pagamos ao Banco Mundial de principal e juros, V. Ex.ª notará que o Banco Mundial nos deu 600 milhões e mais do que tudo do que pagamos a ele. Em nível de fluxo de caixa, pagamos a ele tudo e recebemos ainda de volta 600 milhões. Esse ano, ao invés de recebermos de volta 600, estamos abaixo de 600. E uma série de coisas que começam a acontecer como atrasos, dificuldades, tropeços no Banco Mundial, no BIP, no Clube de Paris, nas conversações com os japoneses, são indicações mais do que claras de que o contexto financeiro oficial é um todo. Temos no mundo das finanças internacionais, basicamente dois grandes grupos: grupos dos bancos comerciais, que é o privado, e o grupo oficial, que é o Banco Mundial, que é o Fundo Monetário, que são os *Eximbank*s, que constituem o clube de Paris, que forma o seu todo também. Se V. Ex.ª me perguntar se tal empréstimo do Banco Mundial não saiu porque não estávamos no Fundo Monetário, não. Ninguém nunca nos disse isso.

O SR. ODACIR SOARES — Mas também não libera o empréstimo.

Li no jornal, nesta última semana, não me lembro qual, que o Banco Central, o Governo brasileiro, já teria um estudo quantificando o volume da dívida que poderia ser reconvertido em títulos de longo prazo ou em participação acionária dos nossos credores nas empresas privadas nacionais ou nas estatais. V. S.ª poderia confirmar se é verda-

de que o Banco Central tem esse estudo e os valores dos recursos que poderiam ser negociados em uma linha ou em outra linha?

O SR. FERNANDO MILLIET — Não é nossa ideia negociar isso. Esse assunto, como diz respeito ao investimento na economia brasileira, é de razoável importância para que tomemos as nossas decisões independentemente das preferências dos bancos credores; se vamos tomar uma decisão por iniciativa própria e não negociada com os bancos.

A questão da conversão da dívida em investimento, ela se insere dentro do contexto da política monetária; na medida em que há suprimentos de recursos depositados no Banco Central aos investidores, esse suprimento tem que estar previsto dentro do orçamento e da programação monetária. Por outro lado, é uma parte da política monetária, digamos assim, carimbada para o investimento. A política monetária, quando se tem a economia pouco ativa, deve-se soltá-la, quando está superaquecida, deve-se segurá-la, numa forma de mais ou menos dosar a atividade econômica. No caso é um instrumento que dosa melhor o montante de investimentos que estão sendo feitos; é um instrumento útil, além do que, mediante suprimentos de cruzados, a moeda nacional, para investimentos no Brasil e com uma série de cláusulas de permanência etc., nós quitamos parte da dívida sem necessidade de divisas, sem necessidade de transferências de recursos ao exterior. Por esse motivo é que estamos estudando, já de algum tempo, a questão da conversão da dívida; não tencionamos fazer disto um item em pauta de negociações, vamos tomar as decisões que entendermos mais convenientes ao Brasil. Eu diria que alguma coisa entre um bilhão, um pouco mais de um bilhão de dólares, é o que provavelmente se poderia, dentro da programação monetária do ano que vem, acomodar. É lógico que o número final depende um pouco dos cronogramas de investimentos na medida em que uma conversão pode não se traduzir em demanda imediata de recursos. Mas o número indicativo seria mais ou menos isso.

O SR. ODACIR SOARES — V. S.ª deve estar considerando, inclusive quanto a essa participação acionária, a questão da desnacionalização da indústria brasileira?

O SR. FERNANDO MILLIET — Eu fiz vários estudos a respeito, Senador. Se nós tivermos uma taxa de crescimento da ordem de 6% da nossa economia, que é o Plano Macroeconômico, a partir do ano que vem devemos retomar o crescimento nesse nível de 6 a 7%; mas mesmo a 6% se nós fizermos conversão de dívida a nível bem superior ao que eu estou me referindo, o estoque de capital estrangeiro em relação ao PIB cairia ao longo do tempo; não aumentaria. Portanto, estaria havendo até uma maior nacionalização da economia brasileira apesar de os limites — a nível de simulação — terem estado até bem maior do que este número que estou-lhe dando. Quer dizer, esse risco realmente não existe. Além disso teremos regras, quer dizer, a conversão nunca será um caminho para que uma empresa estrangeira assuma o controle de uma empresa nacional. Mas ao nível, portanto, do total, nós estaremos tendo um programa econômico que foi tra-

çado, uma nacionalização relativa, ou seja, a economia estará mais controlada por capitais nacionais ao longo do tempo do que por capitais estrangeiros.

O SR. ODACIR SOARES — Eu queria fazer apenas uma última pergunta, Sr. Presidente, ao Dr. Fernão Bracher. S. S.ª, que foi Presidente do Banco Central no período do Ministro Dilson Funaro, que foi o mentor da declaração da moratória. Depois que os jornais do fim de semana anunciaram essa negociação, que foi completada na sua fase preliminar pelo Governo brasileiro, o Ministro Dilson Funaro veio à imprensa e disse que essa negociação é contrária aos interesses nacionais. Eu queria perguntar ao Dr. Fernão Bracher, que, repito, foi Presidente do Banco Central, inclusive na gestão do Ministro Funaro, onde estavam esses pontos de atrito entre a negociação atual e aquilo que pretendia o ex-Ministro quando decretou a moratória.

O SR. FERNÃO BRACHER — Eu já não mais colaborava com o Ministro Dilson Funaro, quando da decretação da moratória. De modo que não sei por convivência íntima quais eram os objetivos a que ele se propunha exatamente com a decretação da moratória, além daqueles publicados, de domínio geral. O que posso imaginar, e respeitando o Ministro Dilson Funaro como respeito, é que a opinião dele relativamente às negociações e às decisões que tomamos agora provenham mais de uma informação deficiente do que de um juízo efetivo sobre o que ocorreu. De modo que tenho esperança de que ele, tomando melhor conhecimento e melhor notícia daquilo que ocorreu, eventualmente modifique o seu julgamento; não modifique os seus princípios básicos, mas convenha em que aquilo que foi feito já realmente não é contrário àquilo que ele entende por bem comum do País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Qual era a reserva de dólares no caixa à época da suspensão do pagamento da dívida?

O SR. FERNANDO MILLIET — Os dados que tenho aqui não dizem respeito a essa data especificamente, mas na época foi anunciado 3,9 bilhões de dólares.

O SR. JAMIL HADDAD — E o atual?

O SR. FERNANDO MILLIET — O atual, como disse, está acima de quatro, está num processo de recuperação mensal.

O SR. JAMIL HADDAD — Mais ou menos cerca de quatro bilhões.

O SR. FERNANDO MILLIET — Não, mais de quatro. Menos de cinco.

O SR. JAMIL HADDAD — Eu queria, se possível, que V. S.ª me desse uma explicação, já que sou médico, não sou economista, da moratória ou da suspensão do pagamento feita há nove meses. Praticamente não houve aumento da reserva de fundo durante esse período todo, praticamente estagnou. Eu queria um pouco mais de detalhe. Já que V. S.ª respondeu — eu cheguei naquele momento — ao nobre Senador Itamar Franco, eu queria um pouco mais de dados a respeito

de como se estabilizou isso. Se nós deixamos de pagar o que pagávamos anteriormente, como é que estamos praticamente com a mesma reserva de fundo de caixa?

O SR. FERNANDO MILLIET — Na verdade, estamos com bem mais, Senador, porque depois da moratória nossa reserva caiu a 2,8. O Brasil vinha tendo um desempenho de contas externas difícil, aliás foi uma das razões que nos levou à moratória; tínhamos algumas linhas voluntárias de crédito que não foram colocadas em moratória e quando sacadas foram pagas; a moratória brasileira extremamente parcial. O Dr. Fernão Bracher lembrava que apesar da moratória, nós estamos pagando 8,2 bilhões de dólares este ano, na conta capital como um todo. De tal sorte que se considerarmos um número entre 4 e 5, comparando com o número que depois de março já chegou a 2,8, a recuperação nesses meses, tendo em vista todos esses fatores, tendo em vista a suspensão de desembolso por parte dos credores oficiais, evidentemente, reduziu-se a capacidade brasileira de acumulação de reservas.

Os bancos, quando se queixaram muito a respeito de estarmos pagando os credores oficiais e não estarmos pagando a eles, achavam que não era razoável, não era equilibrado a responsabilidade de cada um. Eu, em julho, lembrei-lhes que o problema é que seus governos são superprotegidos; e como ficaram muito aborrecidos com a suspensão de pagamentos aos bancos privados, não querendo que nós acumulássemos mais reservas, meio que se apropriaram de uma parte de recursos, que se estivesse na reserva talvez até nos permitisse pagar volumes maiores agora a esses credores. De maneira que esses são os principais motivos, primeiro, que o número caiu mais ainda, depois entrou em recuperação, e entrou em recuperação com esse grande inconveniente de uma redução muito substancial quando não há quase paralisação dos desembolsos dos credores oficiais.

O SR. JAMIL HADDAD — Dr. Fernando Milliet, segundo suas palavras, nós pagamos este ano cerca de 8,2 bilhões de dólares de juros.

O SR. FERNANDO MILLIET — Na conta capital, isso inclui dividendos...

O SR. JAMIL HADDAD — Qual o superávit, na época da decretação da moratória, que tínhamos em termos de mercado na nossa balança?

O SR. FERNANDO MILLIET — Ele flutuou muito, Senador, porque chegou a ser déficit em janeiro.

O SR. JAMIL HADDAD — Chegou a ser déficit em janeiro. Então, agora, eu faço a pergunta formulada anteriormente.

Quanto havíamos pago de serviço da dívida no ano anterior, antes da suspensão do pagamento?

O SR. FERNANDO MILLIET — Tenho dados, aqui, que de juros seriam cerca de 10 bilhões de dólares. Outros itens da conta capital não tenho aqui.

O SR. JAMIL HADDAD — Então, parece-me uma coisa lógica que nós, decretando a suspensão do pagamento dos juros, do serviço da dívida, pagávamos cerca de 10 bilhões e, apesar de ter-

mos apresentado um déficit dentro da balança, neste ano já pagamos praticamente o que pagávamos antes de ser decretada a moratória.

O SR. FERNANDO MILLIET — Não. Fizemos uma economia de pouco mais de quatro; no setor dos credores oficiais provavelmente conseguiram se apropriar de cerca de dois, e dois foi o que conseguimos recuperar de reserva.

O SR. ITAMAR FRANCO — Apesar de que 8,2 não são de juros.

O SR. FERNANDO MILLIET — Claro.

O SR. ITAMAR FRANCO — Os 8,2 não são de juros.

O SR. FERNANDO MILLIET — Sim, neste ano houve, inclusive, uma elevação da taxa de juros.

O SR. JAMIL HADDAD — É diferente, houve elevação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador Itamar Franco, desculpe-me, mas gostaria de evitar o debate colateral.

O SR. ITAMAR FRANCO — Gostaria de fazer uma pergunta para esclarecer a composição desses 8,2, porque na conta não fecha. Esses 8,2 não são de juros.

O SR. ITAMAR FRANCO — Gostaria de fazer uma pergunta para esclarecer a composição desses 8,2, porque na conta não fecha. Esses 8,2 não são de juros.

O SR. JAMIL HADDAD — Ela não vai fechar nunca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu retorno a palavra ao depoente Fernando Milliet, para fazer a elucidação adequada e o Senador Jamil Haddad fará a...

O SR. JAMIL HADDAD — Eu formulei a pergunta, assim como a anterior, baseado em dados apresentados pelo Presidente do Banco Central.

O SR. FERNANDO MILLIET — Claro. Acho que o mistério, na verdade, é muito pequeno. Quer dizer, se considerarmos que estaríamos tendo uma economia da ordem de 4,5 bilhões: uma parte foi de linhas voluntárias, que foram perdidas; uma parte foi apropriada, de certa forma, pelos credores oficiais, com a suspensão dos seus desembolsos — talvez alguma coisa próxima de dois, possivelmente 1,8 a 2 bilhões de dólares — e se considerarmos a recuperação de reservas, que, evidentemente, ocorreu, verificamos que os 4,5 bilhões estão explicados. É isto.

Infelizmente, não trouxe o cálculo feito desta forma, mas posso, inclusive, encaminhá-lo depois, se V. Ex.<sup>a</sup> tiver interesse.

O SR. JAMIL HADDAD — Formulo, agora, a seguinte pergunta: dados levantados pela minha assessoria, no Banco Central, informam que de 1970 a 1986 foram captados, em números de retornos, cerca de 200 bilhões de dólares no exterior e que, deles, 184 bilhões teriam retornado em termos de pagamentos por serviço da dívida.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> informasse se são corretos esses dados, porque foram compilados dentro do Banco Central.

O SR. FERNANDO MILLIET — Bem, infelizmente, tenho dados de variação de saldo e V.

Ex.<sup>a</sup> tem dados de fluxo, de maneira que não tenho, aqui, como confirmar ou não. O que posso dizer é...

Qual é o seu período, Senador?

O SR. JAMIL HADDAD — 1970 a 1986.

O SR. FERNANDO MILLIET — Tenho, aqui, de 1971 a 1986, quando, se não me engano, a dívida líquida brasileira passou de 6 bilhões de dólares, de 1971, para 105 bilhões de dólares, em 1986. Foi basicamente nesses quinze anos que a dívida cresceu.

O SR. JAMIL HADDAD — V. Ex.<sup>a</sup> poderia informar, no momento, qual é a dívida real?

O SR. FERNANDO MILLIET — A informação que tenho é da ordem de 115 bilhões de dólares, mais ou menos.

O SR. JAMIL HADDAD — Cento e quinze?

O SR. FERNANDO MILLIET — É, a dívida bruta.

O SR. JAMIL HADDAD — Pelas informações de V. Ex.<sup>a</sup>, conseguimos, agora, uma recuperação em termos de reserva. Pergunto: qual é o percentual aplicado no campo social, após essa recuperação?

Algo foi aplicado no campo social interno do País?

O SR. FERNANDO MILLIET — Veja, a reserva é isso, é uma reserva.

O que posso dizer é que, como houve aplicações no campo social, possivelmente a transferência de recursos para o exterior foi menor e, por esse motivo, a reserva não é maior, ou os pagamentos feitos a credores não foram maiores. Mas, na verdade, a reserva é uma consequência, está certo? Quer dizer, a reserva, enquanto tal, nunca é aplicada, a não ser que diminua; então, essa redução é aplicada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o senador Aluizio Bezerra

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — O que levantamos na comissão é que, naturalmente, em face das negociações que se dão em torno da dívida externa, transparece para a opinião pública que, em princípio, o acordo ou o encaminhamento do acordo — muito longe dos pontos levantados na proposta inicial, como citado pelo Presidente Milliet, como: financiamento dos juros, redução de spread, teto para taxa de juros, conversão de títulos a longo prazo, desvinculação da dívida e outros — que a negociação, hoje, dar-se-ia mais numa submissão às imposições do sistema financeiro; e esta posição, levantada com base nas negociações, do ponto de vista político poderia trazer o risco de uma moratória, de sermos obrigados, dentro de um prazo não muito distante, vamos dizer, a curto prazo, a retomar a moratória. Ou seja, na fórmula técnica como colocou Fernão Bracher, da especulação no sentido de que, no apoio ao sistema financeiro no plano internacional, teríamos um aliado que seria um grupo de banqueiros do plano interno, que estariam apressados em um acordo, fosse qual fosse o resultado e, nesse sentido, fazendo várias especulações: o acordo teria por base uma pressão interna direta dos banqueiros do plano nacional.

Segundo os dados fornecidos aqui, o que se tem a pagar, com resultado dos juros dos 20/2



a 31/12, seria da ordem de 4,5 bilhões e, segundo a versão que temos do acordo, nesse primeiro acerto o Brasil entraria com 1,5 bilhão e os outros três seriam financiados pelos bancos. A pergunta que faço é que, tendo em vista declaração do Presidente Milliet de que, até agora, vai em torno de oito bilhões o desembolso que, no caso, somados aos 4,5 bilhões, elevaríamos para 12,7 bilhões — tendo em vista que são 8,2 — se firmarmos o acordo nessas bases — porque teria sido desembolso dos anos anteriores em torno de doze, por conta de juros — nesse caso, a situação do Brasil não ficaria muito vulnerável mediante o desembolso de 1,5 bilhão de suas reservas no fechamento dessas negociações?

**O SR. FERNANDO MILLIET** — Acho que posso responder parte e o Dr. Fernão Bracher pode acrescentar mais. Em primeiro lugar, quero dizer que tenho, por dever de ofício, contato frequente com bancos brasileiros. Nunca recebi nenhuma pressão ou solicitação dos bancos para que se fizesse esta ou aquela negociação. Em segundo lugar, creio que esse acordo tem que ser entendido como interino. Esse acordo não se refere à dívida brasileira; o acordo sobre a dívida brasileira tentaremos fazer até janeiro. Acho que ele não está longe; acho que inúmeros elementos da proposta brasileira ou já foram aceitos, ou ficaram claramente indicados que terão que estar presentes no acordo final se quisermos chegar a bom termo com esse acordo final. De tal sorte, discordando de V. Ex<sup>a</sup>, esse acordo interino, ao contrário, sinaliza que temos boas perspectivas, ainda que com muita luta, com muita briga, com muita paciência, de conseguirmos o avanço a que nos propusemos conseguir.

Quanto à questão dos números, creio que há uma questão, talvez mal esclarecida. Uma coisa é juro que vence no ano, outra coisa é juro que se paga. Quer dizer, o que possivelmente venhamos a fazer e, ainda assim, a sua maior parte no ano que vem, seria transferir pouco mais de um bilhão de dólares por conta deste corrente ano. Uma parte este ano e uma parte, se conseguirmos o acordo; se conseguirmos as cláusulas, montantes, prazo etc., a que nos propomos, então haveria um complemento para o ano que vem. Quer dizer, essa idéia de que voltamos a transferir doze bilhões de dólares em 1987, claramente não é a que se vai materializar. Agora, eu gostaria que o Dr. Fernão Bracher complementasse sobre o que foi negociado.

**O SR. FERNÃO BRACHER** — Simplesmente repetindo as suas palavras de outra maneira: o desembolso este ano será de 500 milhões de dólares, os outros, um bilhão de dólares que estão previstos serem desembolsados por nós, somente o serão em 16 de junho do ano que vem e isto somente se tivermos chegado à conclusão satisfatória das negociações. Também nos daremos por satisfeitos nessas negociações se o fluxo de financiamento for adequado. De modo que, como bem salientou o Presidente Milliet, o que se deve contar para este ano são os 500 milhões, não o bilhão e meio.

**O SR. ALÍZIO BEZERRA** — Segunda pergunta e última questão: um dos motivos e uma das razões sempre lembradas perante a opinião pública, tanto pelo PMDB como pelas autoridades que

falavam em nome do Governo, é de que a moratória como base para discutir uma saída para o problema da dívida externa teria como um dos objetivos centrais, entre outros, estabelecer ou procurar estabelecer junto ao sistema financeiro internacional a negociação em que um dos parâmetros seria o de negociar a dívida de modo a assegurar o crescimento, ou seja, o desenvolvimento econômico — tendo isso como uma idéia básica. Agora, naturalmente que hoje, diante do noticiário dos jornais de que há um acordo que se inicia, que é a volta ao Fundo Monetário Internacional, eu gostaria de ouvir quais seriam os indicadores que, na negociação, poderiam fundamentar, nesse encaminhamento, essa questão em que a retomada com o sistema financeiro internacional teria como base a negociação que conduziria o pagamento de maneira a assegurar o crescimento do desenvolvimento da economia e não seria o que, tecnicamente, estivesse na contabilidade do sistema financeiro internacional?

**O SR. FERNANDO MILLIET** — Novamente farei apenas uma referência, e gostaria que o Dr. Fernão rememorasse os pontos que foram conseguidos dentro de um conceito de um acordo interino. A mudança da proposta brasileira parte, sob certos aspectos, do Plano de Controle Macroeconômico. E o que é isto? É um plano de consistência econômica que parte não de uma necessidade de pagamento e chega, como resultado, a quanto sobra para o crescimento; mas, ao contrário, parte de um objetivo de um crescimento; em função desse objetivo de crescimento se verifica quanto se precisa de recursos para compor investimento, crescimento econômico, etc., e conclui, por quanto, dentro dessa premissa básica de que a economia voltará a crescer a 6,7%, quanto seremos capazes de pagar.

Então, mudou completamente o ponto de vista. Os acordos normais partiam do pressuposto de que o País tem uma necessidade, um compromisso externo de "X", ele procura honrar esses compromissos e depois verifica o que sobra para financiar o crescimento econômico. Partimos da premissa oposta: quanto temos como nosso objetivo de crescimento econômico; em função disso fazemos a alocação dos recursos num conceito global da economia e concluímos qual é a nossa capacidade de servir à dívida.

Além disto, como entendemos que o crescimento não é apenas uma questão quantitativa, mas é também um clima de confiança, é também a percepção de que a economia tem uma certa estabilidade, estamos propondo para este acordo a regra dos três anos, porque nos dará um horizonte de tempo estável bem maior, estamos propondo um teto na taxa de juros para afastar a hipótese de que flutuações das condições de mercado possam comprometer o plano macroeconômico; estamos propondo a desvinculação da dívida bancária com o FMI, para que não fique ela também aos sobressaltos de eventualmente "empacar" aqui ou ali, porque uma meta qualquer eventualmente não foi atingida dentro dos períodos de avaliação do FMI, de tal sorte que é perfeitamente consistente a proposta brasileira com o objetivo de relançar a economia brasileira numa taxa de crescimento acelerado. Eu pediria ao Dr. Fernão Bracher, que, evidentemente, deixou muito claro para nós que uma parte deste trabalho

ainda está por ser feito, aliás vai lhe dar um pouco de trabalho fazer, mas que, nos rememorasse quais são os elementos que já estão presentes nessa fase ainda interina, ainda intermediária, das possibilidades de se vir a conseguir finalmente uma negociação dentro desses princípios.

**O SR. FERNÃO BRACHER** — Parece-me que a principal preocupação, talvez, do Sr. Senador seria com a obrigatoriedade de aceitação de programas do Fundo Monetário de caráter recessivo. O que eu gostaria de dizer a S. Ex<sup>a</sup> é que em nenhum momento se assumiu nenhuma obrigação quanto ao tempo, ao momento de ida ao Fundo Monetário Internacional e muito menos em se aceitar qualquer tipo de programa que não fosse de apoio ao programa que nós mesmo tivéssemos feito. De modo que acho que se pode considerar ao menos ao nível das negociações que foram feitas, totalmente afastada a hipótese de aceitação de um programa de caráter recessivo.

**O SR. ODACIR SOARES** — Em termos de números checou-se a especular, em determinado momento que se poderia chegar, em termos de desembolso, com relação ao pagamento da dívida externa, no serviço da dívida, a 2,5% do PIB. Para essas negociações qual seria o parâmetro que se teria com vistas a um acordo, a um encaminhamento ou do acordo propriamente dito?

**O SR. FERNANDO MILLIET** — A proposta brasileira, que está refletida no Plano de Controle Macroeconômico, é mais ou menos este número. Aproximadamente isto, não mais.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Tem a palavra o Senador Roberto Campos.

**O SR. ROBERTO CAMPOS** — Sr. Presidente, não sendo membro da Comissão, limitar-me-ei a alguns comentários, ao invés de fazer perguntas aos ilustres negociadores. Tenho em relação a eles um misto de piedade e admiração. Piedade, porque foi a pior negociação de que tive conhecimento ao longo de toda a minha longa história de vida pública. Admiração, porque conseguiram negociar alguma coisa. É extremamente difícil negociar qualquer coisa com o Governo brasileiro. Porque é um agregado de pessoas físicas; que deixou de ser uma pessoa jurídica, com a qual se possa travar um entendimento contratual. O exemplo mais claro dessa peculiar deterioração do sentido de fidelidade contratual, é o caso atual da Autolatina, que pensou ter chegado a um acordo com o Ministério da Fazenda, entidade jurídica, e no fundo, tinha chegado a um acordo apenas com o Ministro Dilson Funaro; pessoa física, por que o seu sucessor, Ministro Bresser Pereira, não reconhece os termos de um entendimento firmado pelo seu antecessor.

Imagino, portanto, que os nossos negociadores tenham atravessado esse drama psicológico. A pergunta que provavelmente adivinharam nos olhos dos negociadores é: "Estaremos falando com Fernando Milliet, pessoa física, com Fernão Bracher, pessoa física, ou estaremos falando com o Governo brasileiro"? Acredito que os bancos estão hoje em atroz dúvida, e somente consentiram nessa acomodação de curtíssimo prazo, porque tinham um interesse específico de evitar a degradação da qualidade da dívida brasileira.



ante a data fatal de revisão do **standar** de créditos a que se referiu Fernão Bracher.

A mim *sempre* foi um mistério adivinhar o que se passava na cabeça do Ministro Dilson Funaro quando proclamou a moratória. S. Ex<sup>ta</sup> aliás, subestimou muito seu conteúdo mental ao acusar a comunidade financeira internacional de querer-lhe a cabeça. Estou certo de que a comunidade financeira internacional não queria o vácuo. Tanto quanto é possível tentar racionalizar o que se passava na cabeça de S. Ex<sup>ta</sup>, havia três objetivos nessa singular e tola aventura.

O primeiro é exercer um efeito dominó sobre o resto do mundo *subdesenvolvido*, que se coligaria com o Brasil numa rebelião contra a comunidade financeira internacional. O resultado foi apenas que Argentina, México e Venezuela rapidamente fizeram os acordos que mais lhes convieram.

O segundo objetivo parecia ser o de provocar uma reforma no sistema financeiro internacional, a não qual ocorreu. Agora há um fato novo de Bolsa que talvez leve a uma colaboração mais estreita entre as grandes potências. Mas, certamente, ninguém achou que o mundo devia se reformar, mas sim, todos acharam que o Brasil é que devia se reformar.

O terceiro objetivo parecia uma mobilização popular "nacionalóide", para glorificação do calote. Não houve sensibilização popular ao calote.

Esses objetivos não foram, portanto, atingidos; pelo contrário, os efeitos foram profundamente negativos. Citarei vários, alguns dos quais aqui já mencionados.

Primeiro, todos sabemos que as linhas de crédito de curto prazo caíram em cerca de 2 bilhões de dólares, e seu custo triplicou.

Segundo, houve uma cessação completa de investimentos de risco.

Terceiro, houve, e isso foi confirmado pelo Dr. Fernão Bracher, uma suspensão de desembolsos, mesmo de instituições oficiais.

Quarto, não veio nenhum dinheiro novo.

Os efeitos foram, portanto, absolutamente negativos. Tanto assim que, a julgar pelos dados do Banco Central, as reservas, depois de programada a moratória, caíram, mesmo em relação ao mês de dezembro de 1986. Eram então, antes da moratória, 4 bilhões 585 milhões, e são hoje 3 bilhões 770 milhões.

O Brasil sofreu, desmoralizou-se no exterior, sendo a nossa imagem hoje a de um país caloteiro em finanças e pirateiro em tecnologia. A grande *asserção* machista terminou com uma solução humilhante. Negociamos um acordo, que a rigor, só é firme em relação ao pagamento de juros que temos que fazer entre outubro e dezembro. O pagamento de juros de 1987 fará parte de um *medium term package* a ser negociada a partir de 15 de janeiro de 1988. Compare-se isso com o Acordo Mexicano. O Acordo Mexicano é de 20 anos. Compare-se isso com o acordo *Pastore*, que era um acordo de dezesseis anos, feito por um governo militar, desmoralizado, abúlio, em fim de mandato. Nós, certamente, com um Governo democrático rejuvenescido. Presumivelmente, poderíamos ter conseguido algo melhor.

Na realidade, não escapamos ao Fundo Monetário Internacional e acredito que o Sr. Fernão Bracher está dando uma interpretação, digamos

sentimental, que esteja fazendo uma extrapolação sentimental em relação ao que está contido na declaração conjunta. Se eu leio bem inglês, o que está dito é o seguinte: **Investory Expect**, isso se ao **Middle Term Program** que não é um programa de vinte anos como o do México; dezesseis anos como o programa *Pastore*; é um programa de três anos, se tanto, **Brasil will to seek MIF program**, Brasil poderá procurar — é a expressão, **Brasil will to seek MIF program to support its economic program**. Nem se diz que o FMI examinará o programa brasileiro não, o Brasil procurará um programa do FMI para apoiar o seu programa. É melhor dizer as coisas como elas são e não há nenhuma vergonha nisso, pelo contrário, se alguma vitória houve dos negociadores foi exatamente a de aceitarem o monitoramento do Fundo Monetário Internacional, organização da qual são os membros fundadores, ou de há apenas vinte e dois países desenvolvidos, sendo a vasta maioria composta de 139 subdesenvolvidos; onde há doze países comunistas, que certamente não se prestarão a manipulações capitalistas. E o monitoramento do Fundo, longe de ser disfarçado por artimanhas, deve ser feito realisticamente, com um debate racional entre um membro do clube e o clube ao qual pertence.

Se tivéssemos tido o monitoramento do Fundo ao longo do Plano Cruzado várias coisas não teriam ocorrido, repito. O Sr. Funaro não teria falsificado estatísticas de importação, subtraindo-lhes um bilhão e trezentos milhões de dólares para adensar as reservas, naturalmente de maneira fictícia. Teríamos tido claramente uma visão da deterioração aguda do balanço cambial. Provavelmente teríamos sido levados a adoção de taxas cambiais mais realistas, conhecer-se-ia a dimensão real do déficit fiscal, que até agora não sabemos. Haveria vantagens inúmeras em termos de monitoramento do FMI, que considero não uma derrota, mas uma vitória dos negociadores inserirem esse reconhecimento explícito no acordo.

Lamento que o PMDB tenha transformado isso numa espécie de totem tribal ou infantil; uma espécie de animismo, numa versão animista uma discussão racional de um programa. Isso só se compreende se nós não temos programa; se não somos capazes de defendê-lo racionalmente ou se não temos intenção de cumprir nenhum programa de ajuste.

O doloroso é que, na realidade, estamos fazendo um penoso ajuste recessivo, sem nenhum auxílio externo, é uma recessão aqui fabricada como aqui fabricada foi a moratória.

Em suma, Sr. Presidente, fizemos o pior acordo de nossa História, mas é admirável que alguém tenha conseguido negociar com o Brasil dada a atual confusão governamental, em que existem pessoas físicas mas não a pessoa jurídica, seja Governo, sejam ministérios. Segundo, o nosso acordo é substancialmente inferior ao Acordo *Pastore*, que contemplava a dívida globalmente, e um prazo de dezesseis anos. O nosso acordo é muito inferior ao acordo do México, que na realidade tem *spreads* inferiores ao nosso e contempla um prazo de vinte anos. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO MILLIET — Queria fazer alguns comentários e o Sr. Fernão Bracher também tem alguns comentários a fazer também ao

estímulo do Senador Roberto Campos. Creio que o Senador foi extramamente convincente em nos indicar o seu apoio, interesse e apreciação, de que o melhor para o Brasil seria um programa com o Fundo e que o pior seria não tê-lo; uma posição, aliás, já bastante conhecida. Para não deixar essa parte a cargo do Dr. Fernão Bracher, acho que seria mais apropriado que lembrasse ao Senador que quaisquer que tenham sido os erros nas estatísticas de importação publicadas, de forma alguma eles tiveram qualquer impacto nas estatísticas de reserva publicadas, e digo isso porque durante uma boa parte deste período o Presidente do Banco Central era o Dr. Fernão Bracher, e quero deixar absolutamente claro, sem que ele precise fazê-lo, de que as estatísticas de reserva jamais deixaram de corresponder à realidade dos fatos.

Queria aproveitar essa oportunidade para manifestar a minha discordância a esse conceito que, pejorativamente, é freqüentemente imputado ao Brasil, e às vezes até mesmo por brasileiros, de que o Brasil é um País caloteiro.

Creio que o Senador não ignora que a origem dessa dívida foi a existência e o crescimento quase explosivo, ao longo da década de setenta, de um mercado financeiro internacional, que buscava avidamente reciclar um excesso de liquidez que circulava, sobretudo, no mercado de eurodólares, para quem se dispusesse a tomar esses empréstimos. A crise da dívida é freqüentemente atribuída como uma consequência da crise do petróleo, no entanto, Alemanha e Japão, países importadores de petróleo não têm nenhum problema de dívida; Venezuela e México, países exportadores de petróleo têm grandes problemas de dívida. Parece evidente que o petróleo, por si só, não tem o poder de explicar a existência dessa dívida.

O que existiu é que na década de setenta havia, como disse, grande liquidez do mercado financeiro internacional; os países em desenvolvimento, ávidos, portanto, de recursos para financiar o seu crescimento, foram insistentemente procurados pelos credores para que tomassem empréstimos. Lembraria que o Brasil chegou a ter cláusulas e condições para moderar o ingresso de recursos na sua economia; chegamos a ter depósitos por um prazo, no Banco Central, além de exigências de prazo mínimo de empréstimo e outras para limitar o excesso de ingresso de recursos em nossa economia, e é evidente que o pressuposto racional de qualquer analista de crédito que analisasse o processo de endividamento dos países em desenvolvimento, era óbvio que o pressuposto era de que esse crédito teria que ser resolvido numa perspectiva de longo prazo.

O fato de ser contratado por bancos comerciais privados e não por órgãos, como o Banco Mundial ou outros, é que fazia com que eles tomassem a forma de empréstimos de 5 anos, e 6 anos, de 8 anos. Mas era óbvio que não seria possível a nenhuma destas economias honrar uma dívida desse vulto, nesse prazo. O pressuposto que até mesmo por usos e costumes por muitos e muitos anos estava implícito era de que esta dívida seria muito substancialmente rolada até que, com o passar do tempo, houvesse capacidade maior de pagamento.

Ocorreu no mercado internacional uma série de mutações para as quais o Brasil em nada contribuiu. Creio que uma das economias que está

bastante precisada de um programa do FMI possa ser a própria economia americana, que ostenta os maiores déficits públicos do mundo e os maiores déficits de balanço comercial do mundo. Nossos déficits públicos não são tão desprezíveis, Senador, mas pelo menos temos superávit comercial. Foi esse fato, esse desajuste da economia norte-americana que foi, talvez, o principal fator que transformou a dívida vultosa em crise da dívida. Foi justamente quando a nova demanda da economia americana sobre o mercado financeiro internacional se fez sentir com todo o peso do porte dessa economia que nós passamos a nos deparar com problemas de liquidez e com problemas de taxas de juros reais, que nunca foram tão altas como estão sendo nesses anos 80. Acredito até que as crises recentes estão a indicar um futuro ajustamento da economia americana, senão por vontade, por necessidade. E é possível que ao final desse processo, que infelizmente poderá trazer muita turbulência ao mercado internacional, se volte a uma situação de mercado financeiro mais natural.

Não acho que seria razoável se considerar que um País que é virtualmente forçado a assinar acordos em que alega, ou por falta de alegação em contrário, aceita que ele só precisa de financiamento por um ano, e não por mais, e assim o era muito mais por razões de práticas bancárias e regulamentações específicas do que propriamente porque qualquer das partes, credor ou devedor, acreditasse no contrato que estavam assinando. Mas o prático era que esses contratos, mesmo quando são os MYRs a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, os **Multiyears Reschedulings**, eles são plurianuais no principal, naquilo que ninguém está pensando mesmo que nós já estamos próximos da época de pagar, mas no juro, que é justamente onde nós temos a incapacidade de pagar a totalidade, até porque estão extremamente elevados, eles geralmente referem-se às necessidades do primeiro ano, e são absolutamente silenciosos sobre necessidades subsequentes.

Nós estamos fazendo um MYRA típico, um MYRA como o que estava sendo negociado pelo Professor Affonso Celso Pastore ou pelo Governo mexicano, ou pelo Governo argentino, que também o fez. Mas nós estamos dizendo que nós vamos refinanciar o principal, talvez por um prazo menor, mas que nós vamos ter um programa de financiamento de juros por três anos, e isso foi aceito. Senador Roberto Campos, pelos credores em Nova Iorque.

Qual é a diferença disso? A V. Ex.<sup>a</sup> certamente não escapa a imensa diferença para a segurança que se pode ter ou não ter para a capacidade de investimentos ou para a propensão de investimentos uma economia ter dois anos de horizonte definido durante os quais pretende já utilizá-los para preparar a negociação, digamos, dos três anos subsequentes, ou termos, como vínhamos tendo, quando termina um acordo temos cerca de quatro meses de horizonte definido e para a frente o quê? O vazio. Para a frente uma obrigação impagável porque não resolvida na negociação e ainda quando não satisfeita a alegação de que o País é um País desonesto, é um País caloteiro, e coisas desse tipo.

Não me parece que o artificialismo de uma forma de contratar que pressupõe, que por qualquer razão, a economia brasileira de repente se

verá com tal excesso de recursos que possa subitamente aumentar, talvez, ao dobro a sua capacidade de pagamento, que esse contrato artificial seja um contrato suficientemente sério para que nós digamos que o seu descumprimento é uma desonra para o país. Desonra para o País é ter que assiná-lo por falta de melhor solução; é ter que dizer uma mentira porque não nos permitem dizer a verdade, que, aliás, em relações pessoais, instituição a instituição, todos admitem. Nenhum credor de algum peso tem a ingenuidade de acreditar que o País pode crescer e pagar a totalidade dos juros aos níveis que estão. Nenhum credor de peso pensa assim; sabem que terá que haver refinanciamento. Até aceitaram fazê-lo, como aceitaram no acordo interino que acabaram de estabelecer com Dr. Fernão Bracher, com o Dr. Antônio de Pádua Seixas, enfim, com os negociadores brasileiros. Aceitaram fazer porque sabem que é um dano de realidade, porque sabem que quando nos procuravam para oferecer crédito a juros baixos para o financiamento da nossa economia, sabem no fundo, que estavam entrando num mercado de crédito de muito longo prazo e que só poderiam ter serviço pleno da dívida se a nossa economia crescesse e houve uma série de adversidades muito induzidas pela própria crise que não foi criada pelo Brasil, que nos tem dificultado esse processo de crescimento.

De 1973, depois da crise da dívida, até 1979 quando os juros reais foram em média durante todo o período 0,4% ao ano, o PIB **per capita** brasileiro cresceu a 6% ao ano. Foi nessa época que a dívida brasileira foi majoritariamente contrainda naquilo que ela pudesse ter de útil para a economia nacional, porque a partir de 1980, nobre Senador Roberto Campos, a dívida cresceu menos do que os juros, portanto, nenhum cruzado e nenhum dólar foi aproveitado do crescimento dessa dívida para o desenvolvimento da economia brasileira. Nós pagamos juros e, em que pese isso, a dívida cresceu. Desse período de 1980 a 1986 o PIB **per capita** cresceu apenas 1%, e em 1985 decresceu 4%. O cruzado que desestabilizou de tal forma as contas externas brasileiras, na verdade só acrescentou 1% ao PIB **per capita** que nós tínhamos em 1980.

Então, parece-me que a idéia de simplesmente chamar o País de caloteiro é uma idéia equivocada e, certamente, muito injusta.

O que nós estamos procurando fazer? Nós estamos procurando fazer um acordo que mude as regras que foram estabelecidas em 1982 e 1983, porque naquela época o que se acreditava, erroneamente, é que com um bom ajuste recessivo e com o aumento substancial da capacidade de pagamento nós voltaríamos ao mercado voluntário de crédito e, voltando ao mercado voluntário de crédito, lá encontraríamos as possibilidades de financiar as necessidades da economia brasileira. Nós fizemos o ajuste recessivo, nós fizemos o acordo com o FMI, nós tivemos uma queda da renda **per capita**, nós aumentamos muito o nosso **superávit** comercial e nós aumentamos muito o serviço da dívida ano a ano, e o mercado voluntário não voltou, porque o mercado voluntário na verdade não dependia disso. Isso poderia ajudar, mas se era uma condição favorecedora ela, de forma alguma, era uma solução suficiente, porque enquanto nós tivéssemos uma demanda de crédito pela economia americana da ordem de,

talvez, 170 ou 180 bilhões de dólares por ano, dificilmente haveria condições no mercado financeiro para uma economia, como o Brasil, ser financiada voluntariamente. Financia quem não tem condições de receber, mas quem tivesse preferiria muito mais. Transferir os recursos emprestados na década de 70 ao Brasil, quando não haviam outros tomadores, para uma economia tão glamorosa como a economia americana.

Lembraria que os países desenvolvidos, que não se sentiam necessitando de capitais para o seu processo de desenvolvimento, como a Alemanha, Japão e outros, adotaram inúmeras normas, regras e procedimentos de políticas cambiais e quando não até tributárias, para impedir que esse excesso de liquidez representado **lato sensu** pelo eurodólar, ingressassem nas suas economias. É por isso que apesar de importadores de petróleo eles não têm nenhum problema de dívida. É justamente as nações que por terem necessidades prementes de acelerar o seu processamento de crescimento acreditaram nas oportunidades que se ofereciam pela via do endividamento — naquele tempo a expressão era captar poupança externa, V. Ex.<sup>a</sup> há de se lembrar disso — e era, realmente. Mas, infelizmente, foi uma poupança externa que se provou um tanto instável e que não resistiu à primeira desorganização do mercado financeiro internacional provocado por desajustes econômicos inteiramente fora do Brasil.

Com relação a questão do nosso **deficit**, nobre Senador Roberto Campos, gostaria de lembrá-lo que a recessão brasileira provocou uma verdadeira desorganização das finanças públicas.

Tivemos uma redução de 2 a 3% na carga tributária bruta, mas uma redução de quase 8% na carga tributária líquida. E a carga tributária líquida foi muito reduzida porque, por um lado, preservou o setor privado brasileiro de um processo de descapitalização mais acentuado e o fez porque o empresário brasileiro, conquanto competente, saiu da recessão mais capitalizado do que entrou. Eu creio que ele já era competente antes da recessão. Ele pode até ter se aprimorado um pouco durante as provações da recessão, mas, certamente, ele não era incompetente antes. Houve, sim, pela redução da carga tributária líquida, uma transferência grande de recursos do setor público para o setor privado. Houve também, como consequência, o corolário disso, um aumento de quase 20% do PIB na dívida pública brasileira que, de cerca de 30, passa em 5 anos para cerca de 50% do PIB. Os juros que o Governo brasileiro pagava ao setor privado até 79 eram cerca de 0,5% do PIB. Mas, às vezes, ligeiramente menos que 0,5%. Hoje, aproxima-se de 4%. Então, realmente, houve uma desorganização muito forte das finanças do setor público nesse período de recessão. Foi, nessas condições, com a virtual exaustão da capacidade de poupança do setor público, que o atual Governo está tentando gerir o problema do déficit. Entendo e defendo que é necessário um ajustamento fiscal importante ao País, porque, caso contrário, nós teremos muita dificuldade de resolver os nossos problemas. Mas estou certo de que V. Ex.<sup>a</sup> também entende que é muito difícil de se fazer, sobretudo quando mudanças estruturais tão importantes nas finanças públicas são realizadas, quando quase a maior parte do **deficit** corresponde simplesmente ao aumento de juros. Houve até redução de despesa

pública no Brasil, modesta talvez, próxima de 2% do PIB, mas houve. É claro que foi totalmente insuficiente para compensar a perda da carga tributária líquida. Esse esforço de reajuste nos compete fazer. Vai ser difícil e vamos ter que fazer. Mas foi essa a situação em que encontramos o País, quando nos passou a competir exercer qualquer responsabilidade sobre a gestão da sua economia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — A posição do Relator, coloca-nos sempre em dificuldade para fazer qualquer questionamento, pois quase tudo já foi esclarecido ou, se não foi esclarecido, não vai ser. Em todo caso, cumprio aqui meu dever de ofício. Não quero entrar em outra matéria que não seja a negociação ocorrida, não quero entrar na questão da responsabilidade pela dívida, a crise econômica, o ajuste de contas com o passado, nada disso, por que creio que não é o momento. Acho que é um momento precioso para nós em que, mal terminado um começo de negociação, já os negociadores estão aqui no Congresso debatendo publicamente as questões fundamentais. Acho que é muito importante esse exercício de controle por parte da sociedade daquilo que está ocorrendo quase que *pari passu* com as negociações. Não conheço os textos dos telex na sua versão final, nem o telex que foi enviado pelo Comitê Assessor aos bancos, nem o telex do Governo do Brasil aos bancos. O quanto eu entendi esses documentos são as únicas peças definitórias por agora do que virá a ser um compromisso do Brasil. Existe uma nota do Ministério da Fazenda que é essa pública aqui e existem versões de dois telex, e existe aquilo que eu acredito, que é a palavra dos negociadores, que aqui reafirmaram pontos que para mim eram pontos de dúvida nessa matéria. Assistimos e acompanhamos, nesses últimos meses, as definições do Ministro Bresser Pereira, do Presidente do Banco Central, o Dr. Fernando Milliet e do nosso negociador, o Dr. Fernão Bracher. Eles hoje reafirmaram todos esses pontos, quais sejam: o de que o Brasil busca um entendimento, uma via de negociação e que essa via de negociação tem como objetivo preservar a capacidade de crescimento da economia brasileira e que para isso é necessário um conjunto de cautelas que permitam que o Governo possa definir um plano e segui-lo. Esse plano foi definido pelo Ministro Bresser Pereira, foi apresentado ao Congresso e ao País e também os passos da negociação, os passos preliminares foram definidos.

Havia vários pontos que eram claros, tenho algumas anotações, mas houve uma tentativa de retornar o entendimento com os bancos a partir de duas propostas, tinha uma parte convencional e uma parte não convencional, isso foi apresentado.

O Dr. Fernão Bracher afirmou hoje aqui que diante de uma ameaça de sermos considerados numa posição não confortável, que seria necessário saber se nós iríamos continuar com o esforço negociador ou se nós iríamos marchar para um confronto direto. A posição do Governo foi de continuar com o esforço negociador. Podemos achar que é bom ou que é mal. A posição tomada foi esta. E, em função dessa posição, foi tomada

outra decisão que era de fazer um *token payment*. Essa questão do *token payment* vem rolando há algum tempo já. Quando estivemos nos Estados Unidos, na questão da negociação da dívida, no começo de julho já se falava logo depois no *token payment*. E a posição do Governo brasileiro era primeiro que não, depois que seria simbólico. E as cifras que foram dadas foram de 100 a 200 milhões de dólares.

A primeira constatação era que, em vez de 100 ou 200, pagamos 500 milhões de dólares. Para não ficarmos numa posição que impediria uma negociação, pagou-se 500 milhões. A troca de quê? De um comprometimento dos bancos no pagamento, também se bem entendendo a questão, ou seja, para cada uma parcela de dinheiro brasileiro haveria duas parcelas de dinheiro dos próprios bancos, que teriam que pagar juros.

Creio que a discussão sobre se houve ou não suspensão da moratória, é uma discussão, que eu quase diria que é semântica, porque é uma argumentação que pode ir para um lado ou para outro. Na verdade, pagamos 500 milhões de dólares. Isso, no início, era uma caução, depois passou a ser um pagamento. Então, são dois pontos, em que a negociação não se conseguiu atingir o nível desejado a 100, mas se foi para 60, 75, 80, depende das condições.

Então, o que houve foi isso, um pagamento, saber se isso foi suspensão ou não, ouvimos do Ministro da Fazenda hoje aqui presente, autoridades também ouviram, que ele não considera que seja uma suspensão, senão uma interrupção temporária e que, se não ocorrer uma negociação conveniente até o dia 15 de janeiro, nós ficamos na situação que estávamos antes. Já há uma questão política envolvida. Há aqueles que acreditam que a posição de moratória é a posição de força e que permitiria um acordo melhor, em termos do acordo mesmo. E há os que acham que, embora isso pudesse até ser verdadeiro, na verdade voltaríamos a ela, no momento em que desejássemos. E há os que dizem, mais criticamente, que não, que nós resolvemos simplesmente os problemas dos bancos americanos que escaparam das dificuldades que teriam que enfrentar diante da consideração pelo organismo americano que cuida disso, de uma posição desfavorável. Então, nós ajudamos os bancos, gesto de boa-vontade, dir-se-á aqui, ou seja, voltar à moratória daqui a 2 meses, se as coisas não funcionarem.

Moratória para mim nunca foi objetivo. Moratória é uma vicissitude momentânea. Ninguém vai imaginar que a moratória seja um objetivo; o objetivo é outro, o objetivo é manter a política de crescimento econômico. Então, para mim esta questão está posta nesses termos e torno ao pé da letra o que nos disse o Ministro, acho que o Presidente da República disse a mesma coisa. Essa política, diga-se de passagem, é do Presidente da República, quero deixar isso bem claro. Muitas vezes há uma confusão do PMDB, como os outros Partidos aqui presentes, acompanha, diz sim, não, até tal ponto. Mas não há definição nem favorável, nem negativa que impeça uma negociação. Portanto, a posição frente à moratória é essa, é de que a qualquer momento se volta a esta posição. Parece-me que esta é uma questão não tão significativa, o significativo é o outro. O

que vamos conseguir com isso? Conseguiremos? Qual vai ser o êxito, a partir dessa posição, desse gesto dito de boa-vontade?

Ouvi do Dr. Fernão Bracher, ele mencionou aqui alguns pontos fundamentais. Primeiro, que não se levantou a suspensão do pagamento, vá lá que seja. Segundo, que com relação ao FMI, a posição é que se desvincula o empréstimo para pagamento dos juros e a negociação global de um programa do FMI. Aqui há um ponto de dúvida, não de dúvida quanto ao desejo. Mas, se estou bem certo na interpretação de que os telex são os elementos fundamentais da negociação, segundo o Senador Roberto Campos acabou de ler, não sei que telex é esse, onde se fala, explicitamente, que se irá recorrer a um programa do Fundo Monetário Internacional.

Acho que, se o Brasil conseguir uma negociação com os bancos privados, negociação mesmo, não essa provisória, e que desvincula efetivamente os desembolsos futuros do monitoramento do Fundo, nunca nenhum País terá feito isso.

Recentemente, estive conversando com o Presidente do Banco Central da Argentina onde a questão fundamental daquele País hoje é que, a cada 2 meses, o Fundo Monetário vai lá e dá um parecer. E, ao dar o parecer, param os desembolsos. Não tivemos isso até agora. A questão aqui continua sendo uma questão a ver o que vai ocorrer nos próximos meses.

Dos textos que eu vi, o que eu entendi foi que os bancos anotavam que o Brasil, não me recordo exatamente a expressão, mas é algo assim como o Brasil acredita que é importante separar o desembolso dos fundos. O Brasil acredita.

Então, a minha pergunta objetiva é a seguinte: ao estar no telex essa referência, isso significa que, efetivamente, foi aceita a desvinculação unilateral ou bilateral? Essa é a minha pergunta. Pergunto se é uno ou se é bi. O Senador já deu a resposta de S. Ex<sup>a</sup>. A minha pergunta é a V. Ex<sup>a</sup> Quero saber se realmente houve essa desvinculação, porque, se tiver havido, efetivamente, aí há um avanço...

O SR. ROBERTO CAMPOS — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

Se a intenção fosse expressar a concordância da comunidade financeira internacional, a expressão usada é: as partes contratantes ou os participantes do acordo acreditam na desvinculação. Não existe isso. O Brasil acredita...

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Estou perguntando, porque a informação que tive é que os dois telex são complementares. E o que está dito num é aceito implicitamente pelo outro. A pergunta é fundamental, para saber o que vai acontecer com relação a este ponto, que é o ponto central em toda estratégia negociadora. Porque o Ministro Bresser diz sempre aqui, também, que com relação ao Clube de Paris seria diferente. Então, estamos separando, estamos negociando aqui a dívida privada, depois seria com o Clube de Paris.

A segunda pergunta: admitindo que seja assim, o que acontece no momento em que vamos discutir com o Fundo Monetário Internacional? Vamos discutir com o Fundo Monetário depois do acordo com os bancos ou concomitantemente? Quais são as implicações disso para a nossa margem de liberdade?

Disse, também, o Dr. Fernão Bracher que nós só aceitaríamos esse compromisso, se houvesse algum progresso na negociação. Um seria a desvinculação, a isso já me referi. Depois, uma clara referência dos bancos à questão dos bônus, da securitização da dívida, que é outro ponto importante nesse conjunto negociador. Depois, que haveria uma negociação não de ano a ano — o Senador Roberto Campos saiu, ele sabe tão bem quanto nós que os 16, 20 anos não se referem aos juros, que é por ali que se pega no pescoço do devedor e que se houver um acordo de três anos é muito diferente de um acordo anual.

Então, a pergunta é: efetivamente, já existe um compromisso nessa direção?

Os 3,4 bilhões de dólares para financiar os juros — nós queríamos 4,3. Esses 3,4, não representam 100%, mas 80%, porque para financiar juros é dinheiro de lá de fora, que dá margem para responder àquelas questões que são postas pelo Senador Jamil Haddad, precisamos saber qual é o dinheiro disponível para o financiamento do nosso crescimento. E sabemos, pelos cálculos do plano plurianual que, se nós tivéssemos um excedente na balança comercial de mais de 10 bilhões de dólares, dificilmente nós vamos poder cumprir as outras metas do plano, que são parâmetros. Não podemos fazer um esforço exportador e uma contenção de exportação que vá além dos 10 bilhões.

Então, é muito importante obter realmente esses recursos e, mais ainda, que as salvaguardas estariam, já como princípios, asseguradas.

Então, o que eu gostaria de ouvir, para se deixar registrado, é que a negociação é esta, nestes termos. Quero saber quais foram os avanços nesses telex, o que efetivamente já está assegurado porque o resto é o resto, vamos desembolsar, brevemente, 500 milhões de dólares, que serão deduzidos das nossas reservas, como um gesto. Esse gesto, como tudo na História, só vai ser julgado depois. Terá sido bom se desembocar numa negociação real, com essas salvaguardas que nos dêem a desvinculação com o Fundo, ou terá sido o começo de um desastre, se, efetivamente, não conseguirmos isso e estivermos ou obrigados a uma negociação ortodoxa com o Fundo, ou estivermos obrigados, de novo, a uma moratória que, dessa vez, não será como a atual, mas muito mais drástica, porque já será em termos de *linking*, ou seja, já de separação do sistema internacional, com todas as consequências que isso traz e, nesse caso, os 500 milhões terão sido não um gesto, mas uma perda. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Acho que para termos uma agilização do processo, e como as questões básicas que eu teria a formular são, em parte, similares às do ilustre Relator e Líder do PMDB, que já nos deixou claro que esse Partido não tem qualquer correlação com o fato, sendo o assunto de exclusiva competência do Governo, gostaria, apenas, de fazer alguns comentários, em termos da posição da Comissão, até certa forma ligando a essas questões as antecedentes presenças, quer do Ministro da Fazenda, quer dos negociadores, quer do Sr. Presidente do Banco Central.

A Comissão, até atendendo a uma solicitação do Sr. Ministro da Fazenda, no momento em que partia para o início das negociações, foi por ele

instada — digamos assim — ou dele recebeu uma solicitação para que, conhecendo as linhas mestras e a estratégia do plano de ação, a nível de negociação, se manifestasse com o que poderia ser um apoio político-parlamentar a essas negociações, que chegavam a um momento objetivo. Aquela ocasião — por isso faço questão de reiterar esses fatos — à Comissão, inclusive em reuniões reservadas e em reuniões públicas, foram submetidas e apresentadas linhas mestras dessa negociação que iria ter — digamos assim — o seu ingresso na fase operativa. Dentre essas linhas mestras figuravam coisas como, por exemplo, a idéia de que, enquanto não houvesse a celebração do acordo entendido como definitivo ou duradouro e se estivesse, ainda, no ajustamento do que seria temporário ou interino, não se haveria de fazer qualquer tipo de pagamento, o que, depois, veio a ter uma certa coloração transitável, no sentido de que seria a possibilidade do que se entendesse por pagamento simbólico que, num terceiro momento, passou a ser entendido como uma caução ou um depósito, inclusive indicado via IS, como elemento neutral, para receber esse valor caucionado, que seria o gesto de disposição para negociar.

A questão que gostaria de colocar, agora, é que chegamos a esse momento do processo e, por isso, vou ficar, exclusivamente, nos termos da negociação, porque esta é a questão básica desta nossa reunião de hoje. Ainda que não tenhamos à mão nem os dois telex, inclusive devidamente traduzidos, o que me parece importante, numa tradução oficial, para que possamos interpretá-los à luz do vernáculo e não em termos de conceituações shakespearianas, parece-me que, ao lado deles — gostaria, até, de ter a confirmação ou a retificação — há uma minuta de protocolo, do qual sairiam os dois telex como consequência operacional. Há um entendimento básico, além dos telex, que seria a fonte geradora dos telex. Ou os telex são o acordo em si? Esta é a questão técnica, jurídica — digamos assim. O que se está fazendo como elemento básico? O que significa o acordo? Qual o documento jurídico, qual o instrumento jurídico de entendimento? O pacto celebrado se representa por dois telex, emitidos, cada um, por um titular da vontade contratante? Ou eles decorrem de um acordo, que seria um protocolo, e cada um dos celebrantes faz a comunicação, interpretando aqueles textos à luz da sua hermenêutica?

Esse é o problema jurídico fundamental inicial. Não basta conhecer o texto dos telex. Se são diversos na sua redação, e se cada um dos celebrantes os emite, evidentemente, vamos ter duas versões no acordado, para que cada um, como diz o castelhano — e vai depender muito daquela velha história — *todo depende del color del cristal con que se mira*. Cada um tem o seu telex e sabe ler no seu livro. É como aquela criança que foi alfabetizada dentro de um mecanismo, dentro de um processo. Então, isso parece-me uma questão, também, fundamental. Agora, vendo essa evolução conceitual de não pagar, de fazer um pagamento simbólico, de fazer um depósito de caução e agora de fazer um pagamento — eu inclusive perguntaria: esse pagamento está se falando que é de 500 milhões de dólares, mas eu tenho uma nítida impressão de que esse pagamento, na verdade, é de um bilhão e quinhentos

milhões de dólares, porque 500 milhões de dólares nós desembolsamos retirando das reservas já existentes, e um bilhão nós vamos desembolsar, na medida em que os credores nos emprestam, para pagar aos credores. Nós vamos pagar juros sobre esse valor e inclusive pelo menos juros de mercado — não vamos discutir se são mais altos ou se são mais baixos, mas aqui se diz que são juros usuais de mercado. Então, é uma parcela nada simbólica, nós vamos pagar de um montante, que se disse aqui que é pouco superior a 4,3 bilhões, que seria o total não pago pelo Brasil no decurso da suspensão de pagamento, que parece que não se chamará moratória para fins técnicos. Esse valor a ser pago, agora, no decurso do presente exercício, será de 1,5 bilhão. Então, não é mais pagamento simbólico, não é mais nem depósito de caução, é pagamento de uma terça parte concreta do valor devido. Essa é uma questão que eu, de certa forma, agrego às análises e às indagações feitas pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, para poder entender por que mudaram as coisas. No final das contas mudou o natal ou mudou esta Comissão? É um pouco machadiana essa dúvida, mas é assim que nós chegamos agora na hora da verdade.

A segunda questão é uma preocupação que tenho. Falou-se aqui em pagar sobre a Libor, com todas as interpretações que eu agradeço, sobremaneira, porque acabei hoje de entender, rigorosamente, o que significa não só a sigla, mas também a mecânica de cálculo que eu vi — que nem mesmo homens do nível do gabarito técnico da experiência do ex e atual Presidente do Banco Central consegue fixá-la tão oscilante ela é, na realidade, no mercado, dependendo de uma série de referenciais. Gostaria de perguntar o seguinte: na medida em que nós aceitamos pagar 7/8 sobre a Libor, mais os adicionais, enfim, deixemos os penduricalhos, perguntaria se isso aqui não é um indicativo, já falo em termos negociais, altamente prejudicial — tiremos o advérbio prejudicial —, para quem está encaminhando uma proposta que também nos foi apresentada aqui, nos elementos básicos do projeto brasileiro de negociação, como uma tentativa de obter *spread* zero? Se nós vamos com essa estratégia para a tentativa final maior e substantiva, agora no acordo interino, no momento em que nós transformamos caução em pagamento e buscamos uma parcela de empréstimo para aumentar o pagamento e pagamos a taxa de mercado, como é que isso pode ser entendido pelo negociador altamente astucioso, competente, e eficaz, que de outro lado da mesa está lá na expectativa de melhores condições, na hora que entrar o esquema definitivo ou pelo menos duradouro da negociação? Será que ele vai admitir sequer pensar em *spread* zero, em juros inferiores? Será que nós temos um argumento forte, quando nós admitimos pagar os 7/8 agora, no acordo provisório, no acerto momentâneo?

Uma outra questão que eu gostaria de arguir e também me agregando às perguntas anteriores, para facilitar à elucidação, e queria também que me elucidassem: no prazo de três anos, o teto de juros são garantias formais, conquistadas ou são pleitos revigorados e, digamos assim, insistentes do Brasil? Já temos isso assegurado para a negociação futura? É assunto liquidado, passou em julgado, vai ser de três anos e vai ter um teto de juros, uma salvaguarda sobre a elevação

dos juros? Porque nós sabemos que são muito boas as nossas intenções, muito fortes as nossas convicções e muito competentes os nossos negociadores. Mas, outra coisa é saber até que ponto — é aquela velha história do treinador que reuniu a equipe no vestiário, escalou e mandou jogar de tal maneira, se não me engano, foi o Gaminha que perguntou: mas avisaram para o lateral que vai me marcar, que eu vou fazer essa jogada e que ele não vai me atrapalhar? É saber se os outros estão acordes com essas diretrizes.

Uma pergunta que eu gostaria de fazer. A questão algo que me parece importante, é saber nesse processo, nessa evolução, até que ponto há uma influência extracredores privados, para que tenha mudado o processo no final, facilitando o acerto ou agregando cláusulas menos favoráveis. Qual foi a influência dos órgãos governamentais, sobretudo dos Estados Unidos, nesse processo de chegar a esse tipo de entendimento nessas condições? Foi algo real, ainda que informal e não materializado ou ficaram fora do processo? Houve, em algum momento, Dr. Fernão Bracher, alguma referência, alguma ligação ou vinculação com o problema da informática tantas vezes aqui citado? Alguma vez esta questão foi arguida? Alguma vez isto foi colocado como condicionante? Alguma concessão foi feita pelo Brasil, alguma promessa, ou isto em momento algum foi tocado e não tem qualquer correlação com o processo?

A questão do FMI também é matéria que não posso deixar — perdoem-me o exercício de memória, mas sempre se disse aqui — e invoco o testemunho de todos os colegas, sobretudo do ilustre Relator-Geral, que já fez uma referência a isto —, que nada haveria com relação ao FMI — e não estou entrando no mérito do FMI — antes que chegássemos à etapa da negociação, digamos, do acordo definitivo; definitivo, não; mas duradouro, que nesta etapa, que seria o momento de evitar a desclassificação, que seria apenas um ajuste temporário e interino, não se teria qualquer compromisso com o FMI e nem se faria qualquer referência ao FMI.

Assim, eu também gostaria de perguntar: por que ele foi referido? É mais do que isto: o que trouxe de vantajosa essa referência? Que benefício vai decorrer para nós, objetivamente, ou se, desde o início, sabíamos que teríamos que referir e apenas estávamos edulcorando aquilo, com relação à expectativa da opinião pública interna? É irreversível esse processo rumo ao FMI? E, objetivamente, tanto o Presidente do Banco Central, como o negociador-chefe, que esperança, que expectativa se tem? Porque eu ouvi isto: volto a dizer que não emito, no momento, juízo algum.

Mas entendi que a idéia é admitir o contato, num determinado momento, com o FMI, mas com cláusulas, condições, etc., que o Brasil vai impor. O FMI não vai abrir mão de toda a sua estratégia de muitos anos; o FMI não lida com o Brasil, como lida com os outros cento e tantos países. E eu pergunto: até que ponto isso aí é uma convicção patriótico-idealista e até que ponto isto tem uma viabilidade concreta, ou seja, até que ponto é real que o FMI se possa transformar para aceitar que, com relação ao Brasil, nós possamos ter planos por nós elaborados, por nós fiscalizados, e que ele, na verdade, vai manter-se mudando os seus padrões e os seus procedimentos.

Há uma pergunta com relação ao noticiário que surgiu em cima do momento da definição — inclusive, dizia-se até do seu retorno precoce e antecipado, e que deve ter agradado muito a sua família —, de que a Argentina enviaria elementos da sua equipe dirigente, ao Brasil, para dar ciência de que estaria prestes a decretar a moratória e que isto levaria o Brasil a uma reversão de posição, a uma sustação nas negociações. Se não me engano, isto ocorreu quarta ou quinta-feira, e as negociações foram concluídas na sexta. Até que ponto esse fato foi verdadeiro? Até que ponto, se ocorresse esse avanço da Argentina, o Brasil poderia tirar vantagens, como parece que a Argentina tentou, pelo menos, tirar vantagens no momento em que decretamos a suspensão do pagamento? E até que ponto isto não teve qualquer correlação, que não houve uma relação de causalidade, e sim, apenas, uma relação de casualidade da visita dos nossos irmãos platinos, aqui, para dar notícias sobre a situação da sua economia.

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer, com a final, que é a seguinte: no fundo, ouvimos uma exposição do Dr. Fernando Milliet, numa reunião, aqui, na quarta-feira passada — aliás, diga-se de passagem, similar à sua anterior, brilhante —, onde ele nos dizia que, em termos de crescimento do País, está dependendo de investimentos que já não podem mais vir do setor público, que na área privada há poucos, que estão contidos, de certa forma, se a linguagem de *ba-charel* pode ser aplicada, e que precisamos captar recursos no mercado financeiro internacional.

Se esse fato é uma verdade irreversível, se dependemos desse fluxo e se é estratégia prioritária nossa, até que ponto temos força real na negociação, quando temos uma dependência quase insuperável de buscar esse dinheiro, sob pena de não termos condições de ter um processo de crescimento, que é a nossa busca. É só isto.

O SR. FERNANDO MILLIET — Eu preferia que o Dr. Fernão Bracher respondesse, mas eu só faria algum comentário a respeito da intervenção, aliás, brilhante, do Presidente da Comissão.

Não indiquei, Senador, posso ter feito apenas uma referência à questão de captação de recursos quando, justamente, discuti a questão do FMI com perspectivas de um aumento substancial de recursos do Banco Mundial ou dos japoneses. Não tenho a ilusão de que o sistema bancário...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — ... apenas V. S. disse que, a nível interno, na área pública havia uma exaustão, na área privada não haveria tantos quanto necessários.

O SR. FERNANDO MILLIET — Não, a área privada está capitalizada, o que não havia muito, era predisposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — V. S. não referiu, em absoluto, que teria de fazer qualquer acordo com o FMI. Falou apenas que haveria necessidade de investimento e que haveria dificuldade de obtê-los internamente, apenas isso, é que eu me recordo.

O SR. FERNANDO MILLIET — Certo, mas da fonte externa, a única possibilidade de sinalização que tenha feito, seriam recursos ou um aumento de aportes de recursos do Banco Mundial, ou

recursos japoneses, ou coisa enfim, desse tipo, porque da comunidade bancária, se conseguiríamos reduzir a transferência de recursos muito substancialmente, no momento e o atual conteúdo e não resolvida a crise financeira internacional, provavelmente é o máximo que se pode esperar. Mas preferia que o Dr. Fernão Bracher respondesse, é realmente, muito pouco o que foi perguntado, de maneira que ele não deverá ter a menor dificuldade em dar uma explicação completa a respeito de tudo.

O SR. FERNÃO BRACHER — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela mostra de confiança e apreço.

Indo às observações feitas pelos Srs. Senadores Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli, tentarei respondê-las em conjunto, e peço vênha por algum lapso que venha a ocorrer na minha resposta, porque possivelmente, não esperava por tantas e, por fim, faltou até um pouco de papel para anotar as observações.

Mas, basicamente, parece-me que se trata de vermos alguns pontos objetivos, o que já se obtém, o problema dos telex, os problemas do documento legal, a questão de, no fim das contas, o pagamento, se é de 500 milhões ou de se é de 1 bilhão e meio, tática negociadora, juros de 7/8 contra *spread* zero, enfim, o que está adquirido, se na base de três anos, teto de juros, intervenções governamentais, os Estados Unidos, a questão da informática, o compromisso com o Fundo Monetário, e a viabilidade de sua obtenção.

O que queria notar é que o documento legal que teremos será de obrigação consubstanciada na minuta, nessa minuta em que se consubstancia o desejo de ambas partes de efetuarem os pagamentos e os empréstimos respectivos de um bilhão e meio, entre 30 de novembro e 31 de dezembro e em 16 de junho do ano que vem, e as condições nas quais isso se dará ou não, no caso do segundo pagamento, porque esse é o documento que existe. Ao lado desse documento existem dois telegramas negociados e aí diria que eles devem ser interpretados com *gratum salis*. É verdade quando se diz que a declaração é brasileira, sim, a declaração é brasileira mas é negociada com a parte contrária e a parte contrária, em tendo negociado esse texto, com e le o que diremos, consentiu? Consentiu o suficiente para que estivesse no nosso telegrama, sem que houvesse necessidade de uma réplica da parte deles, não consentiu o suficiente para pôr a sua assinatura embaixo deles. Podemos começar aqui a fazer exegese, o que significa um telegrama, mas enfim, a prática nesses acordos que são pré-acordos na realidade, porque isso aqui é um acordo que caminha para um acordo, é um entendimento preliminar em que teremos um documento assinado que é a minuta de empréstimos e de compromisso de pagamentos e temos os dois telex em que as partes então, declaram seus entendimentos tendo negociado com a outra parte, a parte brasileira, claramente, declara o seu entendimento de que não é do interesse de um processo de ajustamento econômico satisfatório que desenbolsos da comunidade financeira internacional, entendido por comunidade financeira internacional o sistema bancário, sejam atrasados por não cumprimentos no atendimento a programas em curso, indicados por sociedades internacionais, pelo Fundo Monetário ou pelo Banco Mundial.



Este é um texto negociado, é um texto pelo qual nitidamente a parte brasileira disse e a parte estrangeira concordou com o que nós dissemos, que não deveria haver atrasos no desenbolso de empréstimos bancários no caso de não cumprimento de programas do FMI, é o que lá está. Então, de certa maneira, dentro desse processo de negociação, como está dentro do telegrama dos bancos também estará, e o telegrama deve estar saindo hoje, o reconhecimento formal do interesse que eles vêem na proposta brasileira de emitirmos bônus consubstanciando reescalonamento a longo prazo da dívida brasileira e à taxa de juros fixa e que tomarão e deverão estudar e tomar as medidas adequadas, para permitir que os bancos credores troquem os seus créditos documentados de outra maneira por créditos documentados por bônus a longo prazo.

De modo que, com referência talvez à conquista que fizemos — já aproveito para dizer se a questão dos três anos do prazo de financiamento é uma intenção, é uma conquista, não é um dado já assentado entre as partes, as partes já assentaram que os parâmetros temporais da negociação sobre o financiamento são os anos de 87, 88, 89, como indicou o Presidente Milliet — é um acontecimento singular e aí me parece que há **data maxima venia**, um engano talvez do Senador Roberto Campos quando compara esses três anos com as tratativas Pastore que não chegaram a se materializar, ou com o acordo mexicano. Nós não estamos falando daqui do prazo sobre o qual discutiremos o principal, uma vez determinado o prazo que se discutirá o principal, a que vencimentos se terá o principal reescalonado, isso não foi ainda assentado. As indicações que temos é que eles têm uma predisposição a uma **window**, uma abertura, para o prazo de principal superior mesmo a três, quatro, ou cinco anos provavelmente e sobre esse prazo é que se negociará para quando forem prorrogados os créditos. Portanto, os três anos, dos quais falamos, mostra o campo de operação para a discussão do financiamento.

Com referência se o pagamento é de 500 milhões de dólares ou 1 bilhão e meio, eu acho que temos uma questão jurídica interessante, porque é o seguinte: a diminuição da nossa dívida, é de 500 milhões, porquanto o bilhão e meio, o restante bilhão é apenas mudança de forma. Hoje nós estamos devendo na forma de conta corrente, após esse pagamento, estaremos devendo na forma de crédito documentado, exatamente a mesma coisa. O débito de um bilhão já existe, de modo que apenas se muda a forma, de modo que se disser formalmente que o pagamento é um bilhão e meio, não tem o que se negar, a diminuição do débito entretanto não é de um bilhão e meio mas apenas de 500 milhões.

A dívida já preexiste, de modo que não se agrega, troca-se apenas de um crédito em conta corrente, passa-se a ter um crédito com vencimento determinado no momento de seis meses mas, posteriormente, em um prazo maior, quando for renegociado. De modo que, na realidade, se presta muito a um jogo de interpretações, no final das contas, realmente o que existe é uma diminuição de débito de 500 milhões. No sentido formal de pagamentos, sem diminuição de débitos, de um bilhão e meio. Eu acho que o que importa

é realmente o quanto diminui o débito. O pagamento é no sentido de extinção de débito.

Com referência aos 7/8, se isto é um bom ou mau começo, evidentemente, nós preferiríamos enormemente não termos um acordo preliminar, podemos discutir tudo no acordo global, entretanto nem sempre a gente pode escolher as melhores condições de negociação de campo e de momento de trabalho. O momento foi esse o mais adequado e no acordo que fizemos, como ressaltou o Presidente Milliet, nós abaixamos a nossa taxa de 1/8, como não se podia ter num momento, entrar em discussões de fundo, o quanto se desejaria, aposto que as questões se arrastariam por um tempo muito maior, havia uma conveniência de se tomar referenciais. O nosso referencial normal seria 11/8, assim como o referencial mexicano teria sido de 7/8, e o deles foi de 7/8 efetivamente e o nosso não, de 11/8 caiu para 7/8.

O SR. ODACIR SOARES — Permita um aparte.

O SR. FERNÃO BRACHER — Pois não.

O SR. ODACIR SOARES — O Dr. Fernando Milliet declarou aqui, na última reunião, que o Brasil pretendia uma taxa mais baixa ainda. Essa taxa não foi obtida?

O SR. FERNÃO BRACHER — Não. O Brasil pretendia e pretende e lutará e deverá obter uma taxa mais baixa. Essas são as instruções com as quais eu, negociador, estou trabalhando, discussões vindas do Dr. Milliet e do Dr. Luiz Carlos, são essas.

O SR. ODACIR SOARES — Inaudível.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não. Nós estamos falando em taxas para a reestruturação da dívida e o que eu procurei mostrar é que há uma distinção no mercado internacional entre reestruturação da dívida e empréstimos-pontes.

O SR. ODACIR SOARES — O Dr. Milliet declarou-nos na última reunião, salvo engano, **data venia**, que nessa fase inicial do refinanciamento dos juros, se pretendia obter uma taxa inferior.

O SR. FERNANDO MILLIET — Eu não podia fixar porque isso era o Dr. Fernão Bracher...

O SR. ODACIR SOARES — Então o Sr. manifestou, pelo menos, a intenção de fixar porque eu anotei, eu tenho anotado isso.

O SR. FERNANDO MILLIET — Num acordo interino nós conseguimos uma redução da taxa, o que eu mostrei é que o México, num acordo interino, conseguiu a manutenção da que já tinha. Estou certo?

O SR. ODACIR SOARES — O Sr. me perdoa, mas na última reunião o Sr. declarou que o Brasil pretendia uma taxa determinada e o Sr. mencionou — lamentavelmente eu não tenho anotado aqui porque as anotações da última reunião deixei-as no meu gabinete. Eu sei que o Brasil obteve uma taxa menor, mas a taxa pretendida era menor ainda. Isso é o que eu quero dizer.

O SR. FERNANDO MILLIET — Eu não me recordo porque eu tenho idéia a respeito dessa taxa. De maneira que eu acho difícil que eu tenha mencionado uma taxa específica.

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador, tentando concluir, o Sr. me perguntou ainda sobre possíveis...

O SR. JAMIL HADDAD — Só um aparte?

O SR. FERNÃO BRACHER — Pois não.

O SR. JAMIL HADDAD — Pelo que eu entendi até agora, nós tivemos dois telex acordados, sem que haja assinatura, vamos dizer, da outra parte, há um entendimento mais não houve ainda assinatura.

O SR. FERNÃO BRACHER — E nem deve haver.

O SR. JAMIL HADDAD — Agora eu faço a pergunta: o depósito será feito, esses 500 milhões de dólares, serão creditados pelo Brasil, sem que haja um acordo entre as partes, sem que haja assinatura, sem que haja um documento definitivo, um acordo apenas de boca através de telex? É a pergunta que eu formulo.

O SR. FERNÃO BRACHER — Perfeito, um acordo de telex não é de boca, é por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Dr. Bracher eu só queira tentar elucidar isso. Inclusive agora, na sua manifestação, a dúvida que eu acho que há em todos, V. S.<sup>a</sup> inclusive citou que há uma minuta...

O SR. FERNÃO BRACHER — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Então eu acho que é esse aspecto que se quer ter idéia, os dois telex já se sabe quem os envia, quer dizer, ou outro toma conhecimento e quer ter condições, não assina, conhece e anui que seja emitido por quem o remeteu. Mas a impressão que se tem e o que eu consegui entender, até foi formalizado e até me parece lógico, é que tudo isso decorre de um entendimento matriz, quer dizer, o telex não é em si a matriz do projeto, há uma minuta do entendimento. Porque, até não sei se foi expressão só para uma concessão verbal do ilustre negociador ou se, de fato, há essa minuta básica que compromete as duas bases e da qual sai os dois telex.

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador, o que existe é uma minuta em inglês, consubstanciadora dos aspectos negociais já assentados no que concerne ao negócio propriamente dito. Isso é feito, por escrito e assinado no qual se prevê o pagamento de um bilhão e meio de dólares, com o respectivo financiamento dos três bilhões, no ano que vem, as cláusulas de juros, etc... Esse é o documento do negócio.

Em seguida, há os dois telex, informando do andamento das negociações e encaminhando o documento negocial.

O SR. JAMIL HADDAD — V. Ex.<sup>a</sup> me permite? (Pausa.)

Há o documento.

O SR. CARLOS CHIARELLI — É essa a dúvida.

O SR. FERNÃO BRACHER — Está espancada a dúvida, então?

O SR. ITAMAR FRANCO — E quem celebra esse documento?

Acho que é bom que S. Ex.<sup>a</sup> complementemente, porque essa foi a minha primeira pergunta, quando

iniciamos a reunião. Há ou não há um protocolo? *O que eu queria saber do Dr. Bracher é o seguinte: V. Exª está falando, a toda hora, em minuta. É evidente que o V. Exª deve conhecê-la, já que estão negociando. V. Exª não tem cópia dela?*

O SR. FERNÃO BRACHER — Comigo, aqui, não. Quem a tem é o nosso companheiro, o Diretor Antônio de Pádua Seixas, que ficou redigindo os detalhes finais, porque um dos elementos importantes — importante, não para nós — da minuta é o número de bancos aos quais ela vai ser enviada. Para nós, isso não tem maior importância material, posto que é um convite a esses bancos a entrarem no financiamento, o que está sendo ou deve ter sido decidido há poucas horas. Assim, o aperfeiçoamento total do negócio depende apenas desse elemento, ou seja, saber-se quais os bancos que se convidará a entrar no negócio, o que, para nós, é de menor relevância.

O SR. FERNANDO MILLIET — Eu gostaria de dar um esclarecimento. (Assentimento do orador.)

O que se está divulgando, através de telex ou do que seja, ou mesmo refletindo no protocolo, é a intenção sobre a qual os negociadores acordaram, ou seja, a de fazer um *negócio interino*. E qual é o *negócio interino*? Os bancos nos fazem um empréstimo e, feito esse empréstimo, faremos um pagamento. Portanto, o documento que está causando estranheza será um *contrato de mútuo*, um *contrato de empréstimo*, que não está na hora, ainda, de ser assinado, porque ainda tem-se que conseguir a adesão desses bancos. Se não houver essa adesão, tampouco haverá o pagamento brasileiro. É por esse motivo que o documento legal — vamos chamá-lo assim — que efetivamente consubstancia a implementação do acordo que, por enquanto, é descrito, realmente, por textos apenas não assinados, será um contrato de empréstimo que os bancos farão. Já, sim, esse contrato será assinado, de uma parte, pelos bancos contratantes e, de outra parte, pelo Governo brasileiro.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou aproveitar o que V. Exª está dizendo para confirmar — e V. Exª deve saber, já que ainda não temos o contrato oficial, vamos ter — queria saber em que cláusula isso vai se processar, razão da primeira pergunta. Estamos divagando, aqui, em função de um documento que não existe. Estamos na base do se: se acontecer isso, se acontecer aquilo, se isso e se aquilo.

O SR. FERNÃO BRACHER — É isso que é bom. Parece-me que essa é a consideração para com os senhores. Poderíamos não dizer nada.

O SR. ITAMAR FRANCO — eu queria saber se V. Exª confirma, então, em parte, os termos desse telex? Tenho o documento aqui e só queria saber se isso consta do telex. É a única coisa que quero saber. V. Exª me confirme, por favor.

O SR. FERNÃO BRACHER — Pois não.

O SR. ITAMAR FRANCO —

"O Governo do Brasil se compromete a ampliar sua cooperação com as agências governamentais e instituições financeiras multilaterais, junto com a comunidade financeira internacional, como meio de assegurar finan-

ciamento externo adequado para seus objetivos de crescimento econômico".

Neste contexto, o Brasil vai procurar um programa do Fundo Monetário Internacional para apoiar o seu programa econômico? Isso é verdade? Existe? Está no telex?

O SR. FERNÃO BRACHER — É verdade. Está no telex.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

O SR. FERNÃO BRACHER — A isso se segue um outro parágrafo, no qual se fixa dissociação de programas.

Devo, agora, passar às duas últimas perguntas, pelo menos que tenho anotado, aqui: houve alguma intervenção do Governo americano, naquilo em que concerne à política de informática?

Não, não houve. Em nenhuma momento foi mencionado, no curso dessas negociações o problema da informática.

Em lugar derradeiro, a questão do Fundo Monetário que talvez seja exatamente essa a que V. Exª se referiu. Há o compromisso indicado de procurarmos um acordo com o Fundo Monetário para que ele apóie o nosso programa econômico. Em seguida vem a qualificação de, na linguagem do telex, se mostrar que este acordo com o Fundo Monetário não deverá condicionar os desembolsos dos empréstimos feitos pela comunidade financeira internacional. Esses são os termos nos quais os entendimentos estão prosseguindo e terão prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Apenas queria fazer uma indagação de ordem cronológica, não sei se ao Presidente do Banco Central, Dr. Bracher. O que acontecerá, em termos desse processo de negociação, nos próximos dias?

O SR. FERNÃO BRACHER — Nos próximos dias deve ocorrer que o comitê dos 14 bancos deve ter hoje, provavelmente, concluído a lista dos bancos aos quais ele vai enviar a minuta. O Comitê de Bancos, como é sabido, é composto por 14 bancos. E deverá estar correndo agora a lista para ver que outros bancos vão convidar para participarem desse empréstimo de três bilhões de dólares. A esses bancos, nós, o Comitê de Bancos, e o Governo brasileiro, cada qual enviará o seu telex informando, em anexo, que as negociações estão se encaminhando dessa ou daquela maneira e que, em anexo, como período interino, se solicita a eles participarem de um empréstimo com as características descritas na minuta anexa. Isto deverá ter uma resposta dentro de, eventualmente, 14 ou 21 dias, não sei exatamente o prazo que vai ser dado, provavelmente 21 dias, posto que está previsto para 30 de novembro a data do desembolso do empréstimo e, concomitantemente, antes que decorra este prazo, temos o interesse ou a conveniência de retomarmos as negociações na sua substância, no seu aspecto substantivo, para tê-las concluídas seja no mês de dezembro, seja até o dia 15 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — A assinatura desse documento básico mútuo seria logo após o conhecimento das respostas do grupo consultado?

O SR. FERNÃO BRACHER — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Nesse momento é que se celebraria, então, o documento

formal que seria a base do processo de desembolso?

O SR. FERNÃO BRACHER — Exatamente.

O SR. JAMIL HADDAD — Dr. Bracher, apenas a última pergunta. Em termos de uma análise real, pode, inclusive, não se concretizar, pode ser que haja, da parte dos 14 bancos, não encontrando guarida, e a negociação não chegar a termos...

O SR. FERNÃO BRACHER — Perfeito.

O SR. ODACIR SOARES — Mas estariam os 14 bancos dispostos a suprir a não adesão dos outros?

O SR. FERNÃO BRACHER — Seria necessário perguntar a eles. Essa pergunta não lhes foi feita. Eles mostraram, isto sim, um interesse de participarem com um montante...

O SR. ODACIR SOARES — Então, são grandes bancos?

O SR. FERNÃO BRACHER — São grandes bancos. Demonstraram seu interesse de participarem com um montante ainda não definido e não sei se no telex que eles mandarão eles indicarão já com quantos bancos que cada banco participa e dando, ao mesmo tempo, a indicação da sua participação respectiva. Mas como o Senador perguntou — e muito bem — é um negócio que está em processo de se fazer;

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu queria agradecer e reiterar a nossa homenagem àqueles que, representando o Executivo com o espírito muito aberto ao diálogo com o Parlamento, como deve ser uma democracia, que tem vindo para essa prestação de contas, inclusive na fase de gestação do entendimento. Acho que isso é muito importante; acho que é bem melhor que ainda não tenhamos formalizado e estejamos discutindo as cláusulas do que se já tivéssemos aqui as coisas concluídas e estivéssemos apenas tomando conhecimento. É por isso que quero que se dêem por citados, numa linguagem processual, para que até o momento que tenhamos a definição, possamos ter um entendimento a respeito da matéria antes do seu deslocamento aos Estados Unidos e antes, evidentemente, que talvez seja acompanhado pelo Dr. Milliet. Gostaríamos de ter outro contato tendo o conhecimento dessas respostas dos bancos e do caminho objetivo da elaboração do contrato para que nós, então, debatêssemos sobre esses aspectos. Acho que esse cansaço é estimulante. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

## CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

### Ata da 84ª Reunião

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Primeira-Secretaria do Senado Federal, reúne-se o Conselho de Supervisão do PRODASEN, sob a Presidência do Exmº Sr. Senador Jutahy Magalhães. Presentes os Senhores Conselheiros Dr. José Passos Pôrto, Vice-Presidente deste Colegiado, Dr. Edgard Lincoln de Prouença Rosa, Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira e Dr. Sérgio de Otero Ribeiro, Diretor-Executivo do PRODASEN. Deixa de com-



parecer, por motivo justificado, o Conselheiro Dr. Yarnil e Sousa Dutra. Presente, também, a convite do Senhor Presidente, a Dr<sup>a</sup> Sirley Conde de Figueiredo Cima, substituta do Assessor-Chefe da Assessoria da Diretoria Executiva do PRODASEN. Inicialmente, o Senhor Presidente coloca em apreciação a Ata da reunião anterior, dispensando a leitura da mesma por ter sido distribuída, com antecedência, aos Senhores Conselheiros. Estes a aprovam por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente distribui os Processos PD-0092/88-6 — Convênio entre o PRODASEN e a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia; SF-00080/88-8 — Ligação do Microcomputador do Gabinete do Senador Marco Maciel em Recife ao Computador Central do PRODASEN e SF-18474/87-0 — Convênio de Cooperação Técnica entre o Senado Federal, através do PRODASEN, e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, designando o Conselheiro Dr. José Passos Pôrto para emitir parecer sobre o primeiro e os Conselheiros Dr. Eduardo Lincoln de Proença Rosa para emitirem parecer sobre os dois últimos, respectivamente. O Senhor Presidente distribui ainda o PD-0885/87-0 que trata da Prestação de Contas do PRODASEN e do FUNDASEN relativa ao terceiro trimestre de 1987, designando o Conselheiro Dr. José Passos Pôrto para relatar a matéria. Este, solicita a palavra do Sr. Presidente e após analisar o processo em pauta, assegurando-se de que toda a tramitação foi cumprida, inclusive a análise pela Auditoria do Senado Federal, opina favoravelmente, obtendo

a aquiescência dos Senhores Conselheiros. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Conselheiro Edgard Lincoln de Proença Rosa que apresenta o seu voto em separado relativo ao Processo PD-0148/87-3 — Convênio entre o PRODASEN e a Câmara Municipal de Ipatinga, sugerindo a análise semestral de solicitações de convênios que tenham baixa prioridade, de acordo com os critérios estabelecidos no Ato nº 19 de 1986, do Conselho de Supervisão do PRODASEN. A proposta do Conselheiro é aprovada por unanimidade. Em seguida, é relatado pelo Conselheiro Edgard Lincoln de Proença Rosa o Processo PD-0262/82-0 — Responsabilidade Civil da ANACON (débito), opinando pelo encaminhamento do mesmo à Procuradoria Geral da República, para as providências cabíveis, sendo o seu parecer igualmente aprovado pelos Conselheiros. Dando seqüência à reunião, o Conselheiro Dr. José Passos Pôrto sugere que a distribuição de assuntos do PRODASEN para análise do Conselho de Supervisão e a designação de relatores sejam feitas independentemente da ocorrência de reuniões do Conselho de Supervisão, junto ao Senhor Presidente, visando a agilizar as decisões. A sugestão é acolhida e aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Diretor-Executivo do PRODASEN, Dr. Sérgio de Otero Ribeiro que solicita prioridade do Conselho de Supervisão para apreciação da proposta do Plano Estratégico do PRODASEN, comprometendo-se os Conselheiros em agilizar

a análise do assunto, com vistas a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião. E, para constar, eu, Ana Maria Merlo Marengo, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que subscrevo e, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho. — Senador **Jutahy Magalhães**, Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN — **José Passos Pôrto**, Vice-Presidente — **Edgard Lincoln de Proença Rosa**, Conselheiro — **Eduardo Jorge Caldas Pereira**, Conselheiro — **Sérgio de Otero Ribeiro**, Diretor-Executivo do Prodase.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA  
DOS CONGRESSISTAS  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
Convocação**

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, no uso de suas atribuições, convoca os senhores parlamentares e demais segurados do Instituto para participarem da 26ª Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de março de 1988, quarta-feira, às 10 horas, no Auditório Nereu Ramos, no Anexo II da Câmara dos Deputados, a fim de deliberarem sobre o Relatório das atividades desta Presidência referentes ao exercício de 1987.

Brasília, 17 de março de 1988. — Deputado **Gustavo de Faria**, Presidente.

## **MESA**

### **Presidente**

Humberto Lucena — PMDB-PB

### **1º-Vice-Presidente**

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

### **2º-Vice-Presidente**

Lourival Baptista — PFL-SE

### **1º-Secretário**

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

### **2º-Secretário**

Odacir Soares — PFL-RO

### **3º-Secretário**

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

### **4º-Secretário**

João Castelo — PDS-MA

### **Suplentes de Secretário**

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

## **LIDERANÇA DO PMDB**

### **Líder**

Fernando Henrique Cardoso

### **Vice-Líderes**

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Lourenberg Nunes Rocha

Mauro Benevides

Olavo Pires

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

## **LIDERANÇA DO PFL**

### **Líder**

Carlos Chiarelli

### **Vice-Líderes**

João Menezes

Edison Lobão

Marcondes Gadelha

## **LIDERANÇA DO PDS**

### **Líder**

Jarbas Passarinho

## **Vice-Líderes**

Roberto Campos

Virgílio Távora

## **LIDERANÇA DO PDT**

### **Líder**

Maurício Corrêa

## **LIDERANÇA DO PSB**

### **Líder**

Jamil Haddad

## **LIDERANÇA DO PMB**

### **Líder**

Antonio Farias

## **LIDERANÇA DO PTB**

### **Líder**

Afonso Camargo

### **Vice-Líder**

Carlos Alberto

## SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

#### Titulares

Albano Franco  
Francisco Rollemberg  
Irapuan Costa Júnior  
Leite Chaves  
Luiz Viana  
Nelson Carneiro  
Nelson Wedekin  
Saldanha Derzi  
Severo Gomes

#### Suplentes

Aluizio Bezerra  
Chagas Rodrigues  
Cid Sabóia de Carvalho  
Vago  
João Calmon  
Ruy Bacelar

PFL

Márcio Maciel  
João Lobo  
José Agripino

Divaldo Suruagy  
Édison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho

Lavoisier Maia

PSB

Jamil Haddad

**Assistente:** Marcos Santos Parente Filho — Ramal 3497

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 11.00 horas

**Local:** Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho

Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

#### Titulares

Pompeu de Sousa  
Meira Filho  
Mauro Benevides  
Saldanha Derzi  
Albano Franco  
Iram Saraiva  
Chagas Rodrigues

#### Suplentes

Ronan Tito  
Aluizio Bezerra  
Francisco Rollemberg  
Mansueto de Lacerda

PFL

Alexandre Costa  
Edison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

PDS

Lavoisier Maia

PDC

Mauro Borges

**Assistente:** Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

**Reuniões:** Terças-feiras, às 19:00 horas

**Local:** Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal: 3168.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

#### Titulares

Alfredo Campos  
Chagas Rodrigues  
Ronaldo Aragão  
Lourenberg Nunes Rocha  
Wilson Martins  
José Paulo Bisol  
Cid Sabóia de Carvalho  
Aluizio Bezerra  
Iram Saraiva

#### Suplentes

Nelson Carneiro  
Leite Chaves  
Mauro Benevides  
Márcio Lacerda  
Raimundo Lyra  
Nelson Wedekin

PFL

Márcio Maciel  
Afonso Arinos  
Guilherme Palmeira

João Menezes  
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Antonio Farias

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

**Assistente:** Vera Lúcia L. Nunes — Ramais: 3972 e 3987

**Reuniões:**

**Local:** Sala da Comissão, na Sala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

Semestral .....	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso .....	6,00

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

Semestral .....	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso .....	6,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

### **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.  
CEP: 70 160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: CZ\$ 6,00**